



Claudio Urbano Bittencourt Pinheiro Filho

**Instituições Regionais e Integração
Regional na América do Sul: a
Arquitetura Regional do continente
segundo as suas instituições - Mercosul,
ALBA e a AP**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais pelo Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais da
PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Claudia Fuentes Julio
Co-Orientadora: Prof.^a Andrea Ribeiro Hoffmann

Rio de Janeiro
Abril de 2018



Claudio Urbano Bittencourt Pinheiro Filho

**Instituições Regionais e Integração Regional na América
do Sul: a Arquitetura Regional do continente segundo as suas
instituições - Mercosul, ALBA e a AP**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais pelo Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examonadora abaixo assinada.

Profa. Claudia Fuentes Julio

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Profa. Andrea Ribeiro Hoffmann

Co-Orientadora

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Prof. Luís Manuel Fernandes

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Profa. Miriam Gomes Saraiva

Departamento de Relações Internacionais - UERJ

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e das orientadoras.

Claudio Urbano Bittencourt Pinheiro Filho

Graduou-se como Bacharel em Ciências Econômicas (2011) e em Ciências Sociais (2012). Concluiu o Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico (2015), todos pela Universidade Federal do Maranhão. Participou de diversos congressos na área de Relações Internacionais.

Ficha Catalográfica

Pinheiro Filho, Claudio Urbano Bittencourt

Instituições regionais e integração regional na América do Sul: a arquitetura regional do continente segundo as suas instituições - Mercosul, ALBA e a AP / Claudio Urbano Bittencourt Pinheiro Filho ; orientadora: Claudia Fuentes Julio ; co-orientadora: Andrea Ribeiro Hoffmann. – 2018.

275 f. : il. color. ; 30 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2018.

Inclui referências bibliográficas

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Integração regional. 3. Instituições regionais. 4. Arquitetura regional. 5. América do Sul. I. Fuentes Julio, Claudia Francisca. II. Hoffmann, Andrea Ribeiro. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

Para meus pais.

Agradecimentos

A minha mãe, que sempre esteve ao meu lado.

Ao meu pai, por ter me tornado quem sou.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Profa. Claudia Fuentes, imensamente, pela atenção, paciência e sabedoria, ao longo deste projeto.

À Profa. Andrea Hoffmann, pelo seu tempo, sua perícia e pelo seu zelo.

Resumo

Pinheiro Filho, Claudio Urbano Bittencourt; Julio, Claudia Francisca Fuentes (Orientadora); Hoffmann, Andrea Ribeiro (Co-Orientadora). **Instituições Regionais e Integração Regional na América do Sul: a arquitetura regional do continente segundo as suas instituições - Mercosul, ALBA e a AP.** Rio de Janeiro, 2018. 275p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem por finalidade analisar a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul; fazendo-a em particular, por meio do sistemático exame da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas, que compõem as mais proeminentes instituições regionais do continente, isto é, o Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico. Para cumprir com tal objetivo, pretende-se construir um modelo analítico simples, centrado na percepção que cada uma das referidas instituições possui, a respeito de quatro temas-chave considerados institucionalmente prioritários – princípios institucionais, integração produtiva, sistema financeiro e infraestrutura e transportes – e que envolvem integração regional; visando, identificar sobre que orientações paradigmáticas integrativas tais instituições se assentam, se as agendas entre estas instituições são: convergentes, complementares ou dissonantes entre si; e a influência que a combinação das interações entre estas exercem, para com a atual disposição da Arquitetura Regional na América do Sul. Esta dissertação argumenta que a atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana subsiste em módulos.

Palavras-Chave

Integração Regional; Instituições Regionais; Arquitetura Regional; América do Sul.

Abstract

Pinheiro Filho, Claudio Urbano Bittencourt; Julio, Claudia Francisca Fuentes (Advisor); Hoffmann, Andrea Ribeiro (Co-Advisor). **Regional Institutions and Regional Integration in South America: the continent's regional architecture according to its institutions - Mercosur, ALBA and AP.** Rio de Janeiro, 2018. 275p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze the current provision of regional architecture in South America; by doing so, in particular, through the systematic examination of the composition and the content of the main themes and agendas, which make up the most prominent regional institutions of the continent namely Mercosur, ALBA, and the Pacific Alliance. To fulfill this objective, the intent is to build a simple analytical model, centred around the perception that each one of these institutions have about four key institutional priority issues – institutional principles, productive integration, financial system and infrastructure and transport - and also involves regional integration; in order to Identify on which paradigmatic integrative guidelines such institutions are based, If the agendas between these institutions are: convergent, complementary or dissonant to each other; and the influence that the combination of the interactions between them exert, in relation to the current disposition of Regional Architecture in South America. This dissertation argues that the present layout of South American Regional Architecture subsists in modules.

Keywords

Regional Integration; Regional Institutions; Regional Architecture; South America.

Sumário

1. Introdução	15
2. Instituições Regionais e Integração Regional: uma perspectiva histórica	22
2.1. Uma perspectiva Histórica sobre Integração Regional: América Latina e América do Sul	24
2.2. O Mercado Comum do Sul – Mercosul	44
2.3. A Aliança Bolivariana para os Povos da América – ALBA	56
2.4. A Aliança do Pacífico – AP	66
3. Panorama da Arquitetura Regional Sul-americana e Metodologia	74
3.1. Panorama da Arquitetura Regional Sul-americana	76
3.2 Principais Categorias Analíticas, Método e Metodologia	103
4. Mapeamento das principais instituições Regionais Sul-americanas	114
4.1. Integração Regional Sul-americana: Principais Temas e Agendas	115
5. Arquitetura Regional da América do Sul segundos as suas principais Instituições	192
5.1. Instituições Regionais Sul-americanas: Análise Comparada	193
5.2. Atual Disposição da Arquitetura Regional Sul-americana	212
6. Conclusão	232

7. Referências bibliográficas	244
8. Anexos	254

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma da estrutura institucional-burocrática do Mercosul	55
Figura 2 – Organograma da estrutura institucional-burocrática da ALBA – TCP	64
Figura 3 – Organograma da estrutura institucional-burocrática da AP	73
Figura 4 – Iniciativas de Integração na América Latina	78
Figura 5 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho em Aspectos Institucionais (SGT-02)	122
Figura 6 – Sistema de vigência normativa do Mercosul	125
Figura 7 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Princípios Institucionais (GTPI)	128
Figura 8 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Assuntos Institucionais (GTAI)	132
Figura 9 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho sobre a Indústria (SGT-07)	138
Figura 10 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho sobre a Indústria (SGT-14)	143
Figura 11 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo de Trabalho sobre Complementaridade Industrial e Produtiva (GTCIP)	147
Figura 12 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração (GTCI)	154

Figura 13 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho em Assuntos Financeiros (SGT-04)	160
Figura 14 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo de Trabalho sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR)	166
Figura 15 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Serviços e Capitais (GTSC)	171
Figura 16 – Procedimentos institucionais a serem adotados, em razão ao início de um processo de litígio – Aliança do Pacífico	174
Figura 17 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho de Transportes (SGT-05)	178
Figura 18 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Transportes (GTIT)	183
Figura 19 – Evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Mobilidade (GTMo)	187

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Matriz de possibilidades: cooperação e conflito - Governança Regional	99
Tabela 2 – Matriz das possibilidades – Arquitetura Regional segundo Nolte (2014)	102
Tabela 3 – Grupos de Trabalho a serem analisados	111
Tabela 4 – Disposição dos Grupos de Trabalho, das principais instituições regionais da América do Sul	117
Tabela 5 – Grupos de Trabalho a serem analisados	119
Tabela 6 – Principais acordos bilaterais entre os membros, anteriores à formação do Grupo de Trabalho sobre Complementaridade Industrial e Produtiva (GTCIP)	148
Tabela 7 – Principais Projetos Grannacionais, por área	151
Tabela 8 – Cronograma de liberalização produtiva – AP	157
Tabela 9 – Princípios normativos jurídicos homologados pelo CMC (2008)	163
Tabela 10 – Principais acordos assinados no âmbito bilateral, até 2006 – ALBA	183
Tabela 11 – Os Estados efetivos e associados, de cada uma das respectivas Instituições Regionais analisadas	197
Tabela 12 – Configuração das Agendas Finais entre as Três Instituições Analisadas	209
Tabela 13 – Atual disposição dos conflitos normativos, por temática, entre as três principais instituições da América do Sul	230

Lista de Abreviaturas e Siglas

AC	Análise de conteúdo
AD	Análise de discurso
AP	Aliança do Pacífico
ALADI	Associação Latino-americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana dos Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAN	Comunidade Andina Caricom – Comunidade do Caribe
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMC	Conselho do Mercado Comum
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT:	Acordo Geral do Comércio e Tarifas
GMC:	Grupo do Mercado Comum
Mercosul:	Mercado Comum do Sul
NAFTA:	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
OMC:	Organização Mundial do Comércio
ONU:	Organização das Nações Unidas

OEA:	Organização de Estados Americanos
PICE:	Programa de Integração e Cooperação Econômica
EU:	União Europeia
Unasul:	União de Nações Sul-Americana

Introdução

A presente dissertação tem por finalidade, analisar a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul; fazendo-a em particular, por meio do sistemático exame da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas, que compõem as mais proeminentes instituições regionais do continente, isto é, o Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico.

Para cumprir com tal objetivo, pretende-se construir um modelo analítico simples, centrado ao redor da percepção que cada uma das referidas instituições possui, a respeito de quatro temas-chave considerados institucionalmente prioritários – princípios institucionais, integração produtiva, sistema financeiro e infraestrutura e transportes – e que envolvem integração regional; visando identificar, sobre que orientações paradigmáticas integrativas tais instituições se assentam, se as agendas entre estas instituições são: convergentes, complementares ou dissonantes entre si; e a influência que a combinação das interações entre estas exercem, para com a atual disposição da Arquitetura Regional na América do Sul.

A base documental utilizada para construir este modelo analítico remete à produção de seletos Grupos de Trabalho entre as três referidas instituições regionais; as informações contidas em suas atas proverão as informações necessárias para que este estudo possa se situar no debate a atual disposição da arquitetura regional sul-americana.

Neste sentido, pretende-se investigar a atual disposição da arquitetura regional sul-americana, à luz de três de suas principais interpretações acadêmicas: primeiro, a percepção de transicionalidade da atual arquitetura regional sul-americana (Sanahuja, 2010; Riggirozzi & Tussie 2012); segundo, a percepção de fragmentação da atual arquitetura regional sul-americana (Comini & Frenkel, 2014; Malamud, 2012; Gómez-Mera, 2015) e; terceiro, a percepção de modularismo da atual arquitetura regional sul-americana (Nolte, 2015; Hofmann & Mérand, 2012; Gardini, 2013; 2015)

Faz-se uso do conceito de Arquitetura Regional, proposto por Nolte (2014:04), que remete, justamente: “na resultante da combinação das interações entre diferentes instituições de uma determinada região” (the combination and interaction of different regional institutions in a certain region”). Em particular, para a realização deste estudo, o conceito passa a se referir, especificamente, à combinação das interações entre as principais instituições regionais da América do Sul, isto é, o Mercosul, ALBA e a AP.

Por se tratar de um estudo que prioriza a compreensão da combinação e interação de diferentes instituições regionais, considera-se improfícuo examinar o impacto e a influência de apenas uma destas instituições regionais ou de todas elas, de maneira isolada. Busca-se assim, ampliar o escopo de análise, para além de instituições singulares ou Estados isolados ou atores unitários, de modo a destacar o impacto e a influência que estas possuem, sobre a ordem regional.

A análise dos principais temas e agendas institucionais, nesse sentido, torna-se funcional para a compreensão de quais são: a) as prioridades institucionais estabelecidas; b) a composição e o conteúdo dos principais temas e agendas suscitados; c) a base conceitual de significância a qual tais instituições se assentam; d) melhor insight sobre o funcionamento dos processos decisórios; e) as principais práticas utilizadas em acórdância com tais percepções; e, f) as principais construções narrativas que justificam tal comportamento. Tais informações são importantes melhor para apreender como e em que medida, estes fatores se traduzem (ou não) em integração regional. Ao fim, analisar-se-á comparativamente, como tais percepções impactam e influenciam na atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana.

A escolha pela análise de grupos de trabalho, que compõem cada uma destas instituições regionais, acrescenta para esta análise por: a) oferecer um olhar mais preciso e contínuo a respeito da compreensão que determinada instituição possui ao redor de uma temática particular; b) atuar enquanto indicador das prioridades e dos interesses destas instituições, além de; c) permitir o estabelecimento de parâmetros metodológicos comparativos mais estáveis e objetivos.

Envolve-se esta análise sobre o marco teórico construtivista convencional, firmando-a em sintonia basilar, sobre cinco diretivas: primeiro, no primado

ontológico de construção conjunta da realidade social, a partir do processo de interação humana; segundo, pela centralidade destinada às ideias e às percepções coletivas, presente ao longo da confecção desta pesquisa; terceiro, dado o entendimento de que as instituições criam e moldam os interesses e as identidades dos Estados, ao passo que também são moldadas por elas; quarto, a linguagem (particularmente, a linguagem escrita), representa o meio material através do qual se expressam tais acepções; e quinto, a base documental oficial institucional, enquanto linguagem particular, exprime a normativa e as percepções coletivas, sobre as quais, tais instituições se assentam (Finnemore & Sikkink, 2001; Kratochwil, 1996; Onuf, 1996).

A delimitação do foco da análise nos processos do: Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a Aliança do Pacífico (AP) se justifica por dois argumentos: primeiro, por ser uma análise centrada na América do Sul e estas instituições encompassem a quase totalidade de seus Estados membros, e; segundo, pela riqueza analítica a qual se agrega a este estudo, em razão dos diferentes contextos históricos em que surgiram estas instituições.

Nesse sentido, destaca-se que pergunta motriz deste projeto, centra-se em torno da seguinte perquisição: *a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul, estaria: em transição, se fragmentando, ou subsistente em módulos?*

Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa (ainda que modestamente), sobre três prerrogativa: primeiro, expandir o subcampo de estudos construtivista, sobre o papel que normas e as percepções dos agentes possuem na (co) construção das regiões, das instituições regionais e no comportamento de seus atores (temática pouco explorada no campo das Relações Internacionais); segundo, oferecer uma compreensão mais profunda e ao mesmo tempo, particular, sobre o processo de integração regional e das respectivas instituições regionais analisadas, precisamente por se centrar em como tais fenômenos se reproduzem na América do Sul (visto que a maior parte da literatura acadêmica se foca na Europa); e por fim, ao se concentrar na arquitetura regional, permitir uma visão mais ampla e acurada sobre a composição e o jogo de forças que atuam no continente sul-americano.

O percurso metodológico adotado por esta pesquisa, seguir-se-á três etapas bem delimitadas: primeiro, a construção do universo amostral, a partir da seleção dos grupos de trabalho e dos documentos a serem analisados; segundo, o devido mapeamento das referidas instituições regionais (Mercosul, ALBA e AP), via exame de seus principais temas e agendas, e; terceiro, a análise ponderada do impacto e da influência de tais percepções institucionais, sobre a atual disposição da arquitetura regional sul-americana.

A primeira etapa tem por finalidade, delimitar o universo amostral a ser analisado, de modo a permitir: primeiro, o estabelecimento de critérios comparativos estáveis para a análise; b) a identificação das variáveis-chave, e; c) o ordenamento e a categorização da amostra. Nesse sentido, para a delimitação do material a ser analisado, foram respeitados três critérios específicos: primeiro, o período de existência de cada grupo de trabalho; segundo, a recorrência temática ligada a integração regional, e; terceiro, a sobreposição funcional e das agendas entre os grupos de trabalho.

Assim, estabeleceu-se prioridade na seleção para a análise: de grupos de trabalhos permanentes, com o maior tempo de existência, cuja produção apresente maior grau associativo à integração regional e ainda, possuam disposições funcionais semelhantes (ver tabela 01, pág. 99). Grupos de trabalho mais recentes ou que foram dissolvidos, grupos de trabalho ad hoc e comissões de pesquisas específicas, não serão analisados.

Uma vez delimitado o universo amostral, a análise prossegue para a confecção de um mapeamento institucional, via análise comparativa dos principais temas e agendas em pauta sobre integração regional, dos grupos de trabalho selecionados.

Esta segunda etapa tem por objetivo identificar, ordenar e comparar as percepções institucionais que remetem, particularmente, à integração regional. Assim, para mapear tais percepções, considerar-se-á quatro parâmetros: primeiro, o significado e a recorrência da atribuição deste significado às variáveis-chave, de cada grupo de trabalho; segundo, a inter-relação (direta e indireta) estabelecida entre variáveis; terceiro o discurso hegemônico, e; quarto, o enquadramento paradigmático integrativo.

O propósito da atribuição destes quatro critérios, remetem à necessidade de: a) estabilização das categorias a serem analisadas (visto que o mesmo termo pode ter diferentes significados); b) identificar as conexões estabelecidas entre as variáveis-chave e destas, para com a temática de integração regional; c) compreender a narrativa hegemônica empregada para validar/corroborar/justificar, as ações, explicações ou recomendações, institucionalmente aceitas e; d) comparar como tais perspectivas institucionais se enquadram paradigmaticamente, no que tange à integração regional (regionalismo fechado, regionalismo aberto ou regionalismo pós-hegemônico).

Por fim, a terceira etapa de análise, tem por objetivo, ponderar todas as informações levantadas e projetá-las ao nível da arquitetura regional da América do Sul, de modo a destacar o impacto e a influência que estas possuem sobre a ordem da região. Portanto, à luz das principais interpretações acadêmicas a respeito da atual disposição da arquitetura regional sul-americana, ponderar se a perspectiva de integração regional, presente nas três principais instituições regionais do continente, são: conflitivas, convergentes ou complementares.

A hipótese que guia o desenvolvimento da presente análise, consiste no reforço da perspectiva de modularismo da atual arquitetura regional sul-americana, por quatro motivos gerais: i) subscreve-se à premissa de existência de múltiplos projetos de integração regional; ii) reconhece-se a capacidade de atuação, via coexistência, de múltiplas orientações paradigmáticas, entre as instituições regionais, envolto à; iii) agendas institucionais que convergem, se complementam e divergem, entre si em múltiplos pontos, aliado; iv) a maleabilidade da capacidade de escolha dos Estados em aderir aos módulos que melhor lhes convir.

Por fim, a disposição do presente trabalho se dividirá em quatro capítulos, além desta introdução e de uma seção de conclusão, dispostos sobre a seguinte configuração: no *primeiro capítulo*, contextualizar o processo histórico de desenvolvimento do regionalismo na América do Sul, dando particular destaque à formação e desenvolvimento das principais instituições regionais do continente – Mercosul, ALBA, AP; no *segundo capítulo*, apresentar, delimitar e definir a devida temática a ser desenvolvida nesta dissertação, bem como retratar o método e a metodologia empregada para fazê-la; no *terceiro capítulo*, mapear as devidas

percepções institucionais sobre integração regional, por meio da análise dos principais temas e agendas destas instituições presentes nos respectivos grupos de trabalho; no *quarto capítulo*, ponderar as informações levantadas, para então se posicionar sobre a atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul, e; por fim, refletir sobre as conclusões auferidas, apreciar as limitações deste trabalho e ainda propor novos caminhos para ampliar o campo de investigação.

O primeiro capítulo tem por intenção, contextualizar o transcurso do desenvolvimento histórico do processo de regionalismo na América do Sul, entrelaçando em concomitância, a influência dos principais eventos nacionais, regionais e internacionais à formação dos respectivos paradigmas de integração experienciados no continente, bem como ressaltando seus efeitos, para com o desenvolvimento das principais instituições regionais sul-americanas – Mercosul, ALBA, AP.

Impende-se a este primeiro capítulo, a função de desvelar três pontos importantes, ao que concerne os objetivos desta dissertação, isto é: primeiro, apresentar a evolução do contexto histórico a qual se insere a América do Sul, desde a segunda metade do século XX até o início do século XXI; segundo, familiarizar o leitor com os respectivos paradigmas de regionalismo, surgidos ao longo da evolução deste contexto histórico; e terceiro, destacar como tal contexto histórico e tais paradigmas de regionalismo, influenciaram a constituição e o desenvolvimento das principais instituições regionais da América do Sul – Mercosul, ALBA, AP.

O segundo capítulo tem por finalidade, apresentar as principais categorias analíticas (arquitetura regional, integração regional, etc.), os métodos (análise de conteúdo e análise de discursos) e a metodologia utilizada nesta pesquisa.

Designa-se a este segundo capítulo, a função de desvelar dois pontos importantes, no que concerne os objetivos desta dissertação, isto é: primeiro, familiarizar o leitor com o conceito de arquitetura regional, ao apresentar as principais interpretações acadêmicas sobre a atual disposição em que se encontra a arquitetura regional da América do Sul, e; segundo, definir e delimitar o universo amostral, apresentando e justificando a escolha do método e da metodologia.

O terceiro capítulo tem por finalidade mapear a composição e o conteúdo das agendas das principais instituições regionais do continente, visando identificar:

i) as orientações paradigmáticas integrativas, sobre a qual estas instituições se assentam (regionalismo fechado, regionalismo aberto ou regionalismo pós-hegemônico); ii) a configuração final das agendas institucionais (convergentes, complementares ou dissonantes), e; iii) os padrões de interação entre as três instituições regionais em questão.

Compete a este terceiro capítulo, a função de mapear estas percepções, de modo a permitir uma melhor compreensão sobre como tais perspectivas se traduzem (ou não) em integração, para ulteriormente, analisar o impacto resultante que estas possuem, sobre a atual disposição da arquitetura regional.

O quarto capítulo, por sua vez, tem por finalidade analisar comparativamente o mapeamento institucional previamente estabelecido, de modo a contrastar tais informações à luz dos argumentos e conclusões dos principais modelos acadêmicos de interpretação sobre a configuração da Arquitetura Regional sul-americana – em transição, fragmentação ou modularismo - para assim, este estudo se posicionar quanto a pergunta motriz: *a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul, estaria: em transição, se fragmentando, ou subsistente em módulos?*

Cabe a este quarto capítulo, a função de explicitar as informações perseguidas, ao apresentar as principais evidências encontradas ao longo do mapeamento institucional e contrastar tais indícios, para com as principais proposições acadêmicas sobre a configuração da Arquitetura Regional sul-americana, e assim, posicionar-se sobre sua atual disposição.

Por fim, encerra-se a presente pesquisa, ressaltando as principais conclusões auferidas, pontuando as contribuições que este trabalho dispõe, ponderando as principais limitações e ainda, sugerindo novos e alternativos caminhos analíticos para produção de novas pesquisas ou mesmo a ampliação desta.

Instituições Regionais e Integração Regional: uma perspectiva histórica

A presente dissertação tem por finalidade, analisar a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul; fazendo-a em particular, por meio do sistemático exame da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas, que compõem as mais proeminentes instituições regionais do continente, isto é, o Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico.

A este capítulo, incumbiu-se a tarefa de contextualizar o transcurso do desenvolvimento histórico do processo de regionalismo na América do Sul, entrelaçando em concomitância, a influência dos principais eventos nacionais, regionais e internacionais à formação dos respectivos paradigmas de integração experienciados no continente, bem como ressaltando seus efeitos, para com o desenvolvimento das principais instituições regionais sul-americanas – Mercosul, ALBA, AP.

Considera-se o desenvolvimento das ondas de regionalismo a partir da segunda metade do século XX, e se destina a analisar como estas diferentes ondas influenciaram no entendimento da integração regional, a partir das correntes teóricas que vigoraram em cada período e dos interesses que guiaram os Estados a buscarem se integrar.

Nesse sentido, o propósito deste capítulo, consiste em compreender a evolução do pensamento integracionista, de acordo com o contexto (nacional e internacional) dos movimentos (principalmente econômicos e políticos) que sustentaram sua argumentação, através do debate regionalista, e, por conseguinte, perceber as influências dos diferentes períodos, teorias e interesses na criação e no modelamento das referidas instituições regionais.

Ressalta-se que os processos de regionalismo não surgem apenas de vontades políticas, mas de necessidades contextuais que exigem dos atores a adoção de alternativas cooperativas, isto é, de “estímulos” provenientes do sistema internacional que provocam reações nos Estados, induzindo ou não uma maior

aproximação entre estes. Assim sendo, destaca-se que o contexto é elementar para compreensão não somente das origens, mas também as características desses processos e seu desenvolvimento.

Dessa forma, considera-se de primordial importância se deter às condições ou sob qual contexto o processo de regionalismo surgiu; quais são os atores que impulsionaram este processo, de que modo, definiram suas características iniciais e ainda, como o processo se desenvolveu. Tais informações irão indicar as razões que levaram os Estados a promoverem (ou não) políticas e iniciativas processo de integração, os limites a qual tais Estados/governos possuem e/ou se propõem a atuar, e ainda, o entendimento da conexão entre o momento da criação de uma instituição e sua conformação institucional e desenvolvimento se tornam úteis para a compreensão dos alicerces institucionais a qual se ancoram tais instituições.

Este debate acerca das influências dos contextos de criação e de desenvolvimento das instituições regionais, também terá importância no próximo capítulo, ele será de grande valia na melhor compreensão da arquitetura regional da América do Sul, visto que, pretende-se comparar tais estruturas e projetá-las, para além de instituições singulares ou Estados isolados ou atores unitários, de modo a destacar o impacto e a influência que estas possuem sobre a ordem regional.

Assim, a primeira seção deste capítulo, tem por objetivo, apresentar as três ondas¹ integracionistas, em sequência cronológica, precedidas de um breve histórico de sua associação, procurando ilustrar as diferenças entre suas instâncias. Em seguida as instituições regionais serão contextualizadas e analisadas, e, de maneira comparada será possível visualizar as convergências existentes entre suas agendas e atores.

As três seções seguintes, tem por finalidade, introduzir o contexto em que as principais instituições regionais da América do Sul – Mercosul, Alba e AP – no contexto a qual os paradigmas de integração regional se tornaram hegemônicos, além de destacar a posição de cada uma destas instituições sobre o paradigma de integração regional a qual cada uma se assenta.

¹ O termo “ondas”, da forma como descrita por Fawcett (2004:48), refere-se à: “tentativas de integração que, diante de obstáculos que se interpõem ao processo, apresentam dificuldades de consolidar-se”.

2.1

Uma Perspectiva Histórica de Integração Regional: América Latina e América do Sul

Considera-se a produção formal sobre integração regional, uma área de estudos bastante recente na esfera acadêmica, datada formalmente a partir do início do século XXI (Bezzi, 2004). Mais recente ainda, é considerada a produção acadêmica, especificamente sobre regionalismo na América do Sul, que até o início dos anos 1990, em pouco se desenvolvera para além de uma metanarrativa da América Latina (Tussie, 2009).

Em um rápido retrospecto pela história da América Latina, de acordo com Fawcett (2005), desde o início do processo de formação de seus Estados nacionais modernos, após, pouco mais de duas décadas de guerras por independência (1808 – 1829), o anseio de uma unidade continental latino-americana, constantemente fez presente.

Tal anseio, inicialmente, ganhava forma por meio do projeto do venezuelano Simon Bolívar, que almejava sedimentar uma unidade regional, por meio da formação de uma federação de repúblicas, de um sistema comum de defesa e de uma união econômica. Não obstante, por resistência do império brasileiro e da influência americana e inglesa, o projeto bolivariano não progredira, mas, deixava um forte legado, que ainda ecoa.

Desde então, a recorrência deste ideal integrativo se fez presente em distintas propostas e modelos de regionalismo, ancoradas em diferentes referenciais teóricos e ideológicos, que moldaram a história da América Latina, em especial, ao longo do século XX.

Diferentemente do padrão sequente e progressivo, a qual o processo de integração regional se desenrolara na Europa, a partir do pós-segunda grande guerra; a forma tal qual este processo se delineou na América Latina, ao longo do mesmo período, se deu de maneira descontínua e intermitente, sendo, comumente referido (particularmente quando comparado ao processo de integração europeu) na literatura acadêmica, como modelo de integração “Stop and Go” (Fawcett, 2005; Hettne, 2005; Söderbaum, 2005; Tussie, 2009), destacando assim, o caráter “episódico” de intensificação e arrefecimento, a qual o processo de regionalismo se desenvolveu na América Latina.

Em grande medida, há um consenso na literatura acadêmica (Fawcett, 2005; Giordano & Ramos, 2014; Hettne, 2005; Sanahuja, 2010; Söderbaum, 2005; Tussie, 2009; Väyrynen, 2003), em retratar o desenvolvimento do processo de regionalismo na América Latina, por meio de três “ondas de integração”, iniciadas a partir da segunda metade do século XX. Considerando, o início da “primeira onda” (denominada de regionalismo fechado ou velho regionalismo ou regionalismo desenvolvimentistas) no imediato pós-segunda grande guerra, seguindo até o início da década de 1980; a “segunda onda” (denominada de regionalismo aberto ou novo regionalismo ou regionalismo liberal) iniciada, ao final da década de 1980, se estendendo até o atual período; e por fim, a “terceira onda” (denominada de regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal), instituída no início do século XXI, coexistindo atualmente, enquanto alternativa ao modelo de regionalismo aberto da segunda onda.

Dessa forma, esta seção tem por intento, delinear o processo histórico de desenvolvimento do fenômeno do regionalismo na América Latina ao longo do século XX e início do século XXI, destacando, em particular, as bases teóricas e ideológicas a qual, tais modelos de integração se assentaram, além de evidenciar o cenário internacional e o contexto doméstico na América Latina, ao longo do mesmo período, para contextualizar o cenário a qual as principais instituições regionais do continente sul-americano (Mercosul, ALBA, AP) se desenvolveram.

2.1.1

A primeira onda de integração – Regionalismo Fechado

A partir da segunda metade do século XX, após terem vivenciado um longo período prosperidade econômica, (especialmente por causa de uma demanda crescente – em decorrência, principalmente, da Primeira Guerra Mundial, a depressão dos anos 1930, e a subsequente Segunda Guerra Mundial - por produtos primários e pela baixa oscilação no preço destes) os países latino-americanos, que seguiam forte na promoção do processo de industrialização via substituição de importações, entravam em um período de dificuldades comerciais e financeiras (com exceção da Venezuela, dado o equilíbrio no preço e da grande exportação de petróleo, sua principal commodity de exportação).

No plano internacional, a Segunda Guerra Mundial marcou a ascensão dos Estados Unidos e a formação de um sistema mundial bipolar; o imediato fim do conflito por sua vez, marcou o início do esforço de reconstrução dos países afetados pela guerra, com muitos recursos financeiros fluindo dos Estados Unidos para a Europa e para o Japão, em especial, por meio do Plano Marshall. (Frieden, 2008)

A situação hegemônica dos Estados Unidos em âmbito mundial, permitiu-lhes estruturar uma nova ordem internacional quase inteiramente a seu molde (a Pax Americana). Em termos político-militares, minúsculos países rivalizavam o poderio bélico (especialmente pelo arsenal nuclear) e a influência política norte-americana para com o sistema internacional. Em termos econômicos, ao longo do esforço de guerra, houve uma significativa expansão do parque industrial norte-americano, que, aliado à ausência de competidores comerciais relevantes no plano internacional, sagrou os Estados Unidos como economia-motriz do globo. E ainda, no plano financeiro, a influência norte-americana se fez sentir por meio do Acordo de Bretton Woods², que, sagrou o padrão dólar-ouro (buscando estabelecer maior estabilidade na esfera comercial) e ainda, na criação de duas novas instituições internacionais: o Fundo Monetário Internacional (criada com o intuito de estabelecer maior estabilidade na esfera financeira) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (criada com o intuito de financiar obras de reconstrução e de desenvolvimento em países destruídos no esforço de guerra). (Milani & Trintin, 1999; Hobsbawn, 2004; Frieden, 2008)

No plano regional, ao longo deste mesmo período, a América Latina começava, gradativamente, a sentir as alterações ocorridos no plano internacional: primeiro, a sofrer com a concorrência dos países que se reintroduziam na esfera do comércio internacional (com parques industriais recém-construídos e mais modernos) após o fim da Segunda Grande Guerra; segundo, com a maior oscilação nos preços dos produtos primários no mercado global; e terceiro, ficando à margem dos fluxos de recursos financeiros internacionais segundo Ruiz (2007), os retornos financeiros eram maiores e mais rápidos para com investimentos no Japão e na Europa). (Villela, 2013)

² Segundo Dunne (1999:41) o Acordo de Bretton Woods consistiu em um “acordo de gerenciamento econômico internacional, ratificado em julho de 1944, em que se estabelecia as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo”.

Diante deste cenário, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão representativo da ONU, buscou elaborar uma série de estudos, para diagnosticar as principais dificuldades que os países da América Latina enfrentavam, e ainda, apontar quais medidas deveriam ser adotadas para superar tais entraves, e, com isso, permitir o desenvolvimento da região.

Segundo o modelo da Cepal, o cenário até então favorável para os países latino americanos, debilitava-se sistematicamente, pela atuação em conjunto, de três elementos: primeiro, pela queda dos preços das principais commodities exportadas pela região (minérios, frutas, cereais, etc.); segundo, pela queda no volume de exportações da região, dado a gradual retomada ao comércio, dos países devastados pela segunda guerra mundial; e terceiro, pela deterioração dos termos de trocas³. Assim, a confluência destes fatores, debilitavam a contas públicas, os endividavam e ainda inibiam futuros investimentos, fragilizando a maioria deles. (Briceño-Ruiz, 2013; Söderbaum, 2005)

Este modelo, divulgado na Segunda Conferência da CEPAL (1948) em Havana, elaborado por um então consultor desta comissão, Raúl Prebisch (no ano seguinte seria convidado a ser o Secretário Executivo, cargo que exerceria por quatorze anos, 1949 – 1963), fora recebido com bastante entusiasmo pelos Estados latinos, e acabou por influenciar bastante a região ao longo das três décadas seguintes. (Bielschowsky, 2000)

Este é o evento, que segundo Giordano & Ramos (2014), marca o início da primeira onda de integração regional na América Latina, o denominado “regionalismo fechado” (também conhecido como velho regionalismo ou regionalismo desenvolvimentista).

Como resultado do diagnóstico dos problemas a qual a região enfrentava, Raúl Prebisch (2000) propôs a implementação de modelo de integração vinculada a uma política ampla de desenvolvimento regional pela via da industrialização por

³ O conceito de deterioração dos termos de troca, segundo Prebisch (2000), refere-se: “(...) a relação entre o índice de preços das exportações (ou o valor médio unitário destas) e o índice de preços das importações (ou o seu valor unitário médio). Uma melhoria (degradação) dos termos de troca corresponde a um aumento (diminuição) deste rácio, isto é, um dado volume de exportações permite pagar um maior (menor) volume de importações.

substituição de importações, planejada e coordenada pelos Estados nacionais. A abertura deveria ser gradual e aplicada aos novos setores industriais a serem implantados; em especial, aqueles que traziam problemas de déficit de saldos na balança de pagamentos, dado a estrita dependência de sua importação de terceiros (especialmente países de industrialização avançada).

Através de medidas protecionistas, mecanismos de financiamento público e de transferência de renda do setor primário para a indústria, visava-se promover e garantir a consolidação de um ambiente econômico de estabilidade, fortalecer o mercado interno e ainda, possivelmente, reintroduzir-se nas relações comerciais internacionais, agora, em uma posição mais dinâmica e mais autônoma no cenário internacional. (Prebisch, 2000)

Ao promover o protecionismo à nível regional, pontuava-se que os países mais atrasados (periféricos) não poderiam concorrer em condições de igualdade, com os países de industrialização mais avançados (centrais); por isso, necessitava-se de incentivos especiais para proteger e promover os seus respectivos processos de industrialização, por meio da participação ativa do Estado. (Bielschowsky, 2000)

A figura do Estado, nesse sentido, se torna importantíssima, uma vez que, cabe a ele a liderança na promoção do desenvolvimento, por meio de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, do planejamento econômico, coordenando esforços de industrialização, de forma a ampliar e proteger suas atividades comerciais (efetuando barreiras de proteção: comerciais, quotas de importação, tarifas alfandegárias, etc.) e assim garantir as condições para superar os obstáculos estruturais que dificultavam o desenvolvimento. (Bielschowsky, 2000)

O foco da abertura regional se concentrava, não precisamente no comércio interssetorial (prioridade estabelecida pelo modelo liberal Ricardiano de vantagens comparativas), mas no comércio intrassetorial, visando a criação de cadeias de valor entre as matrizes de produção regional. (Bielschowsky, 2000)

As economias menores, na proposta de Prebisch (2000), poderiam ser dinamizadas através do processo de regionalismo, na medida em que teriam acesso a mercados maiores para garantirem o aproveitamento dos ganhos de economia de escala. Assim, a formação de um mercado regional comum, aumentaria a possibilidade de todos os países da região, de obterem sucesso em suas políticas de

substituição de importações, na medida em que a soma de todos os seus mercados domésticos se revertesse em maior capacidade de absorção da demanda.

Assim, por conluente, a devida retirada destas economias do sistema de comércio internacional, aliada à priorização do comércio com outras economias de igual/semelhante nível de desenvolvimento, evitaria a degeneração dos termos de troca. A progressiva combinação entre estas economias, diversificaria e ampliaria e o tamanho de seus respectivos mercados consumidores, o que por sua vez, permitiria que cada país/empresa pudesse se beneficiar de melhores e mais eficientes ganhos de escala produtiva. Tal movimento incentivaria o avanço do processo de industrialização (transição de economias de base agrário-exportadoras para economias industriais), desencadeando assim, crescimento econômico e desenvolvimento. (Bielschowsky, 2000)

Em suma, a proposição central deste modelo Cepalino, consistia na promoção ativa do processo de substituição de importações em uma escala regional, removendo gradualmente das barreiras para o comércio internas ao bloco, ao passo que, mantendo altos níveis de proteção externa, servindo assim, para: primeiro, proteger e incentivar o processo de industrialização nos países periféricos; segundo, permitir a ampliação do mercado consumidor para além dos seus pequenos mercados domésticos; e terceiro, promover a diversificação e a complementação das matrizes produtivas para reduzir a vulnerabilidade externa dos países periféricos. (Bielschowsky, 2000)

No longo prazo, o intento deste modelo, consistia em: primeiro, assegurar o processo de industrialização, visto que este era considerado o elemento basilar para o desenvolvimento; e segundo, resguardar a autonomia dos Estados ao reduzir as condições de vulnerabilidade externa (em termos de mercados externos para exportação e em termos de especialização primária). A confluência de ambos os fatores, direcionaria os Estados periféricos a superarem suas condições de subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o regionalismo em si, ao longo desta primeira onda de integração latino-americana, representa um mecanismo de Estado, empregado para: em primeira instância, promover o processo de industrialização das economias periféricas; em segunda instância, resgatar/assegurar a devida autonomia destes

Estados, superando/reduzindo suas vulnerabilidades externas; e em última instância, promover o crescimento econômico e o desenvolvimento. (Hettne, 2005)

Entre as instituições regionais, de iniciativa majoritariamente sul-americana, criadas sobre a forte influência deste modelo de integração Cepalino, destaca-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) criada em 1960, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criado em 1959. (Fawcett, 2005)

A ALALC, enquanto primeira grande iniciativa de regionalismo na América Latina, tinha como objetivo promover crescimento econômico, por meio da coordenação dos planos de desenvolvimento e do estabelecimento, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano (Fawcett, 2005). O BID, por sua vez, tinha como objetivo primário, garantir o devido financiamento para dar início e/ou continuidade do processo de industrialização da região. (Falk, 2003)

Por meio de outras iniciativas, mas de análoga influência do modelo Cepalino, alguns países da América Central (Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador), ausentes do projeto da ALALC, promoveram paralelamente, em 1960, a sua própria iniciativa: o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). O objetivo primário desta instituição, no entanto, era bem mais ambicioso do que o da ALALC, isto é, consistia em uma unificação completa entre as economias dos quatro países, e com prazo relativamente bem menor para sua consolidação (apenas cinco anos, 1960 - 1965). (Fawcett, 2005)

No entanto, indubitavelmente, o principal problema enfrentado pelo processo de regionalismo latino-americano nessa primeira onda de integração, diz respeito ao quadro de instabilidade das condições macroeconômicas dos países a partir dos anos 1970, condições estas que foram agravadas nos anos 1980, dificultando a coordenação política e econômica entre os Estados, ao mesmo tempo em que se reduzia o espaço e a disposição de se construir um mercado comum. (Hurrell 1995; Falk, 2003; Sanahuja, 2010)

O quadro de instabilidade macroeconômica, com o colapso do Sistema de Bretton Woods, os dois choques do petróleo e a desaceleração das economias centrais, nos anos 1970, além da crise da dívida e a elevação da taxa de inflação,

nos anos 1980, que reduziram fortemente a autonomia dos países latino-americanos para a formulação da política econômica e, portanto, o espaço para a coordenação macroeconômica que seria exigida pelo modelo do regionalismo proposto pela Cepal. (Hurrel 1995; Falk, 2003; Sanahuja, 2010)

2.1.2

A Segunda Onda de Integração – Regionalismo Aberto

Com efeito, a economia da América Latina nesse período sofreu um abalo adicional: a crise da dívida externa na região e os desequilíbrios macroeconômicos dela decorrentes. É que o aumento nos preços do petróleo no início dos anos 1970, replicado ao final da década, acabou provocando a retração no ritmo de crescimento dos países industrializados, o que, por consequência, também afetou negativamente as exportações latino-americanas para essas regiões. Além disto, provocou a diminuição da liquidez internacional, acarretando no aumento das taxas de juros e na redução dos fluxos de financiamentos e investimentos para os países em desenvolvimento. O resultado disto foi a explosão da dívida externa e uma profunda desestruturação macroeconômica na maioria das economias latino-americanas.

No plano internacional, instalava-se um quadro de forte instabilidade política e econômica, principiado: primeiro, pelos subsequentes choques do petróleo (1973 e 1979) e o aumento expressivo da taxa de juro pelo banco central americano (Falk, 2003); segundo, o colapso do Sistema de Bretton Woods (um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional); terceiro, a redução da liquidez internacional; quarto, a desaceleração das economias centrais (Väyrynen, 2003); e quinto, a escala das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética (desfecho da guerra do Vietnã e a invasão da URSS ao Afeganistão). (Hurrel, 1995)

Tais turbulências internacionais, reverberaram também à nível regional, e assim, os países da América Latina, ao longo das décadas de 1970 e 1980, experienciaram profundas transformações políticas e econômicas como resultado; entre os principais eventos ocorridos, destaca-se: primeiro, a região fora assolada por uma sucessiva onda de golpes militares; segundo, dado o aumento no preço do

petróleo, muitos países começaram a sofrer com sucessivos déficits em suas balanças comerciais; terceiro, com o aumento da taxa de juros, houve uma explosão no valor nominal e líquido da dívida externa; quarto, a desaceleração na economia mundial, resultou em uma diminuição do volume comercial transacionado; e quinto, por consequência do agravamento da situação econômica, a região passou a sofrer também com o aumento do desemprego e com o crescimento da inflação. (Söderbaum & Öjendal, 2002; Falk, 2003; Väyrynen, 2003)

Tamanha crise, reduziu significativamente o poder de negociação da região no cenário internacional, além de afetar fortemente a autonomia dos países latino-americanos, especialmente no que tange a formulação de políticas econômicas. Por consequência, reduziu-se também o espaço para a coordenação macroeconômica que seria exigida para dar prosseguimento, de médio e longo prazo, à proposta do modelo Cepalino de regionalismo fechado, colocando, em última instância, sua viabilidade em xeque. (Söderbaum, 2005)

Assim, almejando encontrar soluções que convalescesse a delicada situação que se instalava no continente americano ao longo da década de 1980, uma conferência organizada pelo Instituto para a Economia Internacional (IIE) foi realizada na cidade de Washington, em novembro de 1989. (Hobsbawn, 2004; Frieden, 2008)

Os analistas presentes na Conferência concluíram que a responsabilidade pelo crescimento mínimo da economia latino-americana na década de 1980 (conhecida como “a década perdida”) se devia, em grande medida, pelo modelo de regionalismo fechado, proposto pela CEPAL, em especial, pelo excesso de intervenção às forças de livre mercado que dele se derivou (Crow, 2003). O diagnóstico dado, refletia: expressivos desvios de comércio na região (em decorrência da excessiva intervenção do Estado, com as livres forças de mercado), um significativo crescimento do tamanho e dos gastos do Estado, a diminuição do grau de eficiência das economias domésticas e ainda, no atrofiamento da participação da iniciativa privada (efeito de crowding out). Esses fatores em conjunto, limitavam a expansão em escala das economias domésticas (dado o incentivo à substituição das importações e também à promoção da expansão

comercial principalmente no interior da própria região) e ainda, acomodava-as em matrizes produtivas obsoletas e comercialmente, pouco competitivas. (Falk, 2003)

Das conclusões desta conferência, nasceu o Consenso de Washington, isto é, um conjunto de medidas reestruturantes, que, segundo Paiva & Braga (2007), almejaram retificar, essencialmente, quatro elementos: primeiro, a estabilização da economia através de uma forte disciplina fiscal; segundo, promover a abertura comercial, reduzindo progressivamente as barreiras e tarifas alfandegárias; terceiro, amparar a privatização, promovendo a sistemática retirada do Estado, frente à iniciativa privada; e por fim, promover a desregulamentação financeira, para garantir um maior espaço para a livre alocação dos fatores, por meio das forças de mercado.

A promulgação do Consenso de Washington, segundo Giordano & Ramos (2014), marca o início da segunda onda de integração regional na América Latina, a denominada “onda de regionalismo aberto”.

Os países da América Latina, ao longo da década de 1980, envoltos a uma série de crises (inflacionária, fiscal e da dívida pública); sob forte pressão de credores internacionais (em especial, o Clube de Paris, o FMI e o Banco Mundial) visto risco de estaque de financiamento; além de forte pressão de setores domésticos estratégicos (em especial, grandes empresas do setor de exportação) afetados pela crise; consentiram na gradual reestruturação de suas economias. (Paiva & Braga, 2007)

Nesse sentido, sob o prognóstico neoliberal, estas medidas de reestruturação visavam dar início, na América Latina, a um concatenamento de eventos que os recolocaria no caminho do desenvolvimento: primeiro, a progressiva retirada da figura do Estado, em favor das forças de mercado; segundo, por meio da desregulamentação econômica e financeira, assegurar uma maior abertura das economias nacionais ao comércio internacional; terceiro, tal abertura, garantiria maiores níveis de concorrência comercial, que, por sua vez; quarto, incentivaria maiores níveis de produtividade e eficiência; quinto, aumentando a competitividade das empresas nacionais, à nível internacional (buscando uma maior e melhor inserção produtiva e tecnológica na economia mundial); sexto, aumentando assim a atratividade de recursos e investimentos - para os setores comerciais e financeiros

domésticos - externos, e ainda; sétimo aquecendo as economias doméstica. (Falk, 2003; Crow, 2007)

No que se refere às funções do Estado; diferentemente do papel exercido ao longo do modelo de regionalismo aberto, não compete mais ao Estado, promover e coordenar o processo de integração e desenvolvimento, mas sim, compete a ele apenas a função de efetivar e garantir as reformas necessárias, para que o setor privado e as forças de mercado, promovam o desenvolvimento e a integração de fato. (Söderbaum & Öjendal, 2002; Väyrynen, 2003)

Por consequência, o avanço de tais políticas, impactaram de maneira direta no entendimento do papel que o regionalismo deveria desempenhar, no que tange a composição de política econômica e de política externa de cada Estado. Desenhava-se a concepção de que o regionalismo deveria constituir-se como instrumento para enfrentar a globalização econômica e financeira, operando como um trampolim para integrar as economias aos mercados mundiais (Söderbaum, 2005; Ruiz, 2007).

O regionalismo, dessa forma, tornou-se um instrumento de abertura comercial, com a progressiva retirada/transferência das funções e capacidades do Estado em prol de um ambiente mais desregulamentado, para a livre alocação dos fatores de produção, por meio do mercado. Priorizando, sistematicamente, a esfera econômica, em detrimento à esfera política, relegando assim, o diálogo político (quando presente), em linhas gerais, à novos meios e métodos para liberalizar os mercados nacionais.

Nesse sentido, segundo Ruiz (2007), avocava-se o consenso de que era preciso operar medidas de abertura comercial, sendo o regionalismo compreendido como uma etapa inicialmente necessária para a adaptação das economias nacionais às novas exigências dos mercados, em complementaridade com as diretrizes de abertura comercial no âmbito do então Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Resistia-se arduamente, nesse sentido, à aplicação/discriminação de faixa tarifária praticadas por blocos regionais (em relação à países não-membros), superior àquela aplicada por cada país individualmente antes da formação do grupo, conforme determinava o regime multilateral de comércio consubstanciado no GATT. (Ruiz, 2007)

Uma melhor inserção no âmbito da divisão internacional do sistema produtivo, permite uma maior captação de recursos (aumento das exportações ou de investimentos externos diretos), aos quais, implicam em uma melhor alocação interna dos fatores de produção (capital e trabalho), gerando ganhos de produtividade. Tais ganhos, induzem a expansão da produção, que por sua vez, requer a incorporação de mais trabalhadores ao sistema produtivo. Mais trabalhadores, implicam em uma maior massa salarial, que por sua vez, representa a solução neoliberal para os principais problemas domésticos (mais eficiência, menor desemprego, menor desigualdade, maior autonomia, etc.). (Paiva & Braga, 2007)

A abertura comercial seria a solução para elevar a competitividade, ao passo que a abertura financeira promoveria o influxo de investimentos, necessários para promover o crescimento econômico. Assim, não se trata mais de promover a industrialização pela substituição de importações, mas sim, de atrair o capital externo privado para novos investimentos, fomentar as exportações e, por conseguinte, conquistar um maior e mais dinâmico espaço no comércio internacional. (Paiva & Braga, 2007)

De maneira paralela, a desregulamentação da economia, aliada à redução das barreiras (tarifárias e não-tarifárias), refletiriam uma redução dos custos de transação, incentivando assim, a renovação e a expansão da infraestrutura física que interligaria os países, promovendo assim, a execução das reformas institucionais que eliminariam ou harmonizariam as regras necessárias para facilitar a integração dos mercados incompletos ou segmentado.

O regionalismo, dessa forma, não se constituiria mais, como um objetivo per si, mas apenas um meio para se construir uma futura economia internacional livre de protecionismo e de barreiras para a troca de bens e serviços. A formação de áreas de livre comércio e de uniões aduaneiras não deveriam significar o fechamento das regiões para o mundo (blocos regionais são a “segunda melhor opção⁴”, devendo eventualmente transitar para o estágio de livre comércio), mas sim, um primeiro passo, rumo a um mundo sem barreiras comerciais. (Hettne, 2005)

⁴ Expressão popularizada pelo economista liberal, Jacob Viner (1950), que era radicalmente contrário à implementação de blocos econômicos, no entanto, admitia sua inicial necessidade (como

Levando em consideração a rápida transformação do cenário internacional e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos Estados latino-americanos, a CEPAL, no início da década de 1990, realizou uma revisão em seu modelo de substituição de importações, identificando suas principais limitações e obstáculos, a fim de propor um novo modelo teórico de regionalismo que melhor pudesse se adequar à situação em que se encontravam os países da América Latina. (Fawcett, 2005)

Por ocasião, sob a coordenação do então secretário executivo Gert Rosenthal (1988 – 1997), foi lançado o documento da CEPAL, intitulado; “Trasformação produtiva com Equidade”, cuja intenção era de revisitar os conceitos e rever o modelo de desenvolvimento outrora proposto, em virtude do novo contexto internacional. (Reinalda, 2009)

Em essência, de acordo com Fawcett (2005), o novo modelo proposto pela CEPAL, buscava conciliar a crescente tendência de liberalização multilateral do comércio com o resguardo gradual das economias domésticas latinas, centrando-se assim, sobre as devidas estratégias de conquista de uma maior competitividade internacional, através de uma maior eficiência e de inovações tecnológicas nos processos produtivos.

Ancorado sobre a já referida degeneração dos termos de troca, o documento destacou ainda dois elementos importantes de perpetuação do subdesenvolvimento, são eles: os desníveis tecnológicos vigentes e também as disparidades de know-how (conhecimento técnico específico) entre o Centro e a Periferia. (Bielschowsky, 2000)

Em linhas gerais, ao fato de as indústrias dos países centrais serem mais eficientes e/ou possuírem o monopólio de tecnologias de produção mais avançadas, colocá-las-ia em vantagem frente às indústrias dos países periféricos (maiores os níveis de eficiência, maior a produtividade, menores os custos e assim maior competitividade), criando assim, polos de atratividade de recursos às indústrias dos países mais avançados, isto por sua vez, reforça o “ciclo vicioso”, de fuga de

solução deveria ser apenas temporária), ante os então atuais desequilíbrios das forças de mercado. Portanto, o autor considerava a formação de blocos regionais como a “segunda melhor opção”, antes as dificuldades iniciais de se constituir um livre mercado global.

capitais da periferia para a centro, e ainda perpetua o processo de degeneração dos termos de troca. Como resultado, o ciclo ainda estimula/favorece a concentração e a centralização das inovações tecnológicas nas matrizes produtivas dos países centrais, reforçando novamente o ciclo. (Bielschowsky, 2000)

Assim, sem os devidos investimentos (econômicos e tecnológicos), as economias periféricas seriam assim, constrangidas a permanecerem em um estágio inicial de desenvolvimento, especializadas na simples produção e exportação de bens primários, ou ainda, em um processo de desenvolvimento caudatário, enquanto semiperiferia.

A solução proposta, desta forma, consistiria na indução direta de maiores níveis de eficiência e de produtividade, via maior concorrência de mercado, isto é, fomentar maior abertura econômica e financeira, de modo a aumentar a concorrência doméstica, forçando assim, às empresas e indústrias nacionais, a se tornarem mais eficientes e produtivas para não serem expulsas do mercado. A abertura comercial seria a solução para elevar a competitividade, ao passo que a abertura financeira traria os investimentos necessários para a retomada do crescimento. (Bielschowsky, 2000)

Regionalismo, por sua vez, recai sobre o preceito de “segunda melhor opção”, visto que o fenômeno deve ser compreendido apenas enquanto meio para se obter maiores níveis de eficiência e produtividade e assim, melhor competir no mercado internacional, do que uma finalidade em si. (Hettne, 2005)

Da forma como definido o conceito de regionalismo aberto, no documento da Cepal:

"(...) fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos." (CEPAL, 1994, p.145)

Em suma, o processo de regionalismo, tal como reformulado pela CEPAL, pode ser entendido como uma estratégia de se buscar uma maior eficiência econômica a partir da integração regional, tendo como objetivo primário, melhorar o posicionamento dos países no novo contexto econômico internacional, ao

promover inovação, maior eficiência e produtividade por meio da competição, em um mercado mais livre. (Bielschowsky, 2000)

Essa nova perspectiva influenciou a criação de novas instituições regionais, ao longo de toda década de 1990, centradas especificamente sobre este novo paradigma de regionalismo; entre as principais, destaca-se: o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta, 1989); o Sistema de Integração na América Central (1991); o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul, 1991); a Associação dos Estados Caribenhos (1994); e a Área de Livre-Comércio do Grupo dos Três (G3, 1995). (Fawcett, 2005)

Todas estas instituições, ao longo de toda década 1990, obtiveram em maior ou menor magnitude, relativo sucesso, dado os propósitos para a sua criação, efetivamente incrementando os níveis de comércio intra e extra-bloco, bem como ampliando o grau de abertura comercial e financeira dos países membros. No entanto, no início do século XXI, dado as fortes transformações no cenário político e econômico, tanto regional quanto internacional, todas estas instituições acabaram passando por períodos de forte estagnação e/ou reestruturação interna.

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, segundo Sanahuja (2012), o cenário político Sul-americano passou por significativas mudanças, que configuraram uma reorientação no perfil da política externa dos países da região e uma releitura sobre os modelos integrativos para a América Latina, tendo como forte elemento em suas agendas, a realização de uma revisão crítica das políticas neoliberais da década anterior, promovendo assim, o aparecimento de alternativas para a integração regional do continente.

2.1.3

A terceira Onda de Integração – Regionalismo Pós-Hegemônico

Em detrimento às profundas transformações políticas e econômicas engendradas na América latina, ao final do século XX, o início do século seguinte, de acordo com Sanahuja (2012), marcou-se pela renitência às reformas promovidas e pelo crescimento de movimentos políticos de oposição por todo continente, alterando assim, as configurações de forças políticas domésticas, reorientando o perfil da política externa de muitos países da região, e, por conseguinte,

promovendo uma leitura alternativa sobre o modelo de integração a ser seguido pela América Latina.

No plano internacional, o crescimento da participação da China no mercado mundial, favoreceu largamente os países sul-americanos, em três sentidos: primeiro, pelo aumento do influxo das receitas provenientes do crescimento do volume das exportações para a China; segundo, com o aumento dos preços das commodities, oriundas da pressão chinesa pela demanda de insumos e produtos de gênero primário (principais elementos da pauta de exportação sul-americana); e terceiro, pela maior autonomia política e econômica da região, no cenário internacional. (Domínguez, 2016).

Aliado ao crescimento da participação da China, houve um concomitante distanciamento dos Estados Unidos para com a região. Ao início do século XXI, uma sucessão de eventos, contribuíram, em maior ou menor medida, para o crescente desinteresse/distanciamento no relacionamento entre os Estados Unidos e a América do Sul, sendo: primeiro, a priorização americana do relacionamento com Oriente Médio e à Europa, dado a Guerra ao Terror (campanha militar desencadeada pelos E.U.A, em resposta ao atentado contra o World Trade Center, em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001); segundo, as consequências da guerra ao terror, opondo a região às ações americanas (especialmente a invasão dos Estados Unidos ao Iraque); terceiro, a exposição de uma série de escândalos de espionagem (episódio conhecido como escândalo do WikiLeaks), desencadeado por um então agente da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos; e quarto, a excessiva securitização das agendas por parte dos Estados Unidos, dificultando o trato a outras questões importantes. (Sanahuja, 2010; Lima, 2013; Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

Há de se destacar ainda dois elementos: primeiro, o crescente ceticismo com a atuação e a efetividade das instituições internacionais (em especial a ONU e o FMI); e segundo, nas dificuldades de negociação comerciais e nos subsequentes impasses (acordo das multifibras, direitos de propriedade intelectual, liberalização de produtos primários, dumping social, etc.) sobre a liberalização do comércio multilateral. Ambos os fatores, favoreceram em grande medida, incentivos para aproximação política entre os países sul-americanos, que começaram a exigir um

papel mais influente na agenda internacional, e ainda, lidaram com a criação de novas instituições regionais, para intermediar e ajudar a resolver os seus próprios impasses. (Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

No plano regional, o fraco desempenho econômico, aliado à desilusão dos resultados das reformas estruturais suscitadas pelo Consenso de Washington, reforçou para alguns países sul-americanos, o diagnóstico de que as consequências da adoção do modelo de regionalismo aberto (cortes nos gastos públicos, privatização de empresas estatais, a flexibilidade laboral e o desaparecimento de fornecer subsídios nos setores de saúde e educação) foram onerosas demais e/ou favoreceram apenas os setores mais ricos (principalmente, os setores de exportação, as grandes empresas nacionais e multinacionais e o sistema financeiro internacional). (Sanahuja, 2010; Lima, 2013; Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

Este cenário, favoreceu, em grande medida, para que uma série de partidos políticos pouco expressivos e outsiders políticos⁵ (indivíduos não pertencentes às elites políticas tradicionais) chegassem à presidência de vários países sul-americanos. Contribuindo assim (em magnitudes diferentes) para o sistemático afastamento das políticas econômicas neoliberais, e, por conseguinte, das diretrizes de adoção do modelo de regionalismo aberto; fomentando ainda, a proposição de um modelo alternativo de integração para a América do Sul. (Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

Entre as principais plataformas políticas em comuns, presentes ao longo da “virada a esquerda”, alinharam-se: críticas ao modelo econômico neoliberal e também aos seus principais promotores (EUA, FMI, Banco Mundial), o resgate e ampliação do papel do Estado frente as forças de mercado, equidade social, a defesa da identidade regional e a preocupação com as assimetrias entre os Estados.

Neste sentido, aponta-se que a estabilidade política no continente, aliada às melhorias nas condições econômicas dos países sul-americanos, somadas à “virada a esquerda” (termo cunhado por Fiori (2006:45) para remeter à “inflexão sincrônica

⁵ Hugo Chávez (1998) e Nicolás Maduro (2013), na Venezuela, Luís Inácio Lula da Silva (2003) e Dilma Rousseff (2011), no Brasil, Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007), na Argentina, Tabaré Vazquez (2004) e José Mujica (2010), no Uruguai, Evo Morales (2004), na Bolívia, Michelle Bachelet (2006 – 2010) (2014), no Chile, Rafael Correa (2007), no Equador, Daniel Ortega (2007), na Nicarágua, e Ollanta Humala (2011) no Peru.

democrática de governos de esquerda, no continente sul-americano no alvorecer do século XXI”), aquiesceram a quebra da hegemonia do modelo de regionalismo aberto. (Väyrynen, 2008)

Vale ressaltar que a emergência deste movimento crítico, não rompeu pronta e inteiramente com as diretrizes do neoliberalismo no continente, no entanto, estabeleceu novas diretrizes para consolidação de um modelo alternativo. (Väyrynen, 2008; Sader, 2010; Serbin, 2011; Tussi, 2011; Riggirozzi, 2012)

Este é o contexto que, segundo Giordano & Ramos (2014), marca o início da terceira onda de integração regional na América Latina, a denominada “onda de regionalismo pós-hegemônico” (também referido como pós-liberal ou pós-comercial).

A terminologia exata, no entanto, varia entre alguns autores, a depender da demarcação a ser ressaltada, por exemplo: Veiga & Ríos (2007) e Sanahuja (2008) denominam este novo paradigma de integração como “pós-liberal”, para destacar a trajetória de afastamento, político e ideológico da matriz neoliberal na América do Sul; já Giordano & Ramos (2014), Tussie (2011) e Riggirozzi (2012), se utilizam do termo “pós-hegemônico”, para destacarem a quebra de hegemonia do modelo de regionalismo aberto, e a sua subsequente coexistência como um modelo alternativo; ao passo que, Sader (2010), se utiliza do termo “pós-comercial”, para ressaltar, principalmente, a ampliação das agendas políticas ocorridas ao fim do século XX, transcendendo a priorização da esfera econômica para abarcar a esfera política, social e cultural.

Em particular a esta análise, utiliza-se da terminologia “pós-hegemônico”, em sintonia com a definição utilizada por Pía Riggirozzi (2012:12), de modo a remeter especificamente à:

By post-hegemonic I mean regional structures characterized by hybrid practices as a result of a partial displacement of dominant forms of US-led neoliberal governance in the acknowledgement of other political forms of organization and economic management of regional (common) goods. (RIGGIROZZI, 2012, p.12)

Destarte as diferenças de enfoques, como colocado por Serbin & Martínez (2014), há de se destacar a convergência entre os diferentes autores, no que tange a dois elementos centrais, na caracterização do modelo de regionalismo pós-hegemônico, que são: primeiro, a composição de uma agenda integrativa de cunho desenvolvimentista, resistente à abertura comercial; e segundo, por uma agenda

antiliberal, que propicia a convergência associativa entre países ideologicamente congêneres.

Nesse sentido, a premissa central do modelo de regionalismo pós-hegemônico revolve sobre a renúncia de práticas de liberalização dos fluxos comerciais e dos investimentos, indicando que estes, não foram capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico necessários. O aprofundamento de políticas neoliberais ao longo da década de 1990, acabou por concentrar e centralizar em demasia a renda (ampliando por demais as desigualdades sociais), reduziu sistematicamente os espaços para realização de políticas nacionais autônomas (sem influência ou interferência externa), como também dificultou/inviabilizou a adoção de uma agenda regional, com temas que não se limitassem à esfera econômica (pobreza, democracia, equidade social, etc.). (Veiga; Rios, 2011).

Assim, diferentemente do entendimento do fenômeno do regionalismo enquanto “segunda melhor opção” relativo ao livre comércio internacional, cuja ponto focal se centrava no processo de inserção e competição comercial internacional; uma nova compreensão sobre o significado e a finalidade do regionalismo se desenvolveu, centrando sobre: primeiro, prevalência da esfera política em detrimento dos temas econômicos e comerciais; segundo, o retorno da agenda desenvolvimentista, buscando superar os ditames do Consenso de Washington; terceiro, o protagonismo do Estado em detrimento à forças do mercado; quarto, ênfase na agenda positiva de integração, com foco na composição e fortalecimento das instituições e políticas comuns; quinto, priorização da cooperação sul-sul entre os Estados (especialmente no âmbito não-comercial); e sexto, uma maior preocupação com as desigualdades/assimetrias no que tange ao desenvolvimento e às dimensões sociais. (Väyrynen, 2008; Sader, 2010; Serbin, 2011; Tussi, 2011; Riggirozzi, 2012)

Nesse sentido, houve um forte movimento de repolitização da ideia de região, com uma maior ênfase na agenda de integração positiva⁶, no fortalecimento

⁶ Integração Positiva, segundo Väyrynen (2003:17) remete ao: “tipo de integração que ocorre por meio de políticas conjuntas, acordadas e executadas pelos órgãos de uma organização internacional ou supranacional que: regulam o funcionamento dos mercados, o ritmo da integração e promovem o desenvolvimento econômico e social”.

da autonomia nacional e regional, com foco na criação de instituições e políticas comuns e uma cooperação mais intensa em áreas não comerciais. A agenda da integração começou a ser ampliada e diversificada para abarcar temas políticos e sociais, enquanto a dimensão econômica passou a ser percebida pela ótica das assimetrias políticas e estruturais.

Em sincronia, tornou-se um elemento central, o "retorno" e do reaparelhamento da figura do Estado, manifesta por meio do "resgate" e do "alinhamento" de suas finalidades, no que diz respeito ao seu: protagonismo, incentivo e condução de políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação (Sader, 2010); no resgate à constituição e no alinhamento de políticas externas; pela sua relevante capacidade de intervenção de financiamento; e, pelo planejamento e promoção de políticas e projetos sociais e de desenvolvimento. (Serbin, 2011; Ruiz, 2013).

O "resgate" e o progressivo "reaparelhamento" da figura do Estado, também reavivou o debate acerca de suas prioridades, do financiamento, do direcionamento e de suas finalidades. (Bezzi, 2004)

No que tange às prioridades do Estado, progressivamente, se fortalecia a posição de que o Estado deveria atuar de maneira complementar às forças do mercado. Em um movimento de reorientação do modelo de "Estado Mínimo" neoliberal, passou-se a pressionar para uma maior presença de um Estado forte capaz de garantir a correção das falhas e assimetrias de mercado e ainda criar as regulamentações necessárias e fiscalizar e corrigir desequilíbrios/excessos. (Bezzi, 2004; Serbin, 2011; Ruiz, 2013)

No mesmo sentido, no que diz respeito à orientação política e ao direcionamento que o Estado deveria priorizar, passou a ganhar mais força, a posição de que deveria haver uma priorização das iniciativas de integração, entre países com o mesmo nível de desenvolvimento relativo, tendo em vista o anseio de não reprodução da dinâmica assimétrica econômica e de poder. Nesse sentido, houve uma revigoração às iniciativas de cooperação Sul-Sul, em concomitância a resistência/desincentivo à iniciativas de cooperação Norte-Sul. (Bezzi, 2004; Domínguez, 2016)

Por fim, no que se refere às fontes de financiamento (investimentos, empréstimos, transferências, etc.), fortaleceu-se uma posição comum de que as fontes internacionais de financiamento deveriam ser evitadas, sobre o princípio de que estas afetariam negativamente as capacidades Estatais de exercer e auto afirmar, autonomamente sua soberania nacional. Assim, notadamente se estimulou a criação de instâncias de financiamento alternativo (e complementar) às instituições financeiras internacionais (Banco do Sul, Banco dos Brics, etc.). (Bezzi, 2004; Sader, 2010)

2.2

O Mercado Comum do Sul - Mercosul

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), enquanto instituição formal, nasceu em um momento particular da trajetória dos países que o compõem, em meio a profundas transformações no sistema internacional, e em particular, envolto a um cenário de fortes reestruturações nos países do continente sul-americano.

Uma breve recapitulação do cenário, no plano internacional, durante a década de 1990, destaca-se: o fim da Guerra Fria e da bipolaridade na ordem política mundial (marcando um período de menor interferência direta americana, para com os Estados da América do Sul), o aprofundamento do processo de globalização, o crescimento do comércio mundial e dos fluxos de mercadorias entre os países, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), os fortes avanços do modelo político-econômico neoliberal (principalmente por meio das políticas de financiamento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) e a expansão da formação de blocos regionais (em especial, o avanço do projeto da ALCA, a criação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA - e pela consolidação do bloco da União Europeia - UE). (Hobsbawn, 2004; Frieden, 2008)

Por sua vez, no plano regional, o cenário a qual os Estados sul-americanos se encontram, destaca-se: a consolidação do período de redemocratização dos países sul-americanos, os fortes desequilíbrios macroeconômicos e financeiros herdados da década passada (1980 a década perdida), aliado ao expressivo aumento do endividamento externo entre estes Estados, e por fim, a gradativa transição para

governos de centro-direita, seguindo diretrizes político-econômicas neoliberais - assentando assim, as bases para o modelo de regionalismo aberto entre os países da região. (Söderbaum & Öjendal, 2002; Falk, 2003; Väyrynen, 2003)

Assim, o intento desta seção, consiste em apresentar o contexto internacional e regional, de formação e desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), destacando, em especial, os paradigmas normativos adotados por esta instituição, no que concerne às iniciativas de integração regional, na América do Sul.

O arquétipo a qual se estruturou o Mercosul, começou a ser desenvolvido, segundo Ruiz (2007), logo após o fim do período de ditadura militar brasileiro, isto é, em julho de 1985, a partir da maior aproximação bilateral entre o então presidente da Argentina, Raúl Alfonsín e o recém empossado presidente do Brasil, José Sarney.

Como resultado desse processo, firmou-se em julho de 1986, a declaração de Iguazu, cujos os pontos centrais consistiam: no reforço mútuo e na promoção da democracia, a necessidade de atuação coordenada frente a problemas comuns (crise da dívida externa, crescente protecionismo dos países desenvolvidos, resgate de credibilidade frente os credores internacionais, etc.) e no desejo de implementar acordos políticos e econômicos, que viessem a estimular a expansão e a modernização das suas respectivas economias domésticas, em uma estratégia de integração gradual de setores econômicos complementares, de modo a respeitar, o equilíbrio e a simetria entre as suas matrizes industriais e os seus mercados. (Ruiz, 2007).

Sobre estes auspícios, observou-se a sinergização de ambos países em torno de temas importantes, como: a constituição da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o firme apoio concedido pelo Brasil à Argentina durante a Guerra das Malvinas, a formação de comissões mistas de debates sobre endividamento externo e crise econômica, e, em especial, a constituição conjunta do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). (Almeida, 2003)

O PICE, segundo Almeida (2003), se baseava em princípios bastante diferentes do que mais tarde (início dos anos 1990) seriam as diretrizes do bloco do Mercosul. Assentado sobre a graduação, flexibilidade, equilíbrio e simetria entre os

países, o programa retomava muitos dos elementos diretivos Cepalinos (do velho regionalismo), preconizando uma integração paulatina, por setores industriais cuja complementação dinâmica constituía o próprio epicentro do processo de regionalismo.

Embora o PICE tenha sido considerado uma iniciativa muito bem-sucedido (Almeida, 2003; Vaz, 2002; Ruiz, 2007), frente as adversidades que se seguiram, tal proposta cederia espaço à um novo modelo que então se tornaria as bases sobre as quais se erigiria o Mercosul.

As fortes flutuações econômicas e o fracasso dos programas implementados para corrigi-las – Sarney (plano cruzado, plano cruzado II, plano Bresser, plano verão) e Alfonsín (plano cavalo, plano primavera) – gerou alguns atritos políticos e dificultou a capacidade de coordenação entre ambos os países. Em concomitância, a forte pressão do financiamento condicionado às diretrizes do consenso de Washington (em especial, advindos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial), redundou em pouco espaço político para dar continuidade ao projeto do PICE. E ainda, na sequência, a vitória nas eleições no cone sul, de governos de plataformas centro-direita⁷, e os seus subsequentes alinhamentos às diretrizes do consenso de Washington, sacramentou o direcionamento a ser seguido pela próxima década. (Söderbaum & Öjendal, 2002; Falk, 2003; Väyrynen, 2003; Ruiz, 2007; Serbin, 2011)

Dessa forma, no contexto de fortes pressões internas e externas e de delicadas circunstâncias domésticas, que ambos os países (Brasil e Argentina) encontraram na criação de uma união aduaneira, uma forma dirimir tais adversidades.

Frente à nova conjuntura política e econômica de ambos os países, logo no início da década de 1990, subscreveram-se em 6 de julho de 1990, os presidentes Fernando Collor do Brasil e Carlos Menem da Argentina à Ata de Buenos Aires, cujo objetivo foi o estabelecimento inicial de uma união aduaneira, através de uma redução geral, linear e automática dos impostos, até a devida criação de um mercado

⁷ Fernando Collor no Brasil (1990 – 1992), Carlos Ménem na Argentina (1989 – 1999), Luís Alberto Lacalle no Uruguai (1990 – 1995) e Andrés Rodriguez no Paraguai (1989 – 1993).

comum entre ambos os países, estendendo também formalmente a proposta ao Paraguai e ao Uruguai. (Ruiz, 2007)

Em agosto do ano seguinte, seguiu-se a adesão do Paraguai e Uruguai ao processo em curso, o que culminou na assinatura do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, resultando na constituição formal do bloco do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O acordo constituinte do bloco, o Tratado de Assunção (1991) incorporou em quase sua totalidade as recomendações do Consenso de Washington, ao modo que seus objetivos primários, consistiam: na promoção de economias de escala entre os países membros; segundo, a ampliação do intercâmbio comercial e financeiro; e terceiro, no impulso à inserção mais competitiva de seus países-membros no cenário comercial internacional. (Söderbaum & Öjendal, 2002; Vaz, 2002; Väyrynen, 2003; Almeida, 2003)

Para garantir o alcance de tais objetivos, estabelecia-se tais diretrizes: primeiro, um programa de liberalização comercial linear, progressiva e automática, com livre circulação de bens, serviços e insumos; segundo, a coordenação das políticas macroeconômicas entre os países-membros; terceiro, o estabelecimento de uma tarifa externa comum; quarto, a adoção de acordos setoriais; e quinto, a regulação de um regime geral de origem, cláusulas de salvaguarda e solução de controvérsias.

O Tratado de Assunção (1991), também previa a criação de uma estrutura burocrática-institucional mínima, encarregada da administração e de execução do Tratado, bem como dos acordos específicos e das decisões que seriam adotadas durante o período de transição.

Nos anos seguintes, na Reunião da Cúpula de Presidentes de Ouro Preto, em dezembro de 1994, aprovou-se o Protocolo de Ouro Preto, adicional ao Tratado de Assunção, por meio do qual, se estabelecia uma estrutura burocrático-institucional formal do Mercosul, dotando o bloco de personalidade jurídica internacional e capacitando-o, assim, a negociar como entidade única. Entre outras deliberações importantes, foi estabelecida uma Tarifa Externa Comum (TEC), consolidando e aprofundando a busca do objetivo de estabelecer um mercado único, transpassando assim, pelas “etapas intermediárias” de zona de livre comércio e de união aduaneira,

com o fulcro de gerar crescimento das economias dos Estados membros e de dar maior poder de negociação ao bloco. (Almeida 2003; Ruiz, 2007)

No que tange a composição e ao funcionamento desta nova estrutura burocrático-institucional, optou-se por um desenho institucional intergovernamental, criando órgãos compostos por representantes dos poderes executivos dos Estados-membros, e um sistema de tomada de decisão por consenso. E, destarte a criação e a defesa de normas (exceto as de caráter organizacional) por parte destes organismos, estas, não possuem aplicabilidade direta, devendo antes serem ratificadas por todos membros para entrarem em vigor. (Vaz, 2003)

Neste primeiro momento começam a se constituir os primeiros grupos de trabalho, subgrupos de trabalho Ad Hoc, reuniões ministeriais e outras instâncias, muito influenciadas pela perspectiva abrangente que o MERCOSUL apresentava ao propor conformar um Mercado Comum.

Assim, inicialmente, o Mercosul ficou, então, constituído por três órgãos principais (BRASIL, 2007), mas tarde sendo criado o quarto, são eles: primeiro, o Conselho do Mercado Comum (CMC), responsável pela condução política do processo de integração) e o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo, que aprova resoluções obrigatórias para os Estados Partes), ambos criados pelo Tratado de Assunção; segundo, a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), órgão encarregado de velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento do bloco, criada pelo Protocolo de Ouro Preto. Posteriormente, a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRM), o órgão que tem por finalidade, analisar e debater os rumos sociais, econômicos e políticos do bloco, criado em 2003. (Vaz, 2003)

Para o funcionamento do Grupo Mercado Comum, o principal mecanismo decisório da instituição, foram constituídos quatro tipos de órgãos subordinados, sendo: a) as comissões específicas, que exercem as funções específicas para o funcionamento do GMC; b) os grupos de Trabalho (GTs), que são órgãos técnicos e temáticos permanentes para a coordenação de políticas públicas e o desenvolvimento de políticas comuns da agenda do processo de integração; c) os Grupos Ad Hoc, que cumprem mandatos específicos por prazos determinados, e;

d) as Reuniões Especializadas (RE), criadas para desenvolver políticas vinculadas ao processo de integração em áreas temáticas específicas.

Em particular, dado o seu destaque e a sua importância para com esta análise, detalha-se que os Grupos de Trabalho (GTs), são subsistemas especializados que assessoram o Comitê Coordenador Regional (CCR) ou uma Comissões Regionais Coordenadoras de Áreas (CRCA). Contam com um funcionamento permanente e tem como objetivo projetar e/ou realizar uma ou várias tarefas relacionadas a um designado tema. Para que haja a criação de um Grupo de Trabalho, deve haver uma submissão formal ao CCR e em seguida, esperar a sua aprovação na Reunião de Ministros do Mercosul.

No ato de criação do Mercosul, a proposta inicial seria da formação de 10 GTs, aumentados para onze no ano seguinte. Posteriormente, no ano 2000, estes foram reorganizados e divididos em 18 áreas diferentes, tratando dos mais variados temas: Comunicações; Aspectos Institucionais; Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade; Assuntos Financeiros; Transportes; Meio Ambiente; Indústria; Agricultura; Energia; Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social; Saúde; Investimentos; Comércio Eletrônico; Integração Produtiva; Mineração e Geologia; Contratações Públicas; Serviços.

Nesse sentido, em particular, durante seus primeiros anos de existência, o processo de integração regional promovido pelo Mercosul orientava-se basicamente, sobre duas diretrizes: primeiro, na liberalização do comércio intrabloco, com o objetivo específico de expandir os mercados nacionais de cada país; promovendo assim a) especialização produtiva através da complementação dos diferentes setores da economia, b) redução dos custos de produção e c) ganhos de economia de escala; e, em segundo lugar, criar um ambiente solícito para a atração de recursos (tecnológicos e financeiros) para ampliar a capacidade de investimento. Ambos os movimentos com o intuito direto e final de aumentar a competitividade comercial e o poder de barganha de seus membros no sistema internacional. (Almeida, 2003; Vaz, 2003; Ruiz, 2007)

Os resultados de curto prazo, isto é, nos oito anos subsequentes a sua criação (1991 a 1998), dado os objetivos propostos, foram bastante favoráveis, uma vez que os benefícios trazidos pela integração se refletiram positivamente nos indicadores

econômicos. O comércio intrabloco quase quintuplicou, passando de US\$ 4,5 Bilhões para US\$ 18,5 Bilhões, atingindo o ponto de pico em 1999. Deste ponto em diante, no entanto, observou-se uma tendência de declínio no comércio e o afastamento gradual dos Estados membros às normas e metas estipuladas pelo bloco, tendência esta, que se agravou nos quatro anos seguinte, mergulhando o bloco em uma profunda crise. (Vaz, 2001; Cervo & Rapoport, 2005)

Assim, no quinquênio que se seguiu (1999 – 2003) a intercorrência de três eventos, são apontados como marcos do período de estagnação e crise do Mercosul, além de possíveis indicativos na transformação das diretrizes do bloco, são eles: primeiro, a crise financeira brasileira, culminando na maxidesvalorização do real, em 1999 (Vaz, 2001; Ruiz, 2007); segundo, a ascensão de regimes políticos de esquerda eleição, no cone sul (Ruiz, 2007; Onuki, 2009); e terceiro, o início do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul, em 2006 (Ruiz, 2007; Baumann & Mussi, 2009;).

Há um consenso acadêmico sobre o fato de o bloco ter entrado em crise, no entanto, não há consenso sobre exatamente que direcionamento o bloco tomou, dado esta crise (Vaz, 2001, 2003; Almeida, 2003, 2009; Ruiz, 2007; Onuki 2009; Baumann & Mussi, 2009). Por um lado, alguns autores consideram a crise do Mercosul, como um relevante contratempo na história da instituição, um intenso estado estacionário que, todavia, não alterara fundamentalmente a sua dinâmica geral de funcionamento ou alterado as suas diretrizes teórico-ideológicas, que continuam sendo essencialmente neoliberais, ancoradas no modelo de regionalismo aberto (Vaz, 2003; Almeida, 2009). Por outro lado, muitos outros autores consideram a crise, como uma sucessão de eventos que consequentemente alteraram as diretrizes e as bases teórico-ideológicas a qual o bloco se assenta. (Ruiz, 2008; Onuki, 2009; Baumann & Mussi, 2009; Lima, 2013)

O primeiro evento consiste na crise da economia brasileira no final de 1998, a qual culminou com a desvalorização do real, no início de 1999. Tal evento, engendrado por uma série de flutuações cambiais no mercado internacional (México em 1994-1995, Leste Asiático em 1997-1998, Rússia em 1998, Brasil em 1999, e Argentina em 2001-2002) resultou em uma maxidesvalorização da moeda brasileira (o Real), causando fortes distúrbios nas balanças comerciais entre os

países membros do Mercosul, dado a expressiva vantagem comercial que dela se derivou, aos produtos brasileiros. (Vaz, 2001)

Em linhas gerais, compete-se que o processo de desvalorização da moeda brasileira alterou artificialmente os graus de competitividade comercial no interior do Mercosul, afetando de forma significativa os ganhos de comércio provenientes da redução/liberalização das barreiras comercial no interior do Mercosul. Lentamente, os produtos brasileiros passaram a inundar os mercados dos demais países (especialmente o mercado argentino), criando uma série de tensões políticas e de dificuldades logísticas entre os Estados membros, enfraquecendo por fim, o apelo de pertença ao bloco. Entre os problemas criados, destaca-se: primeiro, a crescente dificuldade de coordenação das políticas macroeconômicas – necessária para a devida atuação em bloco; segundo, a progressiva desorganização da complementariedade entre as cadeias produtivas – alterando os incentivos necessários à manutenção no bloco; e terceiro, a subsequente acentuação do grau de assimetria econômica entre os países membros. (Vaz, 2001)

Em consonância a este primeiro elemento, ressalta-se a expressiva alteração do cenário político sul-americano, no início do século XXI. Conforme já adiantado, dado o crescente ceticismo com o modelo de liberalização proposto no Consenso de Washington e a progressiva dessatisfação com os seus resultados, ajudou a conduzir uma série de outsiders políticos oriundos de movimentos populares e/ou partidos de esquerda menos expressivos no cenário nacional. (Ruiz, 2013; Lima 2013)

A “onda rosa” (Panizza, 2006; Silva; 2010) ou “virada à esquerda” (Fiori, 2006) como ficou conhecido este movimento na América do Sul, se iniciou com da eleição de Hugo Chávez, na Venezuela em 1998, e se propalou aos países membros do Mercosul (efetivos e associados), por meio das eleições de: Ricardo Lagos no Chile, em 2000; Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002; Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez, no Uruguai, em 2004; e Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008.

Assim, deste novo quadro político que se procedeu, aponta-se um estreito alinhamento político-ideológico, que resultou em uma maior cooperação e coordenação das políticas externas entre os Estados sul-americanos, provocando

seguidamente, relevantes alterações na compreensão das finalidades: do mercado, do Estado, da região, e de, sobremaneira, na forma e no propósito em que os processos de regionalismo deveriam ocorrer. (Sanahuja, 2010; Serbin & Ramanzini, 2013, Ruiz, 2013)

Deste novo alinhamento político-ideológico, afirma Ruiz (2013) retrata-se a convergência no âmbito doméstico, das múltiplas plataformas de governo dos Estados do Mercosul, que se refletiram em: primeiro, no afastamento das políticas econômicas neoliberais; segundo, na ampliação da agenda do bloco, para além da esfera econômica (democracia, segurança e defesa, assimetrias econômicas, equidade social, etc.); e terceiro, em uma reorientação sinérgica, de norteio e de atuação, na condução das políticas externas.

Para isso, era necessário o “resgate” do poder do Estado, que passou a ser ativamente promovido pelos então presidentes do Cone Sul, de modo a induzir e implementar uma coordenação política mais eficiente e equitativa, ao passo que também almejava transpor a necessidade de criação de melhores mecanismos institucionais para intermediar conflitos e disputas. (Lima, 2013)

Assim, de uma percepção comum negativa/cética dos resultados obtidos por meio das reformas estruturais suscitadas pelo Consenso de Washington, fomentou-se o debate entorno das diretrizes, dos meios e das prioridades nacionais, ante o sistema internacional. Isso se refletiu na subscrição dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva, Nestor Kirchner e Tabaré Vázquez, em 2003, ao Consenso de Buenos Aires (título escolhido deliberadamente, para contrapor as diretrizes acordadas no Consenso de Washington). (Ruiz, 2013)

O documento simbolizava a “readequação” do Mercosul, ao renovar compromisso do Brasil, da Argentina e do Uruguai em: primeiro, fomentar medidas de coordenação política para garantir um espaço de segurança comum e de vigilância dos ilícitos na região; segundo, introduzir uma agenda social no Mercosul; terceiro, promover a cooperação; quarto, implementar avanços no aprofundamento da união aduaneira para enfim, conformar a criação de um mercado comum; e quinto, consolidar um posicionamento político comum em negociações internacionais (Ruiz, 2013; Lima, 2013).

Em termos de agenda, segundo Sanahuja (2010), mostra-se clara a intenção de transpor temas puramente econômicos e incluir/rever problemas cujas dimensões políticas e sociais encontrava-se ausentes, isto inclui, em especial, o tratamento das assimetrias entre os países, distribuição de riquezas, autonomia, equidade social, fome e pobreza.

A expansão da agenda, se refletiu também na expansão da estrutura institucional-burocrática do bloco, quando se criou (em 2003), a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRM), o órgão que tem por finalidade, analisar e debater os rumos sociais, econômicos e políticos do bloco, além de uma série de outros grupos de debate, para discutirem as temáticas supracitadas (Vaz, 2003). Em 2004, o Tribunal Permanente de Revisão. Também nesse ano, começaram a ter lugar grupos de alto nível para o tratamento de questões especializadas. Em 2005, foi aprovado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. Dentre todas essas novidades, contudo, é o chamado “Combate às assimetrias” que figura como a de maior relevância.

A figura 01, a seguir, ilustra a transformação da estrutura institucional-burocrática do Mercosul, a partir de 2003. Além do Conselho do Mercado Comum, do Grupo do Mercado Comum e da Comissão de Comércio (todas criadas em 1991, no Protocolo de Ouro Preto), todos os demais: grupos de debate, foros consultivos e demais comissões, foram criadas a partir deste período.

[illegible]

Em 6 de dezembro de 2006, foi constituído o Parlamento do Mercosul, substituindo a Comissão Parlamentar Conjunta, e ainda no mesmo ano, o CMC propôs a criação de duas novas instituições: o Observatório da Democracia no Mercosul (ODM) e o Instituto Social do Mercosul (ISM), a qual ambos foram criados no início de 2007, finalizando assim, o quadro institucional-burocrático do bloco, a qual temos atualmente.

Em concomitância a estes dois fatores (maxidesvalorização do real, “giro a esquerda”), destaca-se também, o início do processo de adesão venezuelano ao Mercosul, em 2006, que serviu para: primeiramente, reforçar o comprometimento às diretrizes estabelecidas no Consenso de Buenos Aires; em segundo lugar, substanciar um alinhamento político-ideológico entre os maiores Estados do bloco (Argentina e Brasil); e terceiro, tonificar a reorientação das prioridades e da agenda de integração do bloco. (Lima, 2013)

A liderança desse processo de revisão crítica para a região, incidiu-se ao Brasil e à Venezuela, por meio de seus respectivos presidentes, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Hugo Chávez (1999 – 2013). O presidente brasileiro promoveu uma revisão na política externa brasileira (comumente referido como o afastamento do processo de autonomia pelo afastamento, para a promoção do processo de autonomia pela participação) ao priorizar o relacionamento para com a América do Latina e para os países em desenvolvimento - intensificou suas relações com a Comunidade Andina de Nações (CAN), aproximou-se da Índia, Rússia, China e da África do Sul, implementou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), entre outras medidas.

Sobre a iniciativa do presidente venezuelano, reavivou-se no interior do bloco, discussões sobre: assimetrias entre os Estados, o combate à pobreza, a distribuição de riquezas, equidade social, entre outros temas - desde então estas questões passaram a figurar nas declarações conjuntas dos presidentes do Mercosul, assim como nas decisões do Conselho de Mercado Comum e nas resoluções do Grupo de Mercado Comum. Além de promover iniciativas importantes, como: a criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem); o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, de 2008, e o Programa de Integração Produtiva, de 2009.

Por conluente, não há um consenso expreso quanto às diretrizes do Mercosul, no que tange ao direcionamento do processo de regionalismo do bloco. Em alguns casos, considera-se que a “guinada à esquerda” proporcionada no início do século XXI, não signifique a adoção do paradigma pós-hegemônico do bloco, especialmente, dado o fato de não haver nenhum abandono significativo de práticas que espelham o paradigma de regionalismo aberto. Entre os autores (Vaz, 2003; Almeida, 2009;) compreende-se que o bloco ainda prioriza a dimensão econômica e as iniciativas de mercado, destarte o fato de ter havido uma ampliação da agenda e de outras iniciativas de cunho sócio-político. Outros autores apontam que estas medidas sinalizam (Ruiz, 2008; Baumann & Mussi, 2009) e/ou consolidam (Onuki, 2009; Lima, 2013) a transição do bloco para adoção do paradigma pós-hegemônico de regionalismo.

2.3

A Aliança Bolivariana para os Povos da América - ALBA

Diferentemente do cenário a qual transcorreria a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) - isto é, de um ambiente internacional desfavorável e de um delicado contexto regional, político e econômico, a qual muitos países sul-americanos se encontravam, ao longo dos anos 1990 - as circunstâncias a qual nascera a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), foram, em larga medida, mais favoráveis à sua promoção. (Altmann, 2011)

No plano internacional, o início do século XXI, foi marcado por um expressivo aumento do comércio internacional, em grande medida, impulsionado pelo significativo crescimento econômico da China ao longo da década. Em paralelo, o posicionamento abúlico dos Estados Unidos (centrado na “guerra ao terror”) para com a América Latina, reverteu-se em uma maior autonomia e liberdade para estes países se proferirem no sistema internacional. (Domínguez, 2016)

No plano regional, a progressiva melhora do comércio mundial, favorecera amplamente o quadro econômico dos países latino-americanos, permitindo assim, principalmente: uma maior estabilidade macroeconômica (em especial, o controle da inflação e a diminuição dos níveis de desemprego), um maior influxo de recursos, um aumento nos níveis de investimento (principalmente os estatais), e também, o saneamento das dívidas públicas. (Altmann, 2011; Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

Envolto a um novo cenário político e econômico favoráveis, eclodiam fortes críticas quanto aos resultados das políticas e dos reajustes neoliberais, posto à prática a partir da década anterior. As relativamente rápidas transformações (privatizações, publicizações, terceirizações, etc.) ocorridas nas economias sul-americanas, reverteram-se em um forte apoio popular à partidos políticos de esquerda e de centro-esquerda, efetivamente, conduzindo-os ao poder, por todo o continente, ao longo de toda a década. (Serbin, 2011; Altmann, 2011; Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

A concepção do projeto da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) - inicialmente, denominada Alternativa Bolivariana para as

Américas - nascera da forte contraposição às diretrizes econômicas neoliberais (especialmente pela promoção da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA) promovidas pelos Estados Unidos e impulsionada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), especialmente, no início da década de 1990. (Altmann, 2011)

O projeto assim, passou a ganhar tração a partir do crescente diálogo bilateral entre os então presidentes Fidel Castro (1976 – 2008) de Cuba, e Hugo Chávez (1999 – 2013), da Venezuela; sendo formalmente apresentado em 2001, durante a Terceira Cúpula das Américas; e propriamente institucionalizada quatro anos mais tarde, em 2004. (Morales & Manzur, 2007)

Nesse sentido, esta seção tem por objetivo, apresentar e contextualizar o imbricado cenário internacional e regional de formação e desenvolvimento da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), destacando, em especial, ao paradigma normativo adotado por esta instituição, no que concerne ao fenômeno de regionalismo na América do Sul.

Ao início dos anos 1990, os países sul-americanos encontravam-se em uma delicada situação política (aprofundamento ditatorial ou em transição à democracia) e econômica (crise da dívida, inflação, desemprego, etc.), e, sob o prognóstico do Consenso de Washington, fazer-se-ia necessário, reformas estruturais para sanar os problemas. (Serbin, 2011; Altmann, 2011; Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

O projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), nasce neste contexto, lançado em junho de 1990 - no início da segunda onda de regionalismo – pelo então presidente americano George Bush, com a expressa intenção de se criar uma Zona de Livre Comércio na qual as barreiras ao comércio e ao investimento seriam gradual e progressivamente eliminadas, prevendo, até o final do ano de 2005 (data limite), a isenção das tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os Estados signatários. (Altmann, 2011)

Desenvolvimento segundo tal proposta, deveria ocorrer mediante a integração econômica e o por meio do livre comércio, atrelados a políticas públicas adequadas e lideradas pela progressiva participação da iniciativa privada. Assim, dado o tempo e o aprofundamento da zona de livre comércio, alcançar-se-á os

devidos graus de crescimento econômico necessários para superação dos problemas domésticos que assolavam os países sul-americanos. (Ruiz, 2013)

A proposta da ALCA, fora reintroduzida na agenda regional por quatro vezes, nas respectivas “Cúpulas das Américas” (1994, 1998, 2001, 2005), no entanto, dado as dificuldades nas negociações, no que concerne as: demarcações de prazos; a velocidade e a amplitude do movimento de liberalização das economias; e a forte tensão provocada pelo posicionamento dos governos dos países do Mercosul e da Venezuela; prefiguraram a paralisação do projeto da ALCA por quase uma década. (Altmann, 2011)

Em franca oposição ao modelo de integração aventado pela ALCA, a proposta da ALBA visava justamente: primeiro, uma integração primária, não fundamentada apenas sobre esfera econômica, mas, de igual modo, os âmbitos sociais, políticos e culturais dos povos da América Latina e Caribe (deliberadamente excluindo a América do Norte); segundo, a complementariedade comercial (e a não competitividade) e ajuda mútua para combater a pobreza e a exclusão social; e terceiro, formação de uma região a partir de afinidades políticas e ideológicas. (Serbin, 2011; Altmann, 2011; Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

Assim, sob a ativa liderança Venezuelana, durante a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, realizada na Ilha de Margarita, em 2001, o presidente Hugo Chávez apresentou formalmente sua proposta alternativa ao modelo de integração da ALCA, a denominada Alternativa Bolivariana para as Américas. (Morales & Manzur, 2007)

Por ocasião, o discurso proferido pelo então presidente Chaves, levantou o desejo de construção de uma iniciativa que transpusesse a mera indiferença e impessoalidade dos desígnios das forças de mercado, conclamando a necessidade de se alinhar interesses econômicos aos interesses sociais e de reconhecer que as devidas assimetrias criadas por tais modelos, resultam na perpetuação da condição de pobreza e de subdesenvolvimento aos países que ficam a sua margem (Katz, 2009). E, portanto, a solução seria adotar um modelo alternativo que: primeiro, se afastasse expressamente das diretrizes propostas pelo Consenso de Washington (destaca-se o traçado fortemente anti-liberal); e segundo, que compatibilizasse complementariedade produtiva, com crescimento econômico sustentável e uma

distribuição equitativa de renda; visto a percepção de que, os modelos de integração e de desenvolvimento produzidos pelos países centrais, não contemplavam os interesses e as necessidades dos países periféricos. (Altmann, 2011; Ruiz, 2013)

Nos anos que se seguiram (2001 – 2004), do crescente e contínuo contato entre a Venezuela e Cuba, fruto da aproximação pessoal entre Hugo Chávez e Fidel Castro, concretizou-se na assinatura da Declaração Conjunta de Havana, em 2004, criando formalmente a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). (Morales & Manzur, 2007)

A declaração estabelecia diretrizes e medidas expressas, apontando as devidas competências sobre as quais cada país se comprometera a seguir; contendo disposições econômicas básicas, como: a suspensão de taxas alfandegárias, a diminuição de impostos sobre investimentos e concessão benefícios mútuos; porém, estabelecendo que a prioridade dos compromissos econômicos, seriam guiadas por princípios de solidariedade entre os povos. Isto sendo feito, por meio: de uma cooperação energética (fornecimento de petróleo da Venezuela para Cuba); da cooperação no âmbito da educação e da saúde (criação de programas conjuntos, erradicação do analfabetismo e formação de quadros médicos); intercâmbio direto de bens e serviços, pagos em produtos cotados em moeda nacional (eliminando a necessidade de moedas estrangeiras na transação); o combate às assimetrias econômicas entre os países periféricos (criação do Fundo ALBA-Caribe de desenvolvimento), e a criação de empresas binacionais. (Morales & Manzur, 2007)

No ato de criação da ALBA, a proposta inicial consistiria na formação de 8 Grupos de Trabalho específicos, dispostos em uma estrutura e um quadro pessoal permanente e focados nos temas supracitados: Infraestrutura e Transportes, Arquitetura Financeira Regional, Complementariedade industrial e produtiva, Integração Energética, Segurança Alimentar e Soberania, Autodeterminação, Educação e Saúde.

Ademais, o progressivo avanço da “virada à esquerda”, aliado ao crescente protagonismo da Venezuela (amparado pelos expressivos ganhos provenientes da exportação de petróleo) contribuíram para o projeto ganhar forças na América do Sul, atraindo novos participantes e alinhando-os à prerrogativa de unificação política dos povos latino-americanos por meio do fortalecimento das economias

nacionais, porém, sem renunciar tal desenvolvimento, à dimensão social dos povos. (Heredia, 2014)

A primeira expansão aconteceu com a incorporação da Bolívia em 2006, sob a iniciativa do presidente Evo Morales, que se juntou à Alternativa Bolivariana, durante a Terceira Cúpula da ALBA.

A entrada da Bolívia ao bloco, no entanto, exigiu uma ampliação regimental e uma maior fundação institucional-burocrática para acomodar legalmente novos participantes, visto que, até o ano de 2006, a ALBA não possuía um tratado específico que regesse o funcionamento e sua estrutura burocrática institucional, sua organicidade nem o seu protocolo de adesão. (Pádua, 2012)

Entre as principais mudanças institucionais ocorridas para comportar a adesão da Bolívia ao bloco, destaca-se o adendo do “Tratado de Comércio dos Povos” (TCP), proposto (e aprovado integralmente) pelo presidente boliviano Evo Morales.

O TCP, embora seja por essência um tratado de comércio, ele objetivou otimizar a estrutura burocrática-institucional do bloco, precisando e sistematizando as funcionalidades institucionais, a ordenação jurídica, os protocolos e os regulamentos internos, alinhando todos estes, ao objetivo primário previamente estabelecidos entre a Venezuela e Cuba, na declaração de Havana. Ancorado, diligentemente a transcendência de campos comerciais e econômicas e levando a um desenvolvimento endógeno justo e sustentável baseada nos princípios de equidade, comunidade e solidariedade (denominado no tratado de “comércio justo”). (Pádua, 2012)

Assim, diferentemente da centralidade dado à economia e ao comércio, no modelo de regionalismo aberto, delineou-se via TCP, que o comércio e o investimento não são fins em si mesmos, mas sim instrumentos para o desenvolvimento justo e sustentável, não dirigida pelo mercado, nem tampouco uma simples estratégia de ampliar mercados ou estimular o comércio. (Heredia, 2014; Pádua, 2012)

No mesmo sentido, estabeleceu-se o devido afastamento dos demarcadores de mercado (preço, competitividade, produtividade, baixos custos, etc.) enquanto

elementos centrais no processo de produção e distribuição econômica, dado o entendimento que, a complementariedade econômica e a cooperação deveriam guiar os países membros (vantagens cooperativas), e não a concorrência capitalista (vantagens competitivas), de maneira que se promova uma especialização produtiva eficiente e complementar compatível com o desenvolvimento econômico equilibrado de cada país. (Morales & Manzur, 2007; Altmann, 2011)

Reconheceu-se a necessidade de incentivos financeiros e na promoção de investimentos, de capitais latino-americanos na própria América Latina e Caribe, visto a necessidade de se garantir financiamento, ao mesmo tempo em que se resguarda a soberania e autonomia necessárias, para escolher e conduzir os seus próprios projetos (para isso, se apresentou o projeto do Fundo Latino-americano de Investimentos, um Banco de Desenvolvimento do Sul, e a Sociedade de Garantias Recíprocas Latino-americanas). (Heredia, 2014)

Acordou-se também, a necessidade da promoção da cultura dos povos da região, além da defesa da identidade latino-americana (para isso, se apresentou o projeto de criação da Televisão do Sul – Telesur), como forma de suscitar solidariedade entre os povos, estender a cooperação entre os países e proporcionar o avizinhamiento cívico. (Pádua, 2012)

Por fim, deu-se uma maior ênfase em uma agenda positiva de integração, assentada sobre os princípios de complementariedade e de solidariedade entre os Estados, centrada na criação de instituições e políticas comuns e em uma cooperação mais intensa em âmbitos não econômico-comerciais, isto é, com maior preocupação com as dimensões sociais (redução da pobreza, assimetrias entre os Estados, justiça social, equidade econômica, etc.), dando inclusive, prioridade à ampliação dos mecanismos de cooperação sul-sul. (Serbin, 2011; Altmann, 2011; Ruiz, 2013; Domínguez, 2016)

O processo de adesão da Bolívia à Alternativa Bolivariana, também acabou por estabelecer o procedimento base de adesão aos demais países que viriam fazer parte do bloco. Estabelecendo primeiro, a necessidade de encaminhamento expresso das intenções de adesão, do Chefe de Estado ou de Governo do país em questão, ao Conselho Permanente da ALBA, comprometendo-se integralmente aos princípios e objetivos da ALBA; para segundo, apreciada a moção, deliberar o

resultado durante a subsequente reunião de cúpula dos presidentes do bloco; e por fim, em caso de aceite, ratificar a assinatura de convênios de cooperação e tratados, pelo respectivo congressos nacional do país em questão. (Heredia, 2014)

Neste momento, a Alternativa Bolivariana passou a ser chamada, oficialmente, de Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP).

A estrutura institucional do bloco ficou dividida em três Conselhos Ministeriais (respectivamente: político, econômico e social) e um Conselho de movimentos sociais. Há, em menor instância estruturas específicas flexíveis a ajustes que vão de acordo com as realidades e necessidades dos países partes. Desse modo as responsabilidades se subdividem em Comitês – que trabalham questões que demandam mais tempo – e Grupos de Trabalho – que abordam temas de curto prazo onde a resolução seja o cumprimento da tarefa tida na conclusão. (Pádua, 2012)

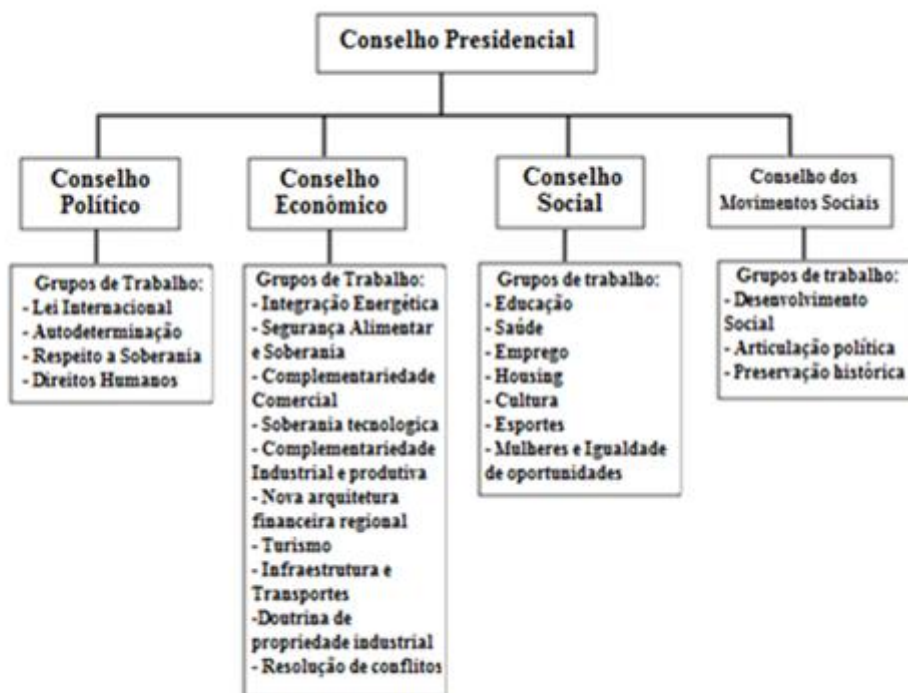
O órgão de maior poder decisório é o Conselho Presidencial, seguido de estrutura institucional: o Conselho de Ministros, que agrupa os ministros de cada país de acordo com sua área de especialização (política, social, econômica); o Conselho de Movimentos Sociais, que possui representantes de diversos movimentos sociais de cada país, além das comissões que examinaram áreas específicas. Estes grupos estão sob a direção da Coordenação Permanente da Secretaria Executiva, a qual coordena todas as atividades de cooperação e integração da organização (ALBA-TCP, 2010; Briceño, 2014).

No mesmo sentido, os Grupos de Trabalho na ALBA, são subsistemas especializados que, a depender de sua designada função, assessoram um entre quatro possíveis conselhos: político, econômico, social e dos movimentos sociais. Para que haja a criação de um Grupo de Trabalho, deve haver uma submissão formal de um dos conselhos supracitados e uma respectiva aprovação do conselho presidencial.

A quantidade de Grupos de Trabalho (até então apenas 8), saltara para 19 nos dois anos seguintes, ampliando em acórdância com as novas demandas propostas por novos Estados membros. Ao fim de 2012 este número subira para 22 grupos de trabalho.

A figura 02 abaixo ilustra o organograma da estrutura institucional-burocrática da ALBA-TCP, destacando, em especial os grupos de trabalho existentes.

Organograma da Estrutura Institucional-Burocrática da ALBA-TCP



Fonte: Elaboração do próprio autor, com base nos dados apresentados em: <alba-tcp.org>

Nos anos que se seguiram (2006 - 2009), houve um crescimento significativo no número de Estados participantes do bloco. À medida em que se acentuava o movimento de “virada a esquerda” na América Latina, irrompiam uma série de fortes movimentos de resistência política em vários destes países (tensões políticas na Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Haiti, Equador e em Honduras). Assim, ao passo que o bloco crescia, acentuava-se no plano regional e internacional, o seu posicionamento na construção de uma nova geopolítica internacional, com o objetivo de enfrentar a hegemonia dos Estados Unidos e de resistir ao avanço das políticas econômicas neoliberais – considerados os elementos responsáveis pela contraofensiva ao movimento bolivariano. (Altmann, 2011; Briceño, 2014)

Na V Cúpula da ALBA, realizada no dia 29 de abril de 2007, assistiu-se a adesão da Nicarágua (o primeiro ato oficial do presidente de Daniel Ortega) ao bloco. No ano seguinte, em 2008, houve a inclusão da República de Dominica e de Honduras. E por fim, ao longo de 2009, passaram a integrar o bloco: a República

do Haiti, a República do Equador, a Federação de São Cristóvão e Névis, a Federação de São Vicente e Granadinas, e também Antígua e Barbuda. (Briceño, 2014)

Ao final deste período de ingresso de novos membros – mais especificamente durante a VI Cúpula Extraordinária da ALBA, em 2009 – que, por sugestão do então presidente venezuelano Hugo Chávez, alterou-se o nome do bloco de Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América – TCP para Aliança Bolivariana dos Povos da Nossa América (ALBA). Conservando, no entanto, a mesma estrutura institucional-burocrática. (Pádua, 2012)

Ao passo que novos membros aderiam ao bloco, estabeleciam-se novos acordos e novas pautas e demandas passaram a vigorar na agenda, como: acesso ao sistema de saúde (culminou na criação do programa: “salud para todos”, onde Cuba se comprometia em enviar médicos para os demais países membros), autossuficiência energética (que culminou na criação da companhia Petrocaribe, para tornar mais acessível o barril de petróleo entre os países membros), educação universal (culminou na criação do programa: “Conocimiento es Ciudadanía”, uma iniciativa conjunta entre os países membros, para ceder professores às localidades carentes) e especialmente, financiamento e autonomia nacional (culminou na criação do “Banco da ALBA” e do SUCRE – moeda virtual). (Heredia, 2014)

Entre algumas destas medidas, destaca-se a importância dada à criação do Banco da ALBA e de uma nova unidade de valor (SUCRE). Ao passo que o bloco crescia, ampliava-se também, a preocupação entre a relação Autonomia-Financiamento; receava-se que na busca por financiamento de novos projetos, surgisse alguma contrapartida que pudesse inviabilizar componentes ideológicas-chaves do bloco. Criou-se o Banco da ALBA, com o intuito de superar este possível entrave, e este ficou à cargo pelo financiamento de projetos transnacionais intra-bloco. Os objetivos do banco consistem em buscar maior liquidez ao desenvolver os mercados financeiros internos, canalizando recursos para o financiamento de programas e projetos de caráter nacional e regional dando ênfase ao “comércio justo”. (Pádua, 2012)

A necessidade de se construir uma nova arquitetura financeira regional, pressionava para que as instituições financeiras sejam criadas e dirigidas pelos

próprios países membros, dotando-as então, de maior autonomia e livrando suas respectivas economias do condicionamento de instituições financeiras internacionais, à exemplo do ocorrido na década de 1990, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo financiamento era atrelado à adoção ao Consenso de Washington. (Pádua, 2012; Heredia, 2014; Briceño, 2014)

Através do Banco da ALBA, se realizam transações comerciais a partir da unidade de valor SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional), isto é, uma moeda virtual que não circula entre as populações, mas entre os Bancos Centrais dos países-membros, para registro de trocas contempladas pelos acordos do bloco. Com isso, os principais objetivos do SUCRE estão relacionados à expansão do comércio intrabloco; a diminuição dos custos transnacionais do intercâmbio comercial, a redução da dependência da moeda americana, como reserva de valor; e uma maior flexibilidade intrabloco para financiamento (seguindo os princípios de: complementaridade, cooperação, solidariedade, respeito à soberania e a dimensão social); fazendo do SUCRE a base das iniciativas de integração econômica e financeira entre os países membros. (Heredia, 2014)

A proposta de regionalismo aos moldes da ALBA, nesse sentido, engendrou uma revisão na forma com a qual a região se manifesta no cenário internacional, refletindo uma postura crítica (aos Estados Unidos e ao subdesenvolvimento oriundo do modo de produção capitalista – perpetuado pela relação Centro-Periferia). Como colocado por Briceño (2014), desde o início, a ALBA tem uma clara intenção de superar a lógica dos acordos de “livre comércio”, incluindo para isto os aspectos culturais, de solidariedade e de complementaridade entre os países parte do acordo, muito mais do que os temas comerciais. Isto é, não se trata de acordos que buscam a liberalização progressiva do comércio e os investimentos nos países, mas seus objetivos são fundamentalmente políticos ainda que também econômicos.

Em síntese, desenhou-se uma agenda caracterizada pela prevalência da temática política em detrimento dos temas econômicos e comerciais; pelo retorno das preocupações com o desenvolvimento, calcados em elementos básicos de complementaridade entre as economias e da solidariedade entre os países membros,

pela demanda de “retorno” e “reaparelhamento” do Estado; por uma maior preocupação com as dimensões sociais e as assimetrias; e pela busca da ampliação da participação social, no sentido de dotar a integração de maior legitimidade social (Sanahuja, 2010; (Serbin, 2011; Altmann, 2011; Ruiz, 2013; Briceño, 2014; Domínguez, 2016).

2.4

Aliança do Pacífico - AP

Diferentemente da situação delicada e do contexto incerto dos países sul-americanos ao longo da década de 1990, a qual foi criada o Mercosul (1991, no início da segunda onda de regionalismo) e ainda, na inflexão de um período de prosperidade que se sucedeu ao longo da primeira década do século XXI, a qual foi criada a ALBA (2004, no início da terceira onda de regionalismo); a Aliança do Pacífico nasce em meio a uma cambiante conjuntura, e a partir dela, estruturou-se sobre diferentes estratégias (Sanahuja, 2010; Muñoz, 2012; Buelvas, 2014; Prieto, 2014; Oliveira, 2015).

No plano internacional, progressivamente, ao longo do século XXI, a China suplantava os Estados Unidos, enquanto principal parceiro comercial do continente sul-americano. O ímpeto de crescimento chinês (com uma média de 8,5% de crescimento ao ano, ao longo da década), revertia-se em uma forte demanda por insumos, recursos naturais e produtos primários, fornecida por grande parte dos países sul-americanos possuíam em abundância. Tal pressão de demanda, além de resultar em um maior influxo de recursos via volume de exportações, também forçava uma alta nos preços, que, por sua vez, resultava em um maior influxo ainda, favorecendo largamente a região, em termos econômicos. (Buelvas & Piñeros, 2015)

No entanto, este ciclo de forte expansão da economia chinesa atingiu seu ápice em 2008, e a partir de então, começou a desacelerar nos anos subsequentes. Projetando assim, dúvidas e incertezas, quanto ao futuro dos volumes comerciais transacionados e também quanto à tendência dos níveis de preços praticados futuramente (Oliveira, 2015).

Em paralelo, os Estados Unidos, que ao longo da década, edificou uma relação de desinteresse e equidistância, para com a maioria dos países da América do Sul, engajou-se na confecção de uma série de grandes acordos comerciais - em 2008, o Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), e em 2013, o Acordo Transatlântico de Comércio e Investimento (TTIP) – incorrendo assim, no risco de projetar a região em uma situação de potencial isolamento, tanto político, quanto econômico. (Buelvas & Piñeros, 2015)

No plano regional, o desvelar de uma série de fatores (contestação ao modelo de regionalismo aberto, equidistância americana para com a região, a “virada à esquerda” dos países do continente, situação econômico-financeira positiva, etc.) corroboravam a construção de uma base política e econômica convergentes entre muitos países sul-americanos, e, sob a liderança brasileira e venezuelana, pavimentavam a imagem de um continente Sul-americano em vias de formação, ameaçando assim, marginalizar (ou aumentar os custos) política e economicamente, os países que não robustecessem tal representação. (Sanahuja, 2010; Muñoz, 2012; Buelvas, 2014)

Assim, o intento desta seção, consiste em apresentar o contexto internacional e regional, de formação e desenvolvimento do bloco regional: a Aliança do Pacífico (AP); destacando, em especial, as diretrizes normativas adotadas por esta instituição, no que concerne às iniciativas de regionalismo na América do Sul.

É neste novo contexto em que se forma o bloco da Aliança do Pacífico. Distanciado da delicada situação política e econômica a qual a região se encontrava ao longo da década de 1990, no entanto, em um cenário de disposição decrescentes no que se refere o futuro econômico e político do continente, desenhados no início do século XXI.

Dirigido pela iniciativa do presidente peruano Alan García Pérez, a Aliança do Pacífico foi tecida visando cumprir com três objetivos: primeiro, desenvolver uma área de livre comércio entre os países membros (inicialmente: Chile, Colômbia, México e Peru); segundo converter-se em uma plataforma de articulação política e comercial (Sanahuja, 2010; Muñoz, 2012; Buelvas & Piñero, 2015), com

ênfase na região Ásia-Pacífico; e terceiro, equiponderar a liderança regional do Brasil e da Venezuela no continente (Álvarez, 2014; Quintero, 2014).

Os princípios constituintes do bloco da Aliança do Pacífico, segundo Oliveira (2015), nasceram em um fórum informal de discussões chamado “Arco del Pacífico”, iniciado em 2007, com onze representantes⁸, todos banhados pelo oceano Pacífico. A iniciativa visava construir oportunidades no novo cenário de comércio internacional, gravitando sobre a importância crescente do eixo Ásia-Pacífico, como principais parceiros comerciais dos países da América Latina.

O objetivo principal desta iniciativa, consistia em encontrar meios para orientar o comércio dos países da América Latina em direção à costa asiática do oceano Pacífico, para: intensificar os laços econômicos, estreitar as relações políticas e promover, por fim, maiores níveis de cooperação entre as regiões. (Oliveira, 2015; Buelvas & Piñero, 2015)

Ao longo dos quatro anos de encontros (2007 – 2010), a iniciativa do “arco del pacífico”, de acordo com Buelvas & Piñero (2015), não obteve resultados muito expressivos, ampliando os vínculos econômicos no eixo Ásia-Pacífico, em apenas 4,5%⁹. Acentuando assim, a ideia de que para ampliar progressos nas negociações e garantir a realização dos objetivos definidos, seria necessário um maior nível de institucionalização entre os países (muito além do que um simples fórum informal de discussão), o que só poderia ser alcançado através da criação de um bloco formal.

A Aliança do Pacífico, dessa forma, enquanto resultado direto do desdobramento das diretrizes do grupo “Arcos del Pacífico”, formou-se visando promover a integração entre os seus membros, a fim de assegurar a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas. Além disso, tornar-se uma plataforma de projeção para o mundo, como uma via rápida e pragmática para a ampliação das relações comerciais entre seus membros e, em especial, com os Estados Unidos e o restante da região Ásia-Pacífico.

Sobre esse preceito, nascera o bloco regional da Aliança do Pacífico, criada oficialmente em 6 de junho de 2012 (aproximadamente um ano de negociações), na

⁸ De acordo com Oliveira (2015), onze países faziam parte do fórum do Arco do Pacífico, são eles: Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

⁹ Fonte: Informe final del eje integrador de Asia-Pacífico, 2015.

promulgação da Declaração de Paranal¹⁰, ratificada na cidade de Autofagasta, no Chile, pelos seus quatro países-membros: o Chile, a Colômbia, o México e o Peru. (Álvarez, 2014)

Além dos quatro países signatários, atualmente a Costa Rica e o Panamá, fazem parte do bloco na condição de observadores. Ambos os países estão em processo de negociação para integrar a Aliança do Pacífico enquanto membros plenos, a incorporação ao bloco depende da implementação de acordos de livre comércio com todos os países membros - único requisito obrigatório para fazer parte do bloco. (Oliveira, 2015)

Para cumprir com tais metas e avançar com a consolidação do bloco, os representantes dos quatro países fundadores comprometeram-se, ao final da quarta reunião¹¹ (05 de março de 2015), dar prioridades para: primeiro, o estabelecimento de uma área de integração profunda para avançar progressivamente para a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas; e segundo, se estabelecer enquanto plataforma para a articulação política, integração econômica e de projeção comercial para o mundo, com ênfase na região da Ásia-Pacífico.

Não à toa, desde a sua criação, segundo Prieto (2014:31), os dois objetivos principais da Aliança do Pacífico, foram: “impulsionar o crescimento econômico e a competitividade das economias dos países integrantes, com vista a alcançar um maior grau de competitividade comercial, tendo em vista assim, a superação

¹⁰ As oito diretrizes da declaração são: 1) Avanço nas negociações em matéria de eliminação de tarifas e regras de origem, incluindo a acumulação de origem, com o propósito de ter resultados até o final de dezembro de 2012; 2) Constituição de um Grupo Técnico de Assuntos Institucionais para a negociação, entre outros assuntos, de um regime de solução de controvérsias; 3) Avanço do sistema de certificação eletrônica de origem entre os quatro países, e que esteja pronto para ser implantado até dezembro de 2013; 4) Em matéria de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, seja estabelecida uma rota com ações concretas, que agregue valor, para avançar na identificação de temas de interesse e áreas de convergência; 5) Em matéria de obstáculos técnicos ao comércio, continuar a identificação de setores de interesse comum a fim de avançar nos trabalhos de cooperação regulatória como harmonização, reconhecimento mútuo, assistência técnica, com o objetivo de contar com um plano de trabalho em áreas que facilite o comércio na região; 6) Iniciar a implantação da plataforma de mobilidade estudantil e acadêmica, na qual permitirá o intercâmbio entre os países, das universidades conveniadas, a partir do ano acadêmico de 2013; 7) Dar início às sessões do Comitê Misto sobre Serviços e Investimentos para identificar as barreiras existentes a fim de facilitar os investimentos e o comércio nos países da Aliança; 8) Com vistas em avançar na liberação plena dos fluxos migratórios entre os países do bloco, o Grupo Técnico de Movimento de Pessoas deve estabelecer um subgrupo de trabalho para colocar em marcha em seis meses um esquema de cooperação e trocas de informação sobre os fluxos migratórios, a fim de se detectar situações que possam gerar alertas de segurança.

¹¹ Informação presente em: <https://alianzapacifico.net/en/reuniones/actas/cuarta>.

subsequente da desigualdade socioeconômica e, por conseguinte, promover a inclusão social de seus cidadãos”.

No ato de sua criação, a proposta inicial consistiria na formação de 12 Grupos de Trabalho específicos, dispostos em uma estrutura e um quadro pessoal permanente e focados nos temas supracitados: Comércio e Integração, Comitê de Exportações, Mobilidade, Relacionamento Externo, Turismo, Cooperação regulatória, Inovação, Desenvolvimento Mineiro e Responsabilidade Social, Educação, Agenda Digital, pequenas e Médias empresas e Cultura.

Nesse sentido, segundo Sanahuja (2010), a estratégia principal do bloco, consistiria em promover a integração produtiva para criar cadeias regionais de valor. Tais cadeias, por sua vez, contribuiriam para dinamizar o setor produtivo, intensificando o comércio na região, diversificando as matrizes produtivas, tornando-as mais competitivas e eficientes, além de tornar a região com um todo, menos dependente da exportação de bens primários. E, em concomitância a este processo, o bloco busca obter uma melhor inserção no eixo Ásia-Pacífico, especialmente a China, tornando assim, esta região, a alavanca deste processo, e ao mesmo tempo, o destino final deste movimento.

Estimula-se ativamente a promoção do crescimento econômico por meio da crescente competitividade produtiva entre os países do bloco, a fim de maximizar a eficiência e a produtividade econômica, tendo em vista, eventualmente, alcançar maiores níveis de desenvolvimento. Em um efeito espiralar, denota-se que quanto mais competitiva as economias domésticas, menos vulneráveis estas são a choques externos; mais produtivas e eficientes estas se tornam; proporcionando maiores volumes de exportação; por conseguinte, maiores seriam as receitas; e em contrapartida, mais trabalhadores poderiam ser inseridos à dinâmica do mercado de trabalho, o que implica em uma maior massa salarial, e isto, se traduz em uma redução dos níveis de pobreza e conseqüentemente, maior inclusão social de suas populações, por meio das forças do mercado. (Veiga, 2007)

Dessa forma, destaca-se que as premissas centrais da Aliança do Pacífico, gravitam entorno da liberalização ampla das economias, com o intuito de: primeiro, estabelecer livre acesso aos mercados, entre os países membros; segundo, garantir a ampliação e a exploração de economias de escala entre estes países; terceiro,

incentivar a concorrência entre os membros, com o intuito de garantir investimentos e a incorporação de progresso técnico em suas matrizes produtivas; quarto, reduzir as incertezas entre os investidores privados, além eliminar os seus custos extras, derivados de acordos setoriais restritivos; e quinto, a partir da iniciativa regional, induzir o estreitamento do seu relacionamento com os Estados Unidos e com setores estratégicos de economias avançadas em especial, no eixo Ásia-Pacífico. (Giordano & Ramos, 2014)

Dado estes objetivos, tão prontamente se seguiu o traço de paralelos entre as diretrizes que guiam o bloco da Aliança do Pacífico, para com as diretrizes do processo de regionalismo aberto. Segundo Sanahuja (2010), o projeto de regionalismo promovido pela Aliança do Pacífico, reflete cinco das principais características do modelo de regionalismo aberto Cepalino, são eles: primeiro, o modelo de desenvolvimento do bloco, passa a estar baseada na abertura comercial; segundo, promove-se a competição e a liberalização da economia, enquanto mecanismos articuladores de riquezas e bem-estar; terceiro, a progressiva redução da atuação do Estado e a sistemática desregulamentação do setor público; quarto, favorece-se a participação do setor privado na economia; e quinto, centraliza-se a promoção e a atração de investimentos externos diretos, enquanto fonte principal de financiamento.

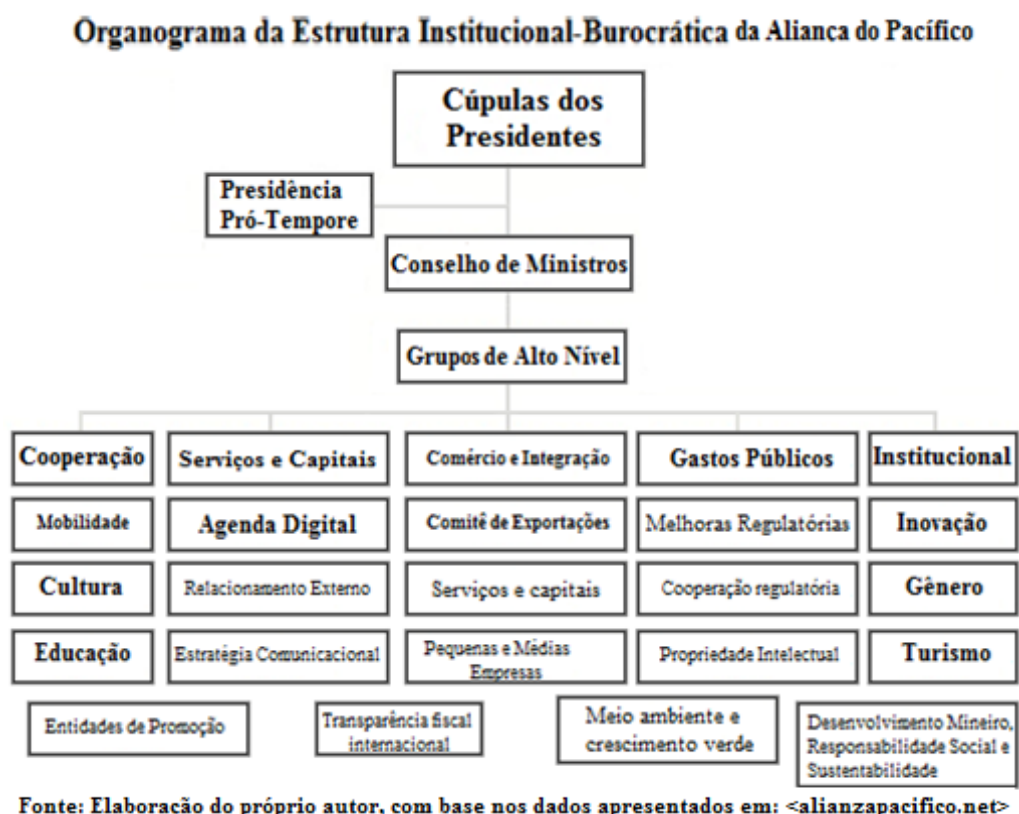
No que diz respeito à estrutura institucional-burocrática do bloco, forjou-se uma estrutura interna fortemente verticalizada, centralizada sobre a figuras de seus presidentes, enquanto ponto fulcral do processo decisório, acompanhado por, respectivamente: o conselho de ministros e ainda grupos de alto nível, responsáveis para desenvolvimento técnico-jurídico do bloco.

Em particular, os Grupos de Alto nível, como são referidos os Grupos de Trabalho na Aliança do Pacífico, são subsistemas especializados que assessoram o conselho de ministros e o conselho de presidentes. Elas são compostas por um quadro permanente, tanto temático quanto de pessoal. Para que haja a criação de um Grupo de Alto Nível, deve haver uma submissão formal ao conselho de ministros e também uma respectiva aprovação do conselho presidencial.

Ao final de 2014, a quantidade de Grupos de Alto Nível, subira de 12 para 23, abarcando novas temáticas, como: Gênero, Propriedade intelectual, Meio

ambiente e crescimento verde, transparência fiscal internacional, Serviços e Capitais, Melhorias regulatórias, Estratégias comunicacionais, cooperação, assuntos institucionais e gastos públicos.

A figura 03 abaixo ilustra o organograma da estrutura institucional-burocrática da Aliança do Pacífico, destacando, em particular, a quantidade e a temática dos grupos de Alto Nível.



Portanto, em linhas gerais, o bloco da Aliança do Pacífico consiste em uma iniciativa intergovernamental, a qual o processo de tomada de decisão se delineia por consenso – da cúpula dos presidentes - com pouca participação de setores sociais e empresariais – há grupos de debate com participação de setores seletos – cujas informações provenientes dos grupos de alto nível, fluem até o ponto emissor decisório.

Em suma, a Aliança do Pacífico tem como prioridade, a esfera econômica, partindo de uma maior liberalização comercial entre seus integrantes com vistas a atrair mais investimentos estrangeiros, bem como na melhor inserção nas cadeias de valor globais. Procura-se assim, promover o comércio intra e extra regional

(especialmente no eixo Ásia-Pacífico e com os Estados Unidos), cujos desafios se concentram no aprofundamento institucional para a projeção internacional que aumente o poder de barganha (poder negociador) e transcendendo a característica de um processo embrionário caracterizada pela soma partido economias de nacional sem uma forte interdependência econômica e complementaridade.

3

Panorama da Arquitetura Regional Sul-Americana e Americana e Metodologia

O presente estudo tem por pretensão, analisar a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul; fazendo-a em particular, por meio do sistemático exame da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas, que compõem as mais proeminentes instituições regionais do continente, isto é, o Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico.

Delegou-se a este capítulo, a tarefa de desvelar três pontos importantes, ao que concerne os objetivos desta dissertação, isto é: primeiro, familiarizar o leitor com o conceito de arquitetura regional, ao apresentar as interpretações acadêmicas hegemônicas sobre o atual estado em que se encontra a arquitetura regional da América do Sul, e; segundo, introduzir as principais categorias analíticas utilizadas, delimitar o universo amostral a ser analisado e ainda, apresentar e justificar a escolha do método, da metodologia e do referencial teórico empregados neste estudo.

Uma caracterização bastante recorrente sobre a América Latina é a de um continente marcado por agudos contrastes, com desequilíbrios de desenvolvimento e fortes desigualdades sociais e regionais. O subcontinente é heterogêneo, com diferenças geográficas e populacionais, disparidades de desenvolvimento, bem como capacidades diferenciadas de inserção no cenário internacional ou mesmo regional. Os países apresentam diversidade que compreende o tamanho físico, a estrutura econômica e os níveis de desenvolvimento interno, tanto econômico como institucional.

Tendo em vistas tais disparidades, muitas tentativas foram realizadas com o propósito alterar tais condições, esta dissertação em particular, explora uma delas, isto é, o processo de integração regional.

Nesse sentido, ao longo do processo de desenvolvimento histórico da América Latina, muitas tentativas de se avançar iniciativas de integração regional foram realizadas. Um dos resultados, entre muitos, traduziu-se na criação de uma série de novas instituições regionais, muitas das quais, ancoradas em diferentes

perspectivas e com diferentes projetos de integração em mente. Desde então, vem crescendo o debate sobre as implicações e as consequências da proliferação de projetos e de instituições regionais, especialmente, no impacto e na influência destas, para com a ordem regional e a sua arquitetura.

Segundo Nolte (2014), no que diz respeito aos estudos acadêmicos sobre arquitetura regional, três distintas interpretações se destacam: primeiro, a perspectiva de transicionalidade da atual arquitetura regional sul-americana (Sanahuja, 2010; Riggirozzi & Tussie 2012); segundo, a perspectiva de fragmentação da atual arquitetura regional sul-americana (Comini & Frenkel, 2014; Malamud, 2012; Gómez-Mera, 2015) e; terceiro, a perspectiva de modularismo da atual arquitetura regional sul-americana (Hofmann & Mérand, 2012; Nolte, 2014; Gardini, 2013; 2015).

Desta forma, a primeira seção deste capítulo, terá por finalidade, construir e apresentar um mosaico das principais construções acadêmicas sobre a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul. Partindo, em particular, de três das interpretações acadêmicas mais proeminentes a respeito do assunto, isto é, as perspectivas de: fragmentação, transição e modularismo; para ponderar seus principais argumentos e assim substanciar a conclusão central desta dissertação.

A seção seguinte, terá por finalidade apresentar o marco teórico referencial para esta pesquisa, isto é, o construtivismo convencional, indicando as bases a qual esta perspectiva teórica se assenta, para em seguida, contextualizar a importância para com esta pesquisa, além de, ao fim, justificar a sua escolha.

Por fim, a última seção, será dedicada a apresentação e a contextualização dos métodos utilizados por esta pesquisa, explicitando inclusive a metodologia empregada e, ressaltando ainda, o processo de definição e delimitação do universo amostral, isto é, dos grupos de trabalho a serem analisados e do corpo documental produzido por estes.

3.1

Panorama da Arquitetura Regional Sul-americana

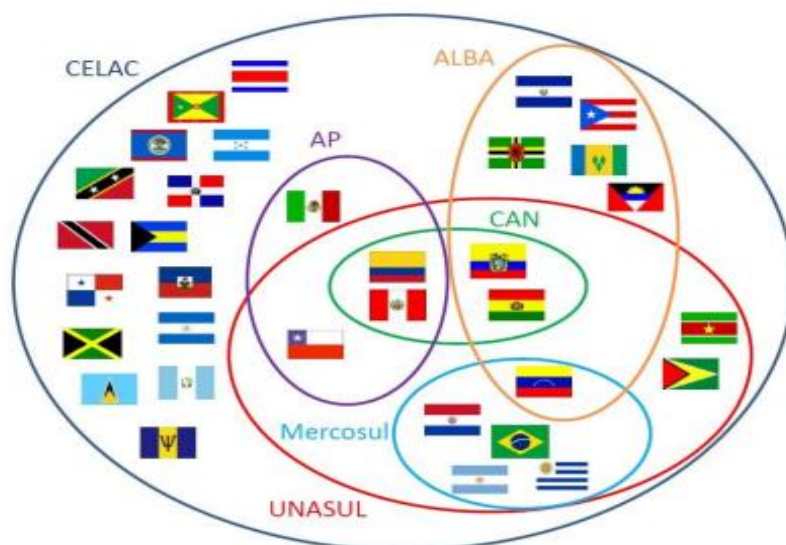
As regiões e o regionalismo tornaram-se uma característica importante da política mundial num sistema internacional multipolar, pós-guerra fria. A crescente proliferação de instituições regionais aliadas à crescente quantidade e a aparente heterogeneidade dos projetos de integração, representam um desafio analítico para a compreensão do conteúdo, do direcionamento e do vindouro em que as regiões atualmente se dispõem.

Como apontado por Sanahuja (2013), no alvorecer do século XXI, todas as regiões do globo passaram a possuir mais de uma instância representativa institucionalizada; corriqueiramente, estas instituições são complementares e desempenham diferentes funções, em outros casos, parte de suas funções se sobrepõem (algumas sendo suborganizações de outras instituições regionais mais amplas), e ainda, há a possibilidade destas se assentarem sobre normas e projetos opostos, desempenhando assim, funções dissonantes entre si.

Na América Latina, por exemplo, aponta-se que diversas instituições regionais e sub-regionais começaram a proliferar na região, a partir da segunda metade do século XX. Enquanto em 1960, existia apenas uma instituição regional latino-americana (a ALALC), no decorrer da década de 1990, já haviam sete grandes instituições regionais e sub-regionais espalhadas por toda América Latina. E ao fim da primeira década do século XXI, este número aumentou para 13. (Börzel 2013).

Esta proliferação de instituições regionais, conforme ilustrada na figura 04 abaixo, é frequentemente ilustrada pela metáfora, cunhada por Bhagwati, de uma tigela de espaguete (Spaghetti Bowl), fazendo referência à crescente vinculação e complexificação do relacionamento entre essas instituições surgentes.

Iniciativas de Integração na América Latina



Fonte: Elaboração própria, com base em Malamud e Gardini (2012).

Assim, embora haja consenso acadêmico sobre o fato de que vêm ocorrendo, desde as duas últimas décadas, uma intensa proliferação de instituições regionais e sub-regionais na América Latina, debate-se ainda, sobre como avaliar, interpretar e caracterizar as consequências desta proliferação. (Sanahuja, 2010; Tussie 2010; Riggirozzi 2012; Malamud 2012; Gardini 2013)

Entre as principais interpretações acadêmicas sobre a atual disposição da arquitetura regional do continente sul-americano, destaca-se: primeiro, a perspectiva de transição da atual arquitetura continental (Sanahuja, 2010; Riggirozzi & Tussie 2012); segundo, a perspectiva de fragmentação da atual arquitetura regional sul-americana (Comini & Frenkel, 2014; Malamud, 2012; Gómez-Mera, 2015); e terceiro, a perspectiva modular da arquitetura da região (Hofmann & Mérand, 2012; Nolte, 2014; Gardini, 2013, 2015).

O conceito de arquitetura regional, fora popularizada por Tavares (2006), para destacar o resultado da crescente complexificação das relações entre os Estados/instituições, dentro de uma mesma região. A utilização do conceito deriva da contestação do exame de uma única instituição regional ou de todas elas de maneira isolada, sobre o risco de sub ou sobrevalorizar seu impacto e a sua influência. O seu uso, portanto, remete ao processo de inter-relação entre as instituições e do impacto e da influência que estas possuem, sobre a ordem regional.

Nesta pesquisa, a utilização do termo arquitetura regional, tem por objetivo ressoar a mesma significância dada por Tavares (2006:54), no entanto, particularmente centralizada na compreensão do “resultado da combinação e da interação de diferentes instituições regionais” da América do Sul.

Dessa forma, esta seção tem por finalidade, construir e apresentar um correspondente mosaico destas três principais interpretações acadêmicas sobre a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul, de modo a, posteriormente referenciar, substanciar e comparar tais concepções, aos resultados obtidos pela presente análise.

3.1.1 Percepção de Transição na Arquitetura Regional

A primeira interpretação da atual disposição da arquitetura regional da América do Sul, consiste na atual percepção de “transição da arquitetura regional” (Nolte, 2014), isto é, uma visão otimista da crescente proliferação de instituições regionais no continente, assentada sobre a percepção de que ainda não se apresenta de maneira clara, como a arquitetura regional sul-americana irá se delinear.

Esta abordagem é melhor representada pelos estudos apresentados por Sanahuja (2010) e Riggirozzi & Tussie (2012). Estes autores, convergem no entendimento que, a atual disposição da arquitetura regional sul-americana, se traduz na resultante de uma disputa, ainda em aberto, entre distintos projetos de integração regional, que, ao passo que estes competem, definem e redefinem a arquitetura regional do continente.

A primeira contribuição a ser destacada, remete aos trabalhos produzidos por José Antônio Sanahuja, que reforçam a perspectiva “de transição” da atual disposição da arquitetura regional do continente sul-americano, ao reiterar a importância que possuem, as conjunturas históricas e as ideias, no ativo processo de construção e de transformação de uma região.

O argumento central apontado por Sanahuja (2010), é construído a partir de uma perspectiva social construtivista, se assentando sobre a premissa de que regiões, assim como os próprios projetos de integração regionais, são construídos

sociais historicamente contingentes, alterando-se na conformidade em que ocorrem transformações (tanto domésticas quanto externamente) nas próprias relações que as constroem.

A América Latina (e em particular, a América do Sul) nesse sentido, é compreendida como sede fluida de contínuas transformações, desenhada e redesenhada pelo constante embate de ideias, dentro dos limites em que as circunstâncias históricas permitem.

Nesse sentido, Sanahuja (2010) destrincha o seu argumento, descrevendo as principais ideias e circunstâncias históricas que influenciaram o desenvolvimento do processo de integração regional na América Latina. Segundo ele, três ciclos foram notadamente marcantes, sendo: primeiro, o ciclo de regionalismo fechado (1960 – 1980), de forte influência do estruturalismo Cepalino; segundo, o ciclo de regionalismo aberto (1980 – 2000) de forte influência da corrente econômica liberal, e; terceiro, o ciclo de regionalismo pós-liberal (2000+), de forte influência antiliberal e de princípios do socialismo.

O ciclo de regionalismo fechado, segundo Sanahuja (2010), passara a ganhar proeminência a partir do início da segunda metade do século XX, em decorrência à sensível situação econômica a qual a grande maioria dos países da América Latina se encontravam, frente a fortes transformações políticas e econômicas no sistema internacional, ao fim da Segunda Grande Guerra.

A ideia motriz deste projeto, se consolidou a partir do arcabouço teórico desenvolvido pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em particular, pelo modelo desenvolvido por Raúl Prebisch (2000), a qual postulava o aprofundamento do processo de regionalismo, como mecanismo de alavancagem para o desenvolvimento da região.

A premissa central do projeto, consistia na implementação, em uma escala regional, do processo de industrialização via substituição de importações, com o objetivo de superar certos gargalos de crescimento (o limitado tamanho dos mercados nacionais, ineficiências da escala de produção, concorrência externa predatória, primarização das economias, assimetrias nos termos de troca) e assim, promover alterações estruturais que pudessem, ulteriormente, melhorar o posicionamento político e econômico da região, no âmbito do sistema internacional.

O ciclo do projeto de regionalismo fechado, no entanto, entrou em crise ao início da década de 1970, por efeito de fortes turbulências internacionais (crise do petróleo, falência do sistema de Bretton Woods, exponenciação da taxa de juros americana, etc.) que afetariam diretamente as condições de efetivação do projeto, e ainda, em decorrência de fortes críticas estruturais ao modelo, feitas pela crescente corrente econômica liberal.

Por consequência, este turbulento cenário internacional se refletiu, na América Latina, em fortes desequilíbrio macroeconômicos, com: elevados níveis de desemprego, hiperinflação, dificuldades de financiamento público e crise da dívida pública; que, por efeito, compeliu-os a promoverem fortes reajustes estruturais.

É neste cenário, portanto, que o projeto de regionalismo aberto passa a ganhar proeminência; no marco da ordem econômica ao início da década de 1990, onde os processos de integração se constituíram como instrumento para enfrentar a globalização econômica e financeira.

A ideia motriz do projeto de regionalismo aberto, ancorou-se sobre princípios teóricos liberais, de: livre mercado; liberdade individual; não-intervenção do Estado; livre concorrência e de ganhos de especialização produtiva; além do princípio ricardiano de vantagens comparativas do comércio internacional.

A premissa central do projeto, consistia na implementação de acordos comerciais regionais com baixas tarifas externas e barreiras comerciais e ampla liberalização intragrupo, com o objetivo de conferir aos mercados um papel maior na promoção da eficiência e competitividade internacional. Operando, especialmente, por meio de ações de liberalização comercial, flexibilização e desregulamentação da economia e retirada de barreiras tarifárias, em complementaridade com a experiência de abertura liberal no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e em sintonia com as prescrições do Consenso de Washington.

O regionalismo, dessa forma, não se constituiria mais como um objetivo per si, mas apenas um meio para se construir uma futura economia internacional livre de protecionismo e de barreiras para a troca de bens e serviços. A formação de áreas de livre comércio e de uniões aduaneiras não deveriam significar o fechamento das regiões para o mundo (blocos regionais são a “segunda melhor opção”, devendo

eventualmente transitar para o estágio de livre comércio), mas sim, um primeiro passo, rumo a um mundo sem barreiras comerciais.

O ciclo de regionalismo aberto permanecera hegemônico, até o início da primeira década do século XXI, no entanto, em decorrência de uma série de transformações políticas e econômicas, o modelo entrou em crise. No plano internacional, após os atentados de 11/07/2001 nos Estados Unidos, a guerra ao terror e a paralisação das negociações liberalizantes na OMC, deslocaram o foco da diplomacia estadunidense para longe da América Latina, resultando assim, em maior espaço para a influência da China, na região. No plano regional, devido às crises brasileira e argentina, de 1998 e 2001, respectivamente, houve forte enfraquecimento do consenso em apoiar a integração por meio de novos mecanismos de mercado, concomitantemente, à eleição de governos de centro-esquerda e à melhora nas condições econômicas da região.

Assim, em meio a esta nova conjuntura, marcado pelo crescente ceticismo e quebra do consenso envolto aos preceitos (neo) liberais, especialmente, no que diz respeito à promoção de integração regional centrada por mecanismos de mercado; que um projeto alternativo de integração, passou a ganhar proeminência. Tal projeto, foi denominado por Sanahuja (2010), de regionalismo pós-liberal.

A ideia motriz do projeto de regionalismo pós-liberal, ancorou-se sobre fortes princípios antiliberais e do socialismo, particularmente, sobre os preceitos de “retorno” e fortalecimento do papel do Estado; o “retorno” à politização das relações regionais e o “retorno” a uma agenda desenvolvimentista vinculada à ampliação da agenda social, sobretudo às questões ligadas à redução da pobreza e da desigualdade, além da promoção de justiça social.

A premissa central deste projeto, consiste no resgate das preocupações com a promoção do desenvolvimento, capitaneados pelos agentes estatais, com ênfase na formação de posições e de políticas comuns, sob a prioridade de ampliação da agenda às dimensões sociais, com maior participação e legitimação social.

Regionalismo, nesse sentido, passou a ser compreendido como instrumento do Estado para o desenvolvimento, dotada de uma agenda em que as dimensões sociais protagonizavam, entendida enquanto uma estratégia para ampliar a autonomia da região, frente o sistema internacional.

Assim, em conformidade com Sanahuja (2010), a disposição da arquitetura regional Sul-americana, encontra-se em constante estado de formulação e de reformulação, a partir do jogo de forças entre estes projetos. Os distintos projetos de integração, por sua vez, derivam sua influência, por meio das circunstâncias histórias e da força das ideias que as compõem.

Por conluente, Sanahuja (2010) se afasta da perspectiva de fragmentação da arquitetura regional, por entender que não há crise no processo de integração em si, mas sim, crises dos próprios projetos de integração. Segundo o autor, atualmente, a América do Sul sofre maior influência do projeto de regionalismo aberto (em crise) e do projeto de regionalismo pós-liberal, encontrando-se em meio de um processo de transição, do primeiro para o segundo.

Em consonância com a posição adotada por Sanahuja (2010), assoma-se os trabalhos produzidos por Piá Riggirozzi e Diane Tussie, que também reforçam a perspectiva “em transição” da arquitetura regional da América do Sul. Para as autoras, a atual disposição da arquitetura regional sul-americana, consiste no resultado de um mosaico, onde diferentes projetos políticos, identidades regionais, propostas de cooperação e perspectivas de integração regional estão em constante movimento (ora) de sinergia e (ora) de concorrência entre si, resultando em frequentes transformações na disposição da arquitetura regional do continente.

A diferença na nomenclatura utilizada por estes autores, no entanto, aponta diferenças importantes em suas perspectivas. O conceito de regionalismo pós-liberal utilizado por Sanahuja (2010) recai a sua ênfase sobre a inflexão na agenda liberalizante, marcando o retorno da atuação do Estado e o crescente foco destinado às questões sociais; já a tipologia pós-hegemônica, utilizada por Riggirozzi & Tussie (2012) dá destaque ao papel e ao resgate da política, particularmente, enquanto oposição à hegemonia estadunidense.

O argumento central disposto por Riggirozzi & Tussie (2012) gravita sobre o papel sociopolítico que as ideias e as motivações possuem no ato da construção e da transformação de uma região. Para as autoras, o conceito de região, assim também, como a própria perspectiva de integração regional, não deve ser compreendido enquanto categorias estáticas ou abstraídas de seu um contexto

histórico, mas sim entendidos enquanto categorias fluidas, em constante transformação, a partir das relações sociais que as constroem.

Nesse sentido, segundo as autoras, há de se analisar: a) as condições históricas a qual tal projeto se desenvolvera, especialmente, no que tange a influência dos Estados Unidos, como também; b) as ideias dispostas, as narrativas, as motivações e dos interesses dos agentes. Ao passo que um destes elementos se altera, criam-se novas formas ou transformam-se as possibilidades de interação social, redesenhando assim, a cartografia da região.

Esta concepção desenvolvida por Riggiozzi & Tussie (2012) apresenta uma visão otimista da atual disposição da arquitetura regional sul-americana, se assentando sobre o preceito de coexistência contenciosa de múltiplas disposições regionais, em constante sobreposição, complementação e competição umas com as outras, construindo e modelando a cartografia regional, ao passo que tais projetos se delineiam. Para as autoras, atualmente, coexistem na América do Sul, três projetos distintos de integração regional, que recorrentemente coexistem, competem e se complementam; em múltiplas níveis e fóruns. São eles: o projeto de regionalismo aberto, o projeto de regionalismo defensivo e o projeto de regionalismo pós-hegemônico.

O primeiro projeto, denominado por Riggiozzi & Tussie (2012) de regionalismo aberto, manifesta predominância à integração comercial, orientada por um amplo espectro multilateral de atuação, relegando, por fim, pouco desígnio para temas e agendas de natureza sócio-política. Este projeto, capitaneado e de forte influência estadunidense, tem por premissa central, facilitar a liberalização do comércio e ainda, aumentar o potencial dos Estados em atraírem investimento estrangeiro direto, especialmente, na forma de empresas multinacionais, para resultar em transferência de tecnologia e know-how.

Regionalismo neste sentido, passa a ser compreendido enquanto "meso-globalização", isto é, uma etapa intermediária do progressivo processo de adequação à globalização, importante para: a) obter acesso para suas exportações de setores mais competitivos de sua economia; b) bloquear o acesso de produtos externos mais competitivos, ao mercado nacional, e; c) fomentar indústrias domésticas competitivas, antes de as expor à concorrência internacional.

O segundo projeto, denominado pelas autoras de regionalismo defensivo, expressa forte ênfase à integração comercial, no entanto, orientada, principalmente, para atuação no plano regional (especialmente por meio da promoção de linkages produtivas entre Estados vizinhos) destinando ainda, mais espaço para o trato de questões sócio-políticas.

O regionalismo, assim, representa uma ferramenta política de poder na região, necessária para preencher os espaços em que a liderança americana ou as estruturas globais são vistas como invasoras ou excessivamente constrangedoras. A arena regional é usada por governos, empresas e outros atores para resistir e moldar os mercados, enfatizando o primado da intervenção estatal concertada, políticas domésticas e valores econômicos ou sociais, como resultados distributivos e não a eficiência do mercado global.

Por fim, o terceiro projeto de integração regional, denominado pelas autoras de regionalismo pós-hegemônico, expressa: predominantemente, ênfase aos aspectos políticos e sociais da integração, especialmente, no que diz respeito à justiça social e equidade; recuperando ainda, a participação e a prioridade da figura do Estado no processo de desenvolvimento, além de maior preocupação com o tema da autonomia e da soberania, especialmente, em relação aos Estados Unidos.

A própria definição de pós-hegemonia, cunhadas por Riggiozzi & Tussie (2012), faz referência direta à criação de uma alternativa política que “fuja da tutela” estadunidense, contrapondo a sua influência e seus interesses. O regionalismo pós-hegemônico envolvia, nesse sentido, a formação de novas fronteiras geográficas e ideológicas, além de novos consensos definidos regionalmente, considerando as devidas especificidades locais e não decorrentes de constrangimentos da ordem global.

Estes três projetos, na visão de Riggiozzi & Tussie (2012), encontram-se constantemente, oscilando entre o conflito e a cooperação, como por vezes se sobrepõem e se complementam, ocorrendo, simultaneamente, ao longo de múltiplas instâncias, temáticas, agendas, instituições e fóruns.

Nesse sentido, a tendência final da arquitetura regional, da forma como apercebida por Riggiozzi & Tussie (2012), consiste não em um quadro de continuada convergência de projetos de integração, resultando ulteriormente em um

único projeto regional harmônico ou de progressivo afastamento dos mesmos, em uma infinidade de projetos dissonantes, mas sim, do jogo de forças entre três distintos projetos, que constantemente desenharam e redesenharam a arquitetura da região, ao passo que competem entre si e se complementam, nos mais distintos níveis.

3.1.2

Percepção de Fragmentação da Arquitetura Regional

A segunda interpretação da atual disposição da arquitetura regional da América do Sul, consiste na percepção de “fragmentação da arquitetura regional” (Nolte, 2014), isto é, a percepção de que a crescente proliferação de instituições regionais na América do Sul, aliada à continuada dissociação de seus projetos de integração, resultará em uma crescente dificuldade de coordenação, articulação e de consenso regional; fragmentando assim, a arquitetura regional do continente.

Esta abordagem, melhor se expressa pelos estudos apresentados por Comini & Frenkel (2014), Malamud (2012) e Gómez-Mera (2015). Em convergência, os referidos autores, expressam preocupação sobre a crescente multiplicação de projetos e de instituições regionais na América Latina, indicando que este movimento, resultará ulteriormente, na fragmentação da arquitetura regional, em distintas unidades sub-regionais.

A perspectiva desenvolvida no trabalho de Comini & Fenkel (2014), substantia a perspectiva de “fragmentação da arquitetura regional”, ao pontuar que atualmente, coexistem dois distintos projetos de integração regional na América do Sul, que competem entre si no plano regional, enquanto estratégia integrativa preponderante. O resultado de tal competição, representa, em maior ou menor medida, a crescente fragmentação da arquitetura regional sul-americana.

O argumento central apresentado pelos autores, remete à incompatibilidade entre ambos os projetos – concêntrico e poligâmico - dificultando ou inviabilizando assim: primeiro, o estabelecimento de uma posição política em comum; segundo, a reprodução de uma construção identitária coletiva, e; terceiro, a cooperação entre

os diferentes blocos regionais; resultando, por fim, na fragmentação da arquitetura regional sul-americana.

O projeto de integração regional concêntrico, segundo os autores, se centra, ontologicamente, sobre os preceitos de: a) relações assimétricas de poder entre Estados; b) divisão internacional do trabalho, e; c) intercâmbio comercial desigual.

Atribui-se, por meio de um condicionamento histórico, a existência de uma assimetria de poder entre Estados, no seio do sistema internacional, que produz e reproduz um reduzido/limitado espectro de atuação para os Estados de terceiro mundo. Caberia portanto, o comando e a condução dos Estados, para garantir uma reinserção mais dinâmica no sistema internacional, e assim, reduzir as assimetrias de poder para com atores extra-regionais.

Nesse sentido, prioriza-se a articulação política e a coordenação de recursos entre os Estados da região, que experienciaram o mesmo processo de condicionamento histórico, tendo em vista: a) coordenar uma posição política comum, tendo em vista, o aumento do poder de negociação frente a terceiros, e; b) estruturar eficientemente as economias da região, para minimizar a influência e a dependência de terceiros. Entre os principais expoentes do projeto de integração concêntrico, Comini & Frenkel (2012) apontam: a Argentina, a Bolívia, o Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela.

Em contrapartida, o projeto de integração poligâmico, se centra, ontologicamente sobre os preceitos de: a) priorização do comércio internacional; b) abertura comercial; e; c) vantagens comparativas.

Assume-se que o mercado é o mais eficiente alocador de fatores e, portanto, necessário para criar e proporcionar melhores oportunidades de crescimento. Nesse sentido, confere-se maior ênfase ao desenvolvimento de relações econômico-comerciais entre os Estados, ao passo que se prioriza a atuação no âmbito do mercado internacional, de modo a compor uma miríade de acordos bilaterais, que se estabelecem simultaneamente, em velocidades variadas, conforme os devidos interesses.

Tal perspectiva, todavia, não descarta a filiação a outras iniciativas de integração, desde que esta, não crie empecilhos para a realização de novos acordos com outros Estados ou blocos regionais. Entre os principais expoentes do projeto

de integração poligâmico, Comini & Frenkel (2012) apontam: o Peru, o Chile e a Colômbia.

Comini & Fenkel (2014) desenvolvem este argumento, ilustrando-o por meio do processo de desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Segundo os autores, ao longo do processo de desenvolvimento da Unasul, é possível identificar duas fases bem distintas de progressão da instituição, provenientes da alternância entre estes dois projetos de integração regional.

Dessa forma, os autores apontam que havia amplo consenso institucional, ao longo dos estágios de criação da Unasul, entre os anos de 2008 e 2011. Este primeiro ciclo de desenvolvimento da Unasul (2008 - 2011), se refletiu em uma conjuntura (tanto econômico, quanto política) regional bastante favorável aos países sul-americanos, fortalecendo o consenso entre os países adeptos do projeto de integração concêntrico, e ao mesmo tempo, aumentando os custos de não participação, dos países no modelo poligâmico. O resultado, ao longo desta etapa inicial, foi um consenso entre os Estados, particularmente, via prevalência do projeto concêntrico de integração, e isto, permitiu avanços no processo de institucionalização da instituição (ainda que sobre mínimos denominadores comuns).

O segundo ciclo de desenvolvimento da instituição (2012+), representa o momento quebra deste consenso ao redor do projeto de integração concêntrico, reativando assim, a tensão entre os dois projetos, a qual resultara em: a) desaceleração do processo de desenvolvimento da Unasul, e; b) aprofundamento do processo de fragmentação da arquitetura regional sul-americana.

Este segundo ciclo, segundo Comini & Frenkel (2014), se iniciara em decorrência de uma sucessão de eventos: primeiro, a fragmentação do consenso político “centro-esquerda” na região; segundo, o agravamento do quadro econômico de países promotores do modelo concêntrico de integração - notadamente a Argentina, o Brasil e a Venezuela, e; terceiro, a melhora do quadro econômico de países alinhados com o modelo poligâmico de integração.

A confluência destes fatores, resultou no enfraquecimento do já delicado consenso, existente no interior da Unasul, bem como reduziu os incentivos de não participação, para os países que priorizavam o modelo poligâmico de integração. Assim, dado a conjuntura desfavorável, houve um estaque no processo de

aprofundamento da Unasul, bem como, no alavancamento de outras iniciativas centradas sobre as premissas poligâmicas, como a criação da Aliança do Pacífico.

Nesse sentido, Comini & Frenkel (2014) reforçam a perspectiva de fragmentação da arquitetura regional sul-americana, ao apontar que: a) na América do Sul, coexistem dois projetos de integração regional fundamentalmente divergentes entre si; b) a proliferação de instituições regionais, espelha a dicotomia entre as diferentes perspectivas de integração e; c) conjunturas favoráveis podem gerar consenso ao redor de um único projeto de integração, no entanto, findados os incentivos, a fragmentação persistirá.

Em consonância com a proposição geral desenvolvida por Comini & Frenkel (2014), encontra-se os trabalhos realizados por Andrés Malamud, que expressam uma perspectiva bastante crítica sobre a proliferação de iniciativas, projetos e de instituições regionais na América Latina, a partir de meados do século XX.

O argumento central presente em Malamud (2012), remete à crescente segmentação em sub-regiões da arquitetura regional sul-americana, ancorada pela inabilidade/desinteresse dos agentes políticos responsáveis, em ceder soberania, em prol de um projeto regional em comum.

Nesse sentido, o autor destaca que o processo de integração regional na América Latina (e em particular, na América do Sul), não deve ser compreendido como força motriz promotora de estabilidade político-econômica estrutural, mas sim um recurso de política externa utilizados pelos Estados, para obter outros fins, como: visibilidade internacional, estabilidade regional ou legitimidade.

Assim, compreende-se que os diferentes projetos de regionalismo não se aprofundam por falta de compromisso político, isto é, a elite política se utiliza recorrentemente do discurso regional, pela sua ampla aceitação popular e pelo baixo custo material do discurso, no entanto, não se engajam de fato, dado a resistência de se abrir mão (de frações) da soberania e também, devido ao elevado custo material da efetivação dos projetos.

Malamud (2012), dessa forma, ilustra seu argumento ao apontar que nunca houve um único projeto de integração regional que encompassasse todo território sul-americano; mas sim, uma série de iniciativas sub-regionais, segmentadas

territorialmente, que, ao longo do século XX, passaram a se multiplicar significativamente em quantidade. Em todo caso, a necessidade de criação de uma nova instituição regional, acaba por derivar da necessidade de exclusão de algum país vizinho, em particular, para: a) estabelecer uma posição política ou normativa em comum; b) evitar estaque no processo decisório institucional, ou; c) evitar escaladas de atritos entre os Estados membros.

Entre as iniciativas destacadas, aponta-se: primeiro, o projeto de regionalismo fechado e o surgimento de quatro instituições regionais; segundo, o projeto de regionalismo aberto e o surgimento de mais cinco instituições, e; terceiro, o projeto de regionalismo pós-hegemônico (ou pós-liberal) com três novas instituições, até o presente momento.

O projeto de regionalismo fechado, amplamente difundido entre os países da América Latina, a partir dos anos 1960, se centrou no incentivo ao processo de industrialização via substituição de importações e no desenvolvimento de linkages produtivas entre os países vizinhos, como forma de rearticulação política e econômica da região, no interior do sistema internacional. Seguindo este projeto, estabeleceu-se primeiramente, ao longo dos anos 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). E na década que se seguiu, outras duas instituições foram criadas: o Pacto Andino (PA), e; a Comunidade do Caribe (CARICOM).

O projeto de regionalismo aberto, proeminente ao longo dos anos 1990, se centrou na liberalização econômica e na busca por melhores condições de competitividade comercial doméstica, no âmbito do mercado internacional. Seguindo este projeto, estabeleceu-se: o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o relançamento do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA); a Comunidade Andina (CAN); o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), e; seguidamente, a Aliança do Pacífico (AP).

Por fim, o projeto regionalismo pós-hegemônico, que passou a ganhar forças a partir da primeira década do século XXI, centrou-se na primazia da figura do Estado, regendo uma agenda de cunho neodesenvolvimentista, de priorização de demandas socioculturais em detrimento a demandas puramente econômico-comerciais, particularmente, no que diz respeito à equidade e justiça social.

Seguindo este projeto, estabeleceu-se: a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a União das Nações Sul-americanas (Unasul).

Nesse sentido, Malamud (2012) reforça que estes diferentes projetos de integração da América Latina, coexistem e competem entre si, de modo a segmentar a região, em múltiplas iniciativas sub-regionais de cooperação.

Este cenário, por sua vez, de acordo com o autor, representa um indicador, não do sucesso de iniciativas de integração regional, mas sim da exaustão de seu potencial, visto que, a progressiva proliferação de projetos e instituições regionais, resultará, ulteriormente, em três problemas graves: primeiro, na dificuldade em se obter um posicionamento em comum (entre e dentro das instituições); segundo, dificuldades para se assegurar comprometimento entre os agentes, e; terceiro, menor unidade e maiores probabilidade de fricções entre os Estados.

Primeiro, dado a forte proliferação de blocos e de instituições regionais na América do Sul, particularmente, ao longo dos últimos cinquenta anos, aliado às diferentes perspectivas de integração regional, sobre as quais estas se assentam; tornou-se progressivamente mais difícil, convergir ou conciliar a concepção destes agentes, a uma temática ou agenda em comum. Isto levaria à “ótica dos menores denominadores comuns”, isto é, uma crescente superficialização das agendas institucionais (para facilitar o entendimento entre os Estados), acrescida de um processo decisório, progressivamente mais lento e oneroso, entre os membros de uma dada instituição regional.

Segundo, em virtude do forte princípio intergovernamental (ao invés do princípio da supranacionalidade) sobre o qual estas instituições se erigiram, aponta-se que: a) as agendas institucionais se tornam fortemente interligadas às conjunturas domésticas, ao mesmo tempo em que; b) tais instituições carecem de um sistema burocrático estável, independente e unificador; dificultando a capacidade de se assegurar comprometimento entre os agentes.

Ambos estes fatores em consonância, dificultam a geração de um consenso regional à médio-longo prazo, visto que, dar seguimento, articular ou aprofundar comprometimentos institucionais, dentro e entre instituições, ficam acometidos a alterações de figuras de presidentes ou de regimes políticos domésticos.

Por fim, em concomitância aos elementos já pontuados, adiciona-se a possibilidade de Fórum Shopping, isto é, a capacidade dos Estados de se associarem, simultaneamente, à múltiplas instituições regionais.

A habilidade de fórum shopping resulta em crescente concorrência entre as instituições regionais, em baixos níveis de comprometimento entre os Estados e/ou no estaque e ou na ineficiência decisória. Segundo Malamud (2012), essa possibilidade de multiplicidade afiliativa, eventualmente sabotaria a efetividade das iniciativas de integração, comprometendo, ulteriormente, a coesão e unidade regional.

Dessa forma, Malamud (2012) reforça a perspectiva de fragmentação da arquitetura regional sul-americana, ao concluir que, a crescente proliferação de projetos e de instituições regionais na América do Sul, resultará invariavelmente na progressiva fragmentação da arquitetura regional do continente, segmentando-a em múltiplas sub-regiões, que tornar-se-ão paulatinamente mais difíceis de se articularem.

Por fim, as contribuições dispostas por Laura Gómez-Mera (2015), também reforçam a perspectiva de “fragmentação” da arquitetura regional sul-americana. Os trabalhos da autora se centram majoritariamente nos efeitos deletérios causados pela proliferação de projetos e de instituições regionais sobre os regimes normativos e para a governança regional.

O argumento central proposto por Gómez-Mera (2015), remete à crescente e progressiva fragmentação da arquitetura regional sul-americana, em razão da crescente sobreposição de agendas e de instituições regionais, ocorridos nas das últimas décadas. Pontuando que, destarte relativos benefícios, a proliferação de projetos e instituições regionais no continente, têm sistematicamente resultado em: a) ambiguidade jurídica e fragmentação legal; b) oportunismo estratégico interinstitucional, e; c) desagregação da coesão e da solidariedade regional.

Nesse sentido, Gómez-Mera (2015) ressalta que um dos resultados imprevistos da intensa proliferação de projetos e de instituições regionais na América do Sul, remete a progressiva fragmentação jurídica e a ambiguidade normativa legal.

A fragmentação jurídica e a ambiguidade normativa legal, segundo a autora, decorrem de dois fatores: primeiro, sobre a incidência de legislações sobrepostas e; segundo, da ausência de uma clara hierarquia jurídica. Isto, por sua vez, resulta em uma seletividade normativa por parte dos agentes, além de prejudicar a resolução de conflitos e inconsistências que possam surgir entre os Estados membros.

Em igual medida, incertezas na esfera jurídica, acabam por exigir maiores despesas, tanto por parte dos agentes privados, quanto por parte dos governos. Segundo a autora, em ambas as dimensões, exige-se maior capacidade técnica e de coordenação entre as ações nos blocos, além de custos adicionais de planejamento e de logística (aumento do número de reuniões, custos burocráticos, atrasos processuais, aumento na quantidade de pastas setoriais entre governos, etc.).

No mesmo sentido, a possibilidade de participar em diversos mecanismos de integração também retarda ou posterga a necessidade de implementar ou consolidar normas que exijam um maior comprometimento por parte dos Estados, especialmente em setores ou questões sensíveis. De acordo com Gómez-Mera (2015), constantemente os países da América Latina, ao invés de avançar na eliminação de ambiguidades ou exceções jurídicas, acabam por se ater à assinatura de novos acordos, por vezes, ainda mais ambiciosos.

Um segundo resultado inesperado, da intensa proliferação de projetos e de instituições regionais na América do Sul, de acordo com Gómez-Mera (2015), consiste no oportunismo estratégico interinstitucional, isto é, na formulação de estratégias políticas interinstitucionais, de modo a favorecer os respectivos interesses individuais dos Estados.

Uma miríade de projetos e de instituições regionais, resulta em um complexo e delicado “tabuleiro político”, na qual, colocar em ação uma determinada estratégia política pode alterar a matriz do payoffs, isto é, criar incentivos ou desincentivos, para outros atores em outras instituições, agirem ou deixarem de agir de certo modo.

Tal prática, segundo Gómez-Mera (2015), se reflete no ato de recorrência de causa, em múltiplas instâncias institucionais, de modo a buscar o resultado/interesse pretendido. Nesse sentido, abre-se a possibilidade para o fomento de assimetrias de poder entre Estados, uma vez que os Estados mais

influentes/poderosos, contam com mais recursos para explorar as oportunidades geradas pelas sobreposições e se beneficiarem nas negociações.

Em adição, Gómez-Mera (2015) também aponta que a progressiva proliferação de instituições regionais viabiliza e incentiva a prática de fórum shopping, o que, segundo a autora, dificulta o processo de consenso no ato da tomada de decisão e ainda, reforça a possibilidade dos Estados se posicionarem de maneira inconsistente diante dos diversos mecanismos regionais (*strategic inconsistency*), de modo a criar regras contraditórias ou de baixa efetividade funcional.

Por fim, o terceiro resultado inesperado, da intensa proliferação de projetos e de instituições regionais na América do Sul, de acordo com Gómez-Mera (2015), remete à desagregação da coesão e da solidariedade regional.

O amplo espectro de possibilidades interinstitucionais incentiva uma lógica de competição entre os Estados e entre as instituições, pelas melhores oportunidades, membros, recursos ou funções. E ainda, a autora ainda corrobora esta posição, utilizando um argumento inserido por Malamud (2012), apontando que, os projetos em competição atrapalham o posicionamento conjunto acerca de uma liderança regional.

No mesmo sentido, a competição entre instituições, ao criar dificuldades de compreensão sobre os diferentes interesses do regionalismo encontrado poderia ainda contribuir para que os Estados o deixassem de lado, em função da desconfiança na associação regional, ou mesmo a favor de iniciativas solo ou multilaterais.

A constante concorrência entre Estados e Instituições, aliada à dificuldade de se obter um posicionamento comum, somados à possibilidade de suspeição da efetividade da associação regional, segundo Gómez-Mera (2015), acabaria por debilitar a coesão e a unidade regional, além de gerar ineficiências e/ou a possibilidade de sabotagem dos esforços conjuntos.

Dessa forma, a autora também reforça a perspectiva de fragmentação da arquitetura regional sul-americana ao concluir que a tendência de proliferação de projetos e instituições regionais na América do Sul, torna cada vez mais complexa

e difícil a articulação entre instituições. A resultante sobreposição das estruturas jurídicas, aliado ao comportamento oportunístico dos Estados ao centrarem-se ao redor de seus próprios interesses, somados à crescente fricção e concorrência que desta proliferação se deriva, acaba por fragmentar a arquitetura regional sul-americana, em múltiplas estruturas institucionais sobrepostas, ineficientes e progressivamente mais difíceis de se articularem.

3.1.3 Percepção Modular da Arquitetura Regional

Por fim, a terceira interpretação da atual disposição da arquitetura regional da América do Sul, consiste na percepção “modular da arquitetura regional” (Nolte, 2014), isto é, o resgate de uma visão otimista e multifacetada da atual disposição da arquitetura regional do continente, fundamentada sobre o preceito de coexistência de múltiplos projetos políticos regionais, no entanto, centrada na permeabilidade e na dinâmica de funcionamento destes projetos, alinhadas com a possibilidade de escolha dos Estados em aderir à iniciativas dos projetos de integração que lhe convêm.

Esta abordagem é melhor representada pelos estudos produzidos por Hofmann & Mérand (2012), Nolte (2014) e de Gardini (2013; 2015). Estes autores convergem na compreensão de que a atual disposição da arquitetura regional da América Latina, apresenta uma composição modular, isto é, a região seria a sede de uma série de distintos projetos e de instituições regionais, a qual, em concorrência, desenhariam e remodelariam a arquitetura regional do continente, à medida em que os Estados optassem por participar de tais iniciativas (em concomitância ou em detrimento à tais iniciativas).

Primeiramente, destaco os estudos produzidos por Hofmann & Mérand (2012), que reforçam essa perspectiva modular da arquitetura regional. Os autores, pautados na experiência de integração europeia, propuseram uma interpretação que ressalta a coexistência de uma multiplicidade de projetos, que se reforçam mutuamente, em uma rede normativa justaposta, que ulteriormente, fortalece, estabiliza e pacifica a arquitetura regional em si.

O argumento central apresentado por Hofmann & Mérand (2012), sublinha que é possível, por meio de uma arquitetura institucional forte e flexível, promover relações interestatais pacíficas e estáveis dentro de uma região (minimizando inclusive, o risco de desdobramentos em políticas da soma zero).

Os autores desenvolvem este argumento por meio do conceito de geometria variável e de elasticidade institucional. Primeiro, o conceito de geometria variável, se refere ao subconjunto de: possibilidades, mecanismos, formatos e velocidades de negociação entre Estados, ao passo que; segundo, o conceito de elasticidade institucional, se refere a capacidade institucional em adaptar-se às alterações em suas condições de atuação, prosseguindo, findado a incitação, às suas funções ordinárias.

Hofmann & Mérand (2012) enfatizam os benefícios de uma geometria regional variável, ao destacar que a multiplicidade de projetos, permite aos Estados, a capacidade de escolher entre vários fóruns multilaterais, políticas e iniciativas particulares, a qual efetivamente pretende se envolver/promover/atuar.

Nesse sentido, a presença de uma grande quantidade de blocos e de instituições regionais, regidas por diferentes projetos de integração, acabam se tornando benéficas à arquitetura regional, visto que, ela minimiza a possibilidade da “lógica negociativa de soma zero” (foco nos ganhos relativos em que o ganho de um jogador representa necessariamente a perda para o outro jogador) ao estender a possibilidade formal e específica de cooperação para estados que assim o desejam, enquanto que, concomitantemente, facilita a acomodação dos Estados relutantes (já que estes podem simplesmente optar por não participar).

Em igual medida, Hofmann & Mérand (2012) também enfatizam os benefícios da existência de uma forte e flexível estrutura institucional. Segundo os autores, a elasticidade institucional cria e reforça a existência de uma atmosfera regional estável, por estabelecer um conjunto de parâmetros codificados que delimitam a atuação dos Estados, isto é, uma rede sobreposta, de regras e normas, claras e aplicáveis, que ulteriormente, reduzem as probabilidades de degeneração de relações interestatais estáveis, para conflitos militarizados.

Essa elasticidade institucional, oscila entre dois espectros de referência: primeiro, forte ou fraco, e; segundo, rígido ou flexível. A extensão da força elástica

institucional, remete à capacidade de resumir às funções ordinárias, após o fim do estímulo externo, ao mesmo tempo em que, sua flexibilidade diz respeito à sua capacidade de acomodar diferenças em seu interior.

O nível de elasticidade institucional, segundo Hofmann & Mérand (2012) varia de acordo com três variáveis: a) a amplitude da divisão do trabalho, entre as instituições; b) o entrelaçamento institucional (institutional embeddedness) e; c) o fórum shopping.

O primeiro elemento, diz respeito à divisão do trabalho entre as instituições, isto é, a capacidade de particularizar as atribuições e especializar o propósito de uma determinada instituição, de modo a não as sobrepor com as atribuições e ao propósito de outras instituições. Quanto maior a divisão do trabalho institucional, maior também será a força elástica institucional, visto que, ela minimiza atritos por não resultar em uma disputa interinstitucional por recursos, e ainda previne a possibilidade de impasses dentro e entre instituições.

O segundo elemento remete ao entrecruzamento normativo que opera entre as instituições (institutional embeddedness), isto é, uma rede de reforço normativo mútuo que se estabelece entre instituições, em algum nível (doméstico, internacional, regional, etc.), especialidade (jurídica, burocrática, protocolar, etc.) ou temática (economia, política, cultura, etc.), de modo que, uma decisão/posição tomada por uma instituição, corrobora a decisão/posição de outra instituição, reforçando assim, um padrão de conduta e ampliando as possibilidades de coordenação, tanto dentro quanto entre as próprias instituições.

Por fim, o terceiro elemento, segundo Hofmann & Mérand (2012), remete à possibilidade de fórum shopping, isto é, a estratégia deliberada de um respectivo agente, em escolher o foro/instituição que melhor represente os seus interesses ou permita a maior probabilidade de vitória, em caso de contensões. Quanto maiores as possibilidades de fórum shopping, mais forte e mais flexível será a elasticidade institucional de uma região.

A possibilidade de fórum shopping, atua no reforço da arquitetura regional por três motivos: primeiro, permite aos Estados escolherem entre as instituições, as políticas que melhor representam os seus interesses; segundo, facilita a reacomodação de Estados em desacordo, impedindo a possibilidade de entrave das

negociações ou o avanço do processo decisório institucional, e; terceiro, impede que Estados mais influentes (com poder de veto, detentor da presidência institucional, etc.) monopolizem o controle funcional da instituição.

Dessa forma, Hofmann & Mérand (2012) reforçam a perspectiva de arquitetura regional modular, ao pontuar que a proliferação de projetos e de instituições regionais, não enfraquece ou estanca o processo de integração de uma região, mas sim, a fortalece; tornando as relações mais estáveis e pacíficas, à medida em que se tornam mais fortes e mais flexíveis. A arquitetura em si, subsiste em diferentes módulos, composta por distintos projetos de integração que coexistem, se sobrepõem, competem e se complementam; cabe a cada Estado escolher o módulo que melhor representar as suas aspirações e interesses.

Um segundo autor importante, que também reforça a perspectiva de modularismo da arquitetura regional sul-americano é Detlef Nolte (2014). Os trabalhos do autor refletem sobre as consequências da proliferação de projetos e de instituições regionais, indicando que, o resultado de tal proliferação pode apresentar efeitos positivos (cooperação) ou efeitos negativos (conflito) para a arquitetura regional, a depender do grau de sobreposição que tais projetos e instituições regionais possuem entre si.

Segundo Nolte (2014), a proliferação de instituições regionais ocorre por duas razões: primeiro, a acomodação de poderes entre os Estados mais influentes, e; segundo, a sobrevivência de instituições antigas, que acabam não sendo dissolvidas por servirem a interesses conflituosos entre diferentes atores. Dessa forma, a contínua proliferação resulta invariavelmente na sobreposição de agendas, entre as instituições.

Assim, o argumento central proposto por Nolte (2014), gravita sobre a proposição de que é preciso compreender as hierarquias e as influências de poder entre estas instituições regionais, para assim, compreender o impacto que a proliferação de projetos e de instituições regionais acarreta na arquitetura regional.

Nesse sentido, o autor aponta que a atual arquitetura regional da América do Sul, subsiste em meio a uma miríade de projetos e de instituições regionais distintas, que se sobrepõem em múltiplas instâncias. O resultado, porém, deriva do conjunto das interações entre estes projetos e destas instituições, que podem ser

positivos (cooperação) ou negativas (conflito), a depender do grau de sobreposição entre elas.

Nolte (2014:07) ilustra este argumento, por meio da utilização do seu conceito de governança regional, isto é, a configuração geral de instituições regionais que geram normas e regras para a região em diferentes áreas políticas, contribuindo assim para a solução de problemas coletivos e/ou para a realização de interesses em comum.

A governança regional varia entre cooperação e segmentação, a depender de três variáveis chave: a) o tipo de ligação entre as diferentes organizações regionais; b) a existência e a magnitude de conflitos normativos entre as instituições e seus projetos regionais, e; c) a configuração dos interesses e da política dos governos nacionais.

No que se refere à primeira variável, Nolte (2014) aponta que o tipo de ligação entre diferentes organizações regionais pode variar, de acordo com: primeiro, suas atribuições funcionais (*mandate*), e/ou; segundo, a sua filiação (*membership*). Analisando em conjunto (da forma como ilustrado na tabela abaixo) é possível extrair uma matriz de possibilidades, composta por quatro cenários diferentes (sobreposição de mandatos e de membros, nenhuma sobreposição, sobreposição somente mandatos ou sobreposição somente de membros).

Tabela 01: Matriz de possibilidades: cooperação e conflito - Governança Regional

Sobreposição	Mandato – Sim	Mandato – Não
Membros – Sim	<i>Cooperação</i> ✓	<i>Cooperação</i> ✓
	<i>Conflito</i> ✓	<i>Conflito</i> ☒
Membros – Não	<i>Cooperação</i> ✓	<i>Cooperação</i> ✓
	<i>Conflito</i> ✓	<i>Conflito</i> ☒

Fonte: Detlef Nolte (2014:26).

Resultado Esperado: ✓ (sim),

☒ (não).

Segundo Nolte (2014), quando existe entre as instituições, a sobreposição de filiações, mas não de áreas temáticas, diminui-se as chances de conflitos, ao passo que, se aumentam as chances de cooperação, particularmente, em alguma área específica, proveniente da divisão do trabalho, entre as instituições.

Em contrapartida, quando existe um cenário, com apenas sobreposição de áreas temáticas, sem a sobreposição de filiações; pode haver duas resultantes: a) acirramento de uma competição regional por mais membros ou por maior influência, ou; b) segmentação, caso as organizações decidam não competir por membros, mas sim, dividir ou criar zonas exclusivas de influência, resultando em uma forma mais particular de cooperação.

A competição entre instituições se torna mais provável, se a sobreposição temática ocorrer em setores vitais às suas funcionalidades, ao passo que, a ocorrência de tal sobreposição temática, para além do propósito primordial de dadas instituições, torna-as mais tendentes à cooperação.

Quando há um cenário de ausência de toda e qualquer sobreposição, diminui-se o espectro de possibilidades de atrito entre Estados e entre instituições, aumentando assim, as possibilidades de se produzir cooperação, particularmente, por meio do fortalecimento de lógicas sub-regionais e, conseqüentemente, um complexo de governança regional.

Por fim, quando há, tanto sobreposição de áreas temáticas quanto de filiações, ambos os resultados, cooperação ou conflito, são possíveis; necessitando assim, da análise mais apurada das outras variáveis.

A segunda variável analítica proposta por Nolte (2014), parte da premissa que entre diferentes instituições regionais, há uma diferente disposição de poder, influência e prestígio, produzindo, neste quesito, dois tipos de instituições regionais diferentes: primeiro as instituições centrais, de maior poder e influência, e; segundo, as instituições periféricas, de menor poder e influência, relativamente às centrais. Cabe, portanto, compreender a existência e/ou magnitude de conflitos normativos entre estas instituições e seus projetos regionais.

As instituições regionais centrais, segundo o autor, são organizações que são altamente valorizadas e são integradas com a maioria dos principais agentes dentro de uma determinada região. Esta qualidade é de central importância, porque significa a possibilidade e/ou a maior facilidade de articulação e de cooperação entre diferentes organizações regionais.

Assim, a sinergia entre instituições centrais, segundo Nolte (2014), se reverte em uma maior probabilidade de cooperação entre as instituições, no mesmo sentido em que, dissonâncias entre instituições regionais centrais, levam: a) ao conflito, caso a base normativa das instituições em questão, estejam fundadas sobre proposições fundamentalmente contraditórias, ou; b) segmentação, caso a base normativa das instituições em questão, estejam fundadas sobre proposições diferentes.

Por fim, no que se refere à terceira variável, Nolte (2014) destaca a importância de se compreender a configuração dos interesses e da política dos governos nacionais, dado que, a configuração das forças domésticas podem resultar em maior, menor ou na ausência de apoio a um determinado projeto ou instituição regional.

Nesse sentido, são maiores as possibilidades de cooperação entre instituições regionais, quando todos os atores relevantes, apoiam as mesmas instituições regionais. Essa possibilidade, no entanto, decai à medida em que os atores domésticos relevantes, conferem apoio a instituições regionais distintas, podendo resultar em: a) conflito, quando os atores relevantes apoiam instituições regionais distintas, cujas finalidades estejam sobrepostas e em contradição, ou; b) segmentação, quando os atores relevantes apoiam instituições regionais cujas finalidades sejam distintas.

Segue abaixo a tabela 02, que ilustra a matriz contendo todas as possíveis disposições de uma determinada arquitetura regional, segundo os três critérios desenvolvidos por Nolte (2014).

Tabela 02: Matriz das possibilidades – Arquitetura Regional segundo Nolte (2014)

	Sinérgica	Cooperativa	Conflituosa	Segmenta da
Integração institucional	A instituição regional central está fortemente integrada com as demais instituições.	A instituição regional central está fracamente integrada com as demais instituições.	A instituição regional central está, por um lado, fracamente integrada às demais instituições, e, por outro lado, em competição por afiliação ou temáticas.	Pouca ou nenhuma integração entre as instituições regionais
Conflito normativo	Principais normas entre as diferentes instituições regionais, estão alinhadas.	Principais normas entre as diferentes instituições regionais, não estão em conflito.	Principais normas entre as diferentes instituições regionais, estão em conflito.	Principais normas entre as diferentes instituições regionais, podem ou não, estar em conflito.
Constelação de atores	Todos os atores relevantes apoiam as mesmas instituições regionais. Alguns atores menos relevantes podem optar por diferentes instituições, no entanto, todos cooperam.	Nem todos os principais atores apoiam as mesmas instituições regionais, no entanto, todos cooperam e apoiam com a instituição regional central.	Principais atores apoiam diferentes instituições regionais.	Principais atores apoiam diferentes instituições regionais.

Fonte: Detlef Nolte (2014:41)

Diante dessa combinação de variáveis, Nolte (2014) conclui que o panorama ideal seria uma combinação de associações transversais com diferentes temáticas em múltiplos projetos regionais, que por sua vez, contribuiria para a articulação da governança regional cooperativa combinando a flexibilidade dos Estados poderem escolher os processos de seus interesses com a lealdade nas demais parcerias regionais.

Assim, o autor reforça a perspectiva de modularismo na arquitetura regional, ao concluir que não existem consequências inerentes ou fundamentalmente determinantes à proliferação de projetos e instituições regionais, o que existe, são

múltiplos projetos e instituições regionais que se sobrepõem, podendo gerar assim, impactos positivos ou negativos à arquitetura regional, à depender do grau e da magnitude desta sobreposição.

Por fim, em consonância com os argumentos dispostos por Hofmann & Mérand (2012) e em sinergia com as conclusões apontadas por Nolte (2014), há de se destacar também, as contribuições propostas por Gian Luca Gardini.

O argumento central proposto por Gardini (2015), deriva de seu entendimento que da forma como desenvolvido na América Latina, o processo de integração regional foi construído em módulos, onde os Estados escolhem e selecionam os melhores arranjos regionais que se encaixam na sua agenda de desenvolvimento. Cada módulo (ou projeto) pode ser combinado com uma variedade de outros módulos o que levaria então à uma estrutura modular que varia de acordo com os interesses e objetivos de cada país.

Os diferentes módulos regionais, competem entre si, em múltiplas instâncias (política, econômica, social, cultural, identitária, etc.), por novos Estados membros, e, a depender de vários fatores, os Estados optam pela escolha de um módulo (caso a composição inteira do módulo seja compatível com as necessidades do Estado) ou de vários (Gardini, 2013).

Os critérios dos Estados/governos para optar entre os módulos e definir sua escolha (pick and chose) sobre qual instituições regionais estes devem participar, gravita sobre: seus interesses nacionais; a temática priorizada; o conteúdo da agenda; a devida conjuntura (nacional e/ou internacional); a abrangência da arena; e a oportunidade apresentada (adesão múltipla e não exclusividade de alianças e interesses). (Gardini, 2013)

Assim, a arquitetura regional do continente, passa a ser constituída e redesenhada a partir das escolhas dos Estados sobre que módulos estes optam por fazer parte. Vale destacar que, a composição interna do módulo pode ser alterada – total, parcial ou pontualmente - e ainda, que os Estados podem optar por fazer parte de um ou mais módulos, bem como, renunciar a um ou mais módulos. (Gardini, 2015)

A proliferação de módulos representa uma maior disponibilização de opções para que os Estados/governos possam escolher melhor em qual delas desejam participar, isto é, qual deles (ou a combinação de qual deles) representam melhor os seus interesses. (Gardini, 2013)

Dessa forma, nenhum Estado/governo se sente coagido em participar de todas as iniciativas ou programas, nem tampouco, pactuar com todas as políticas do bloco, restando ainda, a opção de se envolver em temáticas, arenas e em políticas públicas a qual estes consideram importantes, pensadas a partir e de acordo com as suas próprias perspectiva e os seus interesses.

A sobreposição (overlapping) de regimes, segundo Gardini (2015) não é vista como um problema, visto que, os países participam apenas dos módulos e das instituições que lhes é de interesse, e àqueles que não lhes for, estes não participarão. Nesse sentido, instituições regionais mais antigas, não precisam ser necessariamente extintas ou substituídas, quando novas instituições forem criadas; elas podem perfeitamente coexistir. A que apresentar o módulo mais atrativo, terá mais participantes – e isto é um movimento constante.

Tal disposição modular, por sua vez, ainda reduz os riscos de política de barganha de soma zero e também da estagnação do processo decisório, visto que, os Estados/governos membros de determinado módulo, podem optar por escolher determinada instituições, por esta representar um aspecto considerado essencial – e assim cercar-se de Estado/governos com as mesmas pretensões; ou podem pressionar por suas preferências políticas em outra instituição. Assim, os Estados/governos podem expressar suas discordâncias, sem, ultimamente, colocar em perigo a arquitetura institucional como um todo.

3.2

Principais Categorias Analíticas, Método e Metodologia

Uma vez apresentados os objetivos desta pesquisa, delineado suas hipóteses, desenvolvido os seus conceitos chaves (integração regional, instituições internacionais, normas e discursos) e assinalado sua matriz teórica referencial, cabe agora, nos deter nos métodos e na metodologia que serão utilizados.

A perspectiva construtivista convencional, conforme anteriormente apresentada, conduzirá o foco desta análise às principais instituições regionais da América do Sul, centralizando-a envolta das normas e percepções coletivas que as compõem, atendo-nos às práticas e aos discursos para melhor compreender o panorama criado por estas, no que diz respeito à diligência de regionalismo no continente sul-americano.

Nesse sentido, em confluência com o marco teórico e para facilitar com o cumprimento dos objetivos propostos, este trabalho lança mão de duas ferramentas analíticas importantes, a análise de discurso e a análise de conteúdo.

Dessa forma, esta seção tem por intento, apresentar e contextualizar a escolha do método de análise utilizado no presente trabalho, destacando ainda, a construção metodológica que comporá esta pesquisa.

Segundo Shapiro (1999), a análise de discurso e a análise de conteúdo se popularizaram no campo das relações internacionais a partir da década de 1990, por meio dos acadêmicos construtivistas e pós-estruturalistas, no decorrer do “quarto grande debate”, especificamente, por influência do movimento de “virada linguística”.

Até então, em muitos campos da ciência, inclusive no campo das relações internacionais, o discurso e a linguagem, enquanto instrumentos de análise, eram quase que inteiramente ignorados¹² (Shapiro, 1999). Foi justamente a partir da “virada linguística”, com os acadêmicos pós-estruturalistas e construtivistas, que no campo das relações internacionais, passou-se a considerar a linguagem enquanto agente de construção e de transformação das relações sociais (portanto, da própria realidade), afastando-se gradualmente da concepção hegemônica (até então) oposta, de que a língua apenas reflete/traduz as representações cogno-afetivas individuais, enquanto mecanismo neutro e passivo de intermediação das relações sociais. (Kratochwil, 1996; Onuf, 1996)

¹² Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (2003), aprofundam tal entendimento, ao pontuar que toda e qualquer análise, no campo das relações internacionais, que envolvessem discursos ou linguagem, até os anos 1990, eram compreendidos enquanto “cheap talk” (termo transposto do subcampo da economia, a teoria dos jogos, que remete a um elemento que não altera ou afeta diretamente o resultado ou qualquer conclusão de um jogo).

Dos estudos sobre a linguagem, deriva-se duas ferramentas analíticas importantes para esta pesquisa, são elas: a análise de conteúdo e a análise de discurso. Primeiro, a análise de conteúdo, consiste em uma técnica (ou conjunto de técnicas) de análise textual, que tem por objetivo, identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em uma determinada publicação; enfatizando, em primeira e última instância, o seu conteúdo.

A definição mais expressa de análise de conteúdo, segundo Shapiro (1996:41):

Um conjunto de técnicas de análise linguística, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (SHAPIRO, 1996, p.41)

Enquanto ferramenta analítica, a análise de conteúdo, atêm-se às unidades de sentido (palavras, conjunto de palavras formando uma locução ou temas) de modo a guiar o olhar do pesquisador às informações contidas no texto, isto é, parte-se da estrutura do texto para interpretá-lo, considerando-o como ilustração de uma situação limitada ao seu próprio contexto. Isto abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas) (Quivy, 2003). Permitindo assim, ao pesquisador, adicionar à análise, as influências sócio-espaciais que se encontram presentes nos textos, e também o contexto em que determinado discurso ou prática discursiva foram produzidos.

A análise de discurso, por sua vez, consiste em outra técnica (ou outro conjunto de técnicas) de análise textual, que tem por objetivo compreender os significados que emanam por meio dos discursos. Seu objetivo atentar aos agentes (por quem são conferidos significados) que os emitem e para a interação entre eles (o que e porque tais significados foram conferidos), em relação ao contexto em que foram emitidos.

O conceito de Análise de Discurso, segundo Shapiro (1999:43):

A análise de discurso, fundamenta-se nos sujeitos que participam do discurso e com a historicidade que o permeia, buscando assim, incorporar as condições históricas e ideológicas em que o discurso foi produzido. O sentido de uma palavra expressa as posições ideológicas em jogo no processo sócio histórico em que são produzidas. (SHAPIRO, 1999, p.43)

Nesse sentido, empreender em uma análise do discurso compreende dois dimensões: primeiro, centrar-se nos enunciadores dos discursos (ao invés de buscar determinantes causais dos fenômenos) para entender os sistemas de significação - que são socialmente construídos - que deles emanam; e segundo, na interpretação dos discursos, isto é, como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu (Quivy, 2003).

Alinha-se assim, a análises de conteúdo e a análise de discurso, com os objetivos da pesquisa aqui empreendida, dentro da composição teórica proposta, isto é, o construtivismo convencional, com a finalidade de: primeiro: centrar-se no exame das regras e normas que regem as instituições regionais da América do Sul; segundo, firmar-se em como tais regras e normas influenciam no comportamento, nas expectativas, e nas percepções dos atores; e terceiro, compreender do corpo discursivo que se deriva, o atual panorama de integração que estas instituições se efluem.

Dessa forma, convêm definir alguns dos conceitos chaves que delimitam e especificam prontamente, o que será analisado. São eles: discurso, texto, práticas discursivas e discurso hegemônico.

O primeiro dos termos a serem explicitados, remete à definição de “discurso”, que da forma como definido por Onuf (1996:17), consiste em:

O discurso consiste em todo acontecimento manifestado de forma linguística ou não-linguística, que constitui significados a partir de um conjunto de ideias, valores ou convenções que o produtor do discurso possui e utiliza no momento de sua produção e/ou propagação”. (Onuf, 1996, pág. 17)

Importante lembrar que, compreende-se o “conjunto de ideias, valores ou convenções” que emanam do produtor do discurso, enquanto construtos sociais, isto é, concepções criadas e moldadas a partir do relacionamento social com outros atores, e apropriadas pelo indivíduo por meio da linguagem; portanto, destaca-se que estes provêm de sua dimensão social coletiva, não representando assim, apenas comportamentos individuais.

Outro termo importante para esta análise, e que também merece particular destaque, remete ao conceito de “texto”. Da forma como definido por Onuf (1996:18), o conceito refere-se:

O conceito de texto, por outro lado, remete à linguagem falada e escrita, ou seja, é a forma como a prática discursiva se manifesta na linguística (Onuf, 1996, p. 18).

Por fim, em forte relação com o conceito anterior, o termo “discurso hegemônico”, definido por Onuf (1996:69), como:

Uma hegemonia discursiva é, então, um discurso que se coloca como dominador ou líder enquanto prática social, ou seja, nas relações sociais; mas também enquanto prática discursiva, ou seja, em relação a outros discursos e às tentativas de mudança discursiva (FAIRCLOUGH, 2001).

Como matriz metodológica, esta pesquisa se atêm a uma matriz hipotético-dedutiva, expresso em duas etapas complementares: a primeira etapa, de caráter quantitativista, versará sobre a construção do universo amostral, bem como na identificação e contextualização das principais variáveis à serem analisadas; a segunda etapa, de caráter mais qualitativista, versará sobre a análise dos principais temas e agendas desenvolvidos pelas grupos de trabalho, de três das principais instituições regionais do continente – Mercosul, ALBA e AP; para assim, subsequentemente comparar tais alicerces institucionais, com o intuito de melhor compreender a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul.

O percurso metodológico adotado por esta pesquisa, seguir-se-á três etapas bem delimitadas: primeiro, a construção do universo amostral, a partir da seleção dos grupos de trabalho e dos documentos a serem analisados; segundo, o devido mapeamento das referidas instituições regionais (Mercosul, ALBA e AP), via exame de seus principais temas e agendas, e; terceiro, a análise ponderada do impacto e da influência de tais percepções institucionais, sobre a atual disposição da arquitetura regional sul-americana.

A primeira etapa tem por finalidade, delimitar o universo amostral a ser analisado, de modo a permitir: primeiro, o estabelecimento de critérios comparativos estáveis para a análise; b) a identificação das variáveis-chave, e; c) o ordenamento e a categorização da amostra.

Nesse sentido, na realização da construção do universo amostral e para a delimitação do material a ser analisado, foram respeitados três critérios específicos: primeiro, o período de existência de cada grupo de trabalho; segundo, a recorrência temática ligada a integração regional/regionalismo¹³, e; terceiro, a sobreposição funcional e das agendas entre os grupos de trabalho.

Primeiramente, elege-se o período de existência de um grupo de trabalho como critério de demarcação amostral, por entender que: primeiro, a criação de um grupo de trabalho, em detrimento à total ausência ou criação posterior de outros grupos de trabalho, espelharem temas e agendas considerados prioritários para o aprofundamento do processo de institucionalização, e; segundo, grupos de trabalho que foram dissolvidos ou criados para solucionar problemas pontuais e/ou específicos (ad hoc), não são considerados prioritários para o continuado desenvolvimento institucional. Priorizando assim, a seleção de grupos de trabalhos permanentes e de longevidade institucional.

Todos os dados serão coletados por meio de fontes primárias, isto é, por meio do banco de dados das respectivas instituições regionais: da Aliança do Pacífico <alianzapacifico.net>, ALBA <portalalba.org> e do Mercosul <mercosur.int>, além dos dados disponibilizados pelos Ministérios das Relações Exteriores de cada país membro.

Em seguida, buscou-se priorizar a escolha dos grupos de trabalho cuja finalidade melhor se correlaciona com temática de integração regional. O grau de correlação temática remete ao conjunto de três variáveis, isto é: a frequência absoluta de um termo, a frequência relativa e a relevância textual deste termo.

A frequência absoluta de um termo, consiste no valor numérico de sua aparição, isto é, a quantidade de vezes que o mesmo termo reaparece no mesmo documento. Em contraste, a frequência relativa de um termo, remete à razão entre a frequência absoluta do termo e o número total de termos contidos no documento, isto é, na capacidade de recorrência de um termo específico, dado o tamanho do

¹³ Destarte o fato de alguns autores diferenciarem o termo Integração Regional de Regionalismo, dado as dificuldades de se estabelecer se o emprego de um termo, coincidiria em toda oportunidade com o outro, esta pesquisa as considera como sinônimas.

documento. Enquanto a relevância contextual de um termo, consiste na razão entre o peso ponderado de um termo em específico e a somatória do peso ponderado da frequência relativa dos demais termos, isto é, na capacidade de recorrência de um dado termo, em contraposição à recorrência dos demais termos – neste caso, especificamente: integração regional e regionalismo.

Frequência Relativa	Relevância Contextual
$FR = \frac{Fa}{N}$ <p style="text-align: center; margin: 0;">(Frequência Absoluta)</p> <p style="text-align: center; margin: 0;">(Número total de observações)</p> <p style="font-size: small; margin-top: 10px;">Fonte: Chiang (2012:13 - 14)</p>	$RC = \frac{\sum_{i=1}^n (p_i * x_i)}{\sum_{i=1}^n FR}$ <p style="text-align: center; margin: 0;">(Relevância Contextual)</p>

Ambas estas variáveis (frequência relativa e relevância contextual) são compreendidas entre dois espectros: simples ou acumulada. Considera-se, de um lado, a variável simples, quando seu valor corresponder apenas ao universo de um único documento, e; do outro lado, considera-se tal variável acumulada, quando seu valor corresponder ao seu valor acumulado pelo conjunto total dos documentos.

Desta forma, priorizou-se a seleção dos grupos de trabalho que apresentaram a maior relevância contextual acumulada, isto é, no hall em que todos os documentos foram analisados, priorizou-se a escolha dos grupos de trabalho, cuja o termo de maior frequência relativa acumulada coincide com a maior frequência relativa acumulada da variável: regionalismo/integração regional.

Para tal realizar a análise completa da base documental, fora realizada uma análise textual assistida por computador (*computer-assisted text analysis*), feita com o auxílio um software particular, o Yoshikoder (versão 1.8), a qual permitiu filtrar a disposição de todos os documentos oficiais – relatórios finais, prescrições e recomendações oficiais – dos respectivos grupos de trabalho, por meio dos supracitados parâmetros de análise.

Por fim, dado a natureza comparativa que esta pesquisa almeja obter, buscou-se priorizar a escolha de grupos de trabalho que apresentem sobreposição funcional entre si. Tal esforço, consistiu na identificação do propósito funcional de cada grupo de trabalho, isto é, na autodefinição do propósito funcional de cada grupo de trabalho, da forma como descrita em seus respectivos sites oficiais;

priorizando a escolha daqueles que apresentam sobreposição, total ou parcial, de suas funções.

Assim, ao final desta primeira etapa, delimitou-se o universo amostral dos grupos de trabalho a serem analisados, àqueles que interceptaram os três critérios supracitados (mais velhos, maior grau associativo com integração regional/regionalismo e de maior sobreposição funcional). Reduzindo ao fim, o hall de um total de 63 grupos de trabalho – 18 do Mercosul; 22 da ALBA e; 23 da Aliança do Pacífico - para 19 grupos de trabalho. Como ilustrado na tabela 03 abaixo:

Tabela 03: Grupos de Trabalho a serem analisados

Grupos de Trabalho a Serem Analisados		
Mercosul	ALBA	Aliança do Pacífico
Aspectos Institucionais	Princípios Institucionais	Assuntos Institucionais
Indústria e Agricultura	Complementariedade Industrial e Produtiva	Comércio e Integração
Integração Produtiva	Complementariedade Comercial	Cooperação
Transportes	Infraestrutura e Transportes	Mobilidade
Assuntos Financeiros	Nova Arquitetura Financeira Regional	Serviços e Capitais

Fonte: confecção do próprio autor.

Dessa forma, estabeleceu-se prioridade na seleção para a análise: de grupos de trabalhos permanentes, com o maior tempo de existência, cuja produção apresente maior grau associativo à integração regional e ainda, possuam disposições funcionais semelhantes. Grupos de trabalho mais recentes ou que foram dissolvidos, grupos de trabalho ad hoc e comissões de pesquisas específicas, não serão analisadas.

Há de se destacar ainda, que a coleta de dados foi orientada de acordo com os documentos oficiais disponíveis, portanto, apenas os documentos que apresentam de caráter normativo e prescritivo, como: relatórios finais, prescrições

e recomendações oficiais foram analisados. Outros documentos como: relatórios parciais, diagnósticos preambulares, notas preliminares e cartas de comissões específicas, também não serão analisados.

A delimitação do universo amostral, torna-se a base para o desenvolvimento das duas próximas etapas desta pesquisa, isto é: o mapeamento das três principais instituições regionais da América do Sul, com base nas perspectivas de integração regional presentes nos referidos grupos de trabalho. A sua subsequente comparação entre estas perspectivas, e a ulterior, ponderação destas visões, para com o seu impacto e a sua influência sobre a arquitetura regional.

A segunda etapa, de mapeamento institucional via análise comparativa dos principais temas e agendas dos grupos de trabalho selecionados, tem por objetivo identificar, ordenar e comparar as percepções institucionais que remetem, particularmente, à integração regional. Para tal, considerar-se-á quatro variáveis-chaves: primeiro, o significado e a recorrência deste significado, atribuídos às variáveis-chave; segundo, a inter-relação (direta e indireta) estabelecida entre variáveis; terceiro o discurso hegemônico, e; quarto, o enquadramento paradigmático integrativo.

Uma vez construído e categorizado a amostra, empreende-se na busca pelo significado institucionalmente atribuído a determinadas variáveis-chave na análise. Com o intuito de melhor compreender a base intersubjetiva sobre a qual tais categorias se constroem, torna-se necessário identificar e definir o que cada conceito-chave remete.

Dado que, um mesmo termo pode possuir diferentes significados (entre grupos de trabalho diferentes ou mesmo, dentro do mesmo grupo de trabalho, no entanto em dois períodos distintos), é de fundamental importância, elucidar exatamente o significado evocado pelos agentes ao utilizar um determinado termo em questão.

Nesse sentido, a extração de significado atribuído às variáveis-chave dos documentos analisados, incorrerá por meio de: a) autodefinição documental, caso o documento contenha uma descrição clara do que o termo utilizado remete, ou; b) por inferência, por meio do contexto a qual o termo está inserido e/ou ainda, por meio da inter-relação entre o termo e outras variáveis.

Uma vez estabelecido a base de significação conceitual utilizada nos documentos, procurar-se-á constância em sua utilização ao longo de todos os documentos analisados, de modo a compreender se houveram alterações em seu significado e em que contexto, tais alterações surgiram.

Em seguida, partindo destas definições, para se compreender com quais outras variáveis estas categorias se expressam, isto é, se há relação formal ou informal, direta, inversa ou indireta e/ou de causalidade entre variáveis; tendo em vista, detectar padrões (ou conjunto de padrões) e expectativas compartilhadas, a qual referenciam o comportamento das referidas instituições.

Uma ferramenta importante para a identificação de inter-relação entre variáveis, remete à opção de construir “word clusters” presente no programa Yoshikoder. O programa considera que para haver associação entre termos particulares, tais variáveis devem: a) aparecer no mesmo parágrafo, sendo que normalmente, não distantes mais do que três frases uma da outra, ao longo do corpo do documento; b) reter a mesma grafia, à excessão de sufixos nominais e verbais, além de termos no plural, e; c) termos no aumentativo e no superlativo, são considerados termos distintos.

Uma vez estabelecido a cadeia de inter-relação entre as variáveis, deter-se-á na compreensão do discurso hegemônico, ou seja, na construção narrativa hegemônica empregada para validar/corroborar/justificar, as ações, explicações ou recomendações utilizadas pelo grupo de trabalho.

O intento por detrás da compreensão dos discursos hegemônicos, remete à capacidade de: a) ilustra o processo de cognição que os agentes utilizam, para validar/explicar um fenômeno ou um aspecto deste fenômeno; b) a forma como os agentes compreendem as variáveis-chave e o processo a qual estas se inter-relacionam para resultar no determinado fenômeno, e; c) atua como parâmetro comparativo, para identificar alterações conjunturais ou estruturais nas referidas instituições, por meio de transformações, da constância ou da recorrência destas narrativas.

Por fim, o último passo desta segunda etapa, consiste em ponderar todas as informações levantadas, utilizando como parâmetro as características dos três principais paradigmas de integração regional (expostas no segundo capítulo) da

América Latina, visando aperceber as influências de um ou mais paradigmas de integração regional, sobre as perspectivas instituições de integração regional.

A terceira (e última) etapa de análise, tem por objetivo, ponderar o mapeamento das percepções institucionais de integração regional, de modo a projetar o impacto e a influência destas, para com a arquitetura regional do continente.

O propósito desta última etapa, consiste em contrastar os principais argumentos acadêmicos levantados sobre a atual disposição da arquitetura regional, para com as percepções institucionais de integração regional mapeadas, isto é, se o resultado de tais perspectivas de integração, são: fundamentalmente dissonantes, complementares ou convergentes. Para o caso de serem fundamentalmente dissonantes entre si, apontar-se-á as evidências para corroborar a interpretação de fragmentação da arquitetura regional sul-americana. Para o caso de serem complementares ou convergentes, analisar-se-á as evidências encontradas para corroborar a interpretação de transicionalidade ou de modularismo.

4

Mapeamento das principais Instituições regionais sul-americanas: principais temas e agendas

Esta análise tem por objetivo, analisar a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul; fazendo-a em particular, por meio do sistemático exame da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas, que compõem as mais proeminentes instituições regionais do continente, isto é, o Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico.

Para tal, reservou-se a este capítulo, construir um modelo analítico simples, centrado na percepção que cada uma das referidas instituições possui, a respeito de determinados temas-chave, que envolvem integração regional.

Tais temas-chaves, derivam de sistemático exame da composição e do conteúdo das principais temas e agendas debatidos pelos respectivos Grupos de Trabalho que compõem as referidas instituições regionais.

O intento, neste sentido, consiste em mapear estas percepções, de modo a permitir uma melhor compreensão sobre como tais perspectivas se traduzem (ou não) em integração, e, analisar ulteriormente, o impacto resultante que estas possuem, sobre a atual disposição da arquitetura regional.

A escolha pela análise de grupos de trabalho, que compõem cada uma destas instituições regionais, acrescenta para esta análise por: a) oferecer um olhar mais preciso e contínuo a respeito da compreensão que determinada instituição possui ao redor de uma temática particular; b) atuar enquanto indicador das prioridades e dos interesses destas instituições, além de; c) permitir o estabelecimento de parâmetros metodológicos comparativos mais estáveis e objetivos.

A análise da multiplicidade de estruturas institucionais é bastante funcional para a compreensão de quais são os conteúdos e canais de negociação dessas agendas nacionais, quais os atores institucionais envolvidos e quais são os procedimentos envolvidos nos processos decisórios; estes elementos nos permite identificar quais são e como os diferentes interesses apresentados pelos Estados se traduzem na integração.

Busca-se, primeiramente, mapear individualmente as perspectivas que tais grupos de trabalho possuem, no que diz respeito à integração regional, para, ulteriormente contrastá-los, de modo a buscar identificar o impacto (em transição, fragmentação ou modularismo) que estas possuem, sobre a atual disposição da arquitetura regional sul-americana.

Nesse sentido, reitera-se que o propósito do presente capítulo, consiste em mapear a percepção sobre integração regional, das principais instituições regionais do continente, por meio de um acurado exame da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas de seus principais Grupos de Trabalho.

Desta forma, indica-se que este capítulo é composto por uma seção única, subdividida em quatro subseções – Alicerces Institucionais, Integração Produtiva, Sistema Financeira e Infraestrutura & Transportes – cada uma responsável por ilustrar um aspecto da percepção que determinada instituição, atribui à integração regional.

4.1

Integração Regional: Principais Temas e Agendas Institucionais

As regiões e o regionalismo tornaram-se uma característica importante da política mundial num sistema internacional multipolar, pós-guerra fria. A crescente proliferação de instituições regionais aliadas à crescente quantidade e a aparente heterogeneidade dos projetos de integração, representam um desafio analítico para a compreensão do conteúdo, do direcionamento e do vindouro em que as regiões atualmente se dispõem.

A presente pesquisa, tem por objetivo se inserir neste debate, avançando-o (ainda que modestamente) em particular, por meio da análise da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas, que compõem as mais proeminentes instituições regionais do continente, isto é, o Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico.

Para tal, utilizar-se-á enquanto interposto, a produção documental dos respectivos Grupos de Trabalho das referidas instituições regionais, visando mapear a partir deles, as variáveis-chave, sua inter-relação, o significado e a percepção

atribuídos à determinados temas, e como tais perspectivas se traduzem (ou não) em integração regional.

Os Grupos de Trabalho – Subgrupos de trabalho (como denominados no Mercosul); Grupos de Trabalho (como denominados na ALBA) e Grupos Técnicos de Análise (como denominados pela AP) – são órgãos técnicos e temáticos, responsáveis por propor, coordenar e recomendar políticas institucionais comuns, que visem aprofundar o processo de institucionalização no determinado tema designado.

Portanto, analisar Grupos de Trabalho específicos, oferecerá insights específicos: quanto as prioridades institucionais estabelecidas, à percepção e os significados atribuídos à determinada variável, a relação que esta variável se estabelece com outras variáveis, as principais práticas utilizadas em acórdância com tais percepções, e; as principais construções narrativas que justificam tal comportamento

Em conjunto, as três instituições regionais apresentam um total de 63 grupos de trabalho, sendo: 18 do Mercosul, 22 da ALBA e 23 da AP. Conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 04: Disposição dos Grupos de Trabalho, das principais instituições regionais da América do Sul.

Mercosul	ALBA	AP
Comunicações	Lei Internacional	Agenda digital
Aspectos Institucionais	Autodeterminação	Assuntos institucionais
Regulamento Técnico e avaliação da conformidade	Respeito pela soberania	Comércio e Integração
Assuntos financeiros	Direitos Humanos	Comitê de Exportações
Transportes	Integração Energética	Gastos Públicos
Meio ambiente	Segurança Alimentar e Soberania	Cooperação
Indústria	Complementariedade Comercial	Cultura
Agricultura	Soberania Tecnológica	Desenvolvimento Mineiro, Responsabilidade Social e Sustentabilidade
Energia e mineração	Complementariedade Industrial e Produtiva	Educação

Assuntos trabalhistas, emprego e Seguridade Social	Nova arquitetura financeira regional	Entidades de promoção
Saúde	Turismo	Estratégia Comunicacional
Investimentos	Infraestrutura e Transportes	Gênero
Comércio eletrônico	Doutrina de propriedade industrial	Inovação
Integração produtiva	Resolução de Conflitos	Melhoras Regulatórias
Mineração e geologia	Educação	Mobilidade
Contratações Públicas	Saúde	Propriedade Intelectual
Serviços	Emprego	Pequenas e Médias empresas
Integração financeira	Habitação	Relacionamento Externo
-	Cultura	Serviços e capitais
-	Esportes	Transparência fiscal internacional
-	Mulheres e Igualdade de oportunidade	Turismo
-	Proteção ao meio ambiente	Meio ambiente e crescimento verde
-	-	Cooperação regulatória

Analisar todos estes Grupos de Trabalho seria certamente uma tarefa monumental, impossível de realizar para os propósitos desta pesquisa apenas; portanto, estabeleceu-se os seguintes critérios de escolha: primeiro, a identificação dos grupos de trabalho considerados prioritários para o desenvolvimento de sua respectiva instituição; segundo, discernir qual grupo possui um maior grau associativo com a variável “integração regional”, e; terceiro, apurar àqueles que possuam um maior grau de semelhança funcional entre si.

O primeiro passo remete à identificação das prioridades institucionais estabelecidas, isto é, as temáticas considerados mais importantes para o desenvolvimento do processo de institucionalização das referidas instituições regionais. Visto que a criação de um grupo de trabalho tem por objetivo aprofundar o processo de institucionalização no determinado tema designado, extrai-se assim, os seguintes pressupostos: a) temas trabalhadas por grupos de trabalho que existem, tem maior importância funcional para as referidas instituições, do que temáticas que não possuem um grupos de trabalho específico à sua análise; b) temas trabalhadas por grupos de trabalho permanentes, possuem prioridade institucional, sobre temas

trabalhadas por grupos de trabalho ad hoc, e; c) grupos de trabalho permanentes, criados a mais tempo, são considerados mais importantes ao processo de desenvolvimento institucional, do que grupos de trabalho permanentes criados a menos tempo.

A segunda etapa, consiste em discernir qual grupo possui um maior grau associativo com a variável “integração regional”, isto é, à relação estabelecida entre as designações funcionais dos Grupos de Trabalho (o propósito pelo o qual o grupo fora criado) para com o avanço do processo de integração regional. E, como o presente estudo remete à análise das percepções institucionais sobre integração regional, priorizar-se-á o exame dos Grupos de Trabalho que possuem maior grau de associação entre o seu propósito e o processo de integração regional.

Por fim, a terceira etapa remete ao grau de semelhança funcional que os Grupos de Trabalho possuem entre si, isto é, a análise das semelhanças entre os propósitos funcionais dos grupos. Como este estudo se trata de uma análise comparativa, priorizar-se-á o exame dos Grupos de Trabalho que possuem maior semelhança funcional entre si. Isto auxiliará metodologicamente, na comparação entre as perspectivas dos respectivos grupos, visto que, serão analisados conforme os seus propósitos.

Assim, em suma: estabeleceu-se prioridade na seleção para a análise: de grupos de trabalhos permanentes, com o maior tempo de existência, cuja produção apresente maior grau associativo à integração regional e ainda, possuam disposições funcionais semelhantes.

A tabela 05 abaixo ilustra o universo amostral dos Grupos de Trabalho selecionado para conduzir esta pesquisa:

Tabela 05: Grupos de Trabalho a serem analisados

Grupos a Serem Analisados		
Mercosul	ALBA	Aliança do Pacífico
Aspectos Institucionais	Princípios Institucionais	Assuntos Institucionais
Indústria e Integração Produtiva	Complementariedade Industrial e Produtiva	Comércio e Integração
Assuntos Financeiros	Nova Arquitetura Financeira Regional	Serviços e Capitais

Transportes	Infraestrutura e Transportes	Mobilidade
-------------	------------------------------	------------

Por conluente, subdividir-se-á a análise da composição e do conteúdo dos Grupos de trabalho, em quatro subseções – Alicerces Institucionais, Integração Produtiva, Sistema Financeiro e Infraestrutura & Transportes – cada uma responsável por ilustrar um aspecto da percepção que determinada instituição, atribui à integração regional.

4.1.1

Alicerces Institucionais

A presente categoria remente à análise das disposições funcionais institucionais debatidas pelos respectivos grupos de trabalho: Subgrupo de Trabalho sobre Aspectos Institucionais (SGT-02) do Mercosul; o Grupo de Trabalho sobre Princípios Institucionais (GTPI) da ALBA, e; o Grupo Técnico de Análise sobre Assuntos Institucionais (GTAI)

Analisa-se a composição e o conteúdo da agenda destes grupos de trabalho, visando compreender sobre que bases e princípios institucionais estes grupos são construídos, bem como entender como isto se traduz em integração regional.

A análise conjunta destes grupos, sob a categoria “Alicerces Institucionais”, reflete a afinidade funcional que estes grupos dispõem entre si, isto é, o compromisso de estruturar, coordenar e desenvolver os alicerces fundacionais de suas respectivas instituições.

4.1.1.1

Mercosul: Subgrupo de Trabalho - Aspectos Institucionais (SGT-02)

O Subgrupo de Trabalho permanente em Aspectos Institucionais (SGT-02) foi criado no ano de 2000, por iniciativa da Comissão do Mercado Comum (CMC), com a finalidade de: estruturar funcional e normativamente o bloco; assessorar e

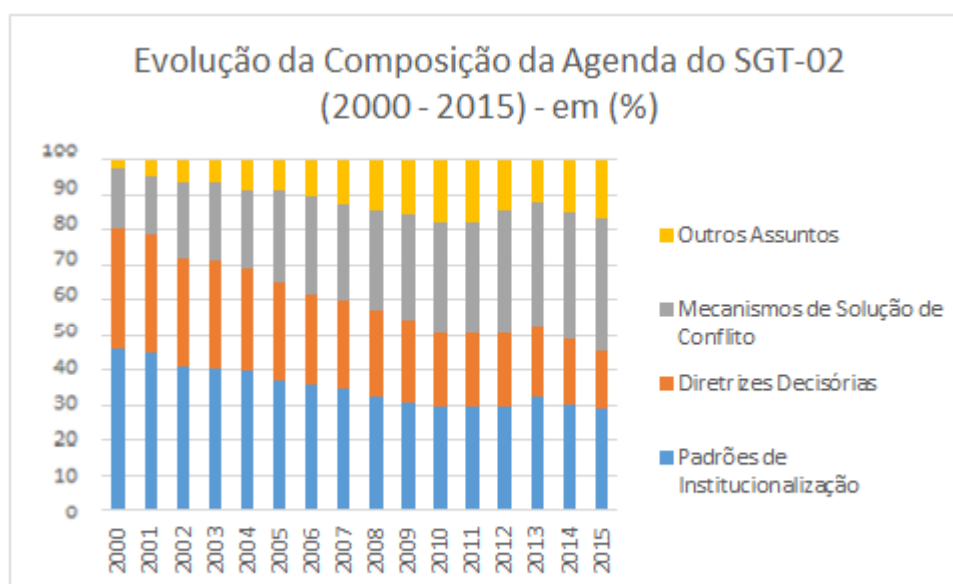
propor alterações em sua arquitetura jurídica e ainda, propor diretrizes de intermediação e de resolução de conflitos entre os Estados membros.

O SGT-02, no ato de sua criação, herdara parte de sua agenda inicial do extinto Subgrupo de Trabalho ad hoc em Aspectos Institucionais (1991 – 1999), que fora substituído pelo SGT-02, por determinação do CMC, dado a necessidade de consolidar a dimensão normativa-institucional do bloco – especialmente, em decorrência de crescentes atritos entre Estados membros (em especial, entre Argentina e Brasil). Tornara-se necessário, desta forma, a criação de um grupo permanente para propor e analisar, avanços nos processos de institucionalização do bloco.

Entre as principais temáticas na agenda do SGT-04, por ordem de recorrência, encontram-se: a) analisar os padrões de institucionalização do Mercosul ; b) organizar as diretrizes hierárquicas e decisórias da instituição, e; c) estruturar meios e mecanismos para solução de conflito entre os membros.

Outras temáticas presentes na agenda de debate, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo do desenvolvimento do SGT-02, foram: i) convergência protocolar na formulação de atas e documentos do Mercosul; ii) adequação de normas jurídicas; iii) vigência e aplicação das normas dos órgãos decisórios; iv) formulação de protocolos de adesão (efetivos, associados e observadores), e; v) procedimentos para contratação de funcionários institucionais.

A figura 05 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho em Aspectos Institucionais (SGT-02), ao longo de suas 31 reuniões ordinárias, realizadas entre 2000 – 2015.



Fonte: Elaboração do próprio autor. Informações extraídas de <mercosur.int>

No ato de sua instituição enquanto parte do corpo permanente do Mercosul, o SGT-02 acabara herdando a agenda e boa parte dos compromissos adotados pelo grupo ad hoc que o antecederam. No entanto, segundo Marinho da Silva (2011), o processo de institucionalização formal do Mercosul, em pouco tinha avançado desde a outorga do Protocolo de Ouro Preto, em 1994; desde então a estrutura formal institucional era composta: i) por um conjunto de diretrizes transpostas por alguns protocolos e tratados (Protocolo de Buenos Aires – sobre jurisdição internacional; Protocolo de assistência jurídica mútua – assuntos penais e o protocolo de Ushuaia – compromisso democrático), e; ii) medidas específicas, deliberadas pelo Conselho de Presidentes, quando necessárias.

Neste sentido, um dos primeiros temas tratados pelo SGT-02 foi sobre os padrões de institucionalização a qual se assentaria o bloco, isto é, questões ligadas ao: grau de cessão de autoridade, o modelo e a estrutura hierárquica do sistema decisório e também os procedimentos de incorporação aos sistemas jurídicos nacionais.

Quanto ao grau de cessão de autoridade, as recomendações dispostas pelo SGT-02 frisavam: a) a circunscrição de autoridade institucional justaposta à soberania dos Estados membros, b) a manutenção das competências institucionais desdobradas sobre suas estruturas nacionais de governo; c) ausência de órgãos institucionais autônomos, e; d) ausência de ordenamento jurídico próprio.

Manifesto o intercepto entre a autoridade institucional e a soberania dos Estados membros, através do Conselho do Mercado Comum (CMC), o *Grupo Mercado Comum (GMC)* e a *Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)*. O primeiro órgão, enquanto instância deliberativa máxima do bloco, composta pelos presidentes e também pelos ministros de Estado. O segundo, enquanto instância subordinada ao CMC, composta por membros designados pelos respectivos governos, entre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. E o terceiro, enquanto instância também subordinada ao CMC, composta por membros apontados pelos respectivos governos nacionais e coordenados pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

Em suma, a recomendação, da forma tal qual disposta pelo SGT-02:

[...] respalda-se as disposições reservadas ao Tratado de Assunção / Protocolo de Ouro Preto / Protocolo de Olivos; pariforme ao compromisso de repouso da natureza institucional, sobre a diligência dos Estados partes, acomodadas sobre a competência dos órgãos: o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul. (Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2001, p.12)

Em concomitância, o SGT-02 também debatera a respeito de qual modelo decisório seria mais adequado para o desenvolvimento institucional do bloco. Entre as três propostas apresentadas, destaca-se: i) o modelo decisório por representação individual; ii) o modelo decisório por representação proporcional, e; iii) o modelo decisório por aclamação.

A primeira proposta - modelo decisório por representação individual – tinha como apelo central, a concessão de um maior espaço para negociações entre os Estados membros, sobrelevando, em particular, a capacidade de articulação dos membros, por meio do jogo político. A aprovação de toda e qualquer moção ocorreria a partir da formação de uma maioria simples, sendo estendida, a capacidade de abstenção ou ausência aos Estados partes, quando conveniente.

A segunda proposta - modelo decisório por representação proporcional – tinha como apelo central, uma maior harmonia entre o processo de deliberação conjunta e a flexibilidade de negociação individual entre os Estados parte. A aprovação de toda e qualquer moção ocorreria a partir da formação de uma maioria absoluta ($\frac{3}{4}$ dos membros efetivos do bloco), sobre o requisito de presença de todos os membros efetivos.

E por fim, a terceira proposta - modelo decisório por aclamação – tinha como apelo central, o realce da capacidade de articulação e de resolução coletiva. A aprovação de toda e qualquer moção ocorreria a partir da formação de um consenso universal, vedando a capacidade de abstenção e de ausências aos Estados partes.

A recomendação proposta pelo SGT-02 se ativera em favor do terceiro modelo decisório, por aclamação. Da forma como descrita pelo grupo:

[...] o Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados-partes, cabendo a estes, entretanto, fazer com que tais medidas sejam implementadas no âmbito das respectivas soberanias. As decisões, em conformidade com o art. 37 do Protocolo de Ouro Preto, serão tomadas por aclamação sobre regime de presença universal entre os membros efetivos. (Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2001, p.17).

O SGT-02 também estruturara os protocolos de adesão necessários para a admissão de novos membros efetivos ao bloco. Na conformação das seguintes diretrizes, estabeleceu-se obrigatoriedade, na condição de membro efetivo, o alinhamento com: a) o Tratado de Assunção; b) o Protocolo de Ouro Preto; c) o Protocolo de Olivos, e; d) o Protocolo de Ushuaia. Tendo em vista, estabelecer indicativos diretos para o compromisso de futuros adeptos, com: de criação de um Mercado Comum, de assenso para com à tarifa externa comum, aquiescer à estrutura formal do bloco, anuir ao seu sistema de solução de controvérsia, reafirmar o compromisso para com o regime político democrático, e ainda, seguir o cronograma de convergência estabelecido.

O protocolo de adesão, na condição de membro associado, requer apenas a conformação do Estado aspirante, ao Tratado de Ushuaia; isto é, no indicativo de compromisso estatal para com o regime político democrático. Conquanto que, o protocolo de adesão na condição de Estado observador do Mercosul, postula apenas a apresentação de uma representação formal do Estado aspirante, e a sua subsequente aprovação na CMC.

Em sincronia, o debate a respeito do processo de incorporação das normas jurídicas institucionais incorporação pelos Estados, evoluiu sobre o entendimento de que a vigência das normas aprovados pela instituição, deveriam seguir o princípio jurídico de não auto-executoriedade, isto é, para que a norma internacional

emanada do bloco, gere efeitos de ordem interna, seria necessário que o próprio Estado a insira no seu ordenamento jurídico doméstico.

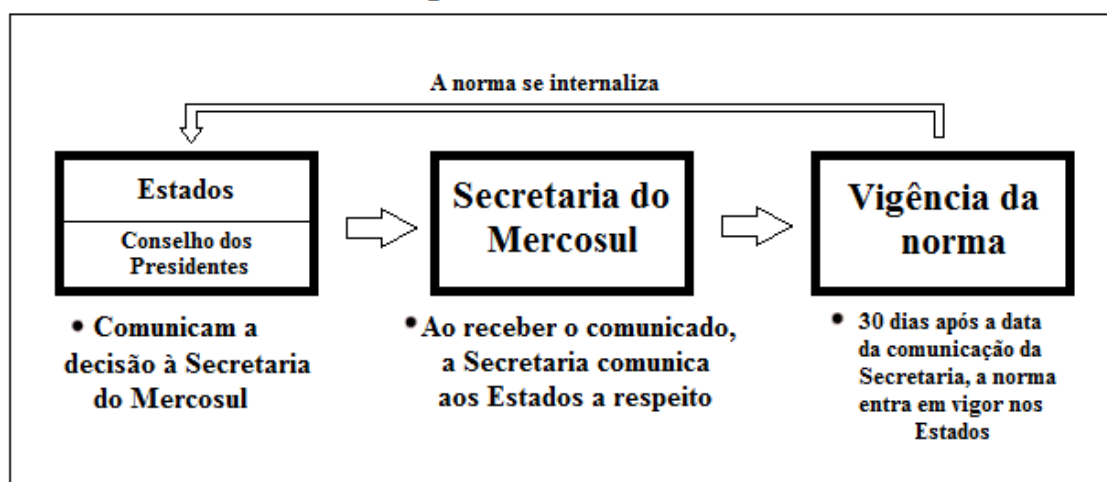
Como pontuado pelo SGT-02, recomendou-se:

Os Estados-Partes comprometem-se a adotar as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no artigo primeiro

- i) Uma vez aprovada a norma, os Estados-Partes adotarão as medidas necessárias para sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do MERCOSUL;
- ii) Quando todos os Estados-Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL comunicará o fato a cada Estado-parte;
- iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados-Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL, nos termos do item anterior. (Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2009)

A figura 06 abaixo, ilustra o percurso normativo formal a qual uma norma devidamente aprovada, pelo Conselho dos Presidentes, por consenso universal, deve percorrer para efetuar sua vigência.

Sistema de vigência normativa do Mercosul



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Por conculinte, a temática de maior recorrência na agenda do SGT-02 foi debate a respeito da estruturação do sistema e da criação de novos mecanismos para solução de controvérsias entre os Estados membros.

O sistema de solução de controvérsia, ainda é objeto de intenso debate no SGT-02, especialmente, no que tange à legitimidade das decisões, sua capacidade de resolução de litígios e a consistência de suas decisões.

Atualmente o sistema de solução de controvérsias do Mercosul, é composto por três etapas: primeiro, a etapa de negociação entre o reclamante e reclamado; segundo, a etapa do tribunal arbitral, e; terceiro, a etapa de revisão decisória.

Quando o conflito envolve apenas Estados, inicia-se a etapa obrigatória de negociações entre os Estados-Partes envolvidos, onde busca-se resolver a controvérsia por meio de negociações diretas entre o Estado reclamante e o Estado reclamado.

Caso não haja solução ao longo desta etapa, há duas opções: o Estado reclamante ingressa diretamente com uma ação de litígio contencioso, ao tribunal arbitral, ou; em comum acordo, ambos os Estados solicitarem a intervenção do Grupo Mercado Comum (GMC), que fará recomendações sobre o litígio em até 30 dias.

Quando não for possível a solução mediante a aplicação dos procedimentos anteriores, formar-se-á um Tribunal Arbitral ad hoc. O tribunal arbitral tem até 60 dias para analisar os autos e proferir uma decisão e é composto por três árbitros, devidamente registrados na Secretaria Administrativa do Mercosul.

A decisão final do Tribunal arbitral para a solução da controvérsia será emitida em até sessenta dias, havendo a possibilidade de recurso (até quinze dias). Persistindo a disputa, inicia-se a terceira etapa, onde compete ao Tribunal Permanente de Revisão confirmar, modificar ou revogar a decisão, tendo assim, prevalência sobre a decisão do tribunal arbitral.

Por fim, julgado a decisão, caso considerado ilegal a prática da determinada ação que dera início ao litígio, a parte responsável deve implementar a decisão em até 30 dias. Caso não o faça, faculta-se aos demais Estados membros, impor medidas compensatórias destinadas a obter seu cumprimento, que podem ser aplicadas sobre qualquer setor, até um ano após o prazo de implementação.

Importante destacar que o SGT-02 estabelece a recomendação da faculdade do Estado reclamante, em escolher entre o sistema de solução de controvérsias do Mercosul ou outro sistema internacional competente, para solucionar a disputa, contudo, uma vez escolhido e iniciado o procedimento, desconsidera-se toda e qualquer ação julgado em outro foro.

Atualmente (2014 – 2015) a agenda do SGT-02 se centra nas seguintes temáticas: acordos e procedimentos para ampliar a participação dos Estados associados em atividades do bloco (participação em fundos, extensão de alguns benefícios tarifários, maior participação no sistema decisório, etc.); medidas para melhorar e agilizar o sistema de controvérsias do bloco; medidas para ampliar a participação social no interior do bloco e a revisão do procedimento de contratação de funcionários.

4.1.1.2

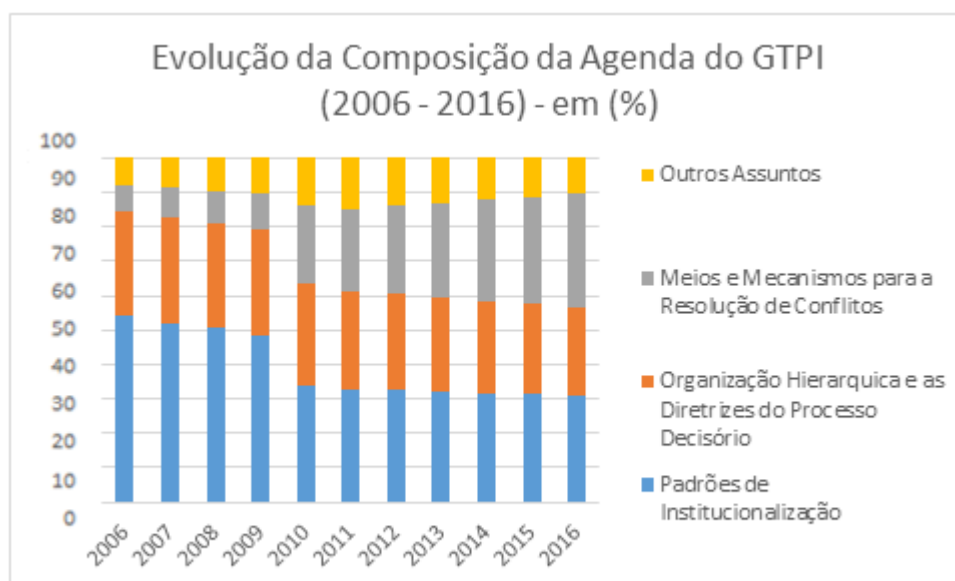
ALBA: Grupo de Trabalho - Princípios Institucionais (GTPI)

O Grupo de Trabalho sobre Princípios Institucionais (GTPI) da ALBA foi criado no ano de 2006, com o propósito de arquitetar a estrutura regulamentar e funcional do bloco; fornecer assistência jurídica institucional quando requisitado, e ainda, desenvolver mecanismos rápidos e eficientes de resolução de conflitos.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do GTPI, por ordem de recorrência, encontram-se: a) o estabelecimento dos padrões de institucionalização do bloco; b) a organização hierárquica e as diretrizes do processo decisório; c) mecanismos de resolução de conflitos.

Outros temas também presentes na agenda do GTAI, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo de seu desenvolvimento, foram: i) protocolo regimental interno; ii) regime de adesão; iii) protocolo para contratação de funcionários, e; iv) custos operacionais.

A figura 07 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Princípios Institucionais (GTPI), no decurso de suas vinte e cinco reuniões ordinárias, realizadas entre 2006 – 2016.



Fonte: Elaboração do próprio autor. Informações extraídas de <portalalba.org>

O GTPI foi criado em 2006, dado a necessidade de estruturação institucional, frente a rápida complexificação das relações entre os Estados membros (até então composto por Cuba, Venezuela e Bolívia), aliado à premente prospectiva de crescimento do bloco nos anos seguintes (Honduras, Nicarágua, Dominica, Equador, Santa Lúcia, São Vicente e Granadina, Antígua e Barbuda, etc.)

Os quatro primeiros anos de debate promovidos pelo GTPI, centraram-se sobre a estruturação dos padrões de institucionalização do bloco, isto é: o estabelecimento dos limites de autonomia sobre a qual se assentaria o bloco, a hierarquia e o modelo decisório a serem adotados. Nos três anos seguintes, a agenda passara a centrar, principalmente, sobre: os protocolos de adesão, a arquitetura judiciária do bloco e de um sistema de solução de controvérsias.

No que se refere ao grau de cessão de autoridade que o bloco constituiria, o GTPI se alinhava rapidamente com o disposto no Tratado de Comércio dos Povos (TCP), circunscrevendo a autoridade institucional à soberania dos Estados membros, em igual medida ao adotado pelo Mercosul, assentando a manutenção das competências da instituição, à cargo do compromisso disposto pelos governos nacionais. O que implica em pontuar, que os órgãos da instituição, não possuem membros permanentes nem um caráter autônomo.

Se recomienda la competencia y el resguardo de los intereses de los Estados, a los propios Estados, revestidos por la legitimidad de su

pueblo (...) corresponde a la Alianza el refuerzo y la reserva de la autonomía y de su soberanía, ampliando sus capacidades de actuación contra las mazelas que afligen a su pueblo. (AlianzaB/GTPI N°02/AG N°03/2009)

A estrutura institucional da ALBA, desde então, evoluiu rapidamente conforme o bloco começou a crescer, passando de apenas dois órgãos executivos aos atuais cinco órgãos, apenas cinco anos após a sua formação oficial. Atualmente, a estrutura é composta por: o Conselho Presidencial (órgão de maior poder decisório na instituição), seguido pelo Conselho de Ministros, que agrupa os ministros de cada país de acordo com sua área de especialização - política, social, econômica – e também o Conselho de Movimentos Sociais.

No que concerne ao modelo decisório da ALBA, em decorrência do formato a qual o processo de desenvolvimento do bloco se sucedera – sucessão de ampliações no relacionamento bilateral entre países específicos – houveram graduais transformações em seu modelo decisório. Transcorrendo inicialmente de um modelo assentado sobre o consenso bilateral (2004 – 2006), alterado para um modelo decisório por maioria simples (2007 – 2008), até sua atual configuração, um modelo decisório por aclamação, isto é, a aprovação de uma moção, requer a formação de um consenso universal, vedando a capacidade de abstenção e de ausências aos Estados partes.

O GTPI, por sua vez, sem significativa consideração sobre os demais modelos decisórios, já recomendava a fixação do modelo decisório por aclamação desde 2007, sobre o pressuposto de que este representava melhor a proposta fundacional do bloco.

Los intereses y las prioridades del bloque deben señalarse de manera clara, aceptiva, inclusiva y legítima, [...] visando promover la complementariedad como alternativa a la competencia; la solidaridad, la cooperación, la disminución de las asimetrías entre Estados y el respeto a sus soberanías, [...] para ello cabe reflexionar en su modelo de decisión por consenso. (AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2007, p.19)

Em contrapartida, houve um recorrente debate quanto aos passos necessários para adesão ao bloco, por parte de novos Estados. O debate ocorrera ao redor de duas posições: a) o Estado aspirante deveria sinalizar compromisso prévio de aceitação aos princípios fundacionais da ALBA, presentes no tratado ALBA-TCP, em seguida, submeter sua moção de adesão ao Conselho dos Presidentes, e, em caso de aprovação, dispor-se a eventuais condicionalidades, ou; b) a submissão

de moções para adesão seria universal, cabendo somente a aprovação do Conselho de Presidentes.

Por fim, a recomendação disposta pelo GTPI, acabara recaindo sobre a primeira proposta, seguindo três passos: primeiro, a necessidade de encaminhamento expreso das intenções de adesão, do Chefe de Estado do país aspirante, ao Conselho Permanente da ALBA, comprometendo-se integralmente aos princípios e objetivos presentes no ALBA-TCP; para segundo, apreciada a moção, aguardar o Conselho deliberar o resultado durante a subsequente reunião de cúpula dos presidentes; e terceiro, em caso de aceite, ratificar a assinatura de convênios de cooperação e tratados, pelo respectivo congresso nacional do país em questão.

No entanto, até o presente momento, não houveram deliberações particulares nas últimas Cúpulas dos Presidentes, nem documentos específicos que estabeleçam oficialmente os devidos protocolos de adesão ao bloco. Até o presente momento, cada caso de adesão¹⁴, embora tenham seguido, em linhas gerais, o mesmo percurso recomendado pelo GTPI, apresentaram algum tipo de particularidade.

Em semelhante medida, em pouco avançaram os esforços do GTPI a respeito da arquitetura jurídica do bloco, assim também como o sistema de solução de controvérsias entre os Estados membros, a qual encontra-se ainda “em estado de análise” pelo Conselho dos Chefes de Estado.

A ALBA, não foi criado sob a cobertura de uma estrutura jurídica institucional; isto é, não possui um tratado constitutivo jurídico. Desta forma, o bloco não tem personalidade jurídica, nos termos clássicos do direito internacional, não podendo assumir compromissos internacionais enquanto bloco. Os acordos políticos e compromissos se estabelecem bilateral, trilateral ou multilateralmente, entre os Estados membros, sustentados pela decisão dos chefes de governo. Com efeito, a instituição também não possui sede própria ou secretaria executiva.

¹⁴ O conceito de adesão utilizado tanto pelo Mercosul quanto pela Aliança do Pacífico, para descrever o estado de pertença (membership) de um determinado país a uma determinada instituição, apresentou-se bastante incomum nos documentos dispostos pelo GTPI, destarte, utiliza-se bastante os termos "acesso" e "participação" para se referir ao processo.

No tocando à criação de mecanismos de resolução de conflitos internos ao bloco, apesar dos vários debates promovidos pelo GTPI sobre este tema, não houveram expressivos avanços formais. O modelo adotado atualmente, remete inicialmente, apenas à diplomacia e ao diálogo entre as partes; em caso de persistência do conflito, há a formação de “grupo de facilitadores”, que remetem a um conjunto de especialistas, que acompanham e aconselham ambas as partes, visando aliviar as tensões e garantir uma resolução amistosa do litígio.

Atualmente, (2014 - 2016) a agenda do GTPI se centra nas seguintes temáticas: i) meios e mecanismos para solução de conflitos entre Estados membros do bloco; ii) meios e mecanismos para atuação jurídica internacional; iii) localização e custos para construção de sua sede; iv) protocolo para contratação de funcionários; v) custos operacionais, e; vi) padronização e normatização da base documental do bloco.

À reflexo dos atuais debates promovidos pelo GTPI, destarte a ausência de mecanismos jurídicos formais, por determinação do Conselho dos Presidentes, ao início de 2015, formou-se um Comitê Executivo para “projetar e executar ações de apoio mútuo nas esferas política e jurídica”, tendo em vista, auxiliar Estados membros imersos em disputas de arbitragem com empresas transnacionais.

4.1.1.3

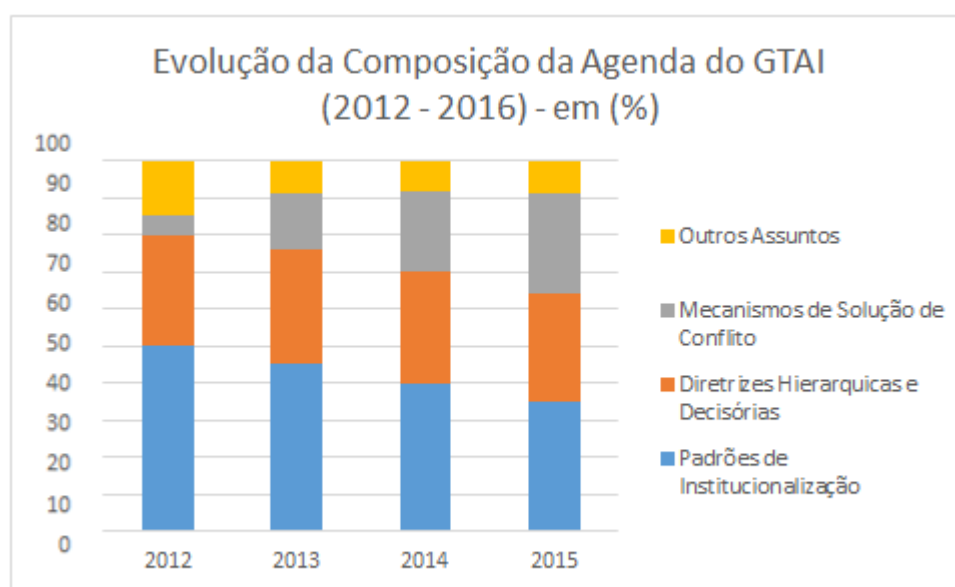
Aliança do Pacífico: Grupo Técnico de Análise em Assuntos Institucionais (GTAI)

O Grupo Técnico de Análise em Assuntos Institucionais (GTAI) foi criado em junho de 2012, tendo em vista, três objetivos principais: estruturar os regulamentos operacionais e processuais dos órgãos da Aliança do Pacífico; fornecer assistência jurídica institucional quando requisitado, e ainda, desenvolver mecanismos rápidos e eficientes de resolução de conflitos.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do GTAI, por ordem de recorrência, encontram-se: a) o estabelecimento dos padrões de institucionalização; b) estipular as diretrizes centrais da instituição e definir a estrutura dos processos decisórios, e; c) desenvolver meios e mecanismos para a resolução de conflitos entre os membros.

Outros temas também presentes na agenda do GTAI, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo de seu desenvolvimento, foram: i) normatização documental; ii) protocolos para contratação de funcionários; iii) honorários e gastos, e; iv) assinaturas digitais e controle burocrático.

A figura 08 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Assuntos Institucionais (GTAI), no decurso de suas treze reuniões ordinárias, realizadas entre 2012 – 2016.



Fonte: Elaboração do próprio autor. Informações extraídas de <alianzapacifico.net>

Ao longo dos dois primeiros anos de reuniões ordinárias do GTAI, a agenda gravitou fortemente sobre temáticas práticas-funcionais institucionais, isto é, delimitar os procedimentos institucionais básicos para o desenvolvimento do bloco. Isto se refletiu no aprofundamento dos debates sobre os padrões de institucionalização que deveriam estruturar a instituição, isto é, questões envolvendo: o grau de cessão de autoridade do bloco, o modelo e a estrutura hierárquica do sistema decisório e também os procedimentos de incorporação de normas aos sistemas jurídicos domésticos.

Quanto ao grau de cessão de autoridade, as recomendações dispostas pelo GTAI propunham a circunscrição de autoridade institucional justaposta à soberania dos Estados membros, tendo, a manutenção das competências institucionais desdobradas sobre suas estruturas nacionais de governo. De modo que, as decisões adotadas e implementadas pelos respectivos governos, refletissem os interesses dos Estados através do processo de articulação política institucional.

Em igual medida, a recomendação proposta pelo GTAI se alinhou ao entendimento disposto pelo Acordo Marco (2012) da Aliança do Pacífico, no que tange ao sistema de institucionalização do bloco:

El diseño institucional de la AP debe se fundamentar en la defensa de la soberanía de sus miembros a través de la configuración de un mecanismo de corte intergubernamental (PA/GTAI - N°02/TEM N°1/2013; p.05).

No que se refere à estrutura institucional decisória, apontou-se enquanto órgão deliberativo máximo, a Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado, regida pelo Conselho dos Presidentes. Abaixo deste conselho, encontra-se a instância da Presidência *Pró-tempore*, seguido pelo Conselho de Ministros (formado pelos ministros de relações exteriores dos países membros), responsável também pela execução das decisões aprovadas na Cúpula dos Chefes de Estados.

O debate a respeito do modelo decisório da instituição, oscilou entre duas propostas: o modelo decisório por maioria simples ou modelo decisório por consenso universal.

O primeiro modelo - decisão por maioria simples – propunha um sistema decisório erigido sobre o voto individual, aprovado por maioria simples, sem necessariamente a presença de todos os membros. Em caso de empate, a decisão final recairia sobre o então presidente *pró-tempore* (alternado anualmente, por ordem alfabética). O segundo modelo – decisão por consenso universal – propunha um sistema decisórios consoante, cuja aprovação derivaria da consenso entre todos os Estados membros efetivos.

O debate logo se tencionara em favor do segundo modelo, em virtude de questões levantadas por membros da delegação do Peru e da Colômbia, sobre o aprofundamente de assimetrias econômicas e de poder entre os Estados membros. As preocupações levantadas, refletiam um temor das duas delegações, de subrepresentação institucional dos seus interesses (em virtude de diferenças provenientes do: tamanho, das prioridades, do grau de dinamismo econômico, etc.) e subsequente marginalização do processo decisório.

Assim, ao fim da terceira reunião ordinária do grupo, o GTAI estabeleceu a recomendação de um sistema decisório consensual, assentado sobre quatro princípios centrais: i) isonomia decisória (todos os votos possuem igual peso, portanto não passíveis de discriminação); ii) obrigatoriedade da presença e do voto

de todos os Estados membros efetivos; iii) vinculação normativa doméstica (uma vez aprovado, compete aos governos nacionais regirem pela aplicação da medida) e; iv) resguardo disformático decisório (imposição das mesmas condições de exequibilidade das decisões acordadas, isto é, a inexistência de discriminações ou excessões).

Aprobación de decisiones y otros acuerdos de la Alianza del Pacífico: Las decisiones del Consejo de presidentes y de Ministros, en todos los ámbito de la Alianza del Pacífico se adoptarán por consenso universal y no podrán contemplar diferentes tratamientos y/o modalidades para la consecución de los objetivos de la Alianza del Pacífico. (PA/GTAI - N°02/TEM N°1/2013; p.07)

Em concomitância, o GTAI também iniciara o debate a respeito dos requisitos e do protocolo de adesão a ser adotado pelo bloco. Sobre os preâmbulos do Tratado de Paranal (artigo 2º), a incorporação de novos membros ao bloco, ficara dependente, unicamente, da implementação de acordos de livre comércio do Estado aspirante, para com todos os demais Estados membros efetivos do bloco. Ou ainda, na condição de Estado observador, a incorporação de novos membros se restringiria à assinatura de acordos de livre comércio, com pelo menos metade dos Estados membros efetivos; sendo que, qualquer Estado observador pode, a qualquer momento, pleitear à categoria de membro efetivo.

Sobre o entendimento de que apenas a exigência de implementação de acordos de livre comércio, não assegura o compromisso para com os princípios fundacionais¹⁵ da Aliança do Pacífico, novo requisitos de adesão foram propostos pelo GTAI, sendo: i) a validade, extensão e consolidação democrática, do país aspirante; ii) o fortalecimento do Estado de direito e a separação de poderes, e; iii) a proteção, promoção e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

O grupo recomendara a incorporação destes três elementos, por considerá-los princípios fundamentais de reassseguro das condições necessárias para o desenvolvimento das “liberdades individuais, do Estado de direito, das livres forças de mercado, da cidadania e do desenvolvimento social” (PA/GTAI - N°02/TEM N°2/2013; p.38; *tradução do autor*).

¹⁵ Princípio fundamental de instituição disposto no Acordo Marco (2011:04): “estabelecimento de uma área de integração profunda para avançar progressivamente para a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas”.

Em paralelo, a temática de maior recorrência na agenda do GTAI, remete aos limites e a capacidade do grupo em criar mecanismos rápidos e eficazes, de resolução de conflito entre os Estados membros do bloco.

Sobre este tema, foram levantados três problemáticas: primeiro, a vigência de múltiplos ordenamentos jurídicos simultâneos; segundo, os limites de implementação e a capacidade de imposição das medidas acordadas, e; terceiro, os custos operacionais do sistema de resolução de conflitos.

A primeira problemática deriva dos princípios fundacionais do bloco e da subsequente condição primária de adesão ao bloco, isto é, a existência de múltiplos acordos bilaterais entre os países membros. Sendo, cada acordo regido por um ordenamento jurídico particular (resultado das condições bilateralmente acordadas e o sistema jurídico doméstico de cada um dos países envolvidos); criando assim, um cenário de incerteza jurídica, considerado prejudicial ao desenvolvimento futuro do bloco.

Derivou-se assim, o debate no GTAI a respeito das condições e da necessidade de: i) intermediar institucionalmente os futuros acordos entre os países membros, de modo a garantir diretrizes jurídicas mínimas; ii) construir uma estrutura institucional jurídica intrabloco, que estabeleça as diretrizes para todos os futuros acordos (criando assim, a segurança normativa e a jurisprudência necessária) e; iii) reassegurar a autonomia, soberania e a liberdade dos Estados membros, em tecer quaisquer acordos necessários e acompanhar posteriormente o desenvolvimento de cada caso. Em um dilema de “trade-off” entre liberdade de negociação bilateral e unificação institucional de um sistema jurídico, que até o presente momento, continua a ser debatido.

As recomendações iniciais proposta pelo GTAI, tenderam bastante à terceira proposição, isto é, estender maior liberdade de atuação dos Estados, por meio da promoção da diplomacia direta e do longo processo de diálogo entre as partes, antes de início de todo e qualquer litígio.

Nos anos seguintes, o GTAI aprofundou o debate a respeito desta temática, propondo (em 2015) a formação de tribunal de arbitragem, tendo em vista: primeiro, fornecer assistência jurídica ao longo do processo de diálogo entre as partes, e; segundo, após esgotado toda e qualquer possibilidade de entendimento via diálogo direto entre as partes, à persistir o conflito, o Estado reclamante teriam o direito de perseguir o litígio, acionando o tribunal de arbitragem do bloco.

O tribunal arbitral é composto por três árbitros, escolhidos pelos representante das comissões ligadas ao litígio (o árbitro deve ser um juiz experiente, especialista na área em questão, não pode ter a nacionalidade, nem ligação pessoal – direta ou indireta – com qualquer uma das partes envolvidas) para atuar na “formulação de conclusões, resoluções e recomendações para por fim ao conflito” (PA/GTAI - N°02/TEM N°1/2015; p.17; *tradução do autor*). Isto é, as decisões finais do tribunal, não possuem um caráter impositivo, mas sim, normativo, visando criar uma jurisprudência comum, à medida que novos casos aparecem.

No caso das recomendações do Tribunal Arbitral serem acatadas, cabe aos Estados em questão, fiscalizarem e garantirem o cumprimento das medidas cabíveis, visto que, institucionalmente, não há mecanismos para enforcing tais medidas ou suplantam a legislação nacional dos membros do bloco. No caso de rejeição (por uma ou ambas as partes) das recomendações feitas pelo Tribunal Arbitral, o GTAI recomenda que o litígio seja perseguido em outras instâncias internacionais.

Esta recomendação, fora acatada e passou a vigorar a partir de 2016, por meio de sua inclusão via protocolo adicional ao Acordo Marco (2015). Tendo os custos do tribunal repartidos entre os Estados envolvidos.

Atualmente (2016) a agenda do GTAI se centra nas seguintes temáticas: a) meios e mecanismos para aperfeiçoamento do sistema de conflito; b) princípios jurídicos do direito internacional, para harmonização da arquitetura jurídica interna; c) na padronização da base documental do bloco; d) protocolos para contratação de funcionários; e) honorários e gastos dos funcionários, e; f) assinaturas digitais e controle burocrático.

4.1.2 Integração Produtiva

A presente categoria remete à análise das disposições funcionais institucionais debatidas por: a) dois *subgrupos de trabalho do Mercosul* – o Subgrupo de Trabalho sobre Indústria (SGT-07) do Mercosul e o Subgrupo de Trabalho sobre Integração Produtiva (SGT-14); b) *um grupo de trabalho da ALBA* - o Grupo de Trabalho sobre Complementaridade Industrial e Produtiva (GTCIP),

e; c) *um grupo técnico de análise da AP* – o Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração (GTCl).

Analisa-se a composição e o conteúdo da agenda destes grupos de trabalho, visando compreender sobre que preceitos a concepção de Integração Produtiva é construída, bem como entender como isto se traduz em integração regional.

A análise conjunta destes grupos, sob a categoria “Integração Produtiva”, reflete a afinidade funcional que estes grupos dispõem entre si, isto é, o compromisso de estruturar e desenvolver projetos que identifiquem e promovam a competitividade, a complementaridade e a integração produtiva entre os Estados membros e/ou a formulação de políticas de produção em comum.

4.1.2.1

Mercosul: Subgrupo de Trabalho – Indústria (SGT-07)

O Subgrupo de Trabalho permanente sobre Indústria (SGT-07) foi estabelecido em julho de 2000, com o propósito de contribuir para a integração produtiva entre os Estados membros efetivos do Mercosul, formulando e implementando diretrizes e ações que visem avançar em direção a uma política industrial comum.

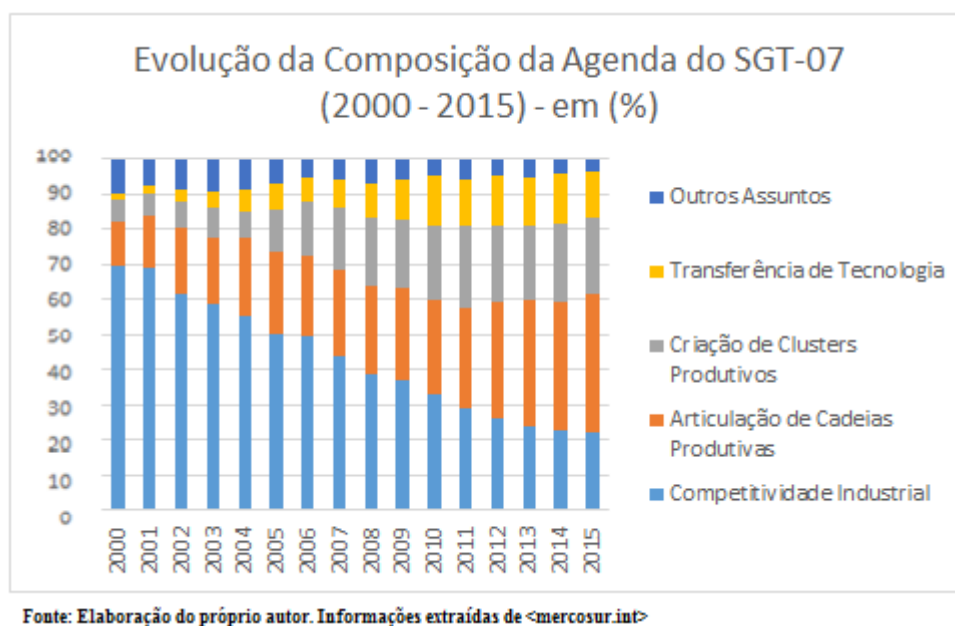
O SGT-07 herdara a agenda e boa parte dos compromissos apreciados pelo grupo que o antecedeu, o Subgrupo de Trabalho ad hoc sobre Políticas Industriais (1992 – 1999), que tinha por objetivo expresso, alavancar a produtividade e ampliar a capacidade competitiva dos produtos industriais entre os Estados membros do bloco.

Entre as principais temáticas na agenda do SGT-07, por ordem de recorrência, encontram-se: a) competitividade industrial; b) articulação de cadeias produtivas intrabloco; c) criação de clusters produtivos em zonas fronteiriças, e a; d) transferência de tecnologia.

Outras temáticas também presentes na agenda, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo do desenvolvimento do SGT-07, foram: a) promoção de micro e pequenas empresas (PYMES); b)

qualidade produtiva e inovação; c) banco de dados compartilhada sobre cadeias produtivas, e; d) linhas de crédito a juros subsidiados.

A figura 09 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho sobre a Indústria (SGT-07), ao longo de suas 28 reuniões ordinárias, realizadas entre 2000 – 2015.



A processo de desenvolvimento da agenda do SGT-07 reflete dois momentos distintos: um primeiro ciclo entre os anos de 2000 – 2004, onde o a agenda do grupo se centrou fortemente na formulação de diretrizes para a ampliação da produtividade e no aprimoramento da competitividade dos produtos industriais dos Estados membros, tendo em vista, a melhor inserção destes produtos, no mercado internacional, e; um segundo ciclo entre os anos de 2005 – 2015, onde o ponto focal da agenda, passara a se centrar na estruturação e na articulação das matrizes industriais do bloco, tendo em vista, a ampliação, o reassseguro e a dinamização dos respectivos setores industriais domésticos.

Durante os anos deste primeiro ciclo de desenvolvimento do SGT-07, em grande parte, em decorrência dos compromissos e da agenda herdada pelo Subgrupo ad hoc que o antecederam, a agenda do SGT-07 centrou-se fortemente na resolução de três problemáticas: a) harmonizar a convergência do sistema de tarifas do Mercosul, para produtos industrializados; b) propor meio e mecanismos para compatibilizar as políticas comerciais entre os Estados membros, e; c) promover o

intercâmbio de conhecimento produtivo e de tecnologia intrabloco. Esforços estes, particularmente direcionados, para tornar setores do parque industrial dos Estados membros, mais competitivos.

Central à percepção inicial do SGT-07, remetia a premissa de que todo e qualquer controle ou entrave à liberdade de alocação dos fatores de produção (direta ou indiretamente), acarretavam em desvios de investimentos e de comércio, perda de eficiência econômica, queda de produtividade e redução na capacidade competitiva do sistema industrial dos respectivos Estados membros do Mercosul.

Em reconhecimento ao edito 16/01 do Conselho do Mercado Comum, este Subgrupo acometi a si, a incumbência de projeção de diferenciados meios para reestruturar e robustecer os setores industriais (...) de modo a torná-los mais produtivos e competitivos nos mercados globais. (Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2000)

Assim, sob recomendação do Subgrupo, fazia-se necessário, primeiramente, harmonizar a ampla gama de distintas tarifas alfandegárias, praticadas pelos membros do bloco, para produtos industrializados. Enunciava-se que a comum prática de discriminação tributária para produtos industrializados adotada pelos Estados membros, alteraria (estimulando ou desestimulando) os incentivos de produção industrial, no interior do bloco, influenciando artificialmente a alocação eficiente dos fatores de produção e ainda, dificultando a capacidade de atuação dos membros, enquanto bloco.

Em concomitância, segundo o SGT-07 far-se-á necessário também, a sincronização das políticas comerciais domésticas, entre os Estados membros. Visto que, incentivos fiscais, monetários ou financeiros, por parte dos governos nacionais, também alteram os incentivos de produção industrial, podendo concentrar e centralizar os incentivos de produção industrial em um Estado, ao passo que desincentiva a produção nos demais.

Por fim, também enquanto recomendação do SGT-07, tornava-se necessário promover o intercâmbio de conhecimento (know-how) produtivo e de tecnologia, entre os Estados membros. Tal orientação visava: baratear e melhorar a capacitação de capital humano no interior do bloco, ampliar as capacidades de gestão, reduzir custos de desenvolvimento e de implantação de novas tecnologias, e tornar os parques industriais mais produtivos.

Tais prescrições se refletiram na implementação: i) do “Movimento Mercosul Competitivo” (2002 – 2006; decisão 17/02 do CMC), que tinha como finalidade promover a melhoria da competitividade das indústrias do bloco, a partir da articulação de iniciativas do setor público, de líderes empresariais e de especialistas; ii) do “Programa de Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas” (2004 – 2009; decisão 23/04 do CMC) que visava atuar enquanto plataforma de diálogo e concertação entre entidades empresariais e governamentais dos quatro países membros do bloco, tendo em vista, debater os obstáculos e desafios para aumentar a competitividade dos seus respectivos setores industriais, assim como identificar áreas em que a complementação industrial favoreça um maior grau de especialização e eficiência, e; iii) promulgação do marco normativo da política comercial comum – o que envolve, entre outros, a conclusão do regulamento comum sobre medidas antidumping, a implementação do regulamento comum de salvaguardas e do protocolo de defesa da concorrência - e a definição de disciplinas adicionais sobre práticas adequadas de incentivos à produção, aos investimentos e às exportações.

No decurso do quinquênio seguinte, paulatinamente, a agenda do SGT-07 deixava de gravitar sobre as condições de competitividade do setor industrial dos Estados membros e passava centrar-se no entrelaçamento e na articulação destes setores, ampliando e flexibilizando a pauta de debate, ao passo que novas demandas eram levantadas.

Entre as novas temáticas que passaram a figurar na agenda do SGT-07, destaca-se: a) fomentar e proteger indústrias nascentes; b) a articulação de cadeias produtivas intrabloco, e; c) a criação de clusters produtivos em zonas fronteiriças.

Inobstante ao direcionamento inicialmente disposto pelo SGT-07, amadurecia-se no interior do Subgrupo, a posição para se estabelecer barreiras para proteção de setores industriais pouco competitivos, isto é, proteger e alavancar certos ramos de indústrias que não estão em condições de sobreviver à competição externa.

Se hace presente la necesidad de erigir barreras para proteger las industrias nacientes, apoyar las menos eficientes, e interconectar las más distantes. (...) siendo favorable al encadenamiento e interconexión de las estructuras productivas en el interior del bloque. (Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2010)

Para este caso, o SGT-07 recomendara a adoção de medidas de proteção temporárias para que essas indústrias pudessem se desenvolver e ter eficiência para suportar a concorrência de indústrias estrangeiras.

Em similar medida, a articulação das cadeias produtivas no interior do bloco, teria em vista, não apenas ampliar as capacidades competitivas das indústrias domésticas (ampliar a produtividade, reduzir os custos de transporte e logística, etc.), mas também criar cadeias de produção regionais, ao conectar as indústrias de ramos afins.

A argumentação do SGT-07 sobre a criação e articulação de cadeias produtivas industriais, também enuncia que tais medidas, alavancariam o crescimento e a dinamização dos mercados doméstico, visto que, tornar-se-á possível: aproveitar economias de escala, produzir linkages produtivos, reduzir as vulnerabilidades externas por meio da provisão de alternativas regionais, à produtos externos, além de estimular a geração de novos empregos internos.

No mesmo sentido, o SGT-07 recomendara a criação de clusters industriais¹⁶ nas zonas de fronteira, como forma de ampliar a intercâmbio (comercial, produtivo, tecnológico e informacional) a eficiência produtiva (criação de economias de escala, redução dos custos de distribuição, maior acesso a insumos e fornecedores, etc.) e melhor distribuir os recursos entre os Estados membros.

Tais recomendações se refletiram na composição de dois grandes clusters industriais em zonas de fronteira: i) o Polo Regional da Cerâmica – cluster industrial entre Brasil, Uruguai e Argentina, e; ii) o Cluster Regional de Brinquedos – cluster industrial entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Atualmente (2014 – 2015), o SGT-07 debate questões como: identificação de novos setores para criação de cluster regionais; promoção e incorporação de micro e pequenas empresas em cadeias de produção; intercâmbio de conhecimento e de inovação no processo produtivo; banco de dados compartilhada sobre cadeias

¹⁶ A criação de cluster produtivos, remete a criação de ambiente infraestrutural adequado à concentração e coabitação de empresas (neste caso, na zona de fronteira entre os Estados membros do bloco), que se comunicam e colaboram entre si, por possuírem características semelhantes.

produtivas, e; linhas de crédito a juros subsidiados (particularmente, para indústria nascente e pequenas e médias empresas).

4.1.2.2

Mercosul: Subgrupo de Trabalho – Integração Produtiva (SGT-14)

O Subgrupo de Trabalho permanente sobre Integração Produtiva (SGT-14) foi criado no ano de 2011, tendo como objetivo o aprofundamento do processo de integração produtiva do Mercosul, ao estruturar e desenvolver projetos que identifiquem e promovam novas possibilidades de complementaridade produtiva entre os Estados membros.

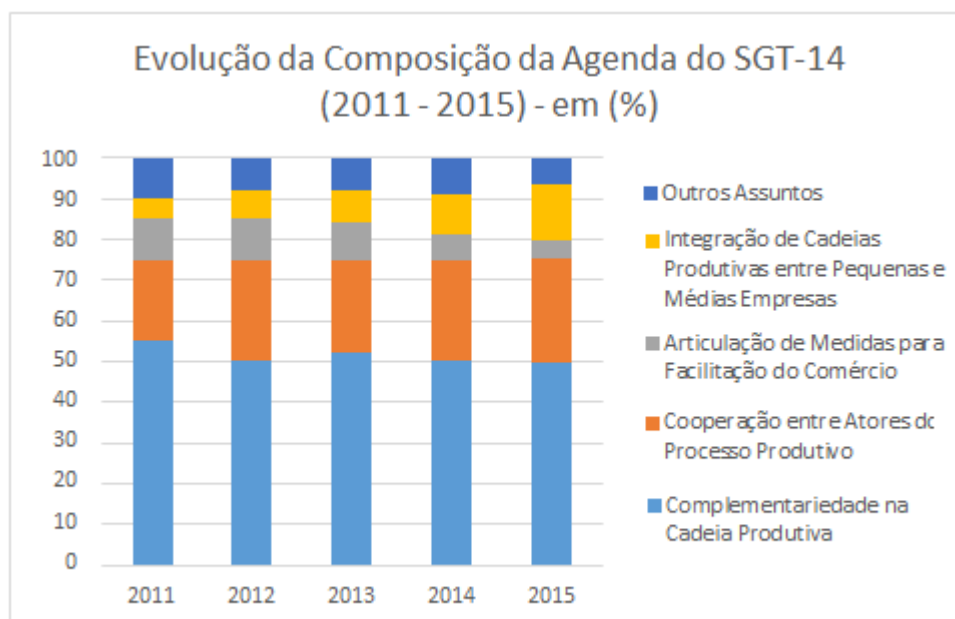
A proposta da criação de um Subgrupo específico sobre Integração Produtiva, partira do Conselho dos Presidentes em 2007 (decisão CMC Nº 52/07), visando acelerar o processo de integração produtiva entre os Estados membros; temática que outrora, recaía sobre a incumbência do SGT-07 (Indústria) e do SGT-08 (Agricultura).

Assim, em semelhante medida, o SGT-14 herdara a agenda e boa parte dos compromissos do grupo que o antecederam, o Subgrupo de Trabalho ad hoc em Integração Produtiva (2007 – 2010), atualmente descontinuado.

Entre as principais temáticas presentes na agenda do SGT-14, por ordem de recorrência, encontram-se: a) complementariedade na cadeia produtiva; b) a cooperação entre atores do processo produtivo; c) a articulação de medidas de facilitação do comércio, e; d) integração de cadeias produtivas entre pequenas e médias empresas (PYMES).

Outras temáticas presentes na agenda de debate, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo do desenvolvimento do SGT-14, foram: i) fontes de financiamento; ii) Fundo Mercosul de garantias para PYMES; iii) geração e processamento de dados do setor produtivo intrabloco, e; iv) a formação de recursos humanos.

A figura 10 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho sobre a Indústria (SGT-14), ao longo de suas dezesseis reuniões ordinárias, realizadas entre 2011 – 2015.



Fonte: Elaboração do próprio autor. Informações extraídas de <mercosul.int>

Seguindo as diretrizes dispostas pelo Conselho dos Presidentes, o Subgrupo de Trabalho permanente sobre Indústria (SGT-07) levou para a consideração do Grupo Mercado Comum (GMC) uma proposta para acelerar o processo de aprofundamento da integração produtiva do Mercosul. Em decisão de dezembro de 2007, o Conselho Mercado Comum (CMC) aprovou a iniciativa e como resposta, criou o Subgrupo de Trabalho Ad Hoc sobre Integração Produtiva - vinculada ao GMC (Decisão CMC Nº 52/07) - para coordenar e expandir sobre o projeto.

A agenda do Subgrupo ad hoc se centrou fortemente na proposição de políticas produtivas comuns - visando harmonizar a atuação entre os Estados membros do bloco, no que se refere à aplicação de políticas ligadas ao setor produtivo - e também na estruturação e na articulação de cadeias produtivas no interior do bloco - visando agilizar especificamente o processo de integração produtiva.

Três anos após a sua criação, o então Subgrupo ad hoc submeteu o projeto: “Plano de Integração Produtiva do Mercosul” que propunha interligar logisticamente (rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia e de telecomunicações), ao longo de oito anos, as regiões sul do Brasil e do Paraguai, ao nordeste da Argentina e estes, ao centro-sul do Uruguai, interconectando assim, importantes zonas de produção industrial e agrícola destes países.

Por conseguinte, considerado importante o seguimento do projeto, via decisão do CMC, o Subgrupo ad hoc foi descontinuado e seguidamente incorporado ao quadro permanente do corpo institucional do bloco, formando assim, o Subgrupo de Trabalho permanente sobre Integração Produtiva (SGT-14) que herdara, consequentemente, a agenda e os seus compromissos do seu grupo antecessor.

Neste sentido, incumbiu-se inicialmente ao SGT-14, a tarefa de: a) identificar novos setores entre os Estados membros, propícios à integração produtiva; b) promover meios e mecanismos para facilitar a articulação entre os produtores (especialmente os de insumos), e; c) propor novas medidas que venham ampliar e facilitar transações comerciais no interior do bloco.

O significado atribuído ao termo “integração produtiva” pelo SGT-14, permanece constante ao longo do desenvolvimento do grupo, remetendo não apenas à expansão e modernização da infraestrutura física ao redor das matrizes produtivas dos Estados membros, mas também incluindo a capacidade de coordenar e de articular tais matrizes produtivas em cadeias de produção. Da forma como expressa pelo Subgrupo:

[Integração Produtiva] a prática de interconexão física, logística e informacional das matrizes de produção entre eles [Estados membros] tendo em vista a formação de associações produtivas em cadeias no interior do bloco econômico. (Mercosul/SGT N°11/ATA N°02/2011 - II)

Central à percepção e atuação do SGT-14, remetia à necessidade de suplantar duas problemáticas: primeiro, o reduzido grau de interconectividade entre as matrizes produtivas dos Estados membros, e; segundo, os limites e as assimetrias estruturais oriundas de um maior grau de integração produtiva entre os Estados membros.

De acordo com o diagnóstico inicial do SGT-14, o Mercosul apresenta um baixo grau de interconectividade produtiva, isto se refletindo: na defasada infraestrutura física; nos reduzidos pontos de acessos de articulação entre estas infraestruturas domésticas; o limitado intercâmbio de informações no setor produtivo, e; na custosa e ineficiente logística de articulação entre as matrizes produtivas, que dos fatores anteriores se deriva.

Em semente medida, os limites para a expansão da integração produtiva no interior do bloco, segundo a percepção do SGT-14, estão relacionados com um conjunto de fatores estruturais, principalmente: i) assimetrias derivadas de diferenças das economias dos Estados integrantes do Mercosul; ii) os distintos graus de diversificação de suas estruturas produtivas domésticas; e iii) a elevada heterogeneidade competitiva das estruturas produtivas estabelecidas entre eles.

Quanto as assimetrias o SGT-14 identificou alguns elementos que criavam desvios de comércio entre os Estados membros, e que, portanto, acabavam dificultando a capacidade de integração produtiva. Entre os elementos mais proeminentes encontra-se: primeiro, a diferença entre o tamanho dos mercados; as diferenças de rendimentos entre os Estados membros e os desníveis entre os graus de desenvolvimento das infraestruturas.

Considerava-se zonas de maior desvio de comércio e concentração de investimentos, os locais de: maior concentração produtiva, de melhor e mais adequada infraestrutura física (para produção e distribuição), de mais fácil acesso ao mercado consumidor e do tamanho em si, do mercado em questão. Estes elementos atuando em conjunto, acabavam por concentrar demais os investimentos (Eixo sul-sudeste do Brasil e o nordeste da Argentina) e assim, reproduzir os desníveis entre os Estados membros, perpetuando assim, as assimetrias entre estes.

Para minimizar estes impactos, o SGT-14 recomendou a ampliação da articulação das cadeias produtivas, partindo concentricamente, das zonas menos interconectadas. Assim, foram definidos os setores que dariam início à integração produtiva no Mercosul, subdivididos em dois grupos: estratégicos e sensíveis. No primeiro grupo, estão os produtos capazes de gerar o maior número de encadeamentos produtivos: petróleo e gás; autopeças; aeronáutico; e maquinaria agrícola. Enquanto que, no segundo grupo, estão produtos específicos, importantes para a economia dos Estados membros, como: carnes, ovos, leites e derivados, madeira e móveis, vinho, e produtos industriais da linha branca. A serem financiados inicialmente por parcela de recursos do FOCEM destinados a iniciativas de integração produtiva.

Outra recomendação importante feita pelo SGT-14, foi a de criação de uma plataforma para o intercâmbio de informações e de experiências entre os produtores

e os fornecedores pertencentes às cadeias de produção, tendo em vista, ampliar as capacidades de gestão, fomentar inovação, reduzir os custos de transação e facilitar a capacitação de capital humanos.

Assim, a melhor articulação da infraestrutura entre os Estados membros, gradativamente, passaria a criar e incorporar novos elos em uma crescente cadeia de produção regional, descentralizando os fluxos de capital, promovendo o desenvolvimento de novos setores econômicos e dinamizando a economias dos Estados membros.

Entre os projetos em andamento, o SGT-14 coordena a integração produtiva na cadeia automotiva (Eixo: sul do Brasil, noroeste do Uruguai, norte da Argentina e sudeste do Paraguai), do setor de petróleo e gás (Eixo: centro-norte do Paraguai, centro-oeste do Brasil e o noroeste da Argentina), da indústria de brinquedos (Eixo: centro-sul da Argentina e sul do Uruguai). Entre os projetos em análise, encontram-se os referentes à madeira e móveis, vinhos, autopeças e maquinários agrícolas.

Também foram analisadas alternativas para a constituição do “Fundo para Pequenas e Médias Empresas (FPMEs), visando garantir, direta ou indiretamente, operações de crédito contratadas por micro, pequenas e médias empresas que participem deste processo de integração produtiva. Este fundo foi recentemente aprovado pelo CMC (Decisão N° 13/2017), juntamente com a criação de um sistema de garantias para empréstimos.

Atualmente a agenda do SGT-14 se concentra na identificação de novos setores estratégicos e sensíveis para expandir a iniciativa, novas fontes de financiamento para estes projetos, a formação de uma plataforma de intercâmbio de informações entre os produtores das cadeias produtivas, bem como debate novos meios e mecanismos para integrar, cada vez mais, novas pequenas e médias empresas ao processo.

4.1.2.3

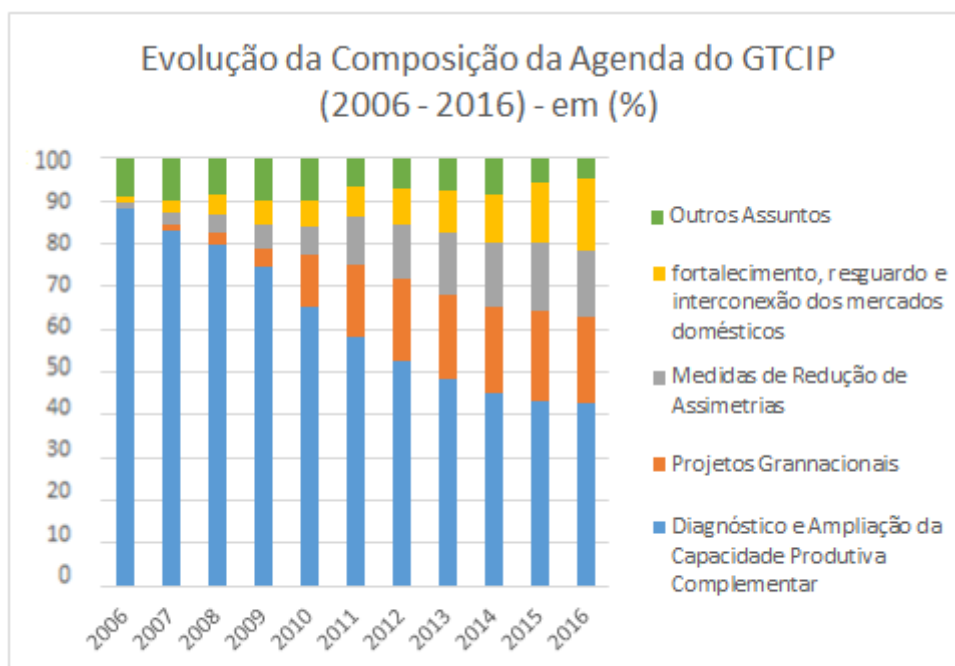
Grupo de Trabalho sobre Complementariedade Industrial e Produtiva (GTCIP)

O Grupo de Trabalho sobre Complementariedade Industrial e Produtiva (GTCIP) foi criado em junho de 2006, com o objetivo de arquitetar, estruturar e expandir as capacidades de cooperação e de complementariedade entre as matrizes produtivas dos Estados membros da Aliança Bolivariana.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do GTCIP, por ordem de recorrência, encontram-se: i) diagnóstico e ampliação da capacidade produtiva complementar dos Estados membros; ii) Projetos Grannacionais; iii) medidas de redução de assimetrias entre os Estados membros, e; iv) fortalecimento, resguardo e interconexão dos mercados domésticos.

Outros temas também presentes na agenda do GTCIP, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo de seu desenvolvimento, foram: i) meios e mecanismos para promover o Comércio mais justo; ii) Zona Econômica de Desenvolvimento Compartilhado; iii) fontes de financiamento alternativas de longo prazo, e; iv) microempreendedorismo.

A figura 11 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo de Trabalho sobre Complementariedade Industrial e Produtiva (GTCIP), no decurso de suas vinte e cinco reuniões ordinárias, realizadas entre 2006 – 2016.



O Grupo de Trabalho sobre Complementaridade Industrial e Produtiva (GTCIP) foi o segundo grupo de trabalho a ser criado, homologado pelo Conselho dos Chefes de Estado (CCE) ao fim da IV Reunião de Cúpula, quando o bloco até então, era composto por apenas três membros (Venezuela, Cuba e a recém-admitida Bolívia), dois meses após a subscrição dos membros ao Tratado de Comércio dos Povos (TCP).

Até o ato de criação formal do GTCIP, todas as iniciativas de expansão das capacidades produtivas entre os Estados membros do bloco, haviam sido tecidas no âmbito bilateral e trilateral.

Segue abaixo a tabela 06, ilustrando os principais acordos bilaterais entre os membros, anteriores à formação do Grupo de Trabalho sobre Complementaridade Industrial e Produtiva (GTCIP).

Tabela 06: Principais acordos bilaterais entre os membros ALBA.

Países Envolvidos	Acordos
Venezuela – Cuba	Comprometimento por parte da Venezuela em reciprocidade: petróleo cru à preços subsidiados, cacau e cereais; em contrapartida à: laticínios, açúcar e arroz por parte da representação cubana.
Venezuela – Bolívia	Comprometimento por parte da Venezuela, em reciprocidade: arroz, milho, bebidas brancas e frutas

	processadas; em contrapartida à: produtos derivados da soja, carne bovina, batata e café.
Bolívia – Cuba	Comprometimento por parte da Bolívia em reciprocitar: carne bovina, algodão, cereais e milho; em contrapartida à: medicamentos, produtos oleonagenosos e frutas cítricas, por parte de Cuba.
Venezuela – Nicaragua	Comprometimento por parte da Venezuela em reciprocitar: petróleo cru à preços subsidiados, sésamos e milho; em contrapartida à: café, feijão, arroz e cobre, por parte de Nicarágua

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base nos dados disponíveis em: <portalalba.org>

Coube assim, inicialmente, ao GTCIP expandir os acordos já existentes, bem como identificar novas áreas e setores econômicos, passíveis de inclusão. A composição de sua agenda, dessa forma, acabara por centrar-se em: a) analisar o status das capacidades de produção instaladas entre os membros do bloco; b) realizar um inventário das reservas de matérias-primas de cada Estado parte; c) apresentar projetos para efetivar acordos complementaridade produtiva intrabloco, e; d) identificar novos setores que apresentem vantagens cooperativas, para realização de investimentos futuros.

Central à percepção inicial e à atuação desenvolvida pelo Grupo, residia: i) no alinhamento aos “Princípios da Integração Complementar e Solidária”, dispostos pelo TCP, e; ii) na contraposição aos princípios de comércio mercantil - liberalização comercial, redução de barreiras fiscais e tarifas alfandegárias, desregulamentação financeira, vantagens competitivas, entre outros. E, central à atuação do grupo, residia o conceito de complementaridade produtiva e também de vantagens cooperativas.

O conceito de complementariedade produtiva desenvolvido pelo GTCIP, centrou-se sobre a necessidade de se estruturar e coordenar a cadeia produtiva complementarmente às necessidades dos Estados e dos seus povos, visando traduzir ganhos comerciais e crescimento econômico em desenvolvimento social. Pela definição do grupo:

La capacidad económica entre países y producciones, necesita ser complementaria (...) compatible con el desarrollo económico equilibrado entre sus miembros, priorizando una distribución más equitativa, el combate a la pobreza, la reducción de asimetrías y la preservación de la identidad cultural de los pueblos. (AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2007)

Com a utilização do conceito complementariedade produtiva, em direta contraposição ao princípio mercantil de competitividade produtiva; isto é, à estruturação e coordenação das cadeias produtivas, de acordos com as necessidades do mercado (oferta e demanda), visando, ulteriormente, traduzir crescimento econômico em maior produtividade e maiores lucros, particularmente, direcionados à iniciativa e aos produtores privados.

Ao passo que o conceito de vantagens cooperativas, desenvolvido pelo GTCIP, remete ao princípio de partilha dos ganhos do Estados, de acordo com os interesses sociais, provenientes de sua habilidade de atuar no mesmo setor econômico, em um nível mais profícuo que os demais Estados.

El comercio y la inversión como instrumentos para alcanzar un desarrollo justo y sustentable, la integración latinoamericana y caribeña no puede someterse al libre mercado ni constituirse como estrategia para ampliar los mercados externos (...) se necesitan nuevos medios y mecanismos para identificar las ventajas de los Estados y utilizarlas de maneras cooperativas, garantizando el acceso de todas las naciones a los beneficios que se deriven del proceso de integración. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2007)

Com a utilização do conceito vantagens cooperativas, em direta contraposição ao princípio de vantagens competitivas de mercado, isto é, a estruturação da matriz produtiva ao redor de bens e serviços que são economicamente mais lucrativos de serem produzidos; considerando os interesses do capital e dos produtores.

À exemplo de tais diretrizes, o GTCIP recomendara a criação de um sistema unificado de comércio complementar; uma plataforma intermediada pelos chefes de Estado, onde cada membro do bloco poderia submeter uma quantidade fixa de produtos minerais ou agrícolas e obter uma quantidade acordada de um outro produto, de seu interesse.

Outra recomendação do grupo, foi a de criação de um sistema básico de soberania alimentar, que propunha um levantamento e a padronização de alimentos considerados fundamentais para o desenvolvimento de seus povos. Esta recomendação se refletira na criação do “Projeto de soberania alimentar dos Povos da América” (2009), uma iniciativa de standardização das necessidades alimentares sociais, para promover a sua priorização no comércio complementar entre os Estados membros.

No decurso dos anos seguintes (2010 – 2016), ao passo em que novos ingressantes passaram a integrar o bloco, novas temáticas passaram a ser debatidas, ampliando consequentemente, a agenda do GTCIP. Em particular, intensificaram-se os debates sobre: a) criação de meios e mecanismos para redução de assimetrias entre os Estados membros; b) fortalecimento dos mercados domésticos; c) proteção e financiamento público direcionadas ao desenvolvimento da indústria doméstica, e; d) criação e fortalecimento de cadeias intrassetorial de produção.

Central à perspectiva de atuação do GTCIP, remetia a percepção de os novos Estados ingressantes - Antígua e Barbuda, Dominica, São Vicente e Granadinas - ao bloco, particularmente, em virtude à menor extensão territorial e populacional, menor dotação de recursos naturais e de menores recursos financeiros; estariam em uma posição de desvantagem, frente ao demais Estados, dado estas assimetrias. Cabia ao grupo, neste sentido, identificar meios e mecanismos para driblar tais assimetrias.

Um dos principais meios encontrados pelo GTCIP para reduzir as assimetrias entre os Estados membros do bloco, foi a proposição de iniciativas de atuação conjunta, ao redor de temas considerados prioritário para o desenvolvimento dos Estados partes mais pobres. Cada iniciativa deveria ser capitaneada pelo Estado membro de maior vantagem cooperativa entre os demais; cabendo ao GTCIP: i) fazer o levantamento destas áreas prioritárias, e; ii) acompanhar o desenvolvimento da iniciativa em questão.

Esta recomendação, ao final do mesmo ano (2010) se revertera na criação do “Projeto Gannacional”, isto é, uma iniciativa conjunta, entre dois ou mais dos Estados membros do bloco, que compartilham a propriedade e que se concentram no comércio no interior do próprio bloco. Da forma como definido pelo grupo:

El concepto de Empresas Grannacionales emerge en oposición al de las empresas transnacionales, por lo tanto, su dinámica económica se orientará hacia privilegiando la producción de bienes y servicios para la reducción de las asimetrías entre los Estados hermanos y la satisfacción de las necesidades humanas garantizando su continuidad y rompiendo con la lógica de acumulación y reproducción de capital. (AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2009)

Atualmente (2016), por intermédio dos projetos apresentados pelo GTCIP, foram criadas dezoito Empresas Grannacionais, atuando nos mais variados setores, como: cultura, telecomunicações, turismo, comércio, energia, alimentação,

indústria, mineração, finanças, saúde e transportes. Segue conforme a tabela 07 abaixo, os principais Projetos Grannacionais em desenvolvimento:

Tabela 07: Principais projetos Grannacionais, por área

Áreas	Projetos Grannacionais
Educação	Alfabetização e Pós-alfabetização
Infraestrutura	Desenvolvimento da Infraestrutura Portuária, Ferroviária e Aeroportuária
Ciência e Tecnologia	Centro de Ciência e Tecnologia
	Pesquisa e Desenvolvimento produtivo
Alimentação	Produtos primários para comércio justo e Alimentação de populações carentes
Energia	Expansão da matriz energética, elétrica, petróleo e gás
Meio Ambiente	Manejo ambiental, produção e comercialização de produtos do setor madeireiro
	Água e Saneamento
Saúde	Distribuição e Comercialização de Produtos Farmacêuticos
	Centro Regulatório de registros sanitários
Mineração	Construção Civil e Cadeias Produtiva de Cimento
Comércio	Empresa Importadora-Exportadora
	Comércio Justo
Turismo	Turismo Social, Ambiental e de Paisagens
Industria	Cluster Produtivo do Aço e do Ferro
	Complexo Industrial de Grãos e Alimentos
Cultura	Fundo Cultura da ALBA
Telecomunicações	Empresa de Telecomunicações da ALBA

Fonte: Relatório de Reunião: AlianzaB/GTCIP N°06/AG N°02/2016

Outras recomendações importantes propostas pelo GTCIP, para a atuação no curto prazo, foram: comércio desenvolvido a partir de intercambio compensado (base para a criação do que viria a se tornar o “Sistema Único de Compensação Regional – S.U.C.R.E), mecanismos comerciais que favoreçam aos países mais pobres, como i) o subsídio direto de preços à produtos considerados prioritários; ii) sistema de créditos comerciais (incorporado pelo Banco da ALBA), ou iii) intercâmbio direto intermediado.

Atualmente (2013 – 2016) o GTCIP debate temas como: a) projetos de crescimento e de alavanque aos mercados internos; b) criação de uma Zona de Desenvolvimento Econômico Complementar, e; c) mecanismos de financiamento a longo.

O GTCIP atualmente debate novos meios e mecanismos para reduzir assimetrias entre membros, a mais nova destas iniciativas remete ao “Projeto desenvolvimento social interno dos Povos da América” (2015), que consiste em uma iniciativa conjunta dos Estados membros, para angariar fundos, à serem investidos, em setores considerados estratégicos (particularmente alguns setores industriais) iniciando pelos Estados mais pobres.

O segundo ponto mais recorrente da agenda atual do GTCIP, remete a criação da Zona de Desenvolvimento Econômico Compartilhado da ALBA, isto é, uma parceria (inicial) entre a ALBA-TCP e a PETROCARIBE, visando articular setores cooperativos entre Estados membros e estabelecer prioridades de investimento, de modo a promover o comércio “complementar e justo” entre os países da América do Sul e do Caribe. Da forma como definida pelo grupo:

La creación de una zona económica de desarrollo compartido interdependiente, soberana y solidaria, destinada a consolidar y ampliar un nuevo modelo de relacionamiento económico para fortalecer y diversificar el aparato productivo y el intercambio comercial, así como establecer las bases para los instrumentos de carácter multilateral que los países suscriban en esta materia, con miras a la reducción de las asimetrías entre los Estados hermanos y la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales de nuestros pueblos. (AlianzaB/GTCIP N°06/AG N°01/2015)

Ao início de 2015, o Conselho de Presidentes da ALBA, iniciou uma série de negociações, ainda a serem concluídas a respeito da incorporação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comunidade do Caribe (Caricom). Incumbiu-se ao GTCIP, analisar e identificar novos setores entre os possíveis novos ingressantes, que possam fazer parte do circuito de comércio complementar da Zona.

Por fim, crescera nos últimos anos (2014 – 2016), o debate no interior do GTCIP sobre novas fontes de financiamento de longo prazo. O grupo trabalho em conjunto à Grupo de Trabalho sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR) para encontrar meios alternativos de financiamento (que não incorram na submissão de autonomia e soberania à instituições financeiras internacionais) para financiamento dos atuais projetos da instituição (especialmente as Grannacionais).

4.1.2.4

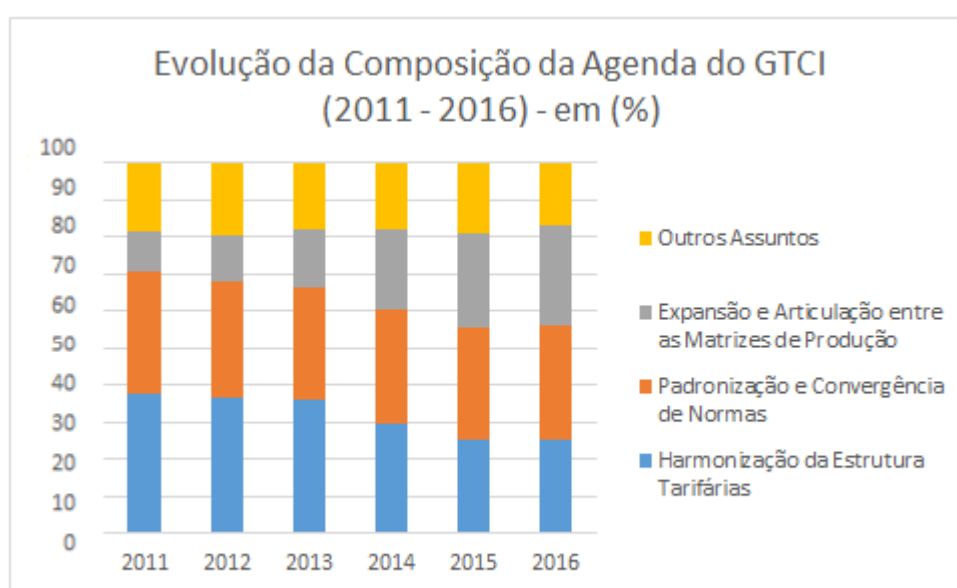
Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração (GTCI)

O Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração (GTCI) foi criado formalmente em julho de 2011, com a finalidade de integrar comercialmente os países membros da Aliança do Pacífico, a fim de gerar maior volume e dinamismo nos fluxos comerciais do bloco.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do GTCI, por ordem de recorrência, encontram-se: a) harmonização da estrutura tarifárias no interior do bloco; b) padronização e convergência de normas sanitária, fitossanitária e de subsídios, e; c) expansão e articulação entre as matrizes de produção dos Estados membros.

Outros temas também presentes na agenda do GTCI, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo de seu desenvolvimento, foram: i) identificação e acompanhamento de “setores econômicos vulneráveis” à liberalização comercial; ii) obstáculos ao livre comércio e agilização aduaneira; iii) intercâmbio tecnológico e de informações do setor produtivo, e; iv) diversificação das matrizes de produção.

A figura 12 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração (GTCI), ao longo de suas 14 reuniões ordinárias, realizadas entre 2012 – 2016.



Fonte: Elaboração do próprio autor. Informações extraídas de <alianzapacifico.net>

O Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração (GTCI), foi um dos primeiros grupos técnicos criados pela Aliança do Pacífico. Sua finalidade inicial, centrava-se no assessoramento à expansão dos fluxos comerciais dos Estados membros, particularmente, alinhado ao intento de liberalização comercial - uma das principais propostas do bloco.

Central à atual inicial do GTCI, remetia a percepção de que: primeiro, havia uma forte dessimetria entre as estruturas tarifárias dos países membros, provocando desvios de comércio; segundo, uma disposição aduaneira ineficiente, que afetava a competitividade comercial dos Estados, e; terceiro, dissonância entre as normas e protocolos sanitários entre os Estados membros, atuando como barreiras indiretas ao livre comércio.

Assim, envolto a uma série de acordos bilaterais de livre comércio, previamente estabelecidos entre e pelos Estados membros, exigiu do GTCI a definição de uma série de regras, normas e protocolos comerciais para assegurar a ampliação do livre comércio no interior do bloco. Assim, debates no interior do grupo centraram-se sobre: as regras comerciais de origem (critérios para que produtos sejam considerados originários do bloco); definição de regras de acesso aos mercados; a eliminação gradual das barreiras tarifárias; padronização de medidas não tarifárias, e; a identificação e eliminação de meios para a prática de subsídios comerciais.

Nesse sentido, a agenda do GTCI inicialmente (2011 – 2013) se centrou sobre: i) a harmonização das normas do sistema tarifária entre os Estados membros; ii) obstáculos técnicos à expansão do fluxo comercial; iii) facilitação comercial e cooperação aduaneira, e; iv) padronização sanitárias e fitosanitárias.

O intento do GTCI, ao harmonizar o sistema tarifário, remetia à nivelção das condições de concorrência comercial entre os Estados membros, de modo a minorar desvios de comércio, isto é, condições diretas ou indiretas (regulações domésticas mais flexíveis, descriminação sanitária, ausência de fiscalização) de favorecimento comercial a um Estado em particular, em detrimento às condições praticadas pelos demais Estados.

Entre as principais recomendações apresentadas pelo GTCI, destaca-se: o estabelecimento de comitês institucionais de monitoramento e de implementação

de medidas de imposição (Comitê de Regras e Origens e o Comitê de procedimentos de origens e de acesso aos mercados), a proibição de medidas de Dumping Tarifário (remissão ou redução intencional e indiscriminada de tarifas, para artificialmente se tornar mais competitivo e também atrair maiores investimentos), medidas de punição e refreio para incentivos e guerras fiscais, fiscalização de subsídios comerciais e oposição indiscriminada à prática de quotas de importação.

Em similar medida, no que tange ao debate sobre regimes aduaneiros, o GTCI se concentrou em identificar e propor novas medidas que viessem a melhorar a eficiência logística e expandir os fluxos comerciais, bem como, recriar medidas ou políticas domésticas que podem distorcer as condições de competitividade no interior do bloco.

Entre as principais recomendações dispostas pelo GTCI, encontra-se: a padronização dos regimes aduaneiros entre os Estados membros; um banco de dados comum dos fluxos de produção, e; um sistema compartilhado de aprovação prévia de produtores e fornecedores, para minimizar o tempo de vistoria e de espera nas fronteiras. Tais recomendações se refletiram na instituição do: “Programa de Operador Econômico Autorizado” (instituído em 2015), uma certificação fornecida à empresas de Estados membros, que cumpram com as recomendações institucionais de segurança e facilitação comercial, previamente definidos; e também do “Programa Janela Única do Comércio Exterior”, que consiste em um sistema integrado que permite o envio da informação eletrônica, uma só vez a um único organismo para cumprir com todos os requerimentos do comércio exterior.

Outra temática também bastante debatida pelo GTCI fora a respeito da criação de normas e de padronização de medidas sanitárias e fitossanitárias aplicadas entre os países membros, visando interligar: i) expansão e facilitação de fluxos comerciais entre os integrantes do bloco, com; ii) um controle de qualidade e sanitário adequado, ao; iii) uso indevido de tais normas, como barreiras indiretas ao livre comércio.

Para monitorar a implementação e a administração neste quesito, o GTCI recomendara a criação de um comitê especializado (criação do “Comitê de Obstáculos Técnicos”, três meses após a recomendação), que teria por atribuição: aprofundar os estudos sobre a harmonização sanitária, equivalência produtiva,

avaliação de riscos sociais e transparência fiscal; além de incentivar a cooperação para elaboração e melhoramento das normas, dos regramentos técnicos ou procedimentos de avaliação.

Todavia, ao passo que grande parte das medidas de liberalização do comércio passaram a ser implementadas, houveram certos setores das economias dos Estados membros, que passaram a resistir o movimento de liberalização.

Em associação ao Grupo de Alto Nível (GAN) e a Cúpula dos Chefes de Estado, o GTCI ficara encarregado de identificar os setores e os produtos “mais sensíveis”, para assessorar a sua transição para o livre comércio. Isto é, identificar os setores econômicos de menor potencial competitivo no plano internacional, produzir um cronograma viável para a adequação destes setores e monitorar o cumprimento deste.

A recomendação final produzida pelo GTCI, consistiu em uma lista de 18 setores econômicos, particulares, aos Estados membros, considerados “vulneráveis concorrencialmente”, passíveis de liberalização comercial por um período entre três a dez anos, à depender do setor em questão.

Por fim, tais recomendações do grupo se refletiram na criação do protocolo adicional, do Acordo Marco da Aliança do Pacífico, a qual passara a vigorar a partir de 20 de janeiro de 2015. Isto é, uma tabela com 16 categorias de classificação que se aplicam diferentemente à distintos produtos de diferentes setores da economia dos países membros, estabelecendo diferentes prazos para liberalização.

A tabela 08 abaixo, ilustra a composição e a categorização dos produtos a serem liberalizados, acompanhado do seu respectivo cronograma de liberalização.

Categoria	Prazos	Categoria	Prazos
A	Imediato	K3	12 anos
B	2 anos	K5	7 anos
C	3 anos	K7	5 anos
D	4 anos	L	13 anos
E	5 anos	M	15 anos
E5	6 anos	N	16 anos
F	6 anos	N3	13 anos
G	7 anos	O	8 anos
H	8 anos	O4	13 anos
I	9 anos	O12	5 anos
J	10 anos	P	Prazos alteráveis
J5	8 anos	X	Isento de liberalização

K	12 anos
----------	----------------

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base nos dados disponíveis em: <PA/GTCI - N°03/TEM N°1/2015>

Esta tabela final concentra, principalmente, produtos de origem animal e vegetal (em sua grande maioria pertencentes às categorias entre A e J5), além de alimentos industrializados e produtos manufaturados de alta tecnologia (em sua grande maioria pertencentes às categorias entre K e P).

A agenda atual (2014 – 2016) do GTCI, apesar de ser ainda, muito centrada sobre as temáticas mencionadas (particularmente voltada à harmonização e fiscalização de normas de livre comércio) passou a gravitar sobre nova temas de debate, como: i) encontrar novos meios e mecanismos para ampliar o fluxo comercial, entre os quatro estados membros, e; ii) diversificar suas matrizes de produção.

Central à perspectiva do GTCI, encontra-se o reduzido fluxo comercial entre os Estados membros e, a estaticidade da composição da pauta de exportação dos países membros, isto é, centrada fortemente na exportação de produtos primários e manufaturados baseados em recursos naturais.

Neste sentido, o grupo delinea que, o elevado grau de abertura comercial dispostos pelos países membros do bloco (até 2016, soma-se uma desgravação tarifária de 82%) não refletem um elevado fluxo comercial entre os países membros do bloco (gravitando, desde 2012, em aproximadamente 13%). E, em grande medida, a composição da pauta de exportação dos países membros, em pouco se dinamizou, para além da: i) exportação extrabloco de produtos de gênero primário e manufaturados baseados em recursos naturais, e; ii) as importações tem uma forte concentração em manufaturas de elevado nível tecnológico.

Desta forma, os pontos de debatem se concentram em: a) na expansão dos fluxos comerciais entre os Estados membros; b) o maior encadeamento entre cadeias intrassetoriais de produção, e; c) no alavanque do mercado manufatureiro doméstico, a partir do maior acesso aos mercados intrabloco.

Uma das medidas já implementadas pela Aliança do Pacífico a fim contribuir no desenvolvimento de cadeias regionais de valor foi a criação do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP), constituído em 2014. Composto por empresários e grêmios representativos, o CEAP discute e apresenta

propostas para a facilitação de comércio, medidas para melhorar os fluxos comerciais, investimentos, entre outros temas de interesse.

Entre os principais projetos apresentados pelo GTCI, encontra-se a “Plataforma Integrativa Regional” (2016); uma iniciativa conjunta entre os membros, no estabelecimento de cadeias produtivas regionais, entre os setores econômicos considerados “vulneráveis” à concorrência internacional (particularmente alguns produtos de gêneros primários e bens industrializados leves e de alta tecnologia). E, em menor medida, o grupo debate também, o estabelecimento de meios e mecanismos, ao nível da cooperação aduaneira, que permitam o intercâmbio de informações entre costumes, para evitar atividades ilícitas.

4.1.3

Grupo de Trabalho: Sistema Financeiro

A presente categoria remete à análise das disposições funcionais institucionais debatidas pelos respectivos grupos de trabalho: Subgrupo de Trabalho em Assuntos Financeiros (SGT-04) do Mercosul; o Grupo de Trabalho sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR) da ALBA, e; o Grupo Técnico de Análise em Serviços e Capitais (GTSC).

Analisa-se a composição e o conteúdo da agenda destes grupos de trabalho, visando compreender sobre que preceitos a concepção de sistema financeiro é construída, bem como entender como isto se traduz em integração regional.

A análise conjunta destes grupos, sob a categoria “Sistema Financeiro”, reflete a afinidade funcional que estes grupos dispõem entre si, isto é, o compromisso de estruturar e promover uma estrutura financeira intrabloco, bem como em sua capacidade de atração e no propósito destinado aos investimentos e recursos.

4.1.3.1

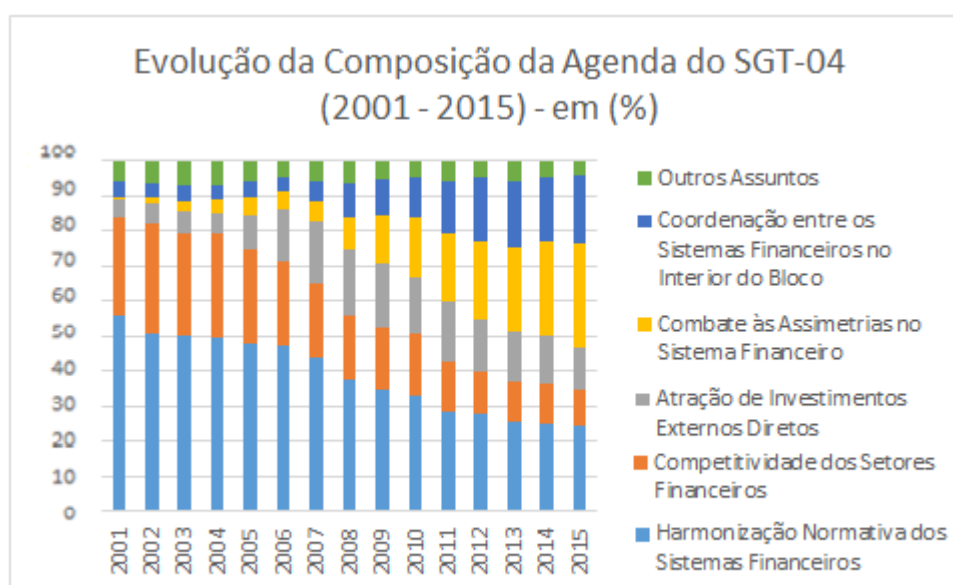
Mercosul: Subgrupo de Trabalho em Assuntos Financeiros (SGT-04)

O Subgrupo de Trabalho em Assuntos Financeiros (SGT-04) foi criado em março de 2001, com a finalidade de conduzir o processo de aprofundamento da integração financeira do bloco, isto é, reforçar a estabilidade monetária entre os Estados membros, estruturar um mercado comum para serviços financeiros e ainda, garantir a solidez do sistema financeiro no Mercosul.

Entre as principais temáticas na agenda do SGT-04, por ordem de recorrência, encontram-se: a) harmonização normativa dos sistemas financeiros; b) a competitividade dos setores financeiros; c) atração de investimentos externos diretos (IED); d) combate às assimetrias no sistema financeiro, e; e) coordenação entre os sistemas financeiros no interior do bloco.

Outras temáticas também presentes na agenda, no entanto, de menor expressão, recorrência ou de importância pontual ao longo do desenvolvimento dos debates promovidos pelo SGT-04, foram: i) intercâmbio de informações do sistemas bancários; ii) seguros e valores imobiliários; iii) regimes cambiais, e; iv) lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A figura 13 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho em Assuntos Financeiros (SGT-04), no decurso de suas trinta reuniões ordinárias, realizadas entre 2001 – 2015.



Fonte: Elaboração do próprio autor. Informações extraídas de <mercosur.int>

Central ao entendimento do SGT-04, ao longo dos seus primeiros anos de desenvolvimento, remetia à debilidade e a grave perda de confiança no sistema financeiro do Mercosul, dado a grave crise financeira que atravessara o Brasil em 1999 e que passara a assolar a Argentina a partir de 2001.

Neste sentido, a composição da agenda desenvolvida pelo SGT-04, gravitou fortemente sobre dois pontos: a) a estruturação e harmonização do sistema financeiro intrabloco, e; b) a ampliação da capacidade competitiva deste sistema.

O debate a respeito das homogeneização do sistema financeiro se deu ao redor de três pontos: (i) os distintos graus de abertura dos mercados financeiros nacionais entre os membros do bloco; (ii) a homogeneização do sistema tributário entre os Estados partes, e; (iii) regulamentações prudenciais.

Ao longo da década de 1990, os avanços do processo de desregulamentação financeira ocorreram em magnitudes e em velocidades bastante diferentes entre Estados membros do Mercosul, criando assim, uma estrutura tributária bastante heterogênea. Coube ao SGT-04, estruturar um projeto de homogeneização da carga tributária, tendo em vista, evitar futuras distorções de natureza fiscal na alocação de recursos, isto é, a eventual concentração de investimentos e negócios em algum Estado ou mercado, favorecido pela baixa (ou nula) cobrança de impostos.

Em igual medida, o SGT-04 buscou reduzir medidas de abertura do mercado financeiro, pontuando a necessidade de se introduzir normativas mais bem definidas sobre o sistema financeiro, estipular mais claramente os limites, os tratados e os protocolos adequados para regular e modernizar o sistema financeiro do Mercosul, tendo em vista, a prevenção ou o alastramento de futuras crises.

Corresponde a este subgrupo establecer principios regulatorios básicos para evitar la propagación de nuevos desequilibrios y oscilaciones en la esfera financiera, además de recobrar la confianza de los referidos y atraer nuevos socios financiadores. (Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2001)

O Subgrupo também recomendara a necessidade de executar medidas regulamentares prudenciais, isto é, deliberações rápidas que pudessem sinalizar estabilidade e confiança aos mercados, como: o compromisso de assegurar o intercâmbio permanente de informações e experiências em questões financeiras, entre os Bancos Centrais; controle e monitoramentos de grandes fluxos de capitais,

intervenções no mercado de câmbio para evitar grandes oscilações na taxa de câmbio e proteção aos investimentos externos diretos (IED).

Em paralelo, o SGT-04 debatia também, medidas para ampliar a capacidade de competição dos mercados financeiros do bloco, no entanto, dada instabilidade macroeconômica - inflação elevada (Paraguai), altas taxas de endividamento público (Brasil e Argentina), oscilações fortes nas taxas de câmbio (Uruguai e Argentina), etc. – entre os Estados partes e a elevada mobilidade de capitais no plano internacional, havia pouco espaço para que o SGT-04 pudesse planejar a médio e longo prazo.

Sistema financeiro, da forma como compreendido pelo SGT-04, enquanto estrutura de atração, canalização e de captação de recursos, à serem utilizados para financiar os projetos de interesse do bloco. Da forma como definida pelo grupo: “Sistema financiero como la estructura institucionalizada, específica a la atracción de recursos necesarios para la financiación interna”. (Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2002)

Assim, as principais recomendações dispostas pelo SGT-04, quanto à competitividade do setor financeiro, gravitaram sobre medidas mais imediatas, voltadas para a reconquista de credibilidade, como: i) reduzir a percepção de risco para investidores; ii) ampliar medidas de proteção à investimentos; iii) previsibilidade na condução de políticas monetárias, e; iv) maior transparência fiscal.

Ao final do ano de 2007, dado o início de uma nova crise financeira internacional, o SGT-04 se subdividira em quatro comissões: i) comissão do sistema financeiro; iii) Comissão de mercado de valores; iv) sistema bancário, e; comissão de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; visando ampliar a sua capacidade de reação, em múltiplas dimensões do sistema financeiro, frente às eventualidades advindas de uma crise internacional.

Primeiro, a Comissão Interna do “Sistema Financeiro” do SGT-04, ficara responsável pelo acompanhamento do nível de endividamento e da capacidade de liquidez do sistema financeiro do bloco, além do assessoramento de investidores, de instituições de investimentos entre os Estados membros, além de empresas de seguros imobiliário.

Segundo, a Comissão Interna do “Sistemas Bancário” do SGT-04, ficara responsável assessoramento, regulamentação e pela convergência das normas que regulam o sistema bancário do bloco.

Terceiro, a Comissão Interna de “Mercado de Valores” do SGT-04, ficara responsável pelo monitoramento, regularização, promoção e articulação dos mercados de valores entre os Estados partes.

E, por fim, a Comissão Interna de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo” do SGT-04, ficara responsável pelo monitoramento e pela fiscalização de irregularidades no sistema financeiro, concentrando-se, em particular, no combate à lavagem de dinheiro, crime organizado e do financiamento do terrorismo.

No quinquênio seguinte (2009 – 2013), as condições macroeconômicas dos Estados membros melhoraram e se estabilizaram, o que se traduzira, para o SGT-04 em condições mais estáveis para reestruturar e expandir o sistema financeiro do bloco.

Um dos temas de maior recorrência na agenda do SGT-04, a partir deste novo período, foi a de revigoração da capacidade de atração de investimentos estrangeiros diretos (IED).

(...) se prioriza los esfuerzos de atracción de inversiones externas directas, como forma de financiamiento a corto plazo, introducción de modernas y más eficientes técnicas de producción y perfecciona la composición de capital humano internamente. (Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2010)

Central a perspectiva de atuação do SGT-04, quanto à atração de Investimentos Externos Diretos (IED), remete à sua capacidade de: i) impactar positivamente no saldo da balança comercial, no curto prazo; ii) transferência de tecnologia; iii) ampliação das capacidade de gestão de seus respectivos setores; iv) aprimoramento de know-how produtivo, e; iv) a capacitação do capital humano.

Entre as primeiras medidas recomendadas pelo Subgrupo, inclui: a rápida compensação financeira, a não taxação de remessa de lucros, a compensação justa (em caso de expropriação) a ampliação de proteções jurídicas e a criação de um sistema próprio de solução de litígios entre investidores e Estados (acionado no Protocolo de Colônia, que não entrou em vigor, dado o fato de que apenas a Argentina o integrou a sua ordem jurídica).

O sistema de solução de controvérsias proposto pelo SGT-04, previa: primeiro, um sistema de consultas para orientações jurídicas, e; segundo, um tribunal arbitral, que visaria recomendar soluções (em até seis meses) para o litígio. Caso não haja consenso entre as partes ao final deste processo, estende-se ao investidor a possibilidade de rompimento unilateral de contrato, cabendo ainda, justa reinstituição do montante inicialmente investido.

No ano seguinte, o SGT-04 expandira tais recomendações, voltando-as à necessidade de normatização das seguintes práticas jurídicas (homologadas em seguida, pelo CMC):

Tabela 09: Princípios normativos jurídicos homologados pelo CMC (2008)

Tratamento Nacional	“Se adverte a adoção protocolar de igualdade formal [entre investidores estrangeiros] com os nacionais”, (...) princípio por meio do qual o país receptor concede ao investidor/investimento estrangeiro tratamento não menos favorável do que o tratamento concedido ao investidor/investimento nacional”.
Tratamento da Nação mais favorecida	“Todavia, conceder garantia de não discriminação entre investidores estrangeiros (...) O país receptor deve conceder ao investidor/investimento estrangeiro um tratamento não menos favorável do que o concedido a um investidor estrangeiro de outra origem”.
Tratamento Justo e Equitativo	“Compete também assegurar o direito do investidor de ser adequadamente compensado em caso de expropriação; e que estes não serão objeto de qualquer medida discriminatória ou arbitrárias”.

Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas informações contidas em: < Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2008 – XVIII >

Os debates que se desenvolveram no interior do SGT-04 após o fim crise 2007, em grande medida, ampliaram a agenda para além da competitividade do sistema financeiro do bloco, passando a refletir maiores preocupações com: i) as consequências das assimetrias no setor financeiro intrabloco, e; ii) a ampliação e o reassseguro do sistema financeiro entre os Estados membros.

Las asimetrías en el sector financiero se expresan en términos de tamaño, profundidad, concentración, nivel de apertura externa, importancia del mercado de capitales y presencia de mecanismos para financiamiento a largo plazo (...) no corresponde a este grupo solucionar los desvíos de comercio en el mercado financiero, sino que remediar sus consecuencias. (Mercosul/SGTN°04/ATA N°03/2011)

Para remediar os desvios de comércio no setor financeiro (uma vez que solucioná-los encontrava-se foi de sua alçada de atuação) e proteger o sistema financeiro do bloco do alastro negativo de futuras crises financeiras (tanto externas, quanto internas), o SGT-04 recomendara: i) otimizar o manejo da liquidez externa, isto é, direcionar com maior eficiência e menores custos, os recursos externos, e; ii) ampliar as iniciativas para melhorar as condições de acesso ao financiamento de longo prazo.

A forma como compreendida pelo SGT-04 a categoria “sistema financeiro”, se flexibilizando para além de apenas estrutura de atração e direcionamento de capital para financiamento, em alguma medida, adquirindo novas características: enquanto, dispositivo direto de cooperação entre Estados membros e de mecanismo de atuação, controle e de defesa conjunta.

Em resposta à primeira recomendação, o CMC decidira reformular o “Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos” (CCR) e operacionalizar o “Sistema de Pagamentos em Moeda Local” (SML). Através do primeiro, o CCR, buscou-se estimular as relações financeiras entre os países e as instituições financeiras da região, facilitar a expansão do comércio recíproco e reduzir os fluxos internacionais de divisas. Enquanto que, através do segundo, o SML, buscou-se proteger os investidores dos riscos de variação cambial, reduzir os custos de transação e simplificar as operações realizadas pelos importadores e exportadores, tendo como objetivo, ampliar o contato entre investidores de dentro do bloco, ao passo que se reduz os custos de transação e aumenta a proteção, para atrair investidores externos.

Em resposta à segunda recomendação, o CMC decidiu revigorar o “Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata” (Fonplata) e criar o “Fundo para Assistências Financeiras Emergencial” (FAFE). Ambos os fundos como linhas de defesa de longo prazo e de curto prazo, respectivamente, para evitar ou remediar efeitos negativos de alastro de crises financeiras, tanto externas quanto internas ao bloco.

Atualmente (2014 – 2015), o SGT-04 debate questões como: aprimoramento o marco regulatório dos sistemas bancários (acordo de basileia); criação do mapa das assimetrias no setor financeiro; criação de novos meios e

mecanismos de contorno às assimetrias; regulações prudenciais; promoção de investimentos internos ao bloco; a criação de um banco de dados comum, sobre transações financeiras; novos meios e mecanismos de monitoramento e fiscalização de irregularidades no sistema financeiro (combate à lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo).

4.1.3.2

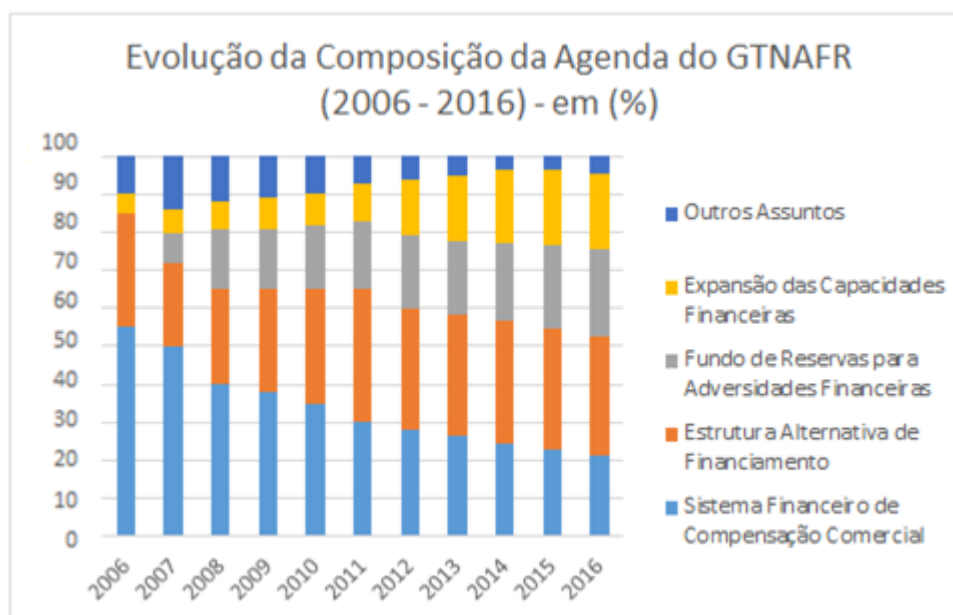
ALBA: Grupo Técnico sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR)

O Grupo de Trabalho sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR) foi criado em junho de 2006, com o objetivo de estruturar e coordenar um novo sistema financeiro para a Aliança Bolivariana, bem como formular e promover um modelo alternativo de financiamento para os seus projetos.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda, por ordem de recorrência, encontram-se: a) sistema financeiro de compensação comercial; b) estrutura alternativa de financiamento; c) fundo de reservas para adversidades financeiras, e; d) expansão das capacidades financeiras.

Outros temas também presentes na agenda do GTNAFR, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo de seu desenvolvimento, foram: i) controle de capitais e de investimentos; ii) coordenação e intercâmbio de informações entre as instituições financeiras; iii) protocolos para propriedades bancárias, e; iv) regulamentação de contratos internacionais e ajustes cambiais.

A figura 14 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo de Trabalho sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR), no decurso de suas vinte e quatro reuniões ordinárias, realizadas entre 2006 – 2016.



Fonte: Elaboração do próprio autor. Informações extraídas de <portalalba.org>

O Grupo de Trabalho sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR), foi criado em 2006, ante as diretivas estipuladas pelo Tratado de Comércio dos Povos (TCP) de se construir um novo e alternativo sistema financeiro.

No decorrer de seus dois primeiros anos de formação, a ALBA fora composta por apenas três Estados membros (Venezuela, Cuba e Bolívia), já regidos por acordos bilaterais (e um acordo trilateral) previamente assumidos. Coube assim, ao GTNAFR, identificar novos meios e novas áreas de interesses, para aprofundar o relacionamento entre os três membros, bem como projetar uma estrutura financeira alternativa, que pudesse ser sustentável e facilmente adaptável por parte de novos membros adeptos.

A proposta apresentada pelo Grupo no ano seguinte, foi de criação de uma Zona Monetária Comum entre os países membros do bloco, composta por uma unidade de conta particular (posteriormente denominada de SUCRE), regida por um órgão executivo independente (posteriormente denominado de “Consejo Monetario Regional”) que teria como função principal, intermediar todas as transações financeiras intrabloco, através de medidas de compensação.

O pilar central de tal proposta, remetia à constituição de um portfólio substancial, de moedas locais dos Estados membros, para permitir a rápida e

gratuita compensação de pagamento por transações comerciais entre os membros do bloco.

No ano seguinte (abril de 2008), a proposta fora expandida e aprovada pela III cúpula dos Chefes de Estado, sendo rebatizada de “Sistema Unificado de Compensação Regional (SUCRE). Este sistema, passou a operar como um padrão de conta fiduciária, isto é, enquanto moeda virtual sem lastro e sem emissão física.

Entre suas principais funções do SUCRE, destaca-se: i) agilizar e facilitar transições financeiras entre os Estados membros; ii) baratear os custos destas transações, e; iii) reduzir a vulnerabilidade (especialmente quanto a dependência de dólares) e a condicionalidade em que operam as organizações financeiras internacionais.

Outras recomendações feitas pelo GTNAFR, para amparar e promover o S.U.C.R.E, foram propostas: medidas de comprometimento para os países signatários, em garantirem a estabilidade cambial; respaldo e comprometimento dos respectivos bancos centrais, para o intercâmbio de informações financeiras, e; o estabelecimento de metas iniciais para compra de Sucres, enquanto critério de adesão ao sistema.

A concepção inicial de sistema financeiro, atribuída pelo GTNAFR remetia, neste sentido, não apenas a busca de novos meios e mecanismos de financiamento, mas sim uma maneira de recobrar autonomia (local, nacional, regional...) outrora cedida por meio de condicionalidades impostas por instituições financeiras internacionais. Da forma como descrita pelo grupo:

Las decisiones de este grupo buscan ampliar no sólo la capacidad de inversión de los miembros del bloque, sino también reducir la vulnerabilidad externa y promover una mayor estabilidad macroeconómica, sin que los países tengan que someterse a las restricciones que la mayoría de las instituciones financieras impone. (AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2008)

Ao passo que novos ingressantes passaram a integrar o bloco, novas temáticas passaram a ser debatidas, ampliando consequentemente, a agenda do GTNAFR. Em particular, intensificaram-se o debates sobre: fontes para captação de recursos; promoção de financiamentos; redução de pobreza e de vulnerabilidade externa e também, redução de assimetrias entre os Estados membros.

Enquanto respostas a tais demandas, em linhas gerais, o GTNAFR recomendara: i) a atração prioritária de recursos regionais para investimentos e financiamentos; ii) a criação de um fundo financeiro regional de reserva, e; iii) a criação de um banco de desenvolvimento para o bloco.

Central à perspectiva desenvolvida pelo GTNAFR, remetia ao afastamento sistemático da premissa de liberalização financeira, isto é, a migração dos fluxos de capital para as melhores oportunidades de rendimento e a tendência à equalização das remunerações, voltadas apenas para o esforço de preservação da estabilidade dos preços, para promover e induzir o setor privado a realizar novos investimentos.

Los recursos recaudados y producidos por nuestra arquitectura financiera regional, no deben ser utilizados como propósito en sí o para obtener más riquezas, sino para mejorar y promover la infraestructura, la energía, la complementación industrial y agrícola, el medio ambiente, la lucha contra la pobreza y a la exclusión social, la seguridad, la educación, la cultura y la ciencia y la tecnología. (AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2009)

Diferentemente dos princípios jurídicos adotados pelo Mercosul, em referência à atração de capitais e investimentos, recomendou-se o afastamento dos princípios de: cláusula da nação mais favorecida; tratamento nacional e de reciprocidade, entre os Estados membros. Segundo o grupo, tais cláusulas cerceiam a autonomia dos Estados, aumentariam sua vulnerabilidade externa e ainda aprofundariam as assimetrias entre Estados, especialmente àqueles já em desiguais níveis de desenvolvimento.

A diretiva central, neste sentido, remeteria apenas à adoção de medidas de não-reciprocidade¹⁷, visando assim, ajustar todo e qualquer acordo às devidas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas entre as partes, assegurando assim, condições de comércio mais justas para reduzir as assimetrias entre os Estados membros.

Concomitantemente, o GTNAFR propôs a criação de um fundo financeiro de emergência, para evitar efeitos nocivos às economias domésticas provenientes de flutuações cambiais bruscas, falta de liquidez de curto prazo ou alterações fortes nos fluxos de capital internacional. Tal proposta fora denominada “Fundo de

¹⁷ O princípio da reciprocidade no direito internacional, indica que: “os direitos e as obrigações que forem assumidas por um Estado que fizer parte de um tratado internacional ou de um bloco econômico, deverão necessariamente ser cumpridos pelos signatários do instrumento, sob pena de embargo ou represálias (Santos, 2011:21).

Reserva Regional” (FRR), que consistia, essencialmente, na criação de mecanismos de canalização da poupança externa dos países membros, a fim de estabelecer um fundo conjunto, para assegurar a estabilidade financeira e fortalecer a autonomia regional.

O fundo atuaria enquanto espaço de coordenação, suporte técnico e formulação de políticas econômicas a nível regional, sem exigência ou condicionalidades, com o fim de evitar a acumulação excessiva de reservas internacionais e, ao mesmo tempo, disponibilizam esses fundos para a conclusão de políticas regionais em para garantir autonomia e estabilidade monetária.

O FRR, seria composto inicialmente por depósitos regulares, em moeda local, por parte dos Estados membros, passíveis de saque ou swaps cambiais, em caso de insolvência financeira ou de inesperada desestabilização financeira. O saque de ativos destinado ao caso de insolvência das contas públicas ou dividendo com terceiros, conquanto, a opção de swaps cambiais, remetente à solução de dívidas entre Estados membros.

Em semelhante medida, o GTNAFR revisitou a proposta de criação do Banco do Sul (defendida pelo então presidente Hugo Chaves, da Venezuela) contornando seus principais pontos de entraves e adaptando-o às necessidades do bloco. A recomendação final, foi a de criação de um banco particular aos membros do bloco (posteriormente denominado “Banco da ALBA”).

Central à perspectiva de implementação do Banco, remetia a consolidação do sistema financeiro da região, visando: i) financiar de maneira autônoma o desenvolvimento do bloco; ii) destinar recursos para reduzir a pobreza e as assimetrias entre os Estados membros, e; iii) reforçar os mercados domésticos.

O Banco da Alba, conforme instituído, se destinaria a financiar, principalmente, projetos de interesse estratégico e também projetos sociais relevantes, além de atuar enquanto mecanismo de salvaguarda financeira. O banco também dispôs de uma linha de crédito prioritária para desastres e também dedica prioridade ao trato de projetos apresentado pelas empresas Grannacionais, como:

ALBA Educación (alfabetização e pós-alfabetização); ALBA Cultura (instrumentos de unidade, desenvolvimento e reconhecimento dos valores essenciais da região); ALBA Salud (o centro de regulamentação de medicamentos da ALBA para seu registro sanitário), ALBAFARMA

(medicamentos); ALBA Energia (projetos de integração energética); ALBATEL (telecomunicações e tecnologia da informação) ALBA Ambiente (empresa multinacional de silvicultura integral e desenvolvimento rural), e; ALBA Alimentos (destinados a financiar iniciativas para ampliação da produção de alimentos). (AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°03/2011)

Atualmente a agenda do GTNAFR gravita sobre: i) criação de meios e mecanismos para fortalecer os mercados domésticos dos países membros; ii) regulação e controle de capitais, e; iii) medidas de coordenação e de ajustes cambiais.

Entre as principais medidas atualmente recomendadas pelo GTNAFR, encontram-se: a Iniciativas ALBA para Desenvolvimento (IAD), que consiste na confecção de projetos de desenvolvimento específicos para cada um dos país membros, visando estimular os setores econômicos domésticos mais responsivos, e assim alavancar o seu crescimento econômico; e também o “Projeto Coordenar”, que remete a uma iniciativa de coordenação dos bancos centrais entre os países membros, para evitar flutuação bruscas nas taxas de câmbios, visando prevenir e/ou minimizar o alastramento de crises financeiras pelo bloco.

4.1.3.3

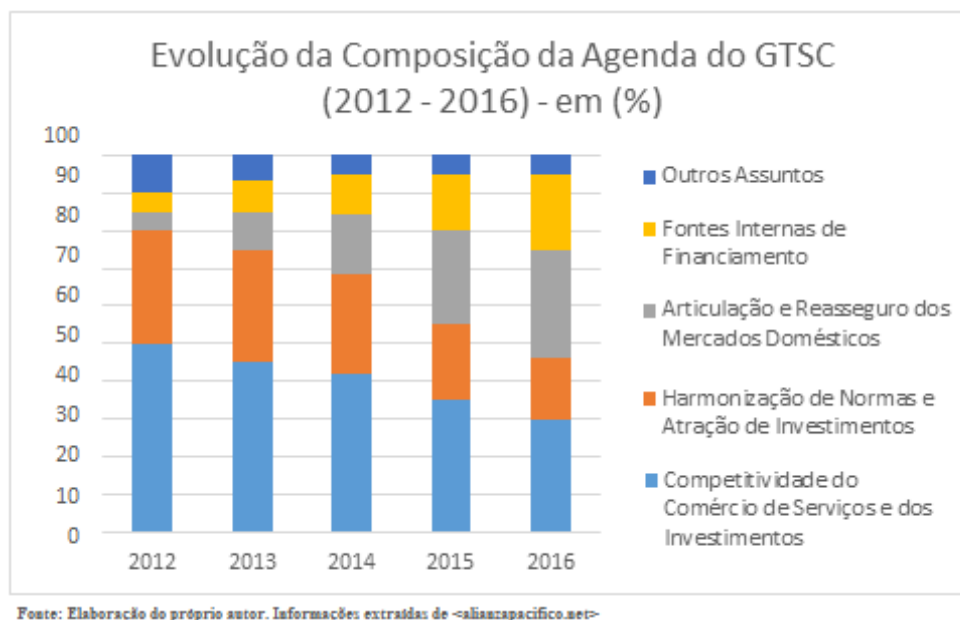
Aliança do Pacífico: Grupo Técnico de Análise em Serviços e Capitais (GTSC)

O Grupo Técnico de Análise em Serviços e Capitais (GTSC) foi criado em agosto de 2012, com a finalidade de organizar e conduzir o setor financeiro e de serviços do bloco, visando aumentar o comércio de serviços e os fluxos de investimento, intra e extraregionalmente.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do GTSC, por ordem de recorrência, encontram-se: a) a competitividade do comércio de serviços e dos investimentos; b) harmonização de normas e atração de investimentos; c) articulação e reassseguro dos mercados domésticos, e; d) fontes internas de financiamento.

Outros temas também presentes na agenda do GTSC, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo de seu desenvolvimento, foram: i) fusões e aquisições de empresas intrabloco; ii) transações eletrônicas, e; iii) custo de operações e logística no setor de telecomunicações.

A figura 15 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Serviços e Capitais (GTSC), no decurso de suas treze reuniões ordinárias, realizadas entre 2012 – 2016.



Central à atuação inicial do GTSC, foi a perspectiva de que em ambas as esferas - tanto de investimentos, quanto de serviços – todos os Estados membros, apresentavam desempenhos medíocres, sendo: por um lado, expressivos importadores líquidos de serviços (deficitários quanto ao saldo da balança de serviços) e por outro, pouco competitivos quanto à atração de capitais e de investimentos.

La actual condición de los Estados partes, tanto en la esfera de comercio de servicios, como en la esfera de capitales, refleja una conformación incipiente, desfasada y deficitaria (...) compete así, ampliar sus capacidades competitivas para que mejores y más expresivos resultados sean obtenidos en ambas dimensiones. (PA/GTSC - N°06/TEM N°01/2012)

A agenda do GTSC, neste sentido, centrou-se em melhorar as condições em ambas as esferas (serviços e investimentos) voltando-se especialmente, à atuação dos Estados membros no mercado internacional, buscando: i) ampliar e fortalecer a competitividade do setor de serviços dos Estados membros, e; ii) aumentar a sua capacidade de atração de capitais e de investimentos. Em linhas gerais, uma agenda que visa orientar, fortalecer e facilitar a atuação dos Estados membros do bloco, nos mercados e nas cadeias de produção internacionais.

O diagnóstico inicial feito pelo GTSC quanto ao setor de serviços apontava: i) a necessidade de harmonização da estrutura tarifária e alfandegária, entre os Estados membros, para impedir desvios de comércio; ii) ampliação e modernização da infraestrutura física intrabloco, e; iii) a necessidade de interconectar e promover o intercâmbio de informações entre os Estados partes.

Para harmonizar a estrutura tarifária e alfandegária, o GTSC estabeleceu um cronograma (2013 – 2018) de atuação: primeiro, estabelecer as regras de origem (critérios para que um produto seja considerado originário do bloco, portanto, isento de tarifas); segundo, homogeneizar as diferentes taxas de cobrança sobre serviços intrabloco; e terceiro, convergir as díspares medidas sanitárias e fitossanitárias praticadas entre os Estados membros.

Central a perspectiva de atuação do GTSC, quanto à atração de investimentos, remetia à necessidade de estabelecer fluxos de capitais no interior do bloco e também à sua capacidade de magnificar a competitividade produtiva, ao: i) estimular a transferência de tecnologia; iii) ampliar a capacidade de gestão em seus respectivos setores; iv) introduzir know-how produtivo, e; iv) promover a capacitação de capital humano.

Neste sentido, O GTSC passara a recomendar a adoção de medidas de incentivo não-discriminatórias e a ampliação de concessões de garantias jurídicas-legais à investidores, buscando inicialmente, sinalizar o estabelecimento de um mercado interno pujante e saudável e de uma estrutura financeira rentável e segura. Entre as primeiras medidas recomendadas, inclui: a livre transferência de capital, a rápida compensação financeira, não taxação de remessa de lucros, a compensação justa (em caso de expropriação) e ainda ampliou a compreensão jurídica-legal, do termo “investimentos”, que passar a abarcar: a participação no capital de uma empresa, contratos de construção e de concessão e direitos de propriedade intelectual.

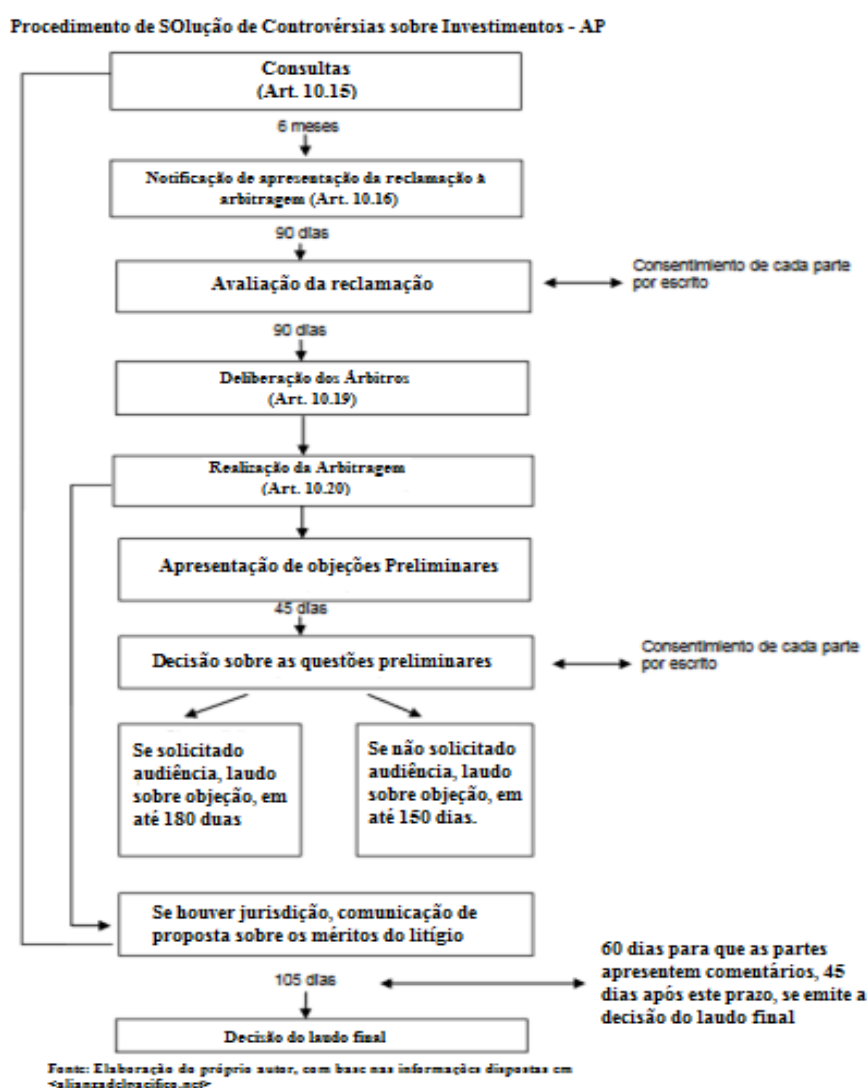
Nos anos seguintes, GTSC expandira tais recomendações, voltando-se para a necessidade de se normatizar as seguintes práticas jurídicas:

(1) trato nacional y nación más favorecida; (2) nivel mínimo de trato y trato justo y equitativo; (3) protección contra la expropiación; (4) prohibición de requisitos de desempeño; y (5) solución de controversias Inversionista-Estado. (PA/GTSC - N°06/TEM N°3/2013)

Assim, o país anfitrião deve conceder aos investidores não-residentes e seus investimentos, no seu território, um tratamento não menos favorável do que o concedido em circunstâncias semelhantes a investidores e investimentos nacionais. Veda-se também a possibilidade do Estado anfitrião condicionar (estabelecer metas, exigir percentuais, demandar transferência de tecnologia, etc.) a entrada de investidores e investimentos e ainda, estende-se a estes, a capacidade de resolução direta de quaisquer litígio comercial.

Os Estados anfitriões, estarão ainda, autorizados a oferecer vantagens aos investidores, desde que as empresas realizem capacitação ou contratem trabalhadores, construam ou ampliem instalações particulares ou promovam trabalhos de investigação e desenvolvimento em seus territórios.

A figura 16 abaixo, ilustra todos os procedimentos institucionais a serem adotados, em razão ao início de um processo de litígio – Aliança do Pacífico.



Tais recomendações foram incorporada ao “Protocolo Adicional da Alianza del Pacifico en comércio e Serviços” (2015), cabendo agora aos Estados membros as internalizarem aos seus respectivos ordenamentos jurídicos domésticos (não houve definição de prazos legais, nem a estipulação de consequências, em caso de descumprimento).

Em concomitância, o GTSC recomendara também ampliar os investimentos na expansão da infraestrutura comunicacional entre os Estados membros, tendo em vista, a redução dos custos de transações e de logística em ambas as esferas – serviços e investimentos. O entendimento disposto pelo grupo, revolvía sobre a prerrogativa de que uma eficiente e interconectada rede de telecomunicações entre os membros, atuaria enquanto base para uma posterior expansão intrabloco, do comércio de serviços e de investimentos.

Atualmente (2015 - 2016) os debates desenvolvidos pelo GTSC passaram a se centrar mais, na expansão do comércio de serviços e de investimentos, no interior do próprio bloco, gravitando, principalmente, sobre temas, como: i) a formação de um mercado de ações intrabloco; ii) fundo de capital e investimento para empreendedores dos Estados membros, e; iii) a incorporação de pequenas e médias empresas (PYMES), nas cadeias produtivas do bloco.

Compete a este grupo pensar a largo plazo, visualizando además de buenas oportunidades externas a los límites de esta alianza, al crear y fortalecer iniciativas entre nuestros Estados miembros. (PA/GTMo - N°05/TEM N°03/2015)

O projeto para a formação de um mercado financeiro intrabloco, foi levantada no início de 2014, por membros da delegação do Peru. A premissa inicial do projeto se concentrava em dar visibilidade internacional ao mercado e aos projetos dos países membros da AP, visando injetar maior liquidez, por meio da facilitação da entrada de investimentos estrangeiros.

Com o tempo, novas temáticas a respeito deste projeto foram debatidos, como: a preocupação com a eficiência de alocação de capital; a criação de fluxos de capital própria ao bloco, o reaseguro dos mercados financeiros dos Estado membros e o intercâmbio de informações financeiras entre membros.

À reflexo deste debate, criou-se em 2015 o “Mercado Integrado Latino-Americano” (MILA), isto é, a fusão da Bolsa de Valores de Santiago; da Bolsa de Valores da Colômbia; a Bolsa de Valores de Lima e da Bolda de Valores da Cidade

do México (aderiu à proposta no ano seguinte) tendo em vista: criar fluxos de capital próprios, reforçar e reassegurar os mercados domésticos e estimular o intercâmbio de informações.

O grupo também corroborou a criação da “Iniciativa de Facilitação de Investimento na Aliança do Pacífico (IFIAP)” uma plataforma que visa apresentar à investidores de seus respectivos Estados membros, projetos desenvolvidos em outros Estados membros, auxiliando também, nos custos iniciais de investimentos.

Em semelhante medida, o GTSC recomendou a formação de um fundo específico para controle e direcionamento de liquidez, entre os Estados membros, isto é, um fundo precatório que visa, evitar ou conter o alastramento de quaisquer crise na esfera financeira. Tal proposta encontra-se em análise pelo Grupo de Alto Nível (GAN).

Por fim, o GTSC vem debatendo a inclusão de pequenas e médias empresas (PYMES) nas cadeias produtivas regionais. A premissa central desta proposta, consistia na identificação de matrizes produtivas complementares, entre pequenas e médias empresas dos países membros (visto que as maiores empresas são voltadas à exportação), e uma subsequente articulação destas, tendo em vista formar uma cadeia produtiva no interior do bloco. Tal projeto despertara bastante interesse do GAN e isto, resultou na criação do seu próprio Grupo Técnico de Análise, o GT-PYMES. E ainda, como reflexo deste debate, aprovou-se recentemente (2017), a criação do “Fundo de Capital Empreendedor dos países da Aliança do Pacífico”, que visa acelerar a disponibilidade de capital para o investimento de recursos públicos e privados nas Micro, Pequenas e Médias Empresas.

4.1.4 Infraestrutura e Transporte

A presente categoria remete à análise das disposições funcionais institucionais debatidas pelos respectivos grupos de trabalho: Subgrupo de Trabalho sobre Transportes (SGT-05) do Mercosul; o Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura e Transportes (GTIT) da ALBA, e; o Grupo Técnico de Análise em Mobilidade (GTMo)

Analisa-se a composição e o conteúdo das agendas destes grupos de trabalho, visando compreender sobre que preceitos as concepções de Infraestrutura e de Transporte são construídas, bem como entender tais construções se traduzem em integração regional.

A análise conjunta destes grupos, sob a categoria “Infraestrutura e Transporte”, reflete a afinidade funcional que estes grupos dispõem entre si, isto é, o compromisso de estruturar e articular uma rede infraestrutural entre os países membros, além de desenvolver e coordenar suas respectivas matrizes de transporte.

4.1.4.1

Mercosul: Subgrupo de Trabalho em Transportes (SGT-05)

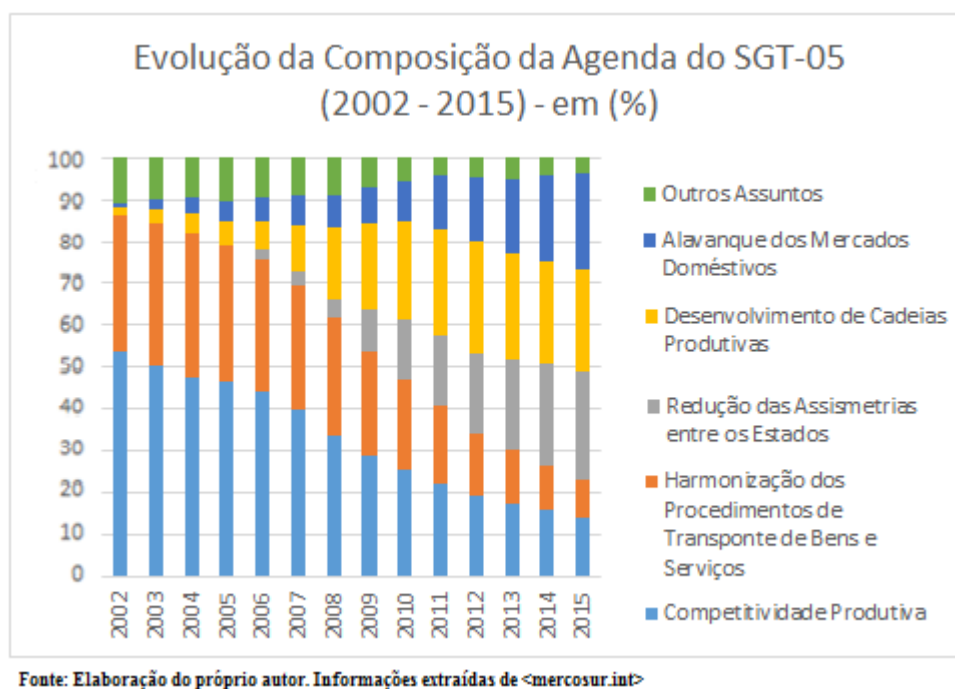
O Subgrupo de Trabalho permanente sobre Transporte (SGT-05) fora criado em maio de 2002, para tratar de temas relacionados à políticas de transporte e de integração da infraestrutura entre os países integrantes do bloco.

O SGT-05 herdara a agenda e boa parte dos compromissos apreciados pelo grupo que o antecedeu, o Subgrupo de Trabalho ad hoc em Infraestrutura e Transportes (1994 – 2001) que era responsável por apresentar, propor e assessorar o Conselho do Mercado Comum (CMC) em temáticas concernentes à expansão da matriz infraestrutural do bloco e também ligados à liberalização de bens e serviços entre os países membros.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do SGT-05, por ordem de recorrência, encontram-se: a) ampliação da capacidade competitiva dos Estados membros; b) harmonização dos procedimentos de transporte internacional de mercadorias e de passageiros entre os países membros; c) redução das assimetrias entre os Estados partes; d) desenvolvimento de cadeias de produção, e; e) alavanque dos mercados domésticos.

Outras temáticas também presentes na agenda, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo do desenvolvimento do SGT-05, foram: a) a agilização e facilitação dos procedimentos em pontos de fronteira; b) banco de dados compartilhados, sobre cadeias produtivas; c) fontes de financiamento, e; d) inclusão da Venezuela.

A figura 17 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Subgrupo de Trabalho de Transportes (SGT-05), no decurso de suas vinte e sete reuniões ordinárias, realizadas entre 2002 – 2015.



O Subgrupo de Trabalho permanente em Transportes (SGT-05) foi criado por determinação do CMC, enquanto parte do processo de reavaliação do quadro institucional do Mercosul, no início do ano 2000; quando, fazia-se necessário aprofundar os estudos técnicos sobre a matriz de transportes dos Estados membros e também de novos projetos para articulação da infraestrutura física entre os Estados membros do bloco. Por conseguinte, o SGT-05 acabara herdando a agenda e boa parte dos compromissos do Subgrupo ad hoc que o antecederia.

Entre o principal dos compromissos herdados, foi o de harmonizar os procedimentos de transporte de mercadorias e de passageiros entre os Estados membros, além de coordenar o desenvolvimento do projeto Eixo Mercosul-Chile¹⁸, isto é, um conjunto de sete obras (cinco rodoviários, um ferroviário e um gasoduto),

¹⁸ O eixo Mercosul-Chile fora considerado de fundamental importância para o desenvolvimento do bloco, pelo fato de interligar uma grande quantidade de setores importantes, como: “as indústrias de couro e têxteis, agrícolas e agroindustrial, agropecuárias e graneleiras, indústria de veículos e material de transporte, indústria aeronáutica, serviços industriais metalúrgicas metal-mecânica e mecânicas, químicos, celulose, madeira e papel, hidrocarbonetos, máquinas agrícolas, indústria vitivinícola, produção mineral metálica, recursos florestais, produtos químicos e indústria manufatureira” (Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2002).

distribuídas entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile (o Paraguai não foi contemplado) visando ampliar e modernizar a infraestrutura da região, como forma de redução dos custos de logística e de transporte (através da facilitação no acesso dos membros do bloco, aos portos chilenos).

Assim, central à perspectiva inicial desenvolvida pelo SGT-05, remetia ao papel exercido à expansão e modernização da infraestrutura do bloco, isto é, o conceito de infraestrutura desenvolvido, não remetia à interligação das matrizes produtivas visando formar cadeias de produção entre os Estados membros, mas sim, ampliar o acesso e tornar mais barato e mais eficiente o processo de distribuição dos setores produtivos dos Estados membros, visando apenas, ampliar a capacidade de competição dos produtos exportados pelos Estados membros. Da forma como expressa pelo grupo:

Las inversiones en infraestructura son fundamentales para la expansión de la economía del bloque (...) se recomienda la ampliación de las inversiones en los proyectos estratégicos prescritos (...) por medio de ellos será posible ampliar los flujos de comercio, aumentar la eficiencia productiva, reducir los costes de transporte y también los costes modales. (Mercosur / SGT N ° 05 / ATA N ° 01/2002 - III)

Entre outros projetos desenvolvidos pelo SGT-05, destaca-se a construção de: rodovias (Autopista Acesso Oeste e a Autopista do Cone Sul), ferrovias (Ferrovia Transamérica, Ferrovia Bi-Oceânica), obras relacionadas à melhor oferta de energia (Hidroelétrica Pichi Picún Leufu; Gasoduto Libertador Gral, San Martín e Neuba II) e demais projetos necessários para a melhoria do escoamento da produção (Corredor Expresso do Cone Sul; Porto de Rio Grande). A estes projetos, inclui-se também recomendações do SGT-05, para facilitar o trânsito de mercadorias e serviços no interior do bloco, em medidas, como: a liberação de licenças profissionais para transporte de cargas pesadas no interior dos países membros, mecanismos para a facilitação fronteiriça, melhorias regulatórias (assuntos aduaneiros) e a regulamentação de transporte de passageiros e de movimentação de cargas.

A partir de 2008, no entanto, novos temas de debate passaram a ser incorporados na agenda do SGT-05, como: a) redução das assimetrias entre os Estados membros do bloco; b) fortalecimento dos mercados nacionais, e; c) unificação da base de dados, para tentar coibir novas ameaças.

Central à nova perspectiva disposta pelo SGT-05, foi a percepção de que haviam gargalos na economia (assimetrias nos tamanhos das economias, diferenças entre PIB per capita e renda disponível, grau de dinamização dos mercados domésticos, volumes de fluxos de capital, grau de desenvolvimento tecnológico, etc.), que dificilmente seriam superados somente pela força da iniciativa privada, isto acabava por limitar o crescimento econômico de setores domésticos importantes em alguns Estados, conquanto, concentrando o crescimento em outros Estados. O resultado seria, conseqüentemente, da ampliação e da reprodução de assimetrias entre os Estados membros.

Neste sentido, a concepção de “infraestrutura e transportes” no interior do SGT-05 passara, gradualmente, a se afastar da disposição inicial - de meio e mecanismos para ampliar a competitividade do bloco – para uma concepção mais abrangente. Da forma como definido pelo grupo:

Se considera elemental la inyección de inversiones para la ampliación de la infraestructura regional (...) tales retornos se multiplican por efecto de la propagación de los factores internos de producción, por la mayor eficiencia de sus estructuras, por la complementariedad que del encadenamiento productivo se deriva y por el aporte a las funciones de control y del apareamiento del Estado. (Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2010 – XXIII)

Fortaleceu-se a perspectiva de que, ao expandir a infraestrutura física entre os Estados membros, induz-se uma maior demanda interna e uma melhor utilização das capacidades produtivas e dos fatores de produção domésticos, de modo a: i) alavancar o crescimento dos mercados domésticos e ainda; ii) melhor aparelhar o Estado para gerenciar a unidade territorial. Ao mesmo tempo em que, expandir a infraestrutura física articulando as matrizes de produção entre os Estados membros: iii) torna as matrizes de produção mais eficientes e produtivas, ao passo que, iv) expande e induz a complementaridade ao longo do desenvolvimento da cadeia de produção.

A criação do “Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul” (FOCEM) exemplifica a evolução deste debate. O FOCEM refere-se a uma iniciativa destinada ao financiamento projetos de infraestrutura e transportes em setores considerados estratégicos, entre os Estados membros (particularmente aos menores: Paraguai e Uruguai), visando: primeiro, reduzir as assimetrias existentes; segundo, alavancar o crescimento de suas economias domésticas; terceiro, gerar novas oportunidades econômicas inviáveis ou inexploráveis dado a

deficiência/inexistência infraestrutural necessária, e; quarto, ampliar e tornar mais eficientes, as oportunidades econômicas e capacidades produtivas já existentes, ao articular as matrizes de produção.

Em concomitância, um dos pontos centrais quanto a este debate, foi a respeito da configuração da matriz de transportes do bloco, isto é, na concentração de uma modalidade – transporte rodoviário - e da subutilização das demais – ferroviário e hidroviário.

Enquanto diretrizes centrais estipuladas pelo SGT-05, o grupo recomendava priorizar a expansão das vias rodoviárias entre os Estados membros, particularmente, dado aos custos e às dificuldades de expansão das demais modalidades de transporte.

Primeiro, dado a forma com a qual a expansão da rede ferroviária se desenvolvera, através da instalação de ferrovias esparsas e não interligadas, fez com que a tipologia de equipamentos utilizados diferisse entre si (tamanho, largura e material de composição dos trilhos) tornando, conseqüentemente, as linhas férreas entre os Estados, impossíveis de serem conectadas entre si.

O transporte marítimo, por sua vez, representa um meio mais barato de transporte de curtas distâncias e é de grande importância para os Estados que apresentarem vastas faixas litorâneas e redes fluviais (todos à exceção do Paraguai). Isso facilita o trânsito de mercadorias e pessoas e tem relevância não apenas em termos econômicos, mas, principalmente em termos ambientais. No entanto, o maior problema desta modalidade de transportes, remete: i) dificuldades de navegação em trechos de grandes rios; ii) os pontos de acesso terrestre aos portos; iii) as maiores deficiências infraestruturais entre as modalidades, exigindo maiores investimentos que as demais modalidades.

Como consequência, a configuração da matriz de transportes entre os Estados membros, acabara resultando na concentração de uma de suas modalidades (a rodoviária) em detrimento às demais (redes ferroviárias e hidroviárias).

Assim, entre as principais recomendações dispostas pelo SGT-05, aponta-se a concentração de projetos na rede rodoviária, em sua grande maioria, articulando a referente malha do Paraguai e do Uruguai, ao restante do bloco. Em menor medida, há investimento para renovação da rede ferroviária (em sua maioria, de projetos interligando a Argentina e o Brasil); e, também projetos para ampliação e modernização dos portos (em sua maioria, concentrados no Brasil e no Uruguai)

Por fim, em um debate mais atual (2014 – 2015), passou-se a desenvolver, no interior do SGT-05, a argumentação ao redor da importância, à longo prazo, em se expandir e interligar os meios de comunicação e de telecomunicações no interior do bloco. Os principais argumentos giram ao redor de dois pontos: i) ampliar e interligar a infraestrutura comunicacional do bloco, visando aproximar as cadeias de produção entre si, e; ii) ampliar e interligar a infraestrutura comunicacional do bloco, como meio de coibir “formas alternativas de insegurança”, como o narcotráfico, o crime organizado e lavagem de dinheiro.

Atualmente a agenda do SGT-05 gravita sobre os seguintes temas: sobre a referida ampliação da infraestrutura de comunicacional do bloco; a identificação de novos espaços econômicos para se expandir as cadeias produtivas; a harmonização de normas quanto à permissões e licenças ambientais; a ampliação e articulação da infraestrutura e da matriz de transporte à Venezuela e sobre novos meios e mecanismos para diversificar a matriz de transportes.

4.1.4.2

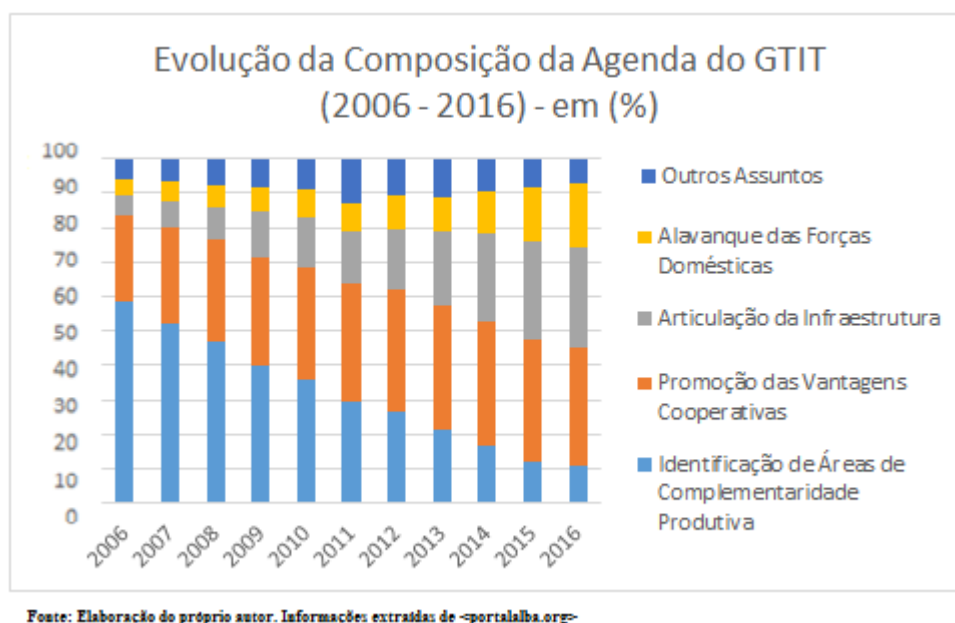
ALBA: Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Transportes (GTIT)

O Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Transportes (GTIT) foi criado em 2006, com a finalidade de estruturar e articulação de uma rede infraestrutural entre os Estados membros da ALBA, além de desenvolver e coordenar suas respectivas matrizes de transporte.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do GTIT, por ordem de recorrência, encontram-se: a) identificação de áreas de complementaridade produtiva; b) promoção das vantagens cooperativas entre os membros do bloco; c) articulação da infraestrutura física entre os membros, e; d) alavanque das forças domésticas.

Outras temáticas também presentes na agenda, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo do desenvolvimento do GTIT, foram: i) novas fontes de financiamento; ii) expansão da infraestrutura comunicacional do bloco; iii) expansão da matriz energética, e; iv) protocolos regulamentares para portos e aeroportos.

A figura 18 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Transportes (GTIT), no decurso de suas vinte e cinco reuniões ordinárias, realizadas entre 2006 – 2016.



No ato de criação do Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Transportes (GTIT) em 2006, sobre as diretrizes dispostas pelo Conselho Econômico (CE), o grupo ficara incumbido de analisar o emaranhado de acordos bilaterais (Cuba-Venezuela, Bolívia-Venezuela, Bolívia-Cuba, Nicarágua-Venezuela) entre os Estados membros do bloco e a partir deles, identificar e propor novas iniciativas que pudessem aprofundar o processo de integração infraestrutural entre estes.

Até então, a quase totalidade dos acordos desenvolvidos entre os Estados membros do bloco, envolviam acordos para cooperação no setor energético. Segue abaixo, na tabela 04, um sumário dos principais pontos dos respectivos acordos bilaterais entre os membros.

Tabela 10: Principais acordos assinados no âmbito bilateral, até 2006 - ALBA.

Países Envolvidos	Acordos
Venezuela – Cuba	Garantia de manutenção do suprimento de petróleo a preços preferenciais e transferência de tecnologia no setor, por parte da Venezuela em contrapartida à oferta de médicos, educadores e cientistas para auxiliar em programas de saúde, educação e desenvolvimento tecnológico da Venezuela, por parte de Cuba.

Venezuela – Bolívia	Acordo entre ambos os países, tendo em vista, a venda de petróleo cru à preços subsidiados e de transferência de tecnologia do setor de refino de petróleo, por parte da Venezuela, em contrapartida, à venda de derivados do petróleo (gasolina, asfalto e querosene) a preços subsidiados, por parte da Bolívia.
Bolívia – Cuba	Acordo entre a Bolívia e Cuba, da venda de petróleo refinado e gás natural, respectivamente, ambos à preços subsidiados.
Venezuela – Nicarágua	Acordo entre a Venezuela e Nicarágua, assentado sobre o compromisso venezuelano de transferência de tecnologia no setor de prospecção de petróleo e também da venda de petróleo refinado à preços subsidiados, em contrapartida à venda de produtos agrícolas (arroz, feijão, carne e mandioca) à preços subsidiados, por parte da Nicarágua.

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base nos dados disponíveis em: <portalalba.org>

Central à percepção inicial desenvolvida pelo GTIT, remetia a forte dependência do intercâmbio de petróleo, nos acordos negociados entre os Estados partes. Cabia portanto, a identificação de novos elementos que pudessem integrar e dinamizar as matrizes energéticas entre os membros. Entre as principais recomendações feitas pelo grupo, destaca-se: ampliar a produção de biocombustíveis à base de milho (Bolívia) e de açúcar (Cuba); ampliar a produção de etanol, expandir a produção de carvão mineral e também articular a distribuição de gás butano entre os membros.

À medida em que novos Estados passaram a integrar o bloco e após a subscrição dos membros ao Tratado de Comércio dos Povos (2006), novas temáticas passaram a ser debatidas, ampliando consequentemente, a agenda do GTIT, gravitando, em particular, sobre: i) desenvolvimento das capacidades cooperativas entre os Estados membros, e; ii) a redução de assimétricas no interior do bloco.

Assim, central à atuação do GTIT nos anos que se sucederam, foi a percepção de que as debilidades no sistema infraestrutural resultavam em: a) inabilidade de se criar condições próprias para o proveito de vantagens cooperativas entre os membros, e; b) dificuldade de articulação para a atuação conjunta, enquanto bloco regional.

Dessa forma, segundo a posição do GTIT, fazia-se necessário investimentos em infraestrutura e na matriz de transportes, para dar seguimento ao processo de integração regional.

A referida categoria “infraestrutura e transportes” da forma como empregada pelo GTIT, passou a remeter à criação de mecanismos de ampliação e de reforço às capacidades dos Estados em responderem à eventos, dentro e entre as suas fronteiras. Visa-se: a retomada de certo grau de autonomia (especialmente no setor energético); a redução da vulnerabilidade externa; melhores e mais eficientes mecanismos de controle, gerência e intervenção dos Estados; além de estender a capacidade de promover o desenvolvimento da região, ao habilitar novos meios e mecanismos para cooperação. Da forma como explicitada pelo grupo:

En respeto mutuo y solidaridad a la unidad e integración de los pueblos y repúblicas de América Latina y el Caribe, se hace necesario ampliar las inversiones en infraestructura y transportes, ya que esto permitirá que nuestra región sea incorporada al mundo en condiciones que aseguren nuestro derecho al desarrollo sostenible y el ejercicio irrestricto de la soberanía nacional, frente a pretensiones hegemónicas. (AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2010)

Frente às demandas, o GTIT recomendara a criação de empresas Grannacionais, específicas às necessidades dos Estados membros e também à setores considerados prioritários - energia, transporte, telecomunicações e alimentos - assentado sobre o princípio das vantagens cooperativas.

À reflexo de tais recomendações, aprovaram-se a criação da: Empresa Grannacional Petroamérica, para atuar no aprofundamento da integração energética do bloco; Empresa Grannacional Alba Alimentos, que visa assegurar a distribuição de alimentos entre os países membros; a Empresa Grannacional de Transportes, para ampliar as capacidades de portuárias e aeroportuárias dos Estados membros; e posteriormente a criação da Grannacional de Telecomunicações da ALBA, visando a disseminação de ideais e da cultura dos países membros, promovendo uma maior aproximação sociocultural entre os povos e assim, o reforço identitário.

Estas Empresas Grannacionais se fundamentam sobre o princípio das vantagens cooperativas, isto é, promovem a especialização produtiva, compatível com o desenvolvimento econômico equilibrado de cada país e complementar às

demais economias, visando reduzir, dessa forma, diferenças e assimetrias existentes entre os países membros, ao criar laços de cooperação e solidariedade.

Atualmente (2014 – 2016), a agenda do GTIT passou a se centrar sobre outras temáticas: i) fontes de financiamento; ii) alavanque dos mercados domésticos, e; iii) telecomunicações e reforço cultural e identitário.

Cabia ao Banco da ALBA, grande parte dos financiamento dos projetos de infraestrutura e transporte no interior do bloco, particularmente, injetados diretamente ao setor e ao projeto, de atuação da respectiva Empresa Grannacional, que a confeccionara. Aos demais projetos, não intermediados por Empresas Grannacionais, haviam poucas fontes de financiamento disponíveis. O GTIT assim, iniciara o debate a respeito da captação de recursos financeiros externos à estrutura do bloco.

Outro tema importante, debatido atualmente pelo GTIT, remete à promoção de “investimentos estratégicos”, destinados aos Estados mais pobres do bloco. A discussão revolve sobre a necessidade de se promover o desenvolvimento dos Estados mais pobres, por meio do alavanque das suas capacidades de produção internas. Aliando o intento de se promover desenvolvimento por meio da cooperação entre os Estados, com o intento de se promover desenvolvimento entre os Estados, ao alavancar as suas capacidades internas de atuação.

A recomendação inicial do GTIT quanto a esta temática, remete à criação de um “Fundo Compensatório de Convergência Estrutural”, que tem como objetivo realizar investimentos em áreas estratégicas, que visem conciliar a utilização dos fatores abundantes das economias domésticas (mão-de-obra excedente, insumos, fatores de produção, etc.), com as principais deficiências infraestruturais destes Estados. O intuito deste fundo, consiste no esforço de “transbordamento” dos benefícios econômicos e infraestruturais para os demais setores da economia, alavancando assim, o crescimento doméstico.

Em igual medida, avança o debate no grupo, a respeito dos limites, da capacidade e da necessidade do desenvolvimento da infraestrutura de comunicação e de telecomunicação, entre os Estados membros do bloco.

Cresce a percepção no interior do GTIT, que uma maior densidade infraestrutural contribui para ampliar a disseminação de informações e de cultura entre os Estados, os povos e os grupos sociais entre os Estados membros. Substanciando assim, laços de solidariedade, compromisso e empatia entre os povos do continente, além de reforçar também, a construção identitária entre os Estados membros do bloco.

4.1.4.3

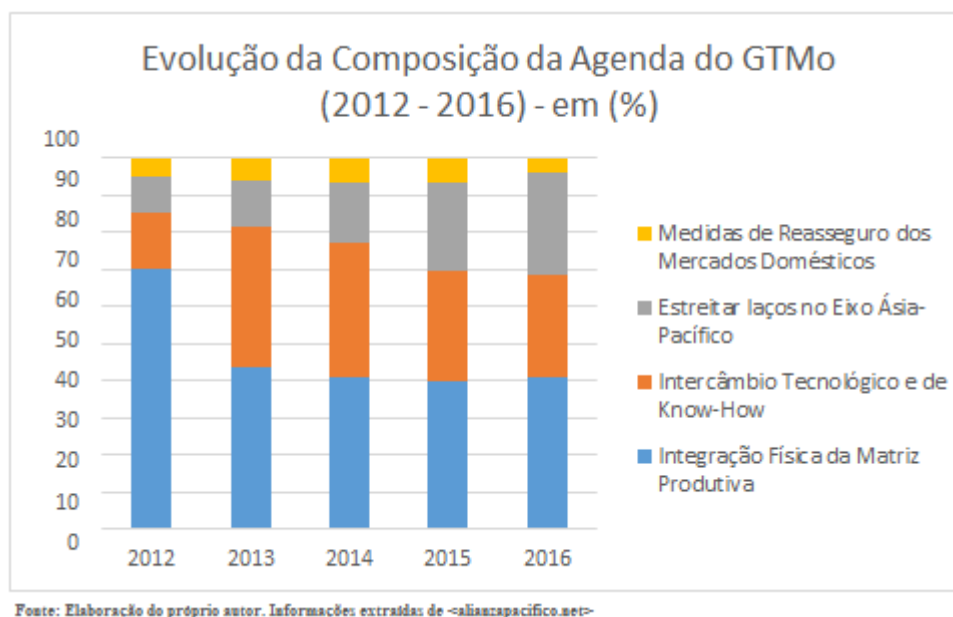
Aliança do Pacífico – Grupo Técnico de Análise em Mobilidade (GTMo)

O Grupo Técnico de Análise em Mobilidade (GTMo) foi criado ao início de 2012, com a finalidade de articular e desenvolver a rede infraestrutural entre os países membros, facilitar o trânsito migratório e a livre circulação de pessoas no interior do bloco, além de propor meios e mecanismo para estreitar os laços entre o eixo Ásia-Pacífico.

Entre as principais temáticas em pauta na agenda do GTMo, por ordem de recorrência, encontram-se: a) integração física das matrizes produtivas; b) intercâmbio tecnológico e de know-how produtivo; c) desenvolver meios e mecanismo para estreitar os laços no eixo Ásia-Pacífico, e; d) medidas para o reassseguro dos mercados domésticos.

Outros temas também presentes na agenda do GTNAFR, no entanto, de menor recorrência temática ou de importância pontual ao longo de seu desenvolvimento, foram: i) intercâmbio de informações sobre fluxos migratórios; ii) desenvolvimento do sistema de habilidades; iii) cooperação entre instituições acadêmicas e centros de pesquisas, e; iv) coordenação consular.

A figura 19 abaixo, ilustra a evolução da composição das principais temáticas debatidas pelo Grupo Técnico de Análise em Mobilidade (GTMo), ao longo de suas 13 reuniões ordinárias, realizadas entre 2012 – 2016.



Inicialmente, o Grupo Técnico de Análise em Mobilidade (GTMo), sobre requisição do Grupo de Alto Nível (GAN), dedicou-se apenas à expansão da matriz infraestrutural do bloco.

Tornara-se central na perspectiva do grupo, de que apesar da proximidade geográfica, perseverava-se um baixo grau de integração física entre as matrizes produtivas dos Estados do bloco, e que, em decorrência disto, a economia de tais Estados tornava-se menos eficientes e menos competitivas.

A argumentação discursiva desenvolvida, neste sentido, centrou-se na proposição de que a ampliação e a articulação da infraestrutura física entre os Estados membros, resultaria na redução dos custos de logística e de transporte, tornando, por sua vez, os produtos exportados, mais competitivos no mercado internacional.

Assim, os principais projetos infraestruturais promovidos pelo GTMo, seguiam os seguintes critérios:

- a) identificación de posibles rutas que acortar las distancias entre producción y distribución. b) estimar su impacto sobre la reducción de los costos de logística y transporte. c) crear un ranking de rutas, basado en los incrementos que producen en las exportaciones.

Em linhas gerais, a percepção do GTMo a respeito da matriz de transportes e da infraestrutura do bloco, revolvia sobre: i) barateamento dos custos de logística e de transportes; ii) melhorar a produtividade e eficiência produtiva; iii) fomentar a

criação de espaços econômicos latentes, e; iv) melhorar a competitividade econômica dos Estados membros.

Neste sentido, expandir e interligar a infraestrutura física entre as matrizes produtivas dos Estados membros, revertia-se em menores custos de transporte e de logística, tornando consequentemente, a produção mais barata, fácil e rapidamente acessível, o que, por sua vez, revertia-se em maior competitividade comercial dos respectivos produtos e consequentemente, no aumento do volume de exportações dos países membros do bloco.

Entre os primeiros projetos de infraestrutura, desenvolvidos pelo GTMo, destaca-se: no Chile (proyecto Puente Rio Maipo, Carretera R160); na Colombia (Carretera Cali-Loboguerrero, Autopista Conexión Norte, Autopista Ruta del Sol); no México (Carretera México-Toluco, Carretera Atlacomulco-Atizapán) e no Perú (Autopista Pativilca-Trujillo, Red Vial No 4, Autopista ICA-frontera con Chile).

Nos anos seguintes, a agenda do GTMo passou a se expandir e incorporar a seus debates, novas temáticas, isto é: a) o intercâmbio e a cooperação tecnológica entre os países membros, e; b) na criação de meios e mecanismo para estreitar os laços no eixo Ásia-Pacífico.

Quanto ao primeiro item, o GTMo centrou-se em propor novos meios e mecanismos para promover a disseminação de conhecimento técnico produtivo e de novas tecnologias para setores estratégicos das economias dos países membros do bloco. O intento do grupo compreendia: i) aumentar a produtividade; ii) reduzir os custos ligados à transferência de tecnologia, e; iii) promover a capacitação de gestão e de capital humano entre os membros do bloco; para, por fim, ampliar a competitividade comercial destes.

Entre as principais recomendações dispostas pelo GTMo, pontua-se: primeiro, o aumento do intercâmbio entre empresários no interior do bloco - que se refletiu na criação do programa “Plataforma Empresarial de Negocios da Aliança do Pacífico”, que visava promover o intercâmbio de experiências profissionais; e segundo, a formação de redes e de canais oficiais de transferência de tecnologia e de expertise – que se refletiu na criação da “Plataforma Oficial de Intercâmbio de Conhecimento e de Tecnologia”, que visava interligar as principais universidades e centro de pesquisa entre os Estados membros, para a promover intercâmbio de informações e de tecnologia.

Em similar medida, o GTMo também reforçou a importância da livre mobilidade entre pessoas, no interior do bloco. Isto se reverteu em uma sucessão de medidas entre os países membros, para suprimirem os vistos de permissão e de entrada, no interior do bloco - o México anunciou (novembro de 2012) a supressão do requerimento de vistos para cidadãos da Colômbia, Chile e do Peru; o Peru também concedeu a supressão de vistos (em 2013) para pessoas de negócios do Chile, Colômbia e México; seguidos de Chile e Colômbia, que anunciaram a supressão do requerimento de vistos para os demais membros.

Inicialmente as recomendações feitas pelo grupo direcionavam-se apenas à atividades não remuneradas, mas nos anos seguintes (2015 – 2016), passaram a incorpora-los, particularmente, sobre três prerrogativas:

Atraer talento. Los trabajadores migrantes proporcionan la mano de obra, las habilidades y competencias que no existen en el mercado local, y contribuyen así al sector productivo del país de acogida. **Remesas financieras.** Los países de origen se benefician de las remesas financieras que envían los migrantes. Cuando regresan, los migrantes aumentan el capital humano, la actividad empresarial y propician una mayor cohesión social. **Desarrollo del capital humano.** Los migrantes desarrollan su capital humano (habilidades, competencias, actitudes y comportamientos) gracias a la experiencia adquirida, y pueden construir trayectorias laborales. (Grifo do autor; PA/GTMo - N°05/TEM N°03/2015)

Tais recomendações se refletiram na confecção do projeto: “Plataforma de intercâmbio de informações imediatas para segurança migratória da Aliança do Pacífico”; que tem por objetivo, promover o livre intercâmbio de pessoas no interior do bloco, além de coletar e repartir informações a respeito dos fluxos migratórios.

A terceira temática bastante recorrente na agenda do GTMo, consistia no desenvolvimento de novos meios e mecanismo para estreitar os laços entre o eixo Ásia-Pacífico.

Este debate se desenvolveu, ao redor de dois pontos centrais: primeiro, uma frente diplomática, para criar novas oportunidades de negócio ao ampliar a visibilidade dos produtos do bloco, e; segundo, uma frente pragmática, para ampliar o volume de exportação produtos da Aliança do Pacífico no mercado do sudeste asiático.

Na frente diplomática, as recomendações propostas pelo GTMo, visavam ampliar o contato entre chefes de Estado, diplomatas e representantes oficiais da Aliança do Pacífico com especialistas de mercado e autoridades oficiais e representantes das economias dos países do sudeste asiático. A finalidade última,

seria o de gradualmente expor os produtos de exportação do bloco ao mercado do sudeste asiático, além de angariar informações para identificar carências e espaços econômicos latentes neste mercado.

Na frente pragmática, as recomendações dispostas pelo GTMo remetiam a medidas de reestruturação e expansão da infraestrutura portuária, enquanto mecanismo de aproximação do eixo Ásia-Pacífico e a expansão e modernização do sistema de telecomunicações no eixo.

Atualmente (2015 – 2016), a agenda do GTMo passou a apresentar tendências de ampliação e de flexibilização de sua composição e do seu conteúdo, particularmente, para além de um dos elementos anteriormente dispostos –a ampliação de suas capacidades competitivas do bloco. E, gradualmente novos pontos de debate passaram a ser suscitados, como: o fortalecimento dos mercados domésticos do bloco, a dinamização de suas matrizes produtivas e de preocupação com a distribuição de riquezas.

Cabe a este grupo debatir medidas de reaseguro a largo plazo, donde, al mismo tiempo que se mira al pacífico, también se tenga en cuenta que somos parte de América Latina y de una alianza entre vecinos. (PA/GTMo - N°05/TEM N°02/2016)

Neste sentido, foi incluído na pauta de debates, a capacidade de sustentabilidade de longo prazo, do modelo de exportação de commodities e outros bens primários, promovendo assim, novos debates a respeito da necessidade de se reforçar mutuamente, os mercados domésticos dos Estados membros, de utilidade de se dinamizar as matrizes produtivas, e em menor grau, das possibilidades de se descentralizar e de melhor distribuir de riquezas geradas.

Projeta-se sobre a configuração regional, oportunidades econômicas inviáveis ou inexploráveis dado a deficiência/inexistência infraestrutural necessária, no interior do bloco. Robustecer assim, a infraestrutura física entre os países membros, poderia ampliar as relações econômica-comerciais entre estes, tendo, o aumento do influxo comercial intrabloco, uma fonte de maior controle e reserva de mercado entre os próprios membros.

Por fim, em menor grau, mas presente na pauta de discussões para as próximas reuniões ordinárias do GTMo, encontra-se a temática sobre concentração e distribuição de riquezas. Debater-se-á medidas e novos mecanismos de promoção da infraestrutura e da matriz de transporte, tendo em vista, descentralizar a

distribuição de riqueza e tornar atraente novos investimentos, para além dos centros comerciais e financeiros já estabelecidos.

5

A Arquitetura do Sistema Regional Sul-Americano: segundo as suas principais instituições regionais

A presente dissertação tem por finalidade, analisar a atual disposição da arquitetura regional da América do Sul; fazendo-a em particular, por meio do sistemático exame da composição e do conteúdo dos principais temas e agendas, que compõem as mais proeminentes instituições regionais do continente, isto é, o Mercosul, a ALBA e a Aliança do Pacífico.

Para cumprir com tal objetivo, competiu a este capítulo, analisar comparativamente o mapeamento institucional previamente estabelecido, para avaliar primeiramente: i) as orientações paradigmáticas integrativas, sobre a qual estas instituições se assentam (regionalismo fechado, regionalismo aberto ou regionalismo pós-hegemônico); ii) a configuração final das agendas institucionais (convergentes, complementares ou dissonantes), e; iii) os padrões de interação entre as três instituições regionais em questão. Cada um destes três elementos, oferecem indicativos importantes para montar o quebra-cabeça sobre a atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul.

Em seguida, contrastar-se-á os dados levantados, às conclusões dos principais modelos acadêmicos de interpretação sobre a configuração da Arquitetura Regional sul-americana – em transição, fragmentação ou modularismo - para assim, posicionar-se sobre sua atual disposição.

Dessa forma, aponta-se que este capítulo será composto por duas seções. A primeira, destinada a fazer a análise comparada do mapeamento institucional, visando explicitar as informações perseguidas e com elas, encontrar evidências para que este estudo possa se situar no debate a respeito da atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana.

A segunda seção, será destinada ao contraste das informações levantadas, para com os argumentos disposto pelos principais modelos acadêmicos de interpretação sobre a atual disposição da Arquitetura Regional; para então, concluir se esta encontra-se: fragmentada, em transição ou subsiste em módulos.

5.1

Instituições Regionais Sul-americanas: Análise Comparada

Após o mapeamento institucional da composição e o conteúdo das agendas dos respectivos grupos de trabalho das principais instituições regionais do continente, particularmente, entre os quatro temas-chaves apontados – princípios institucionais, integração produtiva, sistema financeiro e infraestrutura & transportes; voltar-se-á a análise comparada entre estas, de modo a destacar: i) as orientações paradigmáticas integrativas, sobre a qual estas instituições se assentam (regionalismo fechado, regionalismo aberto ou regionalismo pós-hegemônico); ii) a configuração final das agendas institucionais (convergentes, complementares ou dissonantes), e; iii) os padrões de interação entre as três instituições regionais em questão.

Cada uma destas três variáveis, representam indicativos importantes para a compreensão da atual disposição da arquitetura Regional da América do Sul. A resultante de cada uma delas, serão utilizadas para avaliar os argumentos centrais e as conclusões dos principais modelos acadêmicos sobre a atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana, de modo que, ao fim, este estudo possa se posicionar em acórdância.

Desta forma, esta seção, tem por finalidade elucidar individualmente as três variáveis supracitadas, para tornar possível, na seção seguinte, o contraste de tais informações, para com as principais proposições acadêmicas a respeito da Arquitetura Regional sul-americana e assim, melhor avaliar a sua atual disposição.

O primeiro indicativo sobre a atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul, vêm através da orientação paradigmática integrativa contido nas agendas das três instituições regionais analisadas, isto é, analisa-se o conteúdo das agendas institucionais, visando identificar as respectivas diretrizes paradigmáticas que orientam o discurso e a prática de cada Grupo de Trabalho, em cada um dos temas-chaves analisados, no que se refere à integração regional.

Para o caso da agenda de todos os grupos de trabalho de uma mesma instituição, serem construídas sobre um direcionamento paradigmático integrativo único e distinto das demais instituições regionais, inclinar-se-á a conclusão de fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana, visto que, as respectivas

agendas estarão assentadas sobre projetos de integração regional fundamentalmente divergentes.

Para o caso da agenda de todos os grupos de trabalho de uma mesma instituição, apresentarem padrões discerníveis de transição entre orientações paradigmáticas integrativas (premissa do modelo do Sanahuja) ou de nenhum padrão contíguo e contínuo, dentro e entre grupos de trabalho (premissa da Riggiozzi & Tussie), inclinar-se-á a conclusão de transicionalidade da Arquitetura Regional sul-americana.

Para o caso coexistência de múltiplas orientações paradigmáticas integrativas nas agendas dos grupos de trabalho, entre as instituições regionais analisadas ou dissonância entre diretrizes paradigmáticas integrativas institucionais, inclinar-se-á a conclusão de que a atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana subsiste em módulos.

Em igual medida, a configuração final das agendas institucionais, oferecerá outros indícios para este estudo se inserir no debate a respeito da atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana. Buscar-se-á identificar a existência de pontos de intersecções entre as agendas das referidas instituições, isto é, se há uma sobreposição (ou não) das agendas entre as três instituições regionais analisadas, para compreender se estas, são i) convergentes; ii) complementares, ou; iii) dissonantes.

Convergência entre agendas institucionais, remete à consonância fundamental ou majoritária, da composição e o conteúdo das agendas entre as três instituições regionais analisadas, isto é, na ulterior convergência nas temáticas analisadas e nas diretrizes práticas e discursivas que orientam a atuação da instituição regionais em determinado tema-chave. Para o caso de as três instituições regionais apresentarem agendas finais fundamental ou majoritariamente convergentes entre si, inclinar-se-á a conclusão de transição da Arquitetura Regional sul-americana, visto o delineio de uma progressiva convergência entre três distintas perspectivas de integração regional.

Complementaridade entre agendas institucionais, se refere à particularização da composição e do conteúdo da agenda de uma instituição regional, em relação às demais instituições regionais analisadas, isto é, a presença

de uma temática exclusiva (presente em somente uma das instituições regionais) ou particular (presente em duas das instituições regionais) à determinada (s) instituição (ões), a qual corrobora ou não contradiz temáticas presentes às demais instituições regionais analisadas.

Dissonância entre agendas institucionais, remete à divergência fundamental ou majoritária, da composição e o conteúdo das agendas entre as três instituições regionais analisadas, isto é, na ulterior divergência das temáticas analisadas e nas diretrizes práticas e discursivas que orientam a atuação da instituição regionais em determinado tema-chave. Para o caso de as três instituições regionais apresentarem agendas finais fundamental ou majoritariamente dissonantes entre si, inclinar-se-á a conclusão de fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana, visto o delineio de uma progressiva divergência entre três distintas perspectivas de integração regional.

Para o caso de haver uma disposição múltipla das agendas institucionais, isto é, uma configuração final mista – convergência, complementaridade e dissonância – na composição e do conteúdo das agendas das três instituições regionais, inclinar-se-á a conclusão de modularismo da Arquitetura Regional sul-americana, dado o delineio de um padrão modular entre três distintas perspectivas de integração regional.

O primeiro tema-chave analisado, refere-se às percepções sobre *os Alicerces Institucionais* entre as três instituições regionais analisadas.

A análise da composição e do conteúdo das agendas revelou uma forte convergência das agendas, ao redor dos quatro temas recorrentes, ao longo do desenvolvimento de suas agendas, isto é: i) estrutura organizacional intergovernamental (em detrimento à princípios de supranacionalidade); ii) com reduzidos “custos entrada” para adesão; iii) uma estrutura jurídica pouco institucionalizada, e; v) um sistema de resolução de conflitos pouco desenvolvido, que prioriza resoluções diplomáticas bilaterais pacíficas entre os Estados membros.

O primeiro ponto de forte convergência entre as três instituições regionais analisadas, remete ao modelo intergovernamental de condução dos processos decisórios e ações políticas, realizadas por meio das instituições regionais, atreladas

às figuras dos governos de Estados, circunscrita entre seus limites territoriais, com forte resistência à cessão de soberania decisória.

Os três grupos de trabalho analisados, recomendaram: i) a circunscrição de autoridade institucional justaposta à soberania dos Estados membros, ii) a manutenção das competências institucionais desdobradas sobre suas estruturas nacionais de governo; iii) ausência de órgãos institucionais autônomos, e; iv) ausência de ordenamento jurídico próprio.

Em similar medida, as três instituições regionais do continente, se desenvolveram sobre uma forte hierarquização e verticalização de suas instâncias decisórias de poder, centradas ao redor das Cúpula dos Chefes de Estado (e em menor grau, dos ministros de Estado), regidos ainda, pela mesma dinâmica deliberativa de consenso universal.

Tais disposição institucionais, dificultam a análise e projeções futuras sobre o impacto que estas podem possuir, para com a ordem, governança ou Arquitetura Regional, neste quesito em particular, dado a forte centralização do poder decisório ao redor da figura dos Presidentes de Estados. Como apontado no primeiro capítulo, a “onda rosa” tornara possível uma convergência entre a perspectiva de muitos Chefe de Estados do continente (o Consenso de Washington também), portanto, passíveis sempre, à convergência ou ao conflito entre perspectivas, dependendo do governo em questão.

A institucionalização da estrutura organizacional intergovernamental, no entanto, impede qualquer alteração brusca na ordem ou das estruturas normativas institucionais, visto que, recai majoritariamente sobre a figura do presidente, buscar consolidar um novo consenso normativo e este necessita do consenso universal (nas três instituições regionais) para sancionar estas possíveis mudanças.

O segundo ponto importante de convergência institucional, remete aos reduzidos custos de adesão para as respectivas instituições, que, por sua vez, se reflete em uma sobreposição parcial de membros afiliados (partial overlap of membership) muito particular. Quando considerado apenas à categoria de afiliação “membros efetivos”, é possível constatar apenas a sobreposição de um Estado, este sendo a Venezuela - membro tanto do Mercosul (embora atualmente suspenso do bloco), quanto da ALBA. No entanto, quando considerado a categoria “membros

associados”, há uma grande sobreposição de Estados membros entre estas três instituições regionais.

Segue na tabela 11 abaixo, a tabela contendo todos os Estados efetivos (em negrito e delimitados) e todos os Estados associados às respectivas instituição regional sul-americanas.

<i>Mercosul</i>	<i>ALBA</i>	<i>AP</i>
Brasil	Venezuela	México
Argentina	Cuba	Chile
Uruguais	Bolívia	Colômbia
Paraguai	Equador	Perú
Venezuela	Nicarágua	Argentina
Chile	Dominica	Paraguai
Bolívia	São Vicente e Granadinas	Uruguai
Equador	Antígua e Barbuda	Equador
Colômbia	Perú	El Salvador
Perú	Paraguai	Honduras
Guiana	Guiana	Guiana
Suriname	Suriname	República Dominicana
México	-	Guatemala

Fonte: Elaboração do próprio autor, com informações coletadas nos respectivos sites.

Na condição de “membros associado”, estes Estados possuem o direito de participar, se assim desejarem, de reuniões de cúpula sobre assuntos de interesse comuns, na condição de convidados; sem direito a voto em plenária sobre o determinado assunto, no entanto, com direito a voz.

Assim, há fortes incentivos dos Estados aderirem à múltiplas instituições regionais, dado o “baixo custo de entrada” e o “baixo nível de comprometimento”, aliado à fortes desestímulos da participação em apenas uma instituição, em decorrência dos “custos de exclusão” do processo de negociação regional.

O terceiro ponto importante de convergência institucional entre as três instituições regionais analisadas, remete a resistência/desinteresse dos Estados

nestas instituições em cederem/delegarem soberania para constituição de uma estrutura normativa-jurídica vinculante e autônoma. Comum às três instituições remete à extensão de maior liberdade de atuação dos Estados, por meio da promoção da diplomacia direta e do longo processo de diálogo entre as partes, antes de início de todo e qualquer litígio.

A presença de uma estrutura jurídica pouco institucionalizado, cria ambiguidade e insegurança jurídica, no entanto, a resolução de tais problemas, acaba recaindo sobre: i) resolução pacífica do litígio por meio do diálogo direto entre os Chefes de Estado ou por membros do Conselho de Ministros, ou; ii) regido caso a caso, no interior dos grupos de trabalho e por comissões especializadas.

O quarto ponto importante de convergência institucional, entre as três instituições regionais analisadas, em um processo pouco institucionalizado que oscila entre: negociação direta entre as partes; se necessário, o acesoramento do caso por um tribunal arbitral (Mercosul e AP) ou grupo de facilitadores (ALBA), e; em caso de não resolução, incentivo à sanções unilaterais ou a perseguição do litígio por meio de outro fórum.

Em semelhante medida, a limitada institucionalização do sistema de resolução de conflitos entre as três instituições regionais analisadas, reflete os padrões de institucionalização escolhidos por estas, onde, em primeira e última instância, incentiva-se e recorre-se a atuação, majoritariamente, na conformação do litígio por meio do diálogo direto entre as partes.

Esse posicionamento: por um lado, amplia e flexibiliza a intermediação de conflitos, ao permitir maior liberdade de negociação e um maior espectro de atuação entre os Estados, e; por outro lado, torna ambígua e imprecisa os limites de atuação destes. Dado esta escolha, no entanto, a resolução de tais problemas, acaba recaindo sobre: i) resolução pacífica do litígio por meio do diálogo direto entre os Chefes de Estado ou por membros do Conselho de Ministros; ii) regido caso a caso, no interior dos grupos de trabalho e por comissões especializadas, ou; iii) recaindo sobre outro fórum internacional, caso não haja acordo entre as partes.

Assim, no que diz respeito à estrutura jurídica e ao sistema de solução de conflitos pouco institucionalizados, a sincronia (política, econômica ou cultural) e a habilidade de negociação dos Chefes de Estados ou dos respectivos Conselho de Ministros, aliado à capacidade de atuação dos grupos de trabalho e das comissões

específicas, em grande medida, acabam por reger os limites possíveis para a escalada de atritos entre os Estados membros.

O segundo tema-chave analisado, remetente às percepções sobre *Integração Produtiva* entre as três principais instituições regionais do continente.

Ao analisar a composição e o conteúdo das agendas dos três referidos Subgrupos de Trabalho do Mercosul (Indústria e Integração Produtiva), aponta-se um desenvolvimento inicial centrado em três orientações paradigmáticas distintas; isto é: i) o Subgrupo de Trabalho sobre Indústria (SGT-07) regido inicialmente por uma agenda fortemente vinculada ao paradigma de regionalismo fechado, e; ii) o Subgrupo de Integração Produtiva (SGT-14) assentado sobre uma conformação de ambos os paradigmas.

Como resultado dos compromissos herdados pelo Subgrupo ad hoc, que o antecederia, a agenda inicial (2000 – 2004) desenvolvida pelo Subgrupo de Trabalho sobre Indústria (SGT-07) se alinhara fortemente aos princípios de regionalismo aberto, orientada à busca pela: i) reassegurança das condições de livre comércio; ii) ampliação das condições de competitividade do setor industrial, e; iii) melhor capacitação dos fatores de produção (know-how, capacitação gerencial, capital humano, tecnologia, etc.).

No decurso dos cinco anos seguintes (2005 – 2010), paulatinamente, a agenda do SGT-07 deixava de gravitar sobre as condições de competitividade do setor industrial dos Estados membros e passava centrar-se no entrelaçamento e na articulação destes setores, ampliando e flexibilizando a pauta de debate, ao passo que novas demandas eram levantadas.

Neste sentido, ao longo deste segundo quinquênio, amadurecia no interior do SGT-07, uma distinta orientação paradigmática integrativa, à medida em que sua agenda do subgrupo passava a se centrar em: a) fomentar e proteger indústrias nascentes; b) a articulação de cadeias produtivas intrabloco, e; c) a criação de clusters produtivos em zonas fronteiriças.

Atualmente (2014 – 2015), apesar de ainda comportar diretrizes de regionalismo aberto (particularmente voltada à ampliação da competitividade do setor via: qualificação de gestão, de capital humano e no intercâmbio em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de produção) a agenda do SGT-07 se direciona majoritariamente sobre orientação de regionalismo fechado, ao voltar-se

à: identificação de novos setores para criação de cluster regionais; promoção e incorporação de micro e pequenas empresas em cadeias de produção, e; linhas de crédito a juros subsidiados (particularmente, para indústria nascente e pequenas e médias empresas).

O Subgrupo de Integração Produtiva (SGT-14), por sua vez, apresentou uma agenda (2011 – 2015) de composição dual, isto é, sua agenda se desenvolveu tanto sobre orientações de regionalismo aberto quanto de orientações de regionalismo fechado.

Por um lado, como resultado de compromissos herdados pelo subgrupo que o antecederam, a agenda do SGT-14 se centrava ao redor de orientações paradigmáticas características de regionalismo aberto, isto é: convergir e harmonizar normas, regras, tarifas e políticas públicas entre Estados membros do bloco; de modo a consolidar um ambiente produtivo mais competitivo e eficiente; benéfico aos Estados membros ao se buscarem uma melhor posição nas cadeias produtivas internacionais. Por outro lado, o grupo também se concentrou em: identificar novos setores entre os Estados membros, propícios à integração produtiva; promover a formação de cadeias de produção intrassetoriais entre os membros, bem como encontrar meios e mecanismos para facilitar a articulação entre os produtores (especialmente os de insumos); isto é, a busca pela ampliação, acesso e ao reassseguro dos mercados doméstico entre os Estados membros, bem como na interconexão destes para fomentar a criação de cadeias de produção.

Atualmente (2014 – 2015) a agenda do SGT-14 ainda se expande em ambas as frentes, tendo: por um lado, se concentrado na expansão da infraestrutura física, visando ampliar a competitividade e a viabilidade de novos setores e produtos fora do circuito comercial; ao mesmo tempo em que, por outro lado, se concentra na maior articulação da infraestrutura física e da cadeia de produção, visando incentivar o intercâmbio de informações e uma maior conectividade entre as matrizes produtivas da região.

Ao analisar a composição e conteúdo das agendas dos dois referidos Grupos de Trabalho da Aliança Bolivariana (Complementaridade Industrial e Produtiva & Complementaridade Comercial), aponta-se uma sinergia no direcionamento paradigmático adotado, ao longo do desenvolvimento de ambos os grupos.

Em linhas gerais, ambos os grupos desenvolveram uma agenda inicial integrativa, de forte orientação pós-hegemônica, ampliando e flexibilizando a sua

agenda, à medida em que novas pressões e demandas foram adicionadas, à medida em que novos ingressantes passaram a compor a instituição.

O Grupo de Trabalho sobre Complementaridade Industrial e Produtiva (GTCIP), ao longo do seu primeiro quinquênio (2006 – 2010), construiu sua agenda ao redor de orientações paradigmáticas integrativas pós-hegemônicas, voltadas ao: i) diagnóstico e ampliação da capacidade produtiva complementar dos Estados membros; ii) apresentação de novos projetos para efetivar acordos complementaridade produtiva intrabloco, e; iii) identificar novos setores que apresentem vantagens cooperativas, para realização de investimentos futuros.

No decurso do quinquênio seguinte (2011 – 2015), a pressão de novos membros, aliado à maturação de debates sobre outros temas, ampliaram a agenda do GTCIP, que passara comportar preocupação quanto: a) a redução de assimetrias entre os Estados membros; b) o fortalecimento dos mercados domésticos dos membros do bloco; c) proteção e financiamento público direcionadas ao desenvolvimento da indústria doméstica, e; d) criação e fortalecimento de cadeias intrassetorial de produção.

Atualmente (2015 – 2016) o grupo ainda se dedica fortemente à promoção de complementaridade e cooperação produtiva entre os Estados membros, mas atua também, de modo a promover e reassegurar os seus mercados domésticos, alavancar o setor industrial, consolidar e expandir cadeias intrassetoriais de produção (isto inclui outros blocos regionais) por meio da Zona Econômica de desenvolvimento compartilhada.

Neste sentido, o GTCIP de agenda inicial fortemente alinhada a orientações pós-hegemônicas de integração, reforçara tal postura no quinquênio posterior, ao incorporar também à agenda, o combate às assimetrias entre os países, mas de modo a comportar ainda, diretrizes características de regionalismo fechado, ao voltar-se também à indução e ao crescimento dos mercados domésticos como fonte de promoção do desenvolvimento, à proteção e ao financiamento público do setor industrial e à criação de cadeias intrassetoriais de produção.

Ao analisar a composição e conteúdo da agenda do Grupos Técnicos de Análise da em Comércio e Integração da Aliança do Pacífico, também é possível identificar uma sinergia no direcionamento paradigmático integrativo, adotado ao longo de todo o desenvolvimento do grupo.

Em linhas gerais, o GTCI apresenta uma agenda inicial, fortemente alinhada com os princípios de regionalismo aberto (2011 – 2014), mas, ao longo de suas reuniões mais recentes (2015 – 2016) passou a ampliar e flexibilizar a configuração e o conteúdo de sua agenda, comportando assim, orientações características de regionalismo fechado.

Em particular, o Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração (GTCI), estas características se refletiram em uma agenda inicial (2011 - 2014) fortemente centrada em: i) a harmonização das normas do sistema tarifária entre os Estados membros; ii) obstáculos técnicos à expansão do fluxo comercial; iii) facilitação comercial e cooperação aduaneira, e; iv) padronização sanitárias e fitosanitárias. Isto é, majoritariamente voltadas à medidas claras de expansão e de reassseguro das condições de livre comércio.

Atualmente (2015 – 2016) a agenda do GTCI passou a gravitar justamente, sobre duas outras temáticas: i) encontrar novos meios e mecanismos para ampliar o fluxo comercial, entre os quatro estados membros, e; ii) diversificar suas matrizes de produção. Isto é, concomitante ao esforço de melhor posicionamento nas cadeias de produção internacionais e do foco, em particular, ao eixo Ásia-Pacífico, o GTCI atualmente tem se concentrado em fortalecer a integração comercial entre os Estados membros do bloco e ainda, alavancar o crescimento doméstico e em dinamizar as suas matrizes de produção.

O terceiro tema-chave analisado, concernente às percepções sobre o *Sistema Financeiro* entre as três principais instituições regionais do continente.

Ao analisar o desenvolvimento da agenda do Subgrupo de Trabalho sobre Assuntos Financeiro (SGT-04) do Mercosul, destaca-se uma orientação inicial (2001 – 2008) fortemente alinhada às diretrizes paradigmáticas de regionalismo aberto.

A forte demanda e pressão depositados sobre o SGT-04 para recuperar a credibilidade e a atratividade do sistema financeiro do bloco, reforçou a atuação inicial do grupo, sob princípios de regionalismo aberto, isto é, a ampliação do sistema financeiro do bloco, visando maior liquidez, rentabilidade, eficiência, competitividade e influxo de investimentos e capitais externos.

Com a melhoria das condições externas e consolidação do sistema financeiro a partir do fim de 2007, a agenda do SGT-04 passara a se ampliar e a diversificar, para além da demanda de ampliação da competitividade e da rentabilidade, gravitando sobre temas como: i) a ampliação e o reassseguro do sistema financeiro entre os Estados membros; ii) fontes financeiras regionais; iii) as consequências das assimetrias no setor financeiro intrabloco, e; iv) fontes internacionais de financiamento e as suas condicionalidades;

Os dois primeiros temas desta ampliada agenda, se refletindo em recomendações (Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos; Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata, etc.) característicos do paradigma de regionalismo fechado - visando ampliar as capacidades domésticas por meio de um maior acesso aos mercados regionais, a centralidade dada a figura do Estado ao longo deste processo e o reforço à autonomia e soberania nacional, ao se resguardar de interferências externas.

Os dois último temas desta ampliada agenda, se refletindo em recomendações (Fundo para Assistências Financeiras Emergencial, Sistema de Pagamentos em Moeda Local, etc.) característicos do paradigma de regionalismo pós-hegemônico - ao se centrar em questões para além da esfera econômica, o combate às assimetrias entre os Estados membros, o resgate da esfera política às negociações, além de preocupações com distribuição investimentos e com recursos financeiros.

Assim, a agenda inicial do SGT-04 (2001 – 2008), de forte orientação do paradigma de regionalismo aberto, ao início da década seguinte, passara a atuar conforme diretrizes paradigmáticas de regionalismo fechado e ainda a conformar orientação do paradigma pós-hegemônico de integração. A forte compartimentalização do SGT-04 (em quatro subcomitês) também facilita esta coexistência.

Em posição inicial diametralmente oposta, o Grupo de Trabalho sobre a Nova Arquitetura Financeira Regional (GTNAFR) da ALBA construiu sua agenda (2006 – 2012), fortemente orientada pelos princípios integrativos pós-hegemônicos; isto é, voltados para a estruturação de um sistema financeiro regional que resguarde a autonomia e a soberania doméstica dos Estados membros.

As diretrizes do GTNAFR, fortemente alinhadas com as diretivas estipuladas pelo Tratado de Comércio dos Povos (TCP), tão logo buscou estruturar e consolidar um novo e alternativo sistema financeiro oposto ao modelo internacional erigido sobre as premissas do regionalismo aberto.

Entre os pilares centrais desta nova arquitetura financeira regional, aponta-se: o Sistema Unificado de Compensação Regional (SUCRE); o Fundo de Reserva Regional (FRR), e; o Banco da ALBA. Todas estas recomendações fortemente alinhadas às orientações pós-hegemônicas de integração, voltadas para: i) gerar fontes próprias para captação de recursos; ii) financiar de maneira autônoma o desenvolvimento do bloco, e; iii) reduzir a vulnerabilidade (especialmente quanto a dependência de dólares) e a condicionalidade em que operam as organizações financeiras internacionais.

Atualmente, no entanto, tal agenda marcadamente pós-hegemônica, passara a se ampliar e flexibilizar, conjungando o forte teor pós-hegemônico de sua agenda, à debates e recomendações características ao paradigma de regionalismo fechado. Em grande medida, o GTNAFR voltou-se para: i) criação de meios e mecanismos para fortalecer os mercados domésticos dos países membros; ii) regulação e controle de capitais, e; iii) medidas de coordenação e de ajustes cambiais.

A agenda do GTNARF passou a conjugar orientações como: medidas protecionistas, maior coordenação de políticas entre os Estados membros, mecanismos de financiamento público e de transferência de recursos para o setor industrial, visando conciliar as recomendações prévias, à consolidação de um ambiente econômico estável, ao fortalecimento e reassseguro dos mercados domésticos e pelo forte incentivo e condução às políticas industriais.

Por fim, o Grupo Técnico de Análise em Serviços e Capitais (GTSC) da Aliança do Pacífico, construída sua agenda inicial (2012 – 2014) sob uma forte orientação dos princípios de paradigma de regionalismo aberto, centrada na criação e estruturação de um sistema financeiro rentável, competitivo no plano internacional, capaz de fornecer liquidez de curto prazo ao projetos nacionais e atrair grandes influxos de investimentos e capitais externos.

A agenda inicial do GTSC, visava orientar, fortalecer e facilitar a atuação dos Estados membros do bloco, nos mercados e nas cadeias de produção

internacionais; e para tanto, dedicou grande parte de seus encontros (oito, das treze reuniões ordinárias), debatendo harmonização e convergência de normas e regras entre os Estados membros, medidas para reassegurar e atrair investidores internacionais e meios para ampliar a competitividade do setor financeiro.

Atualmente (2015 - 2016) novos temas passaram a ser debatidos, como: a preocupação com a eficiência de alocação de capital; a criação de fluxos de capital própria ao bloco, o reaseguro dos mercados financeiros dos Estados membros e o intercâmbio de informações financeiras entre membros.

A agenda atual do GTSC, passou a se centrar mais na expansão do comércio de serviços e de investimentos, no interior do próprio bloco, gravitando, principalmente, sobre temas, como: i) a formação de um mercado de ações intrabloco; ii) fundo de capital e investimento para empreendedores dos Estados membros, e; iii) a incorporação de pequenas e médias empresas (PYMES), nas cadeias produtivas do bloco.

Estes novos temas de debate, aliados às novas iniciativas do bloco criadas através destas (Mercado Integrado Latino-Americano, Iniciativa de Facilitação de Investimento na Aliança do Pacífico, Fundo de Capital Empreendedor dos países da Aliança do Pacífico, etc.), apontam a conjunção de uma orientação paradigmática de regionalismo fechado, isto é: i) priorização atual para atuação nos mercados regionais (em detrimento às cadeias de valor globais); ii) a criação de um fundo regional para emergência financeiras, e; iii) incorporação de micro e pequenas empresas em cadeias de produção regionais.

O quarto e último tema-chave analisado, remete às percepções sobre a *Infraestrutura e a Matriz dos Transportes* entre as três principais instituições regionais do continente.

Ao analisar o desenvolvimento da agenda do Subgrupo de Trabalho sobre Transportes (SGT-05) do Mercosul, destaca-se uma disposição inicial (2002 – 2008) fortemente orientada pelo paradigma de regionalismo aberto, seguido por um período (2009 – 2015) de ampliação e flexibilização da composição de sua agenda, comportando também, orientações característica do paradigma de regionalismo fechado e do paradigma pós-hegemônico de integração.

Central à atuação do SGT-05, ao longo do período inicial de desenvolvimento de sua agenda (2002 – 2008), remetia a seu desígnio de expandir e modernizar a infraestrutura do bloco, visando ampliar a rentabilidade, a competitividade e a eficiência produtiva, de setores e produtos estratégicos, dos Estados membros do bloco.

Estas prioridades iniciais se refletiram na compreensão usual do termo “Infraestrutura e Transportes” no interior do SGT-05 – instrumentos de alavanque e de ampliação das capacidades econômicas dos Estados membros – ao longo do período em questão.

Ao longo do período subsequente (2009 – 2015), no entanto, novos temas passaram a fazer parte da agenda do SGT-05, ampliando o escopo de orientação paradigmática integrativa, para além dos princípios de regionalismo aberto.

Assim, passara a ganhar forças no interior do SGT-05, a percepção de que ao se expandir a infraestrutura física entre os Estados membros, induz-se uma maior demanda interna e uma melhor utilização das capacidades produtivas e dos fatores de produção domésticos. Isto, refletido em orientações características do paradigma de regionalismo fechado, ao se recomendar: i) alavanque e crescimento dos mercados domésticos; ii) reassseguro de mercados consumidores, entre os Estados membros, e; iii) melhor aparelhamento do Estado para gerenciar a unidade territorial.

Atualmente (2012 – 2015), o SGT-05 também passara atuar sobre algumas diretrizes características de regionalismo pós-hegemônico, isto é, dado o maior espaço na agenda com: i) maior preocupação com problemas para além da esfera econômica, particularmente, com a distribuição de recursos e as assimetrias entre os Estados membros, e; ii) a interligação das matrizes produtivas e a promoção de complementaridade ao longo destas cadeias.

Assim, a agenda do SGT-05, marcadamente orientada pelo paradigma de regionalismo aberto, ao longo da primeira década do ano 2000, passara a comportar diretrizes integrativas de regionalismo fechado e ainda, no início da década seguinte, atuar também, sob orientações típicas do paradigma de regionalismo pós-hegemônico.

Em semelhante movimento geral, encontra-se o Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Transporte (GTIT) da ALBA, cuja agenda inicial se assentara fortemente sobre as diretrizes paradigmática pós-hegemônicas de integração, tornando-se, com o tempo, mais ampla e flexível de modo a comportar características de um outro paradigma de integração.

A agenda inicial do GTIT (2006 – 2010) desenvolveu-se sobre forte orientação do paradigma pós-hegemônico de integração, centrada na busca de maiores oportunidades para se alavancar e expandir as capacidades de cooperação e de complementariedade entre as economias do Estados membros, mas também, sob a preocupação de garantir maior autonomia a estes, e de melhor distribuição social, dos louros econômicos.

Estas prioridades se refletiram na compreensão usual do termo “Infraestrutura e Transportes” no interior do GTIT – mecanismos de ampliação e de reforço às capacidades dos Estados em responderem à eventos, dentro e entre as suas fronteiras – ao longo do período em questão.

Com o crescimento da Aliança Bolivariana e adição de novas demandas, a agenda do grupo se tornara mais ampla e flexível, comportando também, orientações características do paradigma de regionalismo fechado.

Assim, o desenvolvimento da agenda do GTIT ao longo deste período subsequente (2011 – 2016), passou a gravitar sobre a expansão e interconexão de setores estratégicos (setor energético, de transporte, telecomunicações, etc.), o combate às assimetrias entre os Estados membros; a interconexão, o alavanque e a dinamização dos mercados domésticos dos Estados membros, como forças promotoras do desenvolvimento e, isto, sobre a forte presença dos Estados, na forma de Empresas Grannacionais.

Neste sentido, ao analisar o desenvolvimento da agenda do GTIT, tornou-se possível identificar a coexistência de duas orientações paradigmáticas distintas: de um lado, o grupo permanece dedicado à expansão da infraestrutura e do sistema de transportes, tendo em vista, ampliar as capacidades de cooperação e complementariedade entre os Estados membros, e; do outro, o grupo passou a se concentrar no desenvolvimento de projetos estratégico que visem ampliar o crescimento e as capacidades domésticas.

Em paralelo, encontra-se o Grupo Técnico de Análise em Mobilidade (GTMo) da Aliança do Pacífico, cuja agenda se assentara fortemente sobre diretrizes de regionalismo aberto, no entanto, apresentando um recente grau de ampliação e flexível da composição de sua agenda, de modo a indicar também, orientações integrativas, características do paradigma de regionalismo fechado.

A agenda desenvolvida pelo GTMo, gravita majoritariamente sobre orientação do paradigma de regionalismo aberto, isto é, o grupo se centra em expandir a infraestrutura e o sistema de transportes, visando primariamente, reduzir os custos de distribuição, ampliar a eficiência produtiva, a rentabilidade e a capacidade competitiva de certos produtos e setores da economia de seus Estados membros.

Estas prioridades se refletiram na compreensão mais usual do termo “infraestrutura” e “mobilidade” no interior do GTMo – instrumentos de ampliação das capacidades competitivas dos principais setores da economia dos Estados membros – ao longo do desenvolvimento de sua agenda.

Atualmente (2015 – 2016), o grupo passou a suscitar o debate de novos temas, como: a expansão da infraestrutura como mecanismo de fortalecimento dos mercados domésticos entre os Estados membros do bloco; a dinamização de suas matrizes produtivas, para além do sistema primário-exportador, e; a descentralização da distribuição de riquezas das principais cidades dos Estados membros. No entanto, ainda não existem recomendações proferida pelo GTMo, referentes a estes temas; tornando inverificável, dado o recorte temporal desta pesquisa, identificar a presença de distintas orientações paradigmáticas integrativas.

Em suma, ao analisar o conteúdo das agendas institucionais, o presente estudo identificou: i) a existência de distintos paradigmas de integração regional entre as três referidas instituições regionais sul-americanas, e; ii) a coexistência de diferentes orientações paradigmáticas integrativas, no interior destas três instituições.

Ao analisar a composição destas agendas institucionais, foi possível identificar: iii) uma configuração mista entre as agendas das três instituições analisadas; isto é, uma forte sobreposição de temas trabalhados, sendo estes,

compostos por múltiplos pontos de interseção: convergentes, complementares e dissonantes.

A tabela a seguir, ilustra esta configuração mista das agendas finais entre as três instituições regionais analisadas – Mercosul, ALBA e AP – indicando por tema-chave, quais agendas institucionais, apresentam orientações: convergentes, complementares ou dissonantes, entre si.

Tabela 12: Configuração das Agendas Finais entre as Três Instituições Analisadas

Tema	Mercosul	ALBA	AP	Inst
Princípios Institucionais	-	Complementação	Cooperação	M
	Complementação	-	Complementação	AB
	Cooperação	Complementação	-	AP
Integração Produtiva	-	Complementação	Cooperação	M
	Complementação	-	Dissonância	AB
	Cooperação	Dissonância	-	AP
Sistema Financeiro	-	Complementação	Cooperação	M
	Complementação	-	Dissonância	AB
	Cooperação	Segmentação	-	AP
Infraestrutura e Transportes	-	Cooperação	Cooperação	M
	Cooperação	-	Cooperação	AB
	Cooperação	Cooperação	-	AP

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Por fim, compete ainda analisar, o impacto que certos padrões de interação, entre as três referidas instituições regionais, podem exercer sobre a Arquitetura Regional, isto é, a influência que o grau do contato entre os Estados e as instituições regionais analisadas pode exercer sobre a Arquitetura Regional.

Ponderados em seus respectivos modelos de interpretação - Riggirozzi & Tussie (2012); Malamud (2012); Gómez-Mera (2015); Hofmann & Mérand (2012); Nolte (2014) e Gardini (2015) - quatro foram os principais parâmetros de interação entre instituições, passíveis de impactar a Arquitetura Regional, sendo: i) o grau de sobreposição entre os sistemas de tomada de decisão; ii) o grau de especialização institucional; iii) o grau de sobreposição temática entre as instituições, e; iv) o grau de sobreposição de afiliados entre as instituições.

Analisar como tais padrões se efetivam entre as três referidas instituições regionais, atuará também, como um indicativo da atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana, visto que, em variantes medidas, remetem à pontos centrais dos modelos teóricos supracitados.

O primeiro item, refere-se ao grau de interligação dos sistemas de tomada de decisão entre as instituições, isto é, se as respectivas instituições regionais se encontram, em alguma magnitude, institucionalmente integradas ou não. As instituições integradas (nested), partilham (em várias magnitudes) ou se submetem a outras instâncias de deliberação institucionais, ao passo que, instituições autônomas não o fazem, sendo compostas de suas próprias estruturas hierárquicas internas.

O segundo item, remete ao grau de especialização institucional, isto é, o nível de particularização da atuação de uma determinada instituição; que varia de acordo com a quantidade de temas acionados, sendo: a) instituições especializadas, voltadas ao trato de apenas um tema (single issue institution); b) instituições parcialmente especializadas, voltadas ao trato de poucos temas (scanty issues institution), e; c) instituições não-especializadas, voltadas ao trato de múltiplos temas (multi issues institution).

O terceiro item, remete ao grau de sobreposição temáticas entre as instituições, isto é, o quanto da agenda de uma instituição regional se assemelha às demais instituições; que varia de acordo com a magnitude, o direcionamento da sobreposição – convergentes, complementares ou conflituosas – e do quão vital à atuação da instituição, tais temáticas forem.

Por fim, o quarto item, remete ao grau sobreposição de afiliados entre as instituições, isto é, a quantidade de Estados membros que são partilhados entre as referidas instituições regionais. Sendo, quanto maior for a quantidade de Estados afiliados entre diferentes instituições regionais, maiores serão a sobreposição de afiliados.

O presente estudo, ao analisar a configuração e o conteúdo das agendas entre as três instituições regionais analisadas, identificou os seguintes padrões de interação: i) instituições regionais não integradas, com sistemas de tomada de decisão independentes entre si; ii) todas sendo não-especializadas (multi issues

institutions); iii) partilhando de um elevado grau de sobreposição temática, e; iv) de elevado grau de sobreposição de afiliações entre as três instituições (particularmente na condição de Estados associados).

As três instituições regionais apresentam uma estrutura hierárquica deliberativa própria, bem delimitadas, autônomas entre si, fortemente verticalizadas e centralizadas ao redor do Conselho dos Chefes de Estado (a instância deliberativa máxima). A autonomia relacional que destas se derivam, favorece o desenvolvimento e a perseguição destas instituições regionais por distintos interesses, prioridades e projetos – políticos, econômicos, sociais ou culturais – além de reforçar a orientações paradigmáticas integrativas escolhidas.

Em igual medida, todas as três instituições regionais atuam independentemente umas das outras, operando sobre um grande e diverso número de temas. Isto, por sua vez, reflete um extenso leque de projetos, políticas e iniciativas, a qual os devidos Estados membros possam escolher participar, além de ampliar os pontos de intersecção entre as instituições regionais.

Há uma forte sobreposição temática entre as três instituições regionais, espelhada, particularmente, sobre uma configuração mista entre suas agendas, isto é, múltiplos pontos de intersecção: convergentes, complementares e conflituosos entre as agendas das três instituições regionais analisadas. Isto, por sua vez, oportuniza o desenvolvimento temático sobre diferentes ênfases e orientações paradigmáticas entre e dentro destas respectivas instituições.

Em paralelo, verifica-se uma forte sobreposição de afiliações, isto é, há uma grande quantidade de Estados afiliados entre as três instituições regionais analisadas. Conforme já apontado, o baixo “custo de adesão”, aliado ao “reduzido grau de comprometido” (na condição de Estado associado), favorece largamente, a múltipla adesão entre as estas instituições regionais. Isto, por sua vez, somado ao amplo e diverso espectro temático, incentiva a estratégia deliberada de um respectivo agente, em escolher o foro/instituição que melhor represente os seus interesses ou permita a maior probabilidade de vitória, em caso de contensões.

Em conjunto, estes quatros elementos refletem uma conjuntura singular, onde há: a) uma autonomia relacional, para definição e perseguição dos próprios projetos; b) a atuação sobre um amplo espectro temático, estes; c) analisados sobre

distintas velocidades, ênfases e orientações, com; d) a capacidade dos Estados de atuarem em mais de uma destas instituições.

Em suma, a relativa autonomia presente nas três instituições, somado à não-especialização destas; se reflete em um amplo e diverso mosaico temático, analisados sobre diferentes velocidades, ênfases e orientações paradigmáticas integrativas; que, dado a forte sobreposição de afiliações entre estas instituições, oportuniza aos Estados, a escolha do projeto, da política ou da iniciativa que melhor representar os seus interesses.

Por concludente, ao analisar o conteúdo das agendas institucionais, o presente estudo identificou: i) a existência de distintos paradigmas de integração regional entre as três referidas instituições regionais sul-americanas; ii) a coexistência de diferentes orientações paradigmáticas integrativas, no interior destas três instituições, amparados por; iii) uma configuração mista das agendas finais destas instituições, isto é, a presença de múltiplos pontos de convergência, complementaridade e de conflito entre as agendas das três instituições regionais. E, ao somar à análise, os padrões de interação entre as três instituições regionais, o presente estudo identificou também: iv) a ampla possibilidade de escolha e de atuação dos Estados, entre os mais variados temas de sua escolha.

5.2

Atual disposição da Arquitetura Regional Sul-americana

Ao considerar o conjunto das principais apreciações acadêmicas, no que diz respeito às possíveis disposições da atual arquitetura regional do continente, e ainda, ao ponderar as informações levantadas na seção anterior, este estudo se afasta da interpretação de transitoriedade e de fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana, assentando-se por fim, na perspectiva de modularismo da atual disposição da arquitetura regional sul-americana.

O presente estudo *se afasta da interpretação de transição* da Arquitetura Regional sul-americana, tanto da percepção construída por Sanahuja (2010) quanto da tecida por Riggiorozzi & Tussie (2012), por três motivos gerais: primeiro, pela ausência de um padrão claro de transição entre projeto de integração distintos; segundo, pela incapacidade dos modelos em comportar a opção da (co)existência

de múltiplos paradigmas de integração distintos, e; terceiro, pela consistência e continuidade das orientações paradigmáticas integrativas, ao longo do desenvolvimento dos grupos de trabalho.

Assim, ao analisar os principais argumentos dispostos por Sanahuja (2010), o presente estudo se afasta das conclusões propostas pelo autor, pelos dois primeiros motivos supracitados: i) pela ausência de um padrão claro de transição de um projeto de integração para outro, e; ii) pela impossibilidade de coexistência contínua de múltiplas orientações paradigmáticas integrativas.

A premissa central do modelo de interpretação de Sanahuja (2010), remete ao pressuposto de que regiões, assim como os próprios projetos de integração regionais, são construtos sociais historicamente contingentes, alterando-se na conformidade em que ocorrem transformações (tanto domésticas quanto externamente) nas próprias relações que as constroem.

Segundo o autor, as principais ideias e circunstâncias históricas que influenciaram o desenvolvimento do processo de integração regional na América Latina, foram: o ciclo de regionalismo fechado (1960 – 1980), de forte influência do estruturalismo Cepalino; segundo, o ciclo de regionalismo aberto (1980 – 2000) de forte influência da corrente econômica liberal, e; terceiro, o ciclo de regionalismo pós-liberal (2000+), de forte influência antiliberal e de princípios do socialismo.

Assim, ao sobrepor os ciclos de regionalismo propostos por Sanahuja (2010) ao recorte temporal analisado por este estudo, para as respectivas instituições regionais (Mercosul: 2000 – 2015; ALBA: 2006 – 2016; AP: 2011 – 2016), aponta-se: a) uma das instituições regionais - Mercosul - existente por dois dos ciclos de regionalismo apontados; b) uma instituição regional – ALBA – criada entre dois dos ciclos de regionalismo disposto, e; c) uma das instituições regionais – AP – criada uma década após o terceiro ciclo ter sido iniciado.

Dado a consideração do autor, que alterações nas conjunturas (domésticas, regionais e internacionais) somadas ao esgotamento da ideia motriz do projeto de integração, resultam na crise deste mesmo projeto, e desta forma, na subsequente transposição deste, por um novo projeto de regionalismo; deveria ser possível identificar uma visível transição paradigmática (especialmente no caso do Mercosul) a orientar as instituições regionais no tocante à integração regional.

Em igual medida, deveria ser incomum ou raro, encontrar características do projeto de regionalismo fechado entre as três instituições regionais analisadas (especialmente na Aliança do Pacífico), visto que, estas instituições foram criadas em uma conjuntura histórica ulterior e após a perda da influência de suas ideias motrizes, as características deste projeto já deveriam ter sido suplantadas pelos demais.

Neste sentido, como os dados levantados durante o exame das agendas dos grupos de trabalho, transparecem coexistência e oscilação de atuação entre paradigmas integrativos, ao invés de um visível padrão de transição entre estes, esta pesquisa se utiliza deste elemento, como um fator importante, para se afastar da conclusão de que a atual disposição da Arquitetura Regional está em transição.

O segundo elemento, por sua vez, remete à impossibilidade do modelo tecido pelo Sanahuja (2010), em comportar a coexistência contínua de múltiplas orientações paradigmáticas integrativas.

Segundo Sanahuja (2010) os distintos projetos de integração derivam sua influência das circunstâncias históricas e da força das ideias motrizes que as compõem; assim, alterações em tais circunstâncias, aliado ao esgotamento das ideias, resultará na crise deste projeto e na subsequente transposição deste por um novo projeto de integração. A coexistência de múltiplos projetos não deveria ser possível (salvo durante o período de transição), dado que, ideias motrizes de projetos superados, não deveriam suportar o mesmo projeto de integração em uma nova e diferente conjuntura regional e vice-versa.

Neste sentido, como o exame das agendas dos grupos de trabalho refletem a coexistência e oscilação de atuação entre paradigmas integrativos e o modelo do Sanahuja (2010) não comporta a continuada coexistência de múltiplas orientações paradigmáticas integrativas, esta pesquisa se afasta da conclusão adotada pelo autor, de que a atual disposição da Arquitetura Regional estaria em transição.

Ao analisar os principais argumentos dispostos por Riggiozzi & Tussie (2012), o presente estudo se afasta das conclusões propostas pelas autoras, por outros dois motivos: i) a consistência na reprodução das orientações paradigmáticas, dentro e entre grupos de trabalho, ao longo de seu

desenvolvimento, e; ii) impossibilidade de coexistência contínua de múltiplas orientações paradigmáticas integrativas.

A premissa central do modelo de interpretação das autoras, se assenta na coexistência contenciosa de três projetos distintos de integração regional, que recorrentemente convergem, competem e se complementam; em múltiplas níveis e fóruns. São eles: o projeto de regionalismo aberto, o projeto de regionalismo defensivo e o projeto de regionalismo pós-hegemônico.

Assim, no modelo de Riggirazzi & Tussie (2012), ao analisar: i) as condições históricas a qual os respectivos projetos de integração se desenvolveram, como também ii) as ideias dispostas, as narrativas, as motivações e dos interesses dos agentes; seria possível, identificar as características de tais projetos, e, ao passo que um destes elementos se altera, criam-se novas formas ou transformam-se as possibilidades de interação social, redesenhando assim, a cartografia da região.

A tendência final da arquitetura regional, da forma como apercebida por Riggirazzi & Tussie (2012), consiste não em um quadro de continuada convergência de projetos de integração, resultando ulteriormente em um único projeto regional harmônico ou de progressivo afastamento dos mesmos, em uma infinidade de projetos dissonantes, mas sim, do jogo de forças entre três distintos projetos, que constantemente desenham e redesenham a arquitetura da região, ao passo que competem entre si e se complementam, nos mais distintos níveis.

Neste sentido, dado as premissas das autoras, ao analisar a configuração e o conteúdo das agendas institucionais, considerando ainda a conjuntura a qual tais instituições regionais se encontravam, “a contínua disputa entre diferente projetos de integração regional” nestes fóruns em particular, deveriam apresentar: a) a ausência de um padrão paradigmático contínuo, ao longo do desenvolvimento dos grupos de trabalho, e; b) a ausência de um padrão paradigmático contíguo entre grupos de trabalho de uma mesma instituição.

No modelo das autoras, os projetos de integração são distintos e irreconciliáveis entre si; portanto, assumir um “projeto de integração vencedor”, implica em agir em conformidade com as orientações paradigmáticas integrativas deste projeto. Dado a premissa de que estes projetos estão em constante disputa e de que houve um padrão contínuo e consistente de orientação paradigmática

integrativa, entre as três instituições analisadas, esta pesquisa se utiliza deste elemento, como um fator importante, para se afastar da conclusão de que a atual disposição da Arquitetura Regional está em transição.

O segundo elemento, por sua vez, remete a mesma argumentação teórica ao apontado anteriormente, ao considerar o modelo proposto por Sanahuja (2010), isto é, a mesma impossibilidade em comportar a coexistência contínua de múltiplas orientações paradigmáticas integrativas também está presente no modelo construído pelo Riggiozi & Tussie (2012).

Segundo o modelo construído por Riggiozi & Tussie (2012), os projetos de integração são assentados sobre princípios fundamentalmente distintos entre si, portanto, não passíveis à conformação parcial, isto é, o embate entre dois projetos de integração em um dado fórum, resulta invariavelmente na subscrição de um ou de outro, não sendo possível comportar: a) a existência contínua de orientação paradigmáticas distintas e b) a interseccionalidade entre características paradigmáticas, isto é, atuar em conformidade com a resultante de algumas diretrizes entre paradigmas.

Afasta-se assim, desta interpretação de transitoriedade da Arquitetura Regional da América do Sul, por entender que há maior capilaridade entre os projetos e as instituições regionais, isto é, a própria contenciosidade entre múltiplos projetos, se transforma entre si e em si mesma, projetando assim, uma arquitetura regional mais permeável.

Em igual medida, o presente estudo *se afasta da interpretação de fragmentação* da Arquitetura Regional sul-americana, tanto da interpretação construída por Comini & Frenkel (2014), quanto das perspectivas dispostas por Malamud (2012) e também à de Gómez-Mera (2015), por três motivos gerais: primeiro, pela impossibilidade de atuação e de coexistência de múltiplos paradigmas de integração por Estados e instituições regionais; ii) pela inevitabilidade dos resultados e das consequências apontados pelos modelos, e; iii) pela ausência de um direcionamento paradigmático integrativo único e distinto das demais instituições.

Ao analisar os principais argumentos dispostos por Comini & Frenkel (2014), o presente estudo se afasta das conclusões propostas pelos autores, por dois

motivos: primeiro, pela ausência concomitante, tanto de um padrão discernível de “criação de consenso” ao redor da orientação paradigmática integrativa, quanto da sua ausência, e; segundo, pela impossibilidade de atuação e de coexistência de múltiplos paradigmas de integração por instituições regionais em seu modelo.

Os pilares centrais do modelo desenvolvido por estes autores, gravita sobre duas premissas: i) a existência de dois projetos de integração regional (concêntrico e poligâmico) que são fundamentalmente incompatíveis entre si; ii) tais diferenças entre projetos podem ser mitigadas, dado as condições e o contexto histórico da região, mas que, cessados os “incentivos de adesão”, estes voltarão a serem irreconciliáveis, e; iii) a proliferação de instituições regionais, espelha a dicotomia entre as diferentes perspectivas de integração.

O autor considera a possibilidade de “adesão temporária” de atores partidários de um projeto de integração ao outro, dado o caso de os benefícios de participação do outro projeto sejam maiores que seus custos. Tendo, o período de consenso ocorrido entre 2008 – 2011; seguido novamente, por um período de dissenso (2012+).

Assim, ao sobrepor as três premissas centrais do modelo propostos por Comini & Frenkel (2014), aos dados analisado por este estudo, para as respectivas instituições regionais, dever-se-á: a) ao considerar a possibilidade de “adesão temporária” na confecção da presente dissertação: deverá haver um claro padrão de transição na orientação paradigmática integrativa, entre as três instituições regionais analisadas; ou b) ao desconsiderar a possibilidade de uma “adesão temporária”: deverá ser possível verificar um claro padrão de conformação à apenas um dos projetos de integração, entre as três instituições regionais analisadas, visto que os projetos são fundamentalmente incompatíveis entre si.

Como os dados levantados por esta pesquisa refletem apenas uma conformação inicial com uma das orientações paradigmáticas integrativas, entre as três instituições regionais, seguida por um período de ampliação de sua atuação entre outros paradigmas de integração, sem um padrão de “retorno” à atuação exclusiva de uma orientação paradigmática, esta pesquisa se utiliza deste elemento, como um fator importante, para se afastar da conclusão dos autores, de que a atual disposição da Arquitetura Regional estaria em fragmentação.

O segundo elemento que corrobora o afastamento desta pesquisa às conclusões propostas por Comini & Frenkel (2014), remete à construção binomial-polarizada a qual os autores representam os projetos de integração em seu modelo. Dado suas características antagônicas, estes se tornam fundamentalmente incompatíveis entre si, o que, por sua vez, torna impossível uma atuação: a) que oscile entre apenas algumas características de ambos os projetos ou; b) que comporte a existência contínua de ambos os projetos. Assim, dado que o presente estudo detectou estes padrões de comportamento, entre as três instituições regionais analisadas, adiciona-se mais este elemento, para se afastar da conclusão dos autores, de que a atual disposição da Arquitetura Regional estaria em fragmentação.

Em semelhante medida, ao analisar os principais argumentos dispostos por Malamud (2012), o presente estudo se afasta de sua conclusão de fragmentação da arquitetura regional Sul-americana, por um motivo: a inevitabilidade das condições apontadas pelo autor em um progressivo movimento de fragmentação da Arquitetura Regional.

O argumento central presente em Malamud (2012), remete à crescente segmentação em sub-regiões da arquitetura regional sul-americana, ancorada pela inabilidade/desinteresse dos agentes políticos responsáveis, em ceder soberania, em prol de um projeto regional em comum.

Assim, o autor destaca que o processo de integração regional na América Latina (e em particular, na América do Sul), não deve ser compreendido como força motriz promotora de estabilidade político-econômica estrutural, mas sim um recurso de política externa utilizados pelos Estados, para obter outros fins, como: visibilidade internacional, estabilidade regional ou legitimidade.

Dado a natureza ontológica sobre o qual o autor constrói o seu entendimento de “projeto de integração regional”, isto é, uma retórica estratégica utilizada pelos representantes de Estados, para fins de política externa, buscando: a) estabelecer uma posição política ou normativa em comum; b) evitar estaque no processo decisório institucional, ou; c) evitar escaladas de atritos entre os Estados membros.

Em detrimento a este cenário, Malamud (2012) aponta três problemas graves que se traduzem na inevitável fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana: primeiro, a ótica dos mínimos denominadores comuns; segundo, fórum

shopping e menor unidade regional, e; terceiro, maiores probabilidades de fricções entre os Estados.

Conforme já apontado, há uma sobreposição parcial de afiliação entre as três instituições regionais analisadas, particularmente, de Estados na condição de associados e não de membros efetivos, isto implica, em uma não obrigatoriedade formal de participação e de atuação em temas que não são de interesse direto dos Estados.

Assim, ambos os elementos não necessariamente incorrem em uma crescente superficialização das agendas institucionais ou de um processo decisório progressivamente mais lentos e onerosos, visto que: a) na condição de Estado Associado, estes não precisam se envolver, caso a temática em questão não seja de seu interesse, e; b) na condição de Estados efetivos, dado o reduzido número de membros (Mercosul com cinco membros, ALBA com três membros sul-americanos e a Aliança do Pacífico com 4 países membros) e apenas uma única sobreposição de Estados (Venezuela), facilita o processo de diálogo e negociação sobre quaisquer entraves eventuais entre membros.

Em igual medida, a possibilidade de fórum shopping aliada à sobreposição parcial de Estados membros na condição de associados, acaba por atuar no reforço da arquitetura regional por dois motivos: primeiro, permite aos Estados associados escolherem entre as instituições, as políticas que melhor representam os seus interesses; segundo, facilita a reacomodação de Estados em desacordo, impedindo a possibilidade de entrave das negociações ou o avanço do processo decisório institucional.

Por fim, uma necessária escala de atritos entre os Estados membros das três instituições regionais analisadas, pode ser mitigada, dado a três princípios institucionais, comuns às três instituições, isto é: a) a forte subscrição ao modelo intergovernamentalista de institucionalização; b) a forte verticalidade e centralidade do poder decisório institucional, e; c) as frouxas condicionalidades jurídicas.

O conjunto dos três elementos supracitados, reforça a concentração do poder decisório que recai sobre a cúpula dos Chefes de Estados ou ao Conselho de Ministros, portanto, uma escalada crescente de atritos pode ser criada, magnificada ou revertida, à depender da sincronia (econômica, política, cultural, pessoal, etc.)

ou derivada da habilidade de negociação direta, dos representantes máximos destas instituições.

Em semelhante medida, os grupos de trabalho analisados, em suas respectivas áreas temáticas de atuação, concentram grande esforço na convergência e harmonização de regras, normas, tarifas e protocolos de atuação. Dado as limitações decisórias impostas aos grupos, estes ainda são capazes de criarem jurisprudências particulares, construídas caso a caso, que estabelecem padrões futuros para evitar/agilizar pontos de atritos futuros.

Assim, este estudo reconhece a validade dos argumentos levantados por Malamud (2012), no entanto, utiliza-se destes, para relativizar as suas conclusões. A capacidade existente de evita-los fora o que ponto central utilizado por esta pesquisa, para se afastar da conclusão do autor, de que a atual disposição da Arquitetura Regional estaria em fragmentação.

Ao analisar os principais argumentos dispostos por Gómez-Mera (2015), o presente estudo se afasta de sua conclusão de fragmentação da atual disposição da Arquitetura Regional Sul-americana, pela inevitabilidade da condição de necessidade de fragmentação por meio das condições determinadas pela autora. Em outras palavras, afasta-se da condição de necessidade da fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana, ao se considerar algumas características importantes, presentes nas três instituições regionais analisadas, sendo: i) o progressivo esforço de convergência e harmonização jurídico-legal, disposto entre as três instituições regionais analisadas; ii) pelas flexíveis condições de participação aliado à sobreposição parcial de adeptos na condição de “associados”, e; iii) pela forte centralização das estruturas decisórias aliado ao amplo espaço de negociação depositado entre os Estados membros de cada instituição.

A premissa central do modelo proposto por Gómez-Mera (2015) aponta que proliferação de projetos e instituições regionais na América do Sul, acarretou na progressiva incapacidade das instituições regionais em lidarem com a crescente incidência de sobreposição legislativa e também na ausência de uma clara hierarquia jurídica no continente, resultando invariavelmente em: a) ambiguidade jurídica e fragmentação legal; b) oportunismo estratégico interinstitucional, e; c)

desagregação da coesão e da solidariedade regional. E, por consequência destes três resultados, uma crescente fragmentação da Arquitetura Regional.

Primeiro, reconhece-se a premissa da autora de crescente ambiguidade jurídica e fragmentação legal, dado a forte resistência entre as três instituições regionais analisadas em estabelecer um sistema jurídico autônomo supranacional, mas, o exame dos principais temas e das agendas das instituições regionais analisadas, demonstram uma forte preocupação destas instituições em convergir e harmonizar seus protocolos, regras e normas técnico-jurídicas de atuação. Neste sentido, concede-se o argumento de que não há resolução direta ao problema de fragmentação e insegurança jurídica apontado pela autora, no entanto, há de se considerar o estabelecimento de jurisprudências específicas, construídos caso a caso pelos grupos de trabalho entre as temáticas analisadas, que futuramente poderão ser estabelecidos como base para a resolução dos litígios.

Neste sentido, infere-se que: no curto prazo há uma mitigação na velocidade a qual o problema se alastra. E, no longo prazo, a conclusão se desenvolve segundo duas possibilidades: i) o esforço em corrigir as ambiguidades jurídicas e a fragmentação legal, entre as três instituições regionais analisadas, **são** suficientes para sanar ambos os problemas; e ii) o esforço em corrigir as ambiguidades jurídicas e a fragmentação legal, entre as três instituições regionais analisadas, **não são** suficientes para sanar ambos os problemas. Dado o fato de ambas as possibilidades serem mutuamente excludentes, temos que: ao aceitar a primeira opção (são suficientes) aponta-se a reversão de tal fenômeno, e; ao aceitar a segunda opção, mitiga-se o impacto deste fator à conclusão de fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana.

Segundo, reconhece-se a premissa da autora de que um amplo espectro de opções entre projeto e instituições regionais pode levar ao desenvolvimento de comportamento oportunístico por parte dos Estados, no entanto, dado os reduzidos custos de adesão entre as três instituições analisadas e a sobreposição parcial de adesões, na “condição de membros associados”, o amplo espectro de opções aliado a capacidade de escolha por parte dos Estados, não reforça apenas o oportunismo, mas também a capacidade de convergência e complementaridade entre estes.

Portanto, há possibilidades de mitigação do impacto deste fator à conclusão de fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana.

Terceiro, reconhece-se o argumento de Gómez-Mera (2015), de que a proliferação de projetos e de instituições regionais na América do Sul pode levar à desagregação da coesão e da solidariedade regional, no entanto, aponta-se que três características comuns às três instituições regionais analisadas, podem salientar ou contornar este problema, são eles: a) a forte subscrição ao modelo intergovernamentalista de institucionalização; b) a forte verticalidade e centralidade do poder decisório institucional, e; c) as frouxas condicionalidades jurídicas.

Os três elementos supracitados em conjunto, reforçam o enorme poder decisório que recai sobre a cúpula dos Chefes de Estados ou ao Conselho de Ministros, portanto, em primeira e última instância, uma maior desagregação da coesão e da solidariedade regional pode ser criada ou revertida, a depender das capacidades de seus representantes máximos, mitigando assim, o impacto deste fator à conclusão de fragmentação da Arquitetura Regional sul-americana.

Por concludente, o presente estudo não discorda das premissas centrais desenhadas por Gómez-Meras (2015), isto é, há efeitos deletérios causados pela proliferação de projetos e de instituições regionais para a governança regional, no entanto, a absolutização destes efeitos à necessária condição de fragmentação da atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul, representa um elemento importante, para este estudo se afastar desta conclusão da autora.

Por fim, a presente pesquisa converge com a interpretação de que a *Arquitetura Regional da América do Sul subsiste em módulos*, suportada por Hofmann & Mérand (2012), por Nolte (2014) e por Gardini (2015) por quatro motivos gerais: i) subscreve-se à premissa de existência de múltiplos projetos de integração regional; ii) reconhece-se a capacidade de atuação, via coexistência, de múltiplas orientações paradigmáticas, entre as instituições regionais, envolto à; iii) a adaptabilidade dos modelos em comportarem configurações mistas de agendas (convergência, complementaridade e conflito) entre as instituições, aliado; iv) a maleabilidade da capacidade de escolha dos Estados em aderir aos módulos que melhor lhes convir.

O modelo proposto por Hofmann & Mérand (2012) é construído sobre três premissas: i) a habilidade de coexistência entre distintos projetos de integração, em uma dada região, e; ii) que estes projetos são distintos, mas reiteradamente se sobrepõe e se reforçam mutuamente, e; iii) a geometria variável e a elasticidade institucional que destas se derivam, é capaz de fortalecer, estabilizar e tornar mais pacíficas as relações entre os Estados de uma mesma região.

O presente estudo se pauta no modelo construído por Hofmann & Mérand (2012), para apontar que a atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana, subsiste em módulos; convergindo, em especial, com as três principais premissas: i) a existência e a coexistência de múltiplos projetos de integração regional; ii) a sobreposição de agendas entre instituições regionais e os seus efeitos sobre a arquitetura de uma região (positivos ou negativos), e; iii) que os Estados possuem liberdade para escolher o módulo em que deseja atuar.

A análise do conteúdo das agendas das principais instituições regionais da América do Sul, converge com a primeira premissa do modelo de Hofmann e Mérand (2012), isto é, reforça a compreensão de que há coexistência entre distintas orientações paradigmáticas integrativas entre e dentro das principais instituições regiões sul-americanas.

Em similar medida, a análise das configurações destas agendas, inclina-se à segunda premissa disposta por Hofmann e Mérand (2012), isto é, na capacidade de reforço mútuo entre os distintos projetos de integração regional, dado os múltiplos pontos de intersecção que existem entre as suas agendas.

Ambos estes elementos, somados à similar estruturação institucional interna, entre as três instituições regionais analisadas, especialmente, centradas ao redor de grupos de trabalhos permanentes dedicados a aprofundar temas específicos, reforça a composição de uma geometria regional variável, isto é, dado a velocidade com a qual se debate determinado tema, a ênfase que recai sobre este e os projetos que deles se derivam; há maiores possibilidade e variedades de escolha, para atuação dos Estados em fóruns, políticas e iniciativas que lhes são de interesse.

Por fim, estes três elementos, aliados ao: i) reduzido “custos de adesão” entre as três instituições regionais; ii) a capacidade de múltipla afiliação entre elas,

e; iii) baixo nível de comprometimento exigido (especialmente na condição de “Estado associado”); incentivam os Estados à posição de fórum shopping, isto é, de deliberadamente escolherem o fórum institucional e/ou um tema específico, que melhor represente os seus interesses e isto, por sua vez, reforça a posição de modularismo da disposição da Arquitetura Regional.

Por conluente, o presente estudo se apoia nas conclusões tecidas por Hofmann e Mérand (2012), ao apontar estes que elementos em conjunto, corroboram a posição de que a Arquitetura Regional sul-americana subsiste em módulos, isto é, é composta por distintos projetos de integração que coexistem, cujas agendas se interseccionam e cabe a cada Estado, escolher o módulo que melhor representa as suas aspirações e seus interesses.

No mesmo sentido, a presente pesquisa também se ampara nas contribuições dispostas por Gardini (2015), por quatro motivos: : i) subscreve-se à premissa de existência de múltiplos projetos de integração regional; ii) reconhece-se a capacidade de atuação, via coexistência, de múltiplas orientações paradigmáticas, entre as instituições regionais, envolto à; iii) a adaptabilidade dos modelos em comportarem configurações mistas de agendas (convergência, complementaridade e conflito) entre as instituições, aliado; iv) a maleabilidade da capacidade de escolha dos Estados em aderir aos módulos que melhor lhes convir.

O argumento central proposto por Gardini (2015) se assenta na percepção de que a Arquitetura do Regional sul-americana, se estrutura sobre diferentes projetos de integração (módulos), que competem constantemente entre si, por novos membros; os Estados, por sua vez, podem escolher o(s) módulo(s) a se associarem, à depender: da conjuntura, do tempo, do fórum e do tema que melhor lhes convir.

Este argumento é sustentado por quatro premissas: a) a América do Sul é composta por múltiplos projetos de integração regional; b) estes distintos projetos são oriundos dos distintos interesses dos Estados; c) tais interesses são forjados e moldados pela conjuntura histórica e pela percepção de interesses que os governos possuem, e; d) ao passo que estes fatores se alteram, os Estados podem alterar seus interesses e assim escolher novos ou combinar diferentemente as suas escolhas por diferentes projetos.

Assim, em primeiro lugar, o modelo proposto por Gardini (2015) presume a existência de uma América do Sul multifacetada, composta por uma série de distintos projetos de integração que se interceptam em diferentes arenas, iniciativas e temáticas. Em sintonia com os dados levantados por este estudo, é possível identificar entre as três instituições analisadas, o reflexo dos distintos projetos de integração regional; especialmente, durante o período de formação destas instituições, ao mesmo tempo em que, no decurso de seu desenvolvimento, apontar entre os respectivos temas, os múltiplos pontos de intersecção em: convergência, complementaridade e em dissonância; entre estes projetos.

A autonomia relacional e a não-especialização (multi-issue institutions) que existe entre as três instituições regionais analisadas, reforçam a reprodução destas distinções; cada instituição regional, enquanto sede dos interesses dos Estados membros, possui a independência relacional, para definir e perseguir os interesses dos seus afiliados. As diferenças fundacionais de cada instituição, aliado à diferença na composição de seus Estados “membros efetivos” (à exceção da Venezuela) entre as três instituições analisadas, espelham bem as três primeiras premissas propostas pelo autor.

Como colocado por Gardini (2015), Estados envoltos à conjunturas históricas semelhantes e que partilhem as percepções semelhantes (“like-minded states”) à respeito de suas prioridades e/ou interesses domésticos, acabam por escolherem e atuarem em um conjunto de módulos semelhantes; no mesmo sentido em que, Estados envoltos à distintas conjunturas históricas e com diferentes percepções de prioridades e/ou interesses domésticos acabam escolhendo e atuando em módulos distintos.

Em similar medida, este estudo suporta a prognose de que transformações nas conjunturas históricas (domésticas, regionais ou internacionais) ou alterações nas percepções dos interesses dos Estados (através de mudanças dos seus representantes de governo) refletem-se em recombinações de orientações paradigmáticas integrativas, isto é: mudanças nas orientações internas dos módulos, a criação de novos módulos (ao passo que tais alterações passarem a influenciar as instituições regionais em questão) e/ou os Estados, reconsiderando as suas escolhas de módulos ou escolhendo módulos inteiramente novos.

Os critérios dos Estados/governos para optar entre os distintos módulos a qual devem participar, gravita sobre: seus interesses nacionais; a temática priorizada; o conteúdo da agenda; a devida conjuntura (nacional e/ou internacional); a abrangência da arena; e a oportunidade apresentada (adesão múltipla e não exclusividade de alianças e interesses).

A coexistência de múltiplas orientações paradigmáticas integrativas no interior de cada instituição; neste sentido, se expressa através destas alterações de conjunturas e/ou nas percepções dos agentes de Estado. Ao passo que um destes elementos (ou ambos) se alteram: a) novos atores com novas percepções irão perseguir novos interesses em novos módulos, ou; b) novos atores com novas percepções irão alterar a orientação paradigmática do respectivo módulo, para comportar novos interesses de seus Estados, ou; c) novas conjunturas históricas alterarão a capacidade de ação de determinado módulo, forçando mudanças internas ou a migração (atração) de Estados para outros (este) módulos.

No mesmo sentido em que: a) diferentes grupos de trabalho, compostos por diferentes agentes institucionais com diferentes perspectivas de interesses, podem dissoar das orientações fundacionais de sua instituição, ou; b) o mesmo grupo de trabalho sobre uma conjuntas históricas distintas, pode acabar se limitando a sua capacidade de atuação ou mesmo engessando o escopo de sua atuação em uma determinada temática conjuntural.

Os interesses dos Estados são múltiplos e como não há uma única instituição regional capaz de suprir a todos estes interesses, os Estados atuam entre projetos e instituições. A composição mistas das agendas institucionais, existente entre as três instituições regionais analisadas, também espelha este movimento.

A adesão à determinada instituição regional, não implica ao Estado o necessário “uso” desta instituição; fica a cargo do Estado, por intermédio de seus representantes de governo, concentram-se iniciativas, projetos e políticas que abrangem os seus interesses.

A forte sobreposição de afiliações entre as três instituições regionais analisadas, reflete bem este movimento, em dois sentidos: primeiro, Estados na condição de “membros efetivos” subscrevem à maioria dos módulos institucionais, sendo “like-minded” aos demais membros efetivos e, portanto, mais aquiescentes aos compromissos desta instituição, e; segundo, Estados na condição de “membros

associados ou observadores”, subscrevem aos módulos institucionais específicos e, portanto, mais resistentes à comprometimentos institucionais.

Neste sentido, nenhum Estado/governo se sente coagido a participar de todas as iniciativas ou programas, nem tampouco pactuar com todas as políticas do bloco, restando ainda, a opção de se envolver em temáticas, arenas e em políticas públicas a qual estes consideram importantes, pensadas a partir e de acordo com os seus próprios interesses.

Desta forma, o presente estudo se apoia nas conclusões tecidas por Gardini (2015), ao apontar estes que elementos em conjunto, corroboram a posição de que a Arquitetura Regional sul-americana subsiste em módulos, isto é, é composta por distintos projetos de integração que coexistem, cujas agendas se interseccionam e cabe a cada Estado, escolher o módulo que melhor representa as suas aspirações e seus interesses.

Por fim, esta pesquisa também se apoia nas proposições dispostas no modelo de Nolte (2014), por quatro motivos: i) por corroborar a existência de distintos projetos de integração regional na América do Sul; ii) por admitir a coexistência de múltiplas orientações paradigmáticas entre instituições; iii) a adaptabilidade do modelo em comportar configurações mistas de agendas (convergência, complementaridade e conflito) entre as instituições, e; iv) a maleabilidade da capacidade de escolha dos Estados em aderir aos módulos que melhor lhes convir.

O argumento central proposto por Nolte (2014) se assenta na não existência de consequências inerentes ou fundamentalmente determinantes à proliferação de projetos e instituições regionais, mas sim, a coexistência de múltiplos projetos e instituições regionais, cujas agendas recorrentemente se sobrepõem, gerando assim, impactos positivos ou negativos à Arquitetura Regional do continente.

Em linhas gerais, o autor aponta três motivos para a contínua proliferação de projetos de integração e de instituições regionais na América do Sul, a partir da segunda metade do século XX, isto é: primeiro, devido à reavaliação e a promoção de novos interesses entre os Estados, segundo, a necessidade de reacomodação de poderes entre os Estados mais influentes, e; terceiro, a reprodução da prática de não extinção de instituições regionais, dado a capacidade de provisão destas, de interesses conflituosos entre os diferentes Estados.

Assim, em decorrência destes fatores, Nolte (2012) aponta como resultado uma invariável sobreposição das agendas entre as instituições regionais, cuja resultante pode se traduzir em efeitos positivos ou negativos para a Arquitetura Regional, à depender: a) do tipo de ligação entre as diferentes organizações regionais; b) da existência e a magnitude de conflitos normativos entre as instituições e seus projetos regionais, e; c) a constelação dos atores domésticos.

O contraste entre estes elementos propostos por Nolte (2012) aos dados colhidos por esta pesquisa, atuará enquanto indicativo para que esta pesquisa melhor se posicione quanto a atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul.

A primeira variável de análise no modelo de Nolte (2012), remete ao tipo de ligação existente entre as distintas instituições regionais, isto é, a resultante entre as temáticas de atuação (mandate) e as afiliações (membership) existentes entre as instituições regionais.

No caso do presente estudo, a análise da composição e do conteúdo das agendas das três instituições regionais em questão, apontou uma forte sobreposição de mandate, tanto para o hall das amostras utilizadas para confeccionar esta pesquisa (grupos de trabalho selecionados) quanto para o conjunto total do universo de amostras (o conjunto total dos grupos de trabalho entre as três instituições regionais).

Ao estender a análise apenas às atribuições institucionais referentes aos quatro temas-chaves selecionados (princípios institucionais, integração produtiva, sistema financeiro e infraestrutura e transportes), identifica-se, obviamente, uma forte sobreposição de mandates entre as três referidas instituições regionais, visto que, o critério de semelhança funcional, entre os grupos de trabalho, foi um critério propositalmente escolhido para a confecção desta análise. No entanto, ao expandir a análise ao conjunto total do universo de amostras, também é possível identificar uma sobreposição de mandates.

Ao considerar a existência de grupos de trabalho permanentes como forma manifesta das instituições regionais expressarem suas prioridades temáticas de atuação (conforme realizado no terceiro capítulo) e se analisar o conjunto total do universo de amostras (ver tabela 04, p.117); a mesma premissa também se sustenta,

isto é, há também uma sobreposição de mandates entre as três instituições - Mercosul, ALBA e AP.

Em semelhante medida, ao considerar o conjunto total de Estados da América do Sul e em seguida, isolar àqueles afiliados a duas ou três das instituições regionais em questão (ver tabela 11, p.197), é possível identificar uma forte sobreposição de afiliação entre estas.

A combinação de ambos estes elementos - sobreposição de mandate e de memberships - segundo Nolte (2012), pode resultar tanto em cooperação quanto em conflito entre as instituições regionais; cabendo assim, um olhar mais apurado às demais variáveis do modelo.

A segunda variável de análise do modelo de Nolte (2012), remete à hierarquia e a existência de conflitos normativos entre os projetos regionais das respectivas instituições regionais.

A hierarquia entre as instituições regionais se refere às relações de poder, a influência e o prestígio que existe entre estas (instituições centrais – sendo as mais integradas e influentes entre as instituições – e instituições periféricas –menor poder, influência e prestígio em relação às demais instituições). Ao passo que, a existência de conflitos normativos, remete à corrente presença de divergências fundamentais na percepção normativa e valorativa das instituições regionais em questão.

No caso do presente estudo, como as três instituições regionais são não-especializadas (multi-issued institutions), fracamente integradas entre si, todas amparadas sobre uma hierarquia funcional interna bem delimitada e regidas por um sistema de tomada de decisão independente; considerá-las-ei, em consonância com a posição de Nolte (2012), enquanto “instituições regionais periféricas”. Em outras palavras, instituições regionais que não possuem influência direta ou poder direto de impacto no funcionamento e na atuação das demais instituições.

Quanto a existência de conflitos normativos entre as três instituições regionais, é possível apontar múltiplos pontos de intersecção entre suas agendas, dispostos sobre uma configuração mista que oscila, à depender da temática –

utilizando a nomenclatura proposta por Nolte (2012) - entre: sinergia, cooperação, complementação, segmentação e conflito.

A tabela 13 abaixo ilustra, a atual disposição dos conflitos normativos, por temática, entre as três principais instituições da América do Sul.

Tema	Mercosul	ALBA	AP	Inst
Princípios Institucionais	-	Cooperação	Cooperação	M
	Cooperação	-	Cooperação	AB
	Cooperação	Cooperação	-	AP
Integração Produtiva	-	Complementação	Cooperação	M
	Complementação	-	Conflito	AB
	Cooperação	Conflito	-	AP
Sistema Financeiro	-	Complementação	Cooperação	M
	Complementação	-	Conflito	AB
	Cooperação	Conflito	-	AP
Infraestrutura e Transportes	-	Cooperação	Cooperação	M
	Cooperação	-	Conflito	AB
	Cooperação	Conflito	-	AP

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Por fim, a terceira variável de análise do modelo de Nolte (2012), remete à constelação dos atores domésticos, isto é, a configuração dos interesses dos governos nacionais; que varia de acordo com a aquiescência dos Estados às instituições regionais e do grau de aceitação destes, ao projeto de integração que tais instituições se ancoram.

Segundo Nolte (2012), na América do Sul, nem todos os Estados/governos apoiam as mesmas instituições regionais, mas estas, cooperam entre si e apoiam a instituição regional central e o projeto regional relacionado a essa organização.

Em similar medida, os dados levantados por esta pesquisa, indicam que a forte sobreposição de afiliações entre as três instituições analisadas, aliado aos reduzidos “custos de adesão” e aos “baixos custos de comprometimento” destes Estados (na condição de Estados associados ou observadores), favorece a escolha e a atuação dos Estados ao fórum e ao tema que lhes convêm, o que: a) favorece a cooperação entre estes (visto que se escolhe atuar somente no tema que for de seu interesse) e/ou; b) reduz as possibilidades de conflito (visto que é possível não comparecer ou simplesmente optar por não atuar sobre determinada temática).

Ao fim, ao avaliar estes três elementos em conjunto, Nolte (2012) conclui que a América do Sul consiste em um complexo regional cooperativo, isto é: a) possui uma estrutura de governança regional que inclui uma instituição regional central, que é vagamente conectada com as demais instituições regionais; b) as principais normas apoiadas pela instituição central não são contestadas, e; c) nem todos os principais atores apóiam as mesmas instituições regionais, mas cooperam entre si e apoiam a instituição central e o projeto regional relacionado a essa organização.

Em contraste, os dados levantados por este estudo, apontam: a) que as três instituições regionais analisadas, são relacionalmente independentes, não-especializadas e autônomas entre si, com; b) uma forte sobreposição de mandates e de filiações, dispostos sobre; c) uma configuração mista de suas agendas, com múltiplos interceptos normativos convergentes, complementares e conflitos, e; d) nem todos os Estados apóiam os mesmos projetos regionais, mas estes podem cooperar entre si (à depender do fórum, do tema e dos interesses dos Estados) se assim desejarem.

Desta forma, a forte simetria que se deriva, ao sobrepor as premissas do modelo de Nolte (2012) com as informações levantadas pela análise das agendas das três principais instituições regionais do continente, reforça à tensão da presente análise à interpretação de modularismo da Arquitetura Regional da América do Sul.

6 Conclusões

Ao refletir sobre a crescente proliferação de instituições regionais e de projetos de integração na América do Sul, ao longo de todo século XX e início do século XXI, a presente dissertação centrara-se sobre a seguinte pergunta motriz: *a atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul, estaria em transição, se fragmentando ou subsistente em módulos?*

Frente a uma conjuntura de progressiva proliferação de projetos e de instituições regionais pelo globo e, em particular, na América do Sul, este trabalho direcionou-se à análise das três mais representativas instituições regionais do continente sul-americano – Mercosul, ALBA e a Aliança do Pacífico – visando compreender o impacto e a influência que estas exercem, para com a atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul.

Para tornar possível a compreensão dos padrões de interação entre as três referidas instituições regionais sobre a Arquitetura Regional do continente, fazia-se necessário, primeiro, compreender o contexto histórico sobre a qual estas instituições se formaram e se desenvolveram, bem como, aclarar as principais ideias-motrizes que influenciaram o entendimento destas instituições, no que diz respeito à integração regional.

Assim, ao longo do primeiro capítulo, esta pesquisa voltou-se à apresentação do contexto histórico sobre o qual se delineara o processo de formação e de desenvolvimento das referidas instituições regionais sul-americanas, destacando a influência exercida pelos principais eventos nacionais, regionais e internacionais no decurso destes processos. Em seguida, o estudo se ateve ao desenvolvimento do próprio processo de integração regional na região, destacando, em particular, as ideias motrizes por detrás de cada paradigma de integração regional, as suas principais características e a inter-relação entre estes elementos e o processo de desenvolvimento das três principais instituições regionais do continente.

Uma melhor compreensão do processo de formação e de desenvolvimento destas instituições, permitiu um melhor insight a respeito das: prioridades

institucionais, as práticas empregadas, os significados atribuídos, os discursos utilizados e orientações adotadas, sobre os quais estas instituições regionais se assentaram. Ao passo que, analisa-los em concomitância, com o desenvolvimento das respectivas ondas de integração regional na América do Sul, possibilitou situar os limites conjunturais sobre os quais estes processos foram recobertos, além de estabelecer os parâmetros de referência deste estudo, das características paradigmáticas integrativas a serem reconhecidas.

Ao passo em que se findou esta primeira etapa de apresentação: tanto do contexto histórico de desenvolvimento das principais instituições regionais do continente, bem como, de suas características e orientações paradigmáticas integrativas; esta pesquisa se voltou à análise das principais contribuições acadêmicas e de suas interpretações sobre a atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana.

Como se trata de uma análise comparativa, direcionada à compreensão da influência e do impacto da interação entre três das principais instituições regionais do continente sul-americano, este estudo, ao longo do segundo capítulo, voltou-se a apresentar os modelos, os principais argumentos e as conclusões existentes sobre este subcampo de pesquisa.

Considerou-se as contribuições propostas por Sanahuja (2010) e Riggirozzi & Tussie (2012), ao se analisar a perspectiva de transição da atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana. Apreciou-se também, as contribuições de Comini & Frenkel (2014), Malamud (2012) e de Gómez-Mera (2015), ao considerar a perspectiva de fragmentação da atual disposição da arquitetura regional do continente. E, ponderou-se as contribuições de Hofmann & Mérand (2012), Nolte (2014) e de Gardini (2013; 2015) ao considerar a perspectiva de modularismo da atual disposição da arquitetura da região.

Esta segunda etapa, além da apresentação formal do subcampo, permitiu estabelecer os parâmetros necessários para que esta pesquisa pudesse se inserir no debate a respeito da atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana ao orientar o restante da pesquisa, durante o processo de análise da configuração e do conteúdo das agendas das principais instituições regionais do continente. Contrastou-se, ulteriormente, os resultados obtidos, para com as conclusões e os

principais argumentos dos modelos interpretativos supracitados, de modo a responder à pergunta motriz.

Em seguida, este estudo voltou-se à análise dos principais temas e agendas desenvolvidos pelas três principais instituições regionais da América do Sul. Para compreender o impacto e a influência que estas instituições regionais exercem para com a Arquitetura Regional do continente, fez-se necessário, primeiro, mapear sobre que normativas estas se estruturam.

Frente às limitações de tempo e espaço dispostas sobre esta pesquisa, o autor tomou relativa liberdade para aproximar a atual configuração da Arquitetura Regional sul-americana, por meio da análise da composição e do conteúdo de quatro temas-chaves ligados à integração regional. Selecionou-se com base em três premissas hipotético-dedutivas - – a existência de Grupos de Trabalho indica os principais interesses de cada instituição; temas trabalhados por Grupos de Trabalho permanentes, espelham as prioridades destas instituições regionais; os Grupos de Trabalho permanentes iniciais, são mais importantes que GTs mais recentes – os temas considerados prioritários para o desenvolvimento de cada uma das principais instituições regionais do continente, e analisou-se a configuração e o conteúdo destas agendas, da forma como desenvolvida pelos respectivos Grupos de Trabalho.

Ao fim, delimitar-se-á o universo amostral da presente pesquisa ao redor de 13 Grupos de Trabalho, centradas sobre quatro temas-chave: princípios institucionais, integração produtiva, sistema financeiro e infraestrutura & transportes.

Assim, ao longo de todo o terceiro capítulo, analisou-se todas as atas produzidas pelos respectivos grupos de trabalho nos quatro temas-chave selecionados (ver anexo B), de cada uma das referidas instituições regionais, visando, a partir de seu exame apurado, explicitar: i) sobre que diretrizes paradigmáticas integrativas tais instituições se assentam; ii) a disposição final de suas agendas, e; iii) o impacto e a sua influência que estas representam sobre a atual disposição da Arquitetura Regional sul-americana.

Uma vez mapeados a composição e o conteúdo das agendas institucionais, o estudo voltou-se à análise comparativa destas agendas, visando extrair as informações supracitadas.

Os resultados obtidos ao final do mapeamento institucional apontaram: i) a existência de distintos paradigmas de integração regional entre as três referidas instituições regionais sul-americanas; ii) a coexistência de diferentes orientações paradigmáticas integrativas, no interior destas três instituições; iii) uma configuração mista das agendas finais destas instituições, isto é, a presença de múltiplos pontos de convergência, complementaridade e de conflito entre as agendas das três instituições regionais, e; iv) a ampla possibilidade de escolha e de atuação dos Estados, entre os mais variados módulos, que lhes for de seu interesse.

Em referência à existência de distintos paradigmas de integração regional entre as três referidas instituições regionais sul-americanas, os dados analisados apresentaram uma conformação inicial na configuração e no conteúdo de suas agendas, fortemente atrelada aos objetivos iniciais propostos no ato de formação de cada bloco regional, isto sendo, as práticas e os discursos dos GTs: i) do Mercosul fortemente atrelados à diretrizes de regionalismo aberto; ii) da ALBA, fortemente atrelados à diretrizes de regionalismo pós-hegemônico, e; iii) da AP, fortemente atrelados à diretrizes de regionalismo aberto.

Com o tempo, tais agendas institucionais foram se ampliando e se flexibilizando, passando a comportar novas orientações paradigmáticas, oscilando sua atuação, a depender dos interesses e da temática em voga.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), neste sentido, experienciou dois diferentes momentos que influenciaram diretamente na conformação de sua institucionalidade: primeiro, o decênio de sua criação de forte orientação econômica-liberal e de hegemonia do paradigma de regionalismo aberto, e; segundo, a primeira década do século XXI, com a “onda rosa” e da guinada à esquerda da região, com uma relevante reestruturação de orientação integrativa pós-hegemônico, com a ampliação e flexibilização de muitas temáticas de atuação em sua agenda.

Isto se refletiu na configuração e no conteúdo de suas agendas, isto é, Subgrupos de Trabalho ligados à integração produtiva, estrutura financeira e ao sistema de infraestrutura e de transportes do bloco, apresentaram, inicialmente (2000 – 2006), a configuração e o conteúdo de suas agendas, fortemente atreladas às

orientações do paradigma de regionalismo aberto (aumento de competitividade, liberalização comercial, desregulamentação, etc.).

No decurso do período seguinte (2007 – 2015), a agendas destes Subgrupos de Trabalho, em diferentes velocidades e magnitudes, se ampliaram e se flexibilizaram, de modo a comportar orientações variantes: tanto do paradigma de regionalismo fechado (desenvolvimento do mercado interno direcionado à região, criação de cadeias de produtivas entre Estados membros, fontes de financiamento regionais, expansão da infraestrutura regional, etc.); quanto do paradigma de regionalismo pós-hegemônico (preocupação com assimetrias de poder entre os Estados, novas questões para além da esfera econômica, desenvolvimento social, etc.).

A Aliança Bolivariana para os Nossos Povos (ALBA), por sua vez, fora formada envolto à uma conjuntura econômica (regional e internacional) mais favorável e em um contexto político específico (onda rosa), de forte contestação ao paradigma de regionalismo aberto, desenvolveu-se assim, sob expressiva influência do paradigma pós-hegemônico de integração regional.

Em igual medida ao ocorrido com os GTs do Mercosul, os Grupos de Trabalho da ALBA, ligados à integração produtiva, estrutura financeira e ao sistema de transportes do bloco; também apresentaram inicialmente (2006 – 2010), a composição e o conteúdo de suas agendas, fortemente atreladas às orientações do paradigma pós-hegemônico de integração regional (desenvolvimento de vantagens cooperativas, complementaridade no sistema produtivo, desenvolvimento de um sistema financeiro alternativo, etc.).

Ao longo do período seguinte (2011 – 2016), a agendas destes Grupos de Trabalho, em diferentes velocidades e magnitudes, se ampliaram e se flexibilizaram, de modo a comportar também, sobretudo, orientações do paradigma de regionalismo fechado (articulação das cadeias de produção, reforço e reassseguro dos mercados domésticos, coordenação das fontes de financiamento, articulação da infraestrutura física regional, etc.).

Por fim, a Aliança do Pacífico (AP), que diferentemente da situação delicada e do contexto incerto dos países sul-americano ao longo da década de 1990, a qual fora criada o Mercosul e ainda, na inflexão de um período de prosperidade que se

sucedeu ao longo da primeira década do século XXI, a qual fora criada a ALBA; o bloco da Aliança do Pacífico nasce em meio a uma cambiante conjuntura e, a partir dela, estruturou-se inicialmente, sobre orientação do paradigma de regionalismo aberto.

A agenda desenvolvida pelos Grupos Técnicos de Análise da AP, centraram-se inicialmente (2011 – 2013), fortemente sobre as orientações do paradigma de regionalismo aberto (competitividade do setor produtivo, cadeias globais de produção, atração de investimentos externos diretos, livre circulação de bens e serviços, etc.) e até o presente momento, tais orientações ainda são dominantes.

Atualmente (2014 – 2016), no entanto, as agendas de tais grupos, passaram a apresentar, em distintas velocidades e em diferentes magnitudes, um relevante processo de ampliação e de flexibilização de sua composição e de seu conteúdo. Cresce no interior do bloco, debates, recomendações e preocupações com temáticas ligadas, tipicamente, a outros paradigmas de integração regional, isto é: de um lado, majoritariamente, orientações de regionalismo fechado, de formação de cadeias de produção regionais, de fontes de financiamento regionais, dinamização dos mercados internos, articulação da infraestrutura física entre os Estados membros e do alavanque e do reassseguro dos mercados domésticos, e; do outro, em menor medida, orientações de regionalismo pós-hegemônico, com a preocupação com a distribuição e descentralização de riquezas, as assimetrias entre os Estados membros e uma maior consideração com demandas extra econômicas.

Assim, em primeiro lugar, identificação da existência de distintos projetos de integração regional entre as três instituições regionais, aliado à capacidade destas instituições de atuar em conformidade com múltiplas orientações paradigmáticas integrativas; foram dois elementos importantes, para confecção das conclusões desta pesquisa, especialmente, no que se refere ao afastamento desta, das conclusões apontadas pelos modelos de “transição” e de “fragmentação” da Arquitetura Regional sul-americana, ao passo que, ambas estas interpretações não comportam a capacidade de atuação e de coexistência de múltiplos paradigmas de integração por Estados e instituições regionais.

Em segundo lugar, a análise da composição e do conteúdo das agendas institucionais, também apontaram para uma configuração mista entre as agendas das três instituições analisadas, isto é, uma forte sobreposição de temas trabalhados, sendo estes, compostos por múltiplos pontos de interseção: convergentes, complementares e dissonantes.

Por minucia, a ausência de um padrão claro de transição entre orientações paradigmáticas integrativas, entre as três instituições, também reforçara a posição de afastamento da perspectiva de “transição” da Arquitetura Regional; e também, a ausência de um direcionamento paradigmático integrativo único e distinto entre demais instituições, reforçara a posição de afastamento da perspectiva de “fragmentação” da Arquitetura Regional.

Estes três elementos em consonância, aliado à padrões singulares de interação entre as três instituições regionais, favorecem a: iv) a maleabilidade para a capacidade de escolha dos Estados em aderir aos módulos que melhor lhes convir.

Em linhas gerais, o isomorfismo institucional somado ao elevado grau de concentração e autonomia de suas instâncias deliberativas, aliado à equidistância hierárquica entre as três referidas instituições regionais e a significativa sobreposição de afiliação institucional, de Estados membros, contribuem para a formação de novos módulos, bem como na reorientação dos mesmos. Na mesma medida em que, os “baixos custos de entrada”, somados aos “reduzidos custos de comprometimento”, favorecem a múltipla afiliação de Estados entre as três instituições regionais.

Em conjunto, estes elementos refletem uma conjuntura singular, onde há: a) uma autonomia relacional, para definição e perseguição dos próprios projetos; b) a atuação sobre um amplo espectro temático, estes; c) analisados sobre distintas velocidades, ênfases e orientações, com; d) a capacidade dos Estados de atuarem em mais de uma destas instituições.

Dessa forma, aponta-se que as diversas instituições, aliados à amplitude e a flexibilidade de escolha institucional por parte dos Estados ou a sua possibilidade de se envolver com processos regionais de seu interesse específico, tem criado atualmente uma arquitetura regional modular, em que cada Estado adota o projeto/instituição que mais lhe convém.

Em suma, a relativa autonomia presente nas três instituições, somado à não-especialização destas; se reflete em um amplo e diverso mosaico temático, analisados sobre diferentes velocidades, ênfases e orientações paradigmáticas integrativas; que, dado a forte sobreposição de afiliações entre estas instituições, oportuniza aos Estados, a escolha do projeto, da política ou da iniciativa que melhor representar os seus interesses.

Os atores políticos regionais (em sua maioria, os Presidentes e Ministros de Estado) concentram-se em projetos, iniciativas ou políticas específicas, que englobam os interesses de seus governos/Estados. Por essa razão, os atores escolhem a instituição regional que tem como objetivo tais objetivos concomitantes; como não existe uma organização única que inclua todos os seus objetivos em um projeto específico.

Assim, indica-se que arquitetura regional da América do Sul e sua multiplicidade de projetos refletem a pluralidade de visões presentes acerca de como os seus interesses podem ser alcançados, quais são as ferramentas disponíveis para buscá-lo, quais são os tipos de constrangimentos aos que os Estados estão dispostos a se submeter pelo sucesso do processo, quais são as áreas prioritárias de negociação, dentre muitos outros fatores.

Aponta-se que a existência de múltiplos projetos de integração regional, aliado à coexistência de diferentes projetos de integração regional, em confluência à ativa e deliberada triagem dos Estados em escolher entre diferentes módulos, reforça a posição desta análise em pontuar que a atual disposição da Arquitetura Regional da América do Sul subsiste em módulos, sendo constantemente desenhada e redesenhada, a partir da liberdade que os Estados/governos possuem, em determinar sobre que interesses, temáticas, prioridades e arenas (ou a combinação delas) que melhor se adaptem ao contexto em que este se encontra e aos seus interesses.

Por concludente, ao analisar o conteúdo das agendas institucionais, o presente estudo identificou: i) a existência de distintos paradigmas de integração regional entre as três referidas instituições regionais sul-americanas; ii) a coexistência de diferentes orientações paradigmáticas integrativas, no interior destas três instituições, amparados por; iii) uma configuração mista das agendas finais destas

instituições, isto é, a presença de múltiplos pontos de convergência, complementaridade e de conflito entre as agendas das três instituições regionais. E, ao somar à análise, os padrões de interação entre as três instituições regionais, o presente estudo identificou também: iv) a ampla possibilidade de escolha e de atuação dos Estados, entre os mais variados temas de sua escolha.

Iniciativas regionais podem tornar-se convergentes em muito temas particulares, mas, para isso torna-se necessário ter muita clareza nos objetivos almejados por cada instituição, a fim de que os trabalhos não se justaponham. No mesmo sentido, temas que não se encontram presentes entre as três instituições regionais, mas apenas entre uma ou duas destas instituições, são perfeitamente passíveis de gerarem complementariedade entre as estas instituições regionais.

Novas iniciativas, que envolvam um número maior de países fomentam a integração, mas devem levar em consideração os projetos regionais já vigentes, absorver suas experiências e boas práticas, ou mesmo usarem das instâncias já criadas a seu favor. Além disso, destaca-se a necessidade de constante diálogo entre os blocos regionais, de modo a evitar repetições e compartilhar experiências.

Assim, ao se apoiar na conclusão de que a Arquitetura Regional da América do Sul subsiste em módulos, há de se destacar que esta análise proximal, por meio da análise dos principais temas e agendas dos Grupos de Trabalho das principais instituições regionais do continente, apresenta suas limitações, isto é: primeiro, na sobredeterminação dos dados analisados ou de sua subdeterminação.

Sobredeterminar ou subdeterminar dados ou conclusões remetem, respectivamente à: i) projetar maior importância relacional aos dados levantados ou conceder maior relevância às informações do universo amostral, superestimando, por consequência, as conclusões adotadas, e; ii) projetar menor importância relacional aos dados levantados ou conceder menor relevância às informações do universo amostral, subestimando, por consequência, as conclusões adotadas.

É importante destacar os limites deste estudo, no que tange à sobredeterminação dos dados, por três motivos: primeiro, pelo limitado espectro de análise institucional; segundo, pela forte hierarquização e centralização das referidas instituições regionais, e; terceiro, pela

As três instituições regionais analisadas – Mercosul, Alba e AP – são formadas também, por diversos outros órgãos institucionais, que argumentativamente, podem influenciar em um entendimento particular ou na tomada de uma determinada decisão, de respectivas instituições. Não considerar se e como os demais órgãos institucionais, pode remeter a sobredeterminação dos dados analisados e assim a superestimação dos resultados obtidos.

No mesmo sentido, analisar apenas uma reduzida quantidade de Grupos de Trabalho, pode incorrer no mesmo risco, isto é, atribuir maior importância relacional ao entendimento e às ações adotadas no interior de apenas estes GTs, abstraindo assim, outras facetas que estes possam vir a ter, em outros GTs, bem como, desconsiderar a influência de outros órgãos institucionais, no ato da tomada de decisão.

Em semelhante medida, o continente sul-americano é também composto por outras instituições regionais que não foram analisadas (Unasul, CAN, etc.). Restringir a análise deste estudo à apenas três instituições o torna exequível, no entanto, pode acabar por incorrer na sobredeterminação dos dados e na superestimação das conclusões, visto que, a conclusão remete à Arquitetura Regional do Continente, desconsiderando a interação entre outras instituições regionais, que também podem acabar por influenciar em sua configuração.

Por fim, a forte hierarquização institucionais-burocrática e a centralização decisória encontradas em todas as referidas instituições, também pode implicar em uma subsequente sobredeterminação dos dados. Dado o fato de se concentrar, a maior parcela do poder decisório à poucos atores (os Chefes de Estados e dos Ministros, por eles apontados) em um ciclo de governança nacional, torna-se possível que acumulado histórico, produzido no interior de cada Grupo de Trabalho, seja desconsiderado, inclinando a atuação da instituição regional, destarte o posicionamento dos GTs.

Neste sentido, considera-se que a imprevisibilidade da posição dos futuros chefes de Estado, se alia à amplitude deste estudo, de que, ao abarcar um maior universo amostral e também de contemplar a totalidade das interações entre todas as instituições regionais do continente, mais aproximado e substancial seria a conclusão produzida.

Em paralelo, em decorrência do percurso metodológico adotado, assume-se também, a possibilidade de subdeterminação de determinadas estruturas normativas, isto é, a subutilização ou subestimação de informação disponível, dado os parâmetros metodológicos de análise, entre os três cenários mais prováveis: a) a subdeterminação de variáveis normativas, por relevância no tempo; b) a subdeterminação de variáveis normativas, por condicionalidade conjuntural, no espaço; e c) a subdeterminação de variáveis normativas por recorte amostral.

O primeiro cenário, de subdeterminação de variáveis normativas, por relevância no tempo, remete à regras e normas institucionais que não refletem padrões estáveis de comportamento entre os atores, ao longo do tempo; isto é, dado os parâmetros de análise: conceito de regras (rules) e normas utilizado ou ferramentas analíticas; tal comportamento, com o tempo (ao longo do desenvolvimento da instituição regional em si) deixa de ser reproduzido de maneira estável, passando, portanto a ser subdeterminado.

O segundo cenário, de subdeterminação de variáveis normativas, por condicionalidade conjuntural no espaço; remete à padrões de regras e normas institucionais, que possuem uma reprodução comportamental entre os atores, mas que, todavia, apresentam baixa relevância contextual, em um determinado contexto histórico.

O terceiro cenário, de subdeterminação de variáveis normativas por recorte amostral, diz respeito à inoperância das demais informações, encontradas para além do universo amostral colhido, isto é, dado a necessidade de fazer um recorte amostral, para tornar a análise viável, possivelmente, muitas informações importantes, se tornaram inacessíveis (pela definição dos documentos – tratados, protocolos e declarações finais – e pela delimitação destes documentos). Limitando assim, as inferências e as conclusões desta análise, somente para os limites dos documentos analisados.

Assim, destarte estas limitações, analisar os principais temas e agendas institucionais, via exame de seus Grupos de Trabalho, se traduz em uma importante ferramenta teórico-metodológica importante, capaz de refletir uma multifacetada dinâmica institucional interna, que se constrói a partir da relação de forças entre a conjuntura externa e as relações sociais entre os seus agentes. E ainda permite uma

melhor compreensão não apenas da instituição regional, mas também dos limites, as possibilidades e o direcionamento que a interação entre estas pode propiciar.

Desta forma, a partir das conclusões apontadas, este trabalho aponta novos subcampos de estudos que podem ou expandir os horizontes analíticos desta pesquisa, ao: a) expandir o universo amostral para abarcar fontes documentais mais recentes; b) retratar novas amostras documentais e contrastar com as conclusões desta pesquisa; c) encompassar outras instituições regionais sul-americanas; d) analisar a atuação das três referidas instituições regionais em outras arenas institucionais; ou e) expandir a compreensão sobre bases intersubjetivas institucionais. Outras possibilidades de estudos, consistem na expansão de novos horizontes analíticos ao traçar paralelos entre esta pesquisa, ao: f) concentrar-se em outras regras e normas, não concernentes à regionalismo; g) analisar o desenvolvimento de uma das regras ou normas apontadas, com base nos contextos institucionais apresentados; ou g) ater-se aos mecanismos institucionais decisórios para compreender o jogo normativo de forças entre os Estados, no ato da tomada de decisão.

Um possível caminho para avanço do andamento desta pesquisa, seria o de analisar o jogo de forças político entre os atores participantes. A presença de atores institucionais fortes como o empresariado, ou mesmo organizações da sociedade civil que pressionem para o desenvolvimento de uma agenda, também poderiam influenciar a forma com que os temas são trabalhados, tanto dentro quanto entre as diferentes instituições.

Assim, quanto maior o universo amostral analisado, isto inclui a análise de: uma maior gama de atores e de órgãos institucionais, de uma maior gama de Grupos de Trabalho, de uma maior base documental, da completude das instituições regionais presentes no continente sul-americano; melhor e mais bem substantiada será a conclusão de que a atual disposição da Arquitetura Regional, subsiste em módulos.

Referências bibliográficas

Acharya, A. (2004). **How Norms Spread: Whose Norms Matter?** Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism', *International Organization* 58 (2): 239-275.

Acharya, A. & Johnston, A. I. (2007). **Comparing Regional Institutions: An Introduction**, in: *Crafting Cooperation. Regional International Institutions. in Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-31.

Acharya, A., and Johnston, A. I. (2008). **Conclusion: Institutional Features, Cooperation Effects and the Agenda for Further Research on Comparative Regionalism**, In: *Regional International Institutions in Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.

Adler, E. (2013). **Constructivism in International Relations: Sources, Contributions, and Debates** In: W. Carlsnaes, T. Risse and B. A. Simmons (eds), *Handbook of International Relations*, London: Sage, pp. 112-144.

ALBA-TPC. Documentos Oficiais. Disponível: <http://alba-tcp.org/>. Acessado em 18 de dezembro de 2016.

Altmann, Josette. (2011). **América Latina y el caribe: ALBA ¿Una nueva forma de integración regional?** Buenos Aires: Teseo/FLACSO, 2011.

Almeida, Paulo Roberto. (2003). **O Mercosul no contexto regional**. São Paulo: Aduaneiras.

Álvarez, Eric Tremolada. (2014). **La integración de la Alianza del Pacífico**. In: *Alianza del Pacífico: mitos y realidades*. Konrad Adenauer Stiftung. Universidad Santiago de Cali.

Balassa, Bela. (1961). **The theory of economic integration**. Homewood: Richard D. Irwin Inc.

Baumann, Renato & Mussi, Carlos. (2009) **MERCOSUL: Então e Agora**. LC/BRS/R.159. CEPAL Escritório no Brasil. Maio.

Barnett, Michael N. & Finnemore, Martha. (1999). **International Organization**. Vol. 53, No. 4 (Autumn, 1999), pp. 699-732.

Banks, Michael. (1985). **The Inter-Paradigm Debate. International Relations – A Handbook of current theory**, London: Pinter.

Bezzi, M. L. (2004). **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 213 págs.

Börzel, T. A. (2013). **Comparative Regionalism: European Integration and Beyond**. In: CARLSNAES, W., RISSE, T. & SIMMONS, B. (eds.) *Handbook of International Relations, Second Edition*. London et al.: Sage, 503-530.

Briceño, José Ruiz. (2014) **El ALBA: una discusión de su modelo, sus resultados y sus perspectivas**. In: SERBÍN, Andrés. MARTÍNEZ, Laneydi; Ramanzini & Harold. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales: Buenos Aires, n. 10.

Buelvas, Eduardo Pestana. (2015). **La Alianza del Pacífico: de cara a los proyectos regionales y las transformaciones globales**. Konrad Adenauer Stiftung. Universidad Santiago de Cali.

Buelvas, Eduardo Pestana & Piñeros, Diego Felipe V. (2014). **Alianza del Pacífico: mitos y realidades**. Konrad Adenauer Stiftung. Universidad Santiago de Cali.

CEPAL (1990). **Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe**. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000

CEPAL. (1994). **El Regionalismo Abierto em América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidade**. Santiago de Chile: CEPAL.

Cervo, Amado Luiz; & Rapoport, Mario. (2005). **A história do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: UnB.

Chiang, Alpha C. (2012). **Matemática para Economistas**. 3ª Edição; Rio de Janeiro: Elsevier-Campus Editora.

Comini, N. & Frenkel, A. (2014). **Una Unasur de Baja Intensidad: Modelos en pugna y desaceleración del proceso de integración en América del Sur**. Nueva Sociedad, N.250, Marzo-abril.

Crow, Charles, L. (2003). **Companion to the Regional Literatures of America**. Blackwell Publishing.

Domínguez, Jorge I. (2016). **The changes in the international system since 2000**. In: Contemporary U.S- Latin American Relations.U.k: Routledge.

Doyle, M.W. (1983). **Liberalism and World Politics**. American Political Science Review, 80./4: 1151-1169.

Edkins, J. (2001). **Poststructuralism & International Relations**. London, Lynne Rienner.

Falk, R. A. (2003). **Regionalism and World Order: The Changing Global Setting**, in F. Söderbaum and T. M. Shaw (eds), *Theories of New Regionalism. A Palgrave Reader*, Houndmills: Palgrave Macmillan, pp. 63-80.

Farrell, M., Hettne, B., and Van Langenhove, L., (eds) (2005) **Global Politics of Regionalism: Theory and Practice**, London and Ann Arbor, MI: Pluto Press.

Fawcett, L. (2005). **Regionalism from an Historical Perspective**, in M. Farrel, B. Hettne and L. Van Langenhove (eds), *Global Politics of Regionalism. Theory and Practice*, London: Pluto Press, pp. 21-38.

Finnemore, Martha & Sikkink, Kathryn. (2001). **International Norm Dynamics and Political Change**. *International Organization* 52, 4, Autumn. Págs. 645 – 675.

Fiori, José Luís. (2003). **Olhando para a esquerda latino-americana**. International journal of action research. 31, winter.

Frieden, Jeffry, A. (2008). **Capitalismo Global - História Econômica e Política do Século XX**. Editora: Zahar, São Paulo.

Gardini, Gian Luca. (2013). **New settings of regionalism in Latin America?** Universität Erlangen-Nürnberg: Ausblick zwischenstaatlich, Nürnberg.

Gardini, Gian Luca. (2015). **Towards modular regionalism: the proliferation of Latin American cooperation.** Rev. bras. Política internacional vol.58 no.1 Brasília Jan./June.

Gilpin, Robert. (2001). **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. London: Princeton University Press.

Giordano, P. & Ramos, A. (2014). **Trade and Economic Integration**. Routledge Handbook of Latin America in the World. Chapter 17.

Grieco, J. M. (1997). **The Political Economy of Regionalism**, in E. D. Mansfield and H. V. Milner (eds), *The Political Economy of Regionalism*, New York: Columbia University Press, pp. 13-36.

Gordon, Milton M. (1964). **Assimilation in American life: the role of race, religion, and national origins**, New York, Oxford University Press.

Gómez-mera, L. (2015). International Regime Complexity and Regional Governance: Evidence from the Americas. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**: January-March 2015, v. 21, n. 1, p. 19-42.

Haas, E.B. (1976). **The obsolescence of regional integration theory**. Berkeley, Institute of International Studies.

Haesbaert, Rogério. (2010) **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Heredia, Omar Vázquez. (2014) **Alba-TCP: integración contra-hegemónica y desarrollo autónomo**. Caracas: Fondo Editorial de la Asamblea Nacional Willian Lara.

Hettne, B. (2005). **Beyond the 'New' Regionalism**, *New Political Economy* 10 (4): 543-571.

Hettne, B. & Langenhove, Luke, V. (2005). **Global Politics of Regionalism: Theory and Practice**. Chicago: Pluto Press

Hettne, B. & Söderbaum, F. (2000). **Theorising the Rise of Regionness**. *New Political Economy*, Vol 5, No 3 (December 2000), pp. 457-473

Hobsbawn, Eric. (2004). **A era do capital**. 10 ed. São Paulo. Ed. Paz e terra.

Hoffmann, Andrea Ribeiro & Herz, Mônica. (2004). **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 268 págs.

Hoffmann, S. (1956). **The Role of International Organization: Limits and Possibilities**, *International Organization* 10 (3): 357-372.

Hofmann, S. (2009) **Overlapping institutions in the realm of international security**: The case of NATO and ESDP. *Perspectives on Politics* 7(1): 45–52.

_____. (2011) **Why institutional overlap matters**: CSDP in the European security architecture. *Journal of Common Market Studies* 49(1): 101–120.

Hofmann, S. & Mérand, F. (2012). **Regional organizations à la carte: the effects of institutional elasticity**. In: Paul TV (ed.) *International Relations Theory and Regional Transformation*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 133–157.

Hurrell, A. (1995). **Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics**, *Review of International Studies* 21 (4).

Jackson, Robert & Sorensen, Georg. (2007). **Introduction to International Relations: Theories and Approaches**. London: Oxford University Press; 3 edition, January 12.

Katz, Claudio. (2009). **El rediseño de América Latina: ALCA, Mercosur y ALBA**. 2ª ed. Buenos Aires: Luxemburg.

Kratochwil, Stephen D. (1996). **Norms, Rules and Decisions** – on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs. New York: Cambridge University Press.

Keohane, Robert, O. (1989). **International Institutions and State Power: essay in international relations theory**. Boulder: westview press.

Kindleberger, Charles (2004). **Manias, Panics and Crashes: A History of Financial Crises**. Palgrave Macmillan. Londres.

Lima, M. R. (2013). **Relações Interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil**. Lua Nova, São Paulo, a.07, n.90.

Martin, Lisa L., & Beth A. Simmons (1998). **Theories and empirical studies of international institutions**. International Organization 52(4): 729-757.

Malamud, A. (2012). **Fragmentação e divergência na América Latina**. Relações Internacionais, N.24, Lisboa, dez.

Malamud, A. & Gardini, G. L. (2012). **Has regionalism peaked? The Latin American quagmire and its lessons**. The International Spectator 47(1): 116–133.

Martinussen, J. (1997). **State, Society and Market: a guide to competing theories of development**. Nova York: St. Martin's.

Mitrany, David. (1966). **A working Peace system**. Chicago: Quadrangle.

Milani, Rafael; Trintin, Jaime Garciano. (1999). **Welfare State: development and crisis**. Harvard Press: economy collection, Ed.02.

Morales García. & Manzur, Juan Carlos. (2007). **Origen y Naturaleza de la Alternativa Bolivariana para las Américas**. POLIS, Cidade do México, v. 3, n. 1.

Morgenthau H, J. (1987). **Politics Among Nations: the struggle for power and Peace**. 3ª ed. Nova York: Knopf.

Muñoz, A. Sánchez. (2012). **El nuevo mapa político y económico de América Latina: Alianza Pacífico**. Estudios geográficos, 73 (273), pp. 703 – 749.

Nogueira, João Pontes & Messari, Nizar. (2005). **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier.

Nolte, Detlef. (2009). **Latin America's New Regional Architecture: A Cooperative or Segmented Regional Governance Complex?** European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies.

Nolte, Detlef, (2014). **La integración regional de América Latina: geometría variable y gobernanza regional cooperativa**. Secretaría-Geral Ibero-Americana. GIGA Institute of Global and Area Studies.

Oliveira, A.C. A. (2015). **Alianza del Pacífico: de la fragmentación a la convergencia em América Latina**. Cali: Editorial Universidad Santiago de Cali. 2014.

Onuf, Nicolas, (1996). **World o four Making: rules and rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press.

Onuki, Janaina. (2009). **O Brasil e a construção do Mercosul**. In: *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas*. São Paulo: Saraiva.

Pádua, Adriana Suzart. (2012). **ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?** Franca: [s.n]

Paiva, Abreu M. & Braga, H. C. (2007). **Década de 1990: Neoliberalismo na América Latina**. 2ª. Ed. Minas Gerais, Editora: Campus.

Prado Jr. Caio. (2004). **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Claro Enigma.

Prebisch, Raul. (2000). **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: uma resenha*. Rio de Janeiro: Record, v. 1.

Prieto, Germán Camilo. (2014). **Entre la soberanía, el liberalismo y la innovación: um marco conceptual para el análisis de la Alianza del Pacífico**.

In: *Alianza del Pacífico: mitos y realidades*. Konrad Adenauer Stiftung. Universidad Santiago de Cali.

Quintero, Mario Andrés Arroyave. (2014). **La Alianza del Pacífico y el ocaso de la comunidad Andina: hacia una nueva configuración inter-regional en latinoamérica?** In: *Alianza del Pacífico: mitos y realidades*. Konrad Adenauer Stiftung. Universidad Santiago de Cali.

Reinalda, Bob (2009). **History of International Organizations: From 1815 to the Present Day**. London: Routledge.

Riggirozzi, P. (2012). **Region, regionness and regionalism in Latin America: Towards a new synthesis**. *New Political Economy* 17(4): 421–443.

Riggirozzi, P. & Tussie, D. (2012). **The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America**. In: *The Case of Latin America*. Dordrecht: Springer, pp. 1–16.

Rittberger, Volker. & Zangl Bernard. (2015). **International Organization: Polity, Politics and Policies**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 138 págs.

Rivarola Puntigliano, A., and Briceño-Ruiz, J., (eds) (2013). **Resilience of Regionalism in Latin America and the Caribbean. Development and Autonomy**, Houndmills: Palgrave Macmillan.

Rochester, J. Martin (1996). **The Rise and Fall of International Organization as a Field of Study**. *International Organization*, vol. 69, no. 2, pp. 120-164.

Rothwell, Charles Easton. (1994). **International organization and world politics**. In *International Organization*. Vol. 3, n.º 4, Novembro.

Ruiz, J. (2007). **La integración regional en América Latina y el Caribe: Procesos históricos y realidades comparadas**. Mérida: Universidad de los Andes.

_____. (2008). **O MERCOSUL: reflexões sobre a crise de seu modelo de integração e seu relançamento**. *Cadernos PROLAM/USP*, a.6, v.1, p.187-209.

_____. (2013). **O Regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias, modelos diversos**. In: CARMO, C. et al. (org.). *Relações Internacionais: olhares cruzados*. Brasília: FUNAG.

Sanahuja, J. A. (2010). **Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal. Crisis y cambio en La integración latinoamericana.** In: *Anuario de la Integración Regional en América Latina y el Gran Caribe*, no. 7. Buenos Aires: CRIES.

_____. (2012). **La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal.** in: Cifuentes/Sanahuja, p. 87-136.

Sader, E. (2010). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Schweller, R. L. (1992). **Domestic structure and preventive war: are democracies more pacific?** *World Politics*, 44/2:235-69.

Schulz, M., Inotai, A., and Sunkel, O., (eds) (2001). **Comparing Regionalisms: Implications for Global Development**, Basingstoke: Palgrave.

Serbin, A. (2011). **Los nuevos escenarios de la regionalización: Déficit democrático y participación de la sociedad civil en el marco del regionalismo suramericano.** Buenos Aires: CRIES.

Serbin, A & Ramanzini, Jr. (2013). **El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos.** Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales.

Söderbaum, F., and Öjendal, J. (2002). **Regionalization in a Globalizing World. A Comparative Perspective on Forms, Actors and Processes**, London and New York: ZED Books.

Söderbaum, F. (2005) **The International Political Economy of Regionalism.** In *Globalizing International Political Economy*, edited by N. Phillips. Palgrave Macmillan.

Söderbaum, F., and Shaw, T. M. (2003). **Theories of New Regionalism. A Palgrave Reader**, Houndmills: Palgrave Macmillan.

Tavares, R. (2006). **The rise of Fragmentation: Latin America's walking itself apart?** London: Routledge.

Thomas, William I. & Znaniecki, Florian. (1984). **The Polish Peasant in Europe and America**, Chicago, University of Illinois Press, 1918 (1ª ed.).

Tussie, D. (2009). **Latin America: Contrasting Motivations for Regional Projects**, *Review of International Studies* 35 (S1): 169-188.

_____. (2010). **Regionalism: providing a substance to multilateralism?** In Fredrik Söderbaum and Timothy Shaw (eds.). *Theories of New Regionalism: A Palgrave Reader*. 99–116. Basingtoke: Palgrave Macmillan.

Väyrynen, Raimo. (2003). **Regionalism: old and new**. *International Studies Review*, Volume 5, Issue 1, March.

Vaz, A. C. (2001). **MERCOSUL aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?** In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.44, v.1, p.43-54, 2001.

_____. (2003). **Cooperação, Integração e processo negociador: a construção do MERCOSUL**. Brasília: IBRI.

Van Klaveren, Alberto. **Political Globalization and Latin America: Toward a New Sovereignty?** In: TULCHIN, J.S.; ESPACH, R.H. (Ed.). *Latin America in the New International System*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2001. p. 117-140.

Veiga, Pedro da Motta. & Ríos, Sandra. (2007). **O Regionalismo Pós-Liberal, na América do Sul: Origens, Iniciativas e Dilemas**. Série Comércio Internacional – CEPAL. Junho, nº 82.

Viner, Jacob, 1950. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace.

Villela, André. (2013). **Economia brasileira em perspectiva**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Waltz, Kenneth. (1979). **Theory of international Politics**. McGraw-Hill Higher Education.

ANEXO 1

Autodescrição dos Subgrupos de Trabalho (Mercosul), dos Grupos de Trabalho (ALBA) e dos Grupos Técnicos de Análise:

1) MERCADO COMUM DO SUL (Mercosul)

Aspectos Institucionais (SGT-02)

O **SGT Nº 2 do MERCOSUL** é o Subgrupo de Trabalho de Aspectos Institucionais, criado para estruturar funcional e normativamente o bloco; assessorar os membros e formular propostas para o desenvolvimento de sua arquitetura jurídica, e ainda; propor diretrizes para a intermediação e resolução de conflitos entre os Estados membros.

Ao referido grupo de trabalho compete o aprofundamento dos temas de: convergência e transparência normativa intrabloco, mecanismos de resolução de conflitos, regimes procedimentais de contração e protocolos jurídicos-normativos, decisórios e de funcionamento.

Assuntos Financeiros (SGT-04)

O **SGT Nº 4 do MERCOSUL** é o Subgrupo de Trabalho de Assuntos Financeiros, criado para tratar dos temas relacionados com a integração financeira no Mercosul; é composto por servidores de bancos centrais, reguladores e supervisores dos diferentes tipos de serviços financeiros do Mercosul.

O objetivo final do Mercosul Financeiro (SGT-4) é constituir um mercado comum regional de serviços financeiros (bancário, seguros, mercados de valores mobiliários) que seja sólido, eficiente, resistente a crises, mitigue a possibilidade de surgimento, magnificação e transmissão de crises, assentando as bases para a estabilidade financeira e monetária na região. Ou seja, trabalha-se por uma integração que assegure a estabilidade monetária e a solidez do sistema financeiro no Mercosul.

Tem como instrução política, fornecida pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), o aprofundamento da integração por meio de consolidação e aperfeiçoamento da União Aduaneira e da inserção regional e internacional do Mercosul. Ao mesmo tempo, está empenhado na identificação e na remoção de medidas restritivas sobre o comércio de serviços financeiros.

Transportes (SGT-05)

O **SGT N° 5 do MERCOSUL** é o Subgrupo de Transportes, criado para tratar de temas relacionados com as políticas de transporte e de integração infraestrutural entre os países integrantes do bloco.

Entre os temas permanentes de discussão encontram-se aqueles relativos à harmonização dos procedimentos do transporte internacional de cargas e passageiros entre os países membros, estruturação da malha energética, viária, hidroviária e ferroviária, além da agilização e facilitação dos procedimentos em pontos de fronteira.

Indústria (SGT-07)

O **SGT N° 7 do MERCOSUL** é o Subgrupo de Trabalho de Indústria criado para tratar dos temas relacionados com as políticas industriais dos países integrantes do bloco com o objetivo de contribuir para a integração produtiva entre os Estados membros efetivos do Mercosul, formulando e implementando diretrizes e ações que visem avançar em direção a uma política industrial comum.

Entre os temas permanentes de discussão encontram-se aqueles relativos às Pequenas e Médias Indústrias e Artesanato, Propriedade Intelectual e Qualidade e Inovação.

Integração Produtiva (SGT-14)

O **SGT N° 14 do MERCOSUL** é o Subgrupo de Trabalho de integração produtiva criado para tratar dos temas relacionados à integração produtiva entre os países do MERCOSUL. Esse Subgrupo é responsável por aprofundar o processo de

integração produtiva do bloco, ao estruturar e desenvolver projetos que identifiquem e promovam novas possibilidades de complementaridade produtiva entre os Estados membros.

Entre os temas permanentes de discussão encontram-se aqueles relativos à estruturação de projetos com vistas a acelerar o processo de integração, identificando e promovendo as possibilidades de complementaridade das economias dos países do Bloco, contribuindo, dessa maneira, para o tratamento das assimetrias econômicas existentes.

2) ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DE NOSSA AMÉRICA (ALBA)

Princípios Institucionais

Este Grupo de Trabalho, como instância subordinada à Comissão Política, terá a missão de orientação coordenada e estratégica para o funcionamento da Aliança, de modo a permitir fortalecer o ALBA-TCP e contribuir para o debate e posicionamento internacional a partir da reconsideração e reavaliação desses temas com base na integração e visão intercultural dos povos da América Latina e do Caribe dentro dos princípios do ALBA-TCP.

Isto consiste na: criação de mecanismos de soluções de controvérsias entre os Estados membros, promover o acesoramento jurídicos dos partes, assessorar o Conselho Presidencial da ALBA-TCP sobre questões políticas estratégicas; e, apresentar propostas para questões atuais de política internacional.

Complementariedade Industrial e Produtiva

Este Grupo de Trabalho, como instância subordinada à Comissão Econômica, terá a missão de assessorar o desenvolvimento do complexo produtivo da Aliança, de modo fortalecer e contribuir para o debate e posicionamento

internacional, com base na integração e visão intercultural dos povos da América Latina e do Caribe dentro dos princípios do ALBA-TCP.

Isto consiste em: realizar um inventário das reservas de matérias-primas de cada país membro, bem como o status das capacidades de produção instaladas e necessidades de investimento para o futuro próximo; realizar o inventário de bens e serviços produzidos em cada um dos países membros, identificando a origem do capital das empresas que os produzem e o destino daqueles que serão exportados; e, ordenar e priorizar os projetos multinacionais industriais em andamento e definir um plano para o desenvolvimento e complementaridade industrial da ALBA.

Complementariedade Comercial

Este Grupo de Trabalho, como instância subordinada à Comissão Econômica, terá a missão de promover e assessorar o desenvolvimento dos fluxos comerciais produtivos da Aliança, de modo a contribuir para o debate e posicionamento internacional e fortalecer os laços entre os Estados partes, dentro dos princípios regidos pelo ALBA-TCP.

Isto consiste em: realizar o diagnóstico quantitativo e qualitativo dos fluxos comerciais na Zona de Desenvolvimento Econômico Compartilhado da ALBA – TCP; elaborar um diagnóstico das assimetrias em questões normativas, dando ênfase especial às áreas aduaneiras, arbitragem internacional e propriedade intelectual e trabalho na elaboração de uma regulamentação comercial alternativa que rompa com as políticas de promoção do livre comércio; e, coordenar posições comuns nas negociações comerciais internacionais.

Nova Arquitetura Financeira Regional

O Grupo de Trabalho, como instância subordinada à Comissão Econômica, terá a missão de estruturar e coordenar o sistema financeiro da Aliança, dentro dos princípios estimulados pela ALBA-TCP.

Isto consiste em: promover e supervisionar o processo de ratificação do estatuto constitutivo do Banco ALBA por cada um dos países membros e promover o processo de seu pleno funcionamento; delinear um plano para expandir as capacidades financeiras do Banco ALBA, com o objetivo de convertê-lo, no curto prazo, na principal instituição financeira internacional que promove o desenvolvimento nos países membros; preparar a assinatura do Tratado que estabelece o Sistema Único de Remuneração de Pagamentos Regionais - (S.U.C.R.E); e, definir a lista de itens e produtos elegíveis para compensação através do S.U.C.R.E.

Infraestrutura e Transportes

O Grupo de Trabalho, como instância subordinada à Comissão Econômica, terá a missão de articular e fortalecer a rede infraestrutural entre os países membros, além de desenvolver uma malha e coordenar a logística de transporte entre seus membros, dentro dos princípios do ALBA-TCP.

Isto consiste em: gerar propostas concretas para desenvolver conexões aéreas e marítimas entre os países membros; intercambiar opiniões e elaborar uma agenda complementar de debate; e, elaborar uma política conjunta de coordenação logística, promovendo a complementaridade e a triangulação entre os países ALBA.

3) Aliança do Pacífico (AP)

Assuntos Institucionais (GTAI)

O Grupo Técnico de análise em Assuntos Institucionais fica encarregado de buscar meios e mecanismos para resolver, de forma ágil e eficiente, as dificuldades que surgem entre o Chile, Colômbia, México e Peru devido à aplicação ou interpretação das disposições normativas da Aliança do Pacífico. Além disso, fornece assistência jurídica ao GAN e aos outros grupos técnicos; e é encarregado de preparar os regulamentos operacionais dos órgãos da Aliança do Pacífico e outros regulamentos processuais considerados pertinentes.

PROJETOS DE TRABALHO

1. Conclusão da revisão legal do Capítulo sobre Melhorias Regulamentares.
2. Análise do conteúdo e referência ao instrumento através do qual o Capítulo de Melhoramento Regulatório será adotado.
3. Regras de procedimento para o Capítulo 17 (Liquidação de Disputas).
4. Regras e procedimentos da Comissão de Livre Comércio.
5. Revisão do anexo sobre Cooperação Regulamentar em Cosméticos, uma vez completado.

Comércio e Integração

O objetivo do Grupo Técnico de Análise em Comércio e Integração consiste em integrar comercialmente, os países membros da Aliança do Pacífico. Paralelamente, procura avançar progressivamente para a livre circulação de mercadorias, a fim de gerar maior dinamismo nos fluxos comerciais entre o Chile, a Colômbia, o México e o Peru. Para isso, foram negociados capítulos ambiciosos que regulam e facilitam o intercâmbio de bens entre os membros da Aliança do Pacífico, eliminando todos os tipos de barreiras comerciais. Estes capítulos são em termos de: a) acesso aos mercados; b) regras de origem; c) facilitação de comércio e cooperação aduaneira; d) obstáculos técnicos ao comércio, e; e) medidas sanitárias.

PROJETOS DE TRABALHO

1. ACESSO A MERCADOS

Chile, Colômbia, México e Peru concordaram com as condições de acesso ao mercado que irão reger o comércio entre eles. Como resultado do aprofundamento das preferências tarifárias bilaterais existentes, as linhas tarifárias comuns de 92% foram liberalizadas após a entrada em vigor deste Acordo (Protocolo). O universo restante de produtos será diferido em termos de menos de 7 anos. Para um grupo limitado de produtos considerados altamente sensíveis pelos países que compõem a Aliança do Pacífico, as categorias de tratamento especial foram reservadas.

2. MECANISMO DE ACUMULAÇÃO DE ORIGEM E REGRAS DE ORIGEM

O mecanismo de acumulação de origem e as Regras de Origem comuns permitirão uma maior integração econômica e comercial entre os países signatários através de um maior número de fornecedores de insumos originários. Além disso, os países que compõem a Pacific Alliance concordaram em implementar um sistema de Certificação de Origem Eletrônica (COE).

3. FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO E COOPERAÇÃO ADUANEIRA

A fim de facilitar o comércio entre os países da Aliança do Pacífico, foi acordado um capítulo sobre facilitação do comércio e cooperação aduaneira, estruturado com base nos princípios de transparência, previsibilidade e cooperação entre os costumes. Desta forma, o Chile, a Colômbia, o México e o Peru concordaram com uma série de compromissos para tornar os procedimentos aduaneiros mais eficazes e simplificados, bem como métodos, processos e sistemas de ação simplificados, baseados no gerenciamento de riscos. Isto, com o objetivo de proporcionar agilidade na depuração de mercadorias; automação de seus processos; informações disponíveis em bancos de

dados; remoção de papel; interoperabilidade das janelas únicas; bem como a implementação de programas de operadores econômicos autorizados para a subsequente subscrição de acordos de reconhecimento mútuo.

Da mesma forma, contempla um mecanismo de cooperação e assistência mútua para o intercâmbio de informações entre as administrações aduaneiras, que permite fortalecer e melhorar os procedimentos de controle e prevenção de operações contrárias à legislação aduaneira.

6) Intercâmbio de experiências para fortalecer a promoção e melhoria da competitividade e inovação do MIPYME (Finalizado).

Mobilidade

O Grupo Técnico de Análise em mobilidade, tem por objetivo desenvolver e articular uma rede infraestrutural entre os países membros, facilitar o trânsito migratório e a livre circulação de pessoas; desenvolver meios e mecanismo para estreitar os laços no eixo Ásia-Pacífico.

Isto, inclui também: facilitar o trânsito migratório e a livre circulação de pessoas, o movimento de empresários, pessoas envolvidas em atividades não remuneradas.

Com esta medida, alcançou-se um certo grau de liberdade nos fluxos de pessoas entre os quatro países e o trabalho está sendo feito em aspectos como medidas para facilitar a migração, acordos sobre a mobilidade dos jovens para viajar e trabalhar e mecanismos de cooperação consular, entre outros.

PROJETOS DE TRABALHO

1. Supressão de vistos para cidadãos da Colômbia e do Peru, uma vez que os cidadãos chilenos não exigiram vistos para entrar no México.
2. Supressão de vistos para empresários do Chile, da Colômbia e do México por até 183 dias desde que realizem uma atividade não remunerada no país. Mobilidade para as pessoas que entram em seus territórios por até seis meses, desde que as atividades que realizam sejam de tipo não remunerado, como viagens para turistas, trânsito ou negócios.

Cooperação

O Grupo Técnico de Análise em Cooperação tem por objetivo promover a cooperação entre os países membros e com terceiros, nas áreas de meio ambiente e

mudança climática; inovação, ciência e tecnologia; desenvolvimento Social; bem como outros que os países estabelecem de comum acordo. A coordenação do Grupo é rotacionada anualmente, em ordem alfabética.

O GTC é responsável pela coordenação, aprovação e monitoramento das ações de cooperação em cada um dos países membros.

Serviços e Capitais

O Grupo Técnico de Análise em Serviços e Capitais tem por objetivo, organizar e conduzir o setor comercial e financeiro do bloco, visando aumentar o comércio de serviços e os fluxos de investimento, intra e extraregionalmente.

A Aliança do Pacífico procura alcançar a livre circulação de serviços e capital entre seus membros, para o qual trabalha com base em dois pilares: a) posicionar-se como um destino atraente para investimento e comércio de serviços; e, b) aumentar os fluxos de investimento e o comércio de serviços, entre seus membros e para o resto do mundo.

Em termos de serviços, a Aliança pretende consolidar-se como líder neste tipo de comércio, o que gera valor agregado e atrai desenvolvimento, inovação e crescimento para a região. A vinculação de novos setores de serviços para sua internacionalização e o aprofundamento dos compromissos contidos nos acordos comerciais atuais também são eixos estratégicos.

Em termos de investimento, a Aliança está orientada não só para promover o investimento dos países membros com o resto do mundo, mas também para promover o investimento intra-aliança e, portanto, acordos abrangentes foram adotados. Os países membros esperam impulsionar investimentos entre os setores empresariais da Aliança, para estruturá-lo como um mercado de maior importância para a Ásia-Pacífico e para o mundo.

PROJETOS DE TRABALHO

1. Negociação de novos tópicos do comércio eletrônico, para continuar avançando na facilitação das transações eletrônicas de bens e serviços, entre os países membros da Aliança.
2. Novas propostas em telecomunicações, que estabelecerão uma série de padrões em questões

relacionadas ao uso de redes em casos de emergência, qualidade de serviço, situação de telefones celulares roubados ou roubados, banda larga, cooperação mútua e técnica entre membros da Aliança, regulação do roaming internacional, proteção de usuários de telecomunicações, entre outros.

3. Realização de um estudo para a Identificação de Boas Práticas para a Atração de Investimentos.

4. Discussão sobre medidas para facilitar a prestação de serviços transfronteiriços por arquitetos e engenheiros de países membros da Aliança.

Anexo 2

Documentos Selecionados

I. *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*

Subgrupo de Trabalho 02 (SGT-02) – Aspectos Institucionais (2000 – 2015)

Reuniões Ordinárias	Data de Assinatura
1. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2000 - VIII	2000
2. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2000 - XIX	2000
3. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2001 - XI	2001
4. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2001 - XIII	2001
5. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2002 – XV	2002
6. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2002 - XVI	2002
7. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2003 - XVII	2003
8. Mercosul/SGT N°02/ATA N°04/2003 – XIX	2003
9. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2004 - XX	2004
10. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2004 – XXII	2004
11. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2005 - XXV	2005
12. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2005 - XXVII	2005
13. Mercosul/SGT N°02/ATA N°04/2005 - XXIX	2005
14. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2006 – XXX	2006
15. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2006 – XXXII	2006
16. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2007 - XXIII	2007
17. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2007 – XXV	2007
18. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2008 - XXVI	2008
19. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2008 – XXVII	2008
20. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2009 - XXX	2009
21. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2009 – XXXI	2009
22. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2010 - XXXIII	2010
23. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2010 – XXXV	2010
24. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2011 - XXXVI	2011
25. Mercosul/SGT N°02/ATA N°04/2011 – XXXIX	2011
26. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2012 - XL	2012
27. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2012 – XLII	2012
28. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2013 – XLIII	2013
29. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2013 – XLV	2013
30. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2014 – XLVII	2014
31. Mercosul/SGT N°02/ATA N°02/2014 – XLIX	2014
32. Mercosul/SGT N°02/ATA N°01/2015 - L	2015

33. Mercosul/SGT N°02/ATA N°03/2015 – LII 2015

II. *Aliança Bolivariana (ALBA)*

Grupo de Trabalho 02 (GTPI) – Princípios Institucionales (2006 – 2015)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

01. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2006	2006
02. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2006	2006
03. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2007	2007
04. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2007	2007
05. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2008	2008
06. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2008	2008
07. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°03/2008	2008
08. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2009	2009
09. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2009	2009
10. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°03/2009	2009
11. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2010	2010
12. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2010	2010
13. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2011	2011
14. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°03/2011	2011
15. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2012	2012
16. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°03/2012	2012
17. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°04/2012	2012
18. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2013	2013
19. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2013	2013
20. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2014	2014
21. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2014	2014
22. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°03/2014	2014
23. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2015	2015
24. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°02/2015	2015
25. AlianzaB/GTPI N°02/AG N°01/2016	2016

III. *Aliança do Pacífico (AP)*

Grupo Técnico de Análise 02 (GTAI) – Asuntos Institucionales (2012 – 2016)

Reuniões Ordinárias	Data de Assinatura
01. PA/GTAI - N°02/TEM N°01/2012	2012
02. PA/GTAI - N°02/TEM N°2/2012	2012
03. PA/GTAI - N°02/TEM N°05/2012	2012
04. PA/GTAI - N°02/TEM N°1/2013	2013
05. PA/GTAI - N°02/TEM N°03/2013	2013
06. PA/GTAI - N°02/TEM N°4/2013	2013
07. PA/GTAI - N°02/TEM N°01/2014	2014
08. PA/GTAI - N°02/TEM N°2/2014	2014
09. PA/GTAI - N°02/TEM N°03/2014	2014
10. PA/GTAI - N°02/TEM N°1/2015	2015
11. PA/GTAI - N°02/TEM N°03/2015	2015
12. PA/GTAI - N°02/TEM N°1/2016	2016
13. PA/GTAI - N°02/TEM N°02/2016	2016

IV. *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*

Subgrupo de Trabalho 04 (SGT-04) – Assuntos Financeiros (2001 – 2015)

Reuniões Ordinárias	Data de Assinatura
1. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2001 – I	2001
2. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2001 - II	2001
3. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2002 - III	2002
4. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2002 – IV	2002
5. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2003 – V	2003
6. Mercosul/SGT N°04/ATA N°03/2003 – VII	2003
7. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2004 - VIII	2004
8. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2004 – IX	2004
9. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2005 - X	2005
10. Mercosul/SGT N°04/ATA N°03/2005 – XI	2005
11. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2006 - XII	2006
12. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2006 - XIV	2006
13. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2007 - XV	2007
14. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2007 – XVI	2007

15. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2008 – XVIII	2008
16. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2008 - XIX	2008
17. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2009 – XX	2009
18. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2009 - XXII	2009
19. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2010 – XXIV	2010
20. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2010 - XXV	2010
21. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2011 – XXVII	2011
22. Mercosul/SGT N°04/ATA N°03/2011 - XXIX	2011
23. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2012 – XXX	2012
24. Mercosul/SGT N°04/ATA N°03/2012 - XXXI	2012
25. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2013 – XXXIV	2013
26. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2013 - XXXV	2013
27. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2014 – XXXVI	2014
28. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2014 – XXXVIII	2014
29. Mercosul/SGT N°04/ATA N°01/2015 – XXXIX	2015
30. Mercosul/SGT N°04/ATA N°02/2015 – IX	2015

V. *Aliança Bolivariana (ALBA)*

Grupo de Trabalho 08 – Nueva Arquitectura Financiera Regional (2006 – 2016)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

01. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2006	2006
02. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2006	2006
03. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2007	2007
04. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2007	2007
05. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2008	2008
06. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2008	2008
07. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2009	2009
08. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2009	2009
09. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2010	2010
10. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2010	2010
11. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2011	2011
12. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2011	2011
13. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°03/2011	2011
14. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2012	2012
15. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2012	2012
16. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°03/2012	2012

17. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2013	2013
18. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2013	2013
19. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2014	2014
20. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2014	2014
21. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°03/2014	2014
22. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2015	2015
23. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°02/2015	2015
24. AlianzaB/GTNAFR N°08/AG N°01/2016	2016

VI. *Aliança do Pacífico (AP)*

Grupo Técnico de Análise 06 (GTSC) – Servicios y Capitales (2012 – 2016)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

01. PA/GTSC - N°06/TEM N°01/2012	2012
02. PA/GTSC - N°06/TEM N°2/2012	2012
03. PA/GTSC - N°06/TEM N°03/2012	2012
04. PA/GTSC - N°06/TEM N°1/2013	2013
05. PA/GTSC - N°06/TEM N°02/2013	2013
06. PA/GTSC - N°06/TEM N°3/2013	2013
07. PA/GTSC - N°06/TEM N°01/2014	2014
08. PA/GTSC - N°06/TEM N°2/2014	2014
09. PA/GTSC - N°06/TEM N°03/2014	2014
10. PA/GTSC - N°06/TEM N°1/2015	2015
11. PA/GTSC - N°06/TEM N°02/2015	2015
12. PA/GTSC - N°06/TEM N°3/2015	2015
13. PA/GTSC - N°06/TEM N°01/2016	2016

VII. *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*

Subgrupo de Trabalho 05 (SGT-05) – Transportes (2002 – 2015)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

1. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2002 – II	2002
2. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2002 - III	2002
3. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2003 - V	2003

4. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2003 – VII	2003
5. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2004 – VIII	2004
6. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2004 – XIX	2004
7. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2005 – X	2005
8. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2005 – XII	2005
9. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2006 - XIII	2006
10. Mercosul/SGT N°05/ATA N°03/2006 – XV	2006
11. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2007 - XVI	2007
12. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2007 - XVII	2007
13. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2008 - XVIII	2008
14. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2008 – XIX	2008
15. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2009 – XX	2009
16. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2009 - XXI	2009
17. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2010 – XXIII	2010
18. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2010 - XXV	2010
19. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2011 – XXVI	2011
20. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2011 - XXIX	2011
21. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2012 – XXXI	2012
22. Mercosul/SGT N°05/ATA N°03/2012 - XXXII	2012
23. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2013 – XXXV	2013
24. Mercosul/SGT N°05/ATA N°03/2013 - XXXVIII	2013
25. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2014 – XLII	2014
26. Mercosul/SGT N°05/ATA N°02/2014 - XLV	2014
27. Mercosul/SGT N°05/ATA N°01/2015 – XLVIII	2015

VIII. *Aliança Bolivariana (ALBA)*

Grupo de Trabalho 06 (GTIT) – Infraestrutura y Transporte (2006 – 2015)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

01. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2006	2006
02. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2006	2006
03. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2007	2007
04. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2007	2007
05. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2008	2008
06. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2008	2008
07. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°03/2008	2008
08. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2009	2009

09. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2009	2009
10. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°03/2009	2009
11. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2010	2010
12. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2010	2010
13. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2011	2011
14. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°03/2011	2011
15. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2012	2012
16. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°03/2012	2012
17. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°04/2012	2012
18. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2013	2013
19. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2013	2013
20. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2014	2014
21. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2014	2014
22. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°03/2014	2014
23. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2015	2015
24. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°02/2015	2015
25. AlianzaB/GTIT N°06/AG N°01/2016	2016

IX. *Aliança do Pacífico (AP)*

Grupo Técnico de Análise 05 (GTMo) – Mobilidad (2012 – 2015)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

01. PA/GTMo - N°05/TEM N°01/2012	2012
02. PA/GTMo - N°05/TEM N°2/2012	2012
03. PA/GTMo - N°05/TEM N°05/2012	2012
04. PA/GTMo - N°05/TEM N°1/2013	2013
05. PA/GTMo - N°05/TEM N°03/2013	2013
06. PA/GTMo - N°05/TEM N°4/2013	2013
07. PA/GTMo - N°05/TEM N°01/2014	2014
08. PA/GTMo - N°05/TEM N°2/2014	2014
09. PA/GTMo - N°05/TEM N°03/2014	2014
10. PA/GTMo - N°05/TEM N°1/2015	2015
11. PA/GTMo - N°05/TEM N°03/2015	2015
12. PA/GTMo - N°05/TEM N°1/2016	2016
13. PA/GTMo - N°05/TEM N°02/2016	2016

X. *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*

Subgrupo de Trabalho 07 (SGT-07) – Indústria (2000 – 2015)

Reuniões Ordinárias	Data de Assinatura
1. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2000 – V	2000
2. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2000 - VI	2000
3. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2001 - IX	2001
4. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2001 – X	2001
5. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2002 – XI	2002
6. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2002 - XII	2002
7. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2003 - XIII	2003
8. Mercosul/SGT N°07/ATA N°03/2003 –XIV	2003
9. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2004 - XV	2004
10. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2004 –XVI	2004
11. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2005 - XVII	2005
12. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2005 - XVIII	2005
13. Mercosul/SGT N°07/ATA N°03/2005 - XIX	2005
14. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2006 – XX	2006
15. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2006 – XXII	2006
16. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2007 - XXIII	2007
17. Mercosul/SGT N°07/ATA N°03/2007 – XXV	2007
18. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2008 - XXVII	2008
19. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2008 – XXIX	2008
20. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2009 - XXX	2009
21. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2009 – XXXI	2009
22. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2010 - XXXV	2010
23. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2010 – XXXVI	2010
24. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2011 - XXXVI	2011
25. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2011 – XXXIX	2011
26. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2012 - XXXIX	2012
27. Mercosul/SGT N°07/ATA N°03/2012 – XL	2012
28. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2013 – XLI	2013
29. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2013 – XLI	2013
30. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2014 – XLII	2014
31. Mercosul/SGT N°07/ATA N°02/2014 – XLIII	2014
32. Mercosul/SGT N°07/ATA N°01/2015 - XLIV	2015
33. Mercosul/SGT N°07/ATA N°03/2015 – XLV	2015

XI. *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*

Subgrupo de Trabalho 08 (SGT-08) – Agricultura (2000 – 2015)

Reuniões Ordinárias	Data de Assinatura
1. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2000 – III	2000
2. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2000 - IV	2000
3. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2001 - VI	2001
4. Mercosul/SGT N°08/ATA N°03/2001 – VII	2001
5. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2002 – X	2002
6. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2002 – XI	2002
7. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2003 - XV	2003
8. Mercosul/SGT N°08/ATA N°04/2003 – XVI	2003
9. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2004 - XVIII	2004
10. Mercosul/SGT N°08/ATA N°03/2004 – XIX	2004
11. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2005 - XX	2005
12. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2005 - XXI	2005
13. Mercosul/SGT N°08/ATA N°04/2005 - XXIII	2005
14. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2006 – XXIV	2006
15. Mercosul/SGT N°08/ATA N°03/2006 – XXVII	2006
16. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2007 - XXVIII	2007
17. Mercosul/SGT N°08/ATA N°03/2007 – XXX	2007
18. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2008 - XXXII	2008
19. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2008 – XXXIII	2009
20. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2009 - XXXV	2009
21. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2010 – XXXVI	2010
22. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2011 - XXXVII	2011
23. Mercosul/SGT N°08/ATA N°03/2011 – XXXVIII	2011
24. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2012 - XXXIX	2012
25. Mercosul/SGT N°08/ATA N°04/2012 – XL	2012
26. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2013 - XLI	2013
27. Mercosul/SGT N°08/ATA N°03/2013 – XLII	2013
28. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2014 – XLIII	2014
29. Mercosul/SGT N°08/ATA N°03/2014 – XLV	2014
30. Mercosul/SGT N°08/ATA N°01/2015 – XLVII	2015
31. Mercosul/SGT N°08/ATA N°02/2015 – XLIX	2015

XII. *Mercado Comum do Sul (Mercosul)*

Subgrupo de Trabalho 14 (SGT-14) – Integração produtiva (2011 – 2015)

Reuniões Ordinárias	Data de Assinatura
1. Mercosul/SGT N°11/ATA N°01/2011 – I	2011
2. Mercosul/SGT N°11/ATA N°02/2011 - II	2011
3. Mercosul/SGT N°11/ATA N°01/2012 - IV	2012
4. Mercosul/SGT N°11/ATA N°02/2012 – V	2012
5. Mercosul/SGT N°11/ATA N°03/2012 – VI	2012
6. Mercosul/SGT N°11/ATA N°01/2013 - X	2013
7. Mercosul/SGT N°11/ATA N°02/2013 - XI	2013
8. Mercosul/SGT N°11/ATA N°04/2013 –XIII	2013
9. Mercosul/SGT N°11/ATA N°01/2014 - XV	2014
10. Mercosul/SGT N°11/ATA N°02/2014 –XVI	2014
11. Mercosul/SGT N°11/ATA N°01/2015 - XVII	2015
12. Mercosul/SGT N°11/ATA N°02/2015 - XVIII	2015

XIII. *Aliança Bolivariana (ALBA)*

Grupo de Trabalho 04 (GTCIP) – Complementriedad Industrial y productiva

Reuniões Ordinárias	Data de Assinatura
01. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2006	2006
02. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2006	2006
03. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2007	2007
04. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2007	2007
05. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2008	2008
06. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2008	2008
07. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2009	2009
08. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2009	2009
09. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°03/2009	2009
10. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2010	2010
11. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2010	2010
12. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°03/2010	2010
13. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2011	2011
14. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°03/2011	2011
15. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2012	2012

16. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2012	2012
17. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°03/2012	2012
18. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2013	2013
19. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2013	2013
20. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2014	2014
21. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°03/2014	2014
22. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°04/2014	2014
23. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2015	2015
24. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°02/2015	2015
25. AlianzaB/GTPI N°04/AG N°01/2016	2016

XIV. *Aliança Bolivariana (ALBA)*

Grupo de Trabalho 05 (GTCC) – Complementriedad Comercial (2006 – 2016)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

01. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2006	2006
02. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2007	2007
03. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2007	2007
04. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°03/2007	2007
05. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2008	2008
06. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2008	2008
07. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2009	2009
08. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2009	2009
09. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°04/2009	2009
10. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2010	2010
11. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2010	2010
12. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°03/2010	2010
13. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2011	2011
14. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°03/2011	2011
15. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2012	2012
16. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2012	2012
17. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2013	2013
18. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2013	2013
19. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2014	2014
20. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2014	2014
21. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°03/2014	2014
22. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2015	2015

23. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2015	2015
24. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°01/2016	2016
25. AlianzaB/GTPI N°05/AG N°02/2016	2016

XV. *Aliança do Pacífico (AP)*

Grupo Técnico de Análise 03 (GTCl) – Comercio y Integración (2012 – 2015)

Reuniões Ordinárias

Data de

Assinatura

01. PA/GTCI - N°03/TEM N°01/2012	2012
02. PA/GTCI - N°03/TEM N°2/2012	2012
03. PA/GTCI - N°03/TEM N°01/2013	2013
04. PA/GTCI - N°03/TEM N°2/2013	2013
05. PA/GTCI - N°03/TEM N°03/2013	2013
06. PA/GTCI - N°03/TEM N°1/2014	2014
07. PA/GTCI - N°03/TEM N°02/2014	2014
08. PA/GTCI - N°03/TEM N°1/2015	2015
09. PA/GTCI - N°03/TEM N°03/2015	2015
10. PA/GTCI - N°03/TEM N°4/2015	2015
11. PA/GTCI - N°03/TEM N°01/2016	2016
12. PA/GTCI - N°03/TEM N°2/2016	2016

XVI. *Aliança do Pacífico (AP)*

Grupo Técnico de Análise 04 (GTCO) – Cooperación (2012 – 2015)

Reuniões Ordinárias

Data de Assinatura

01. PA/GTCO - N°04/TEM N°01/2012	2012
02. PA/GTCO - N°04/TEM N°2/2012	2012
03. PA/GTCO - N°04/TEM N°03/2012	2012
04. PA/GTCO - N°04/TEM N°1/2013	2013
05. PA/GTCO - N°04/TEM N°02/2013	2013
06. PA/GTCO - N°04/TEM N°4/2013	2013

07. PA/GTC ₀ - N°04/TEM N°01/2014	2014
08. PA/GTC ₀ - N°04/TEM N°2/2014	2014
09. PA/GTC ₀ - N°04/TEM N°03/2014	2014
10. PA/GTC ₀ - N°04/TEM N°1/2015	2015
11. PA/GTC ₀ - N°04/TEM N°02/2015	2015
12. PA/GTC ₀ - N°04/TEM N°1/2016	2016